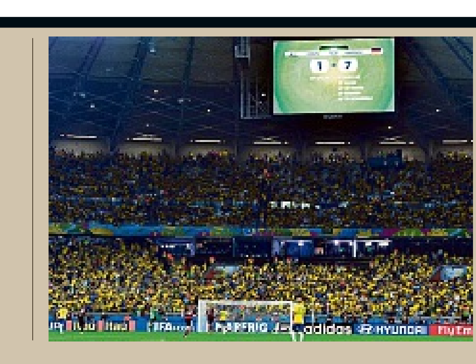
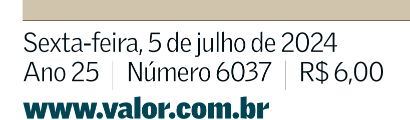
Comportamento
Aumenta a preocupação com a exposição excessiva das crianças à internet EU&



Cultura
Fundação Maria Luiza e Oscar Americano celebra 50 anos com mostra e livro EU&



Esporte
Dez anos após o 7 a 1 contra a Alemanha, no Mineirão, futebol brasileiro caminha a passos lentos EU&



Sexta-feira, 5 de julho de 2024
Ano 25 | Número 6037 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

25 ANOS

Massa de renda das classes A e B cresce mais, com mercado de trabalho forte e juro alto

Conjuntura Conjunto de rendimentos deverá subir em todas as faixas, mas alta será menor para as classes D e E, mais dependentes de transferências do governo

Marsílea Gombata
De São Paulo

Com o bom desempenho da economia e do mercado de trabalho e os juros ainda altos, a massa de renda das classes A e B deve crescer neste ano mais do que a das classes mais baixas, cujo rendimento é mais ligado a transferências do governo, como benefícios previdenciários e assistenciais. Na classe B, a massa de renda deve ter a maior alta real (acima da inflação), de 7,2%. Na A, a projeção é de avanço de 6,6%. Os números são de estudo da Tendências Consultoria.

As classes D e E terão a menor alta, de 3,2%, descontada a inflação, por causa da forte dependência de aposentadorias, do Benefício de Prestação Continuada (BPC, para pessoas com deficiência e idosos de baixa renda) e do Bolsa Família, que terão avanço menor que o rendimento do trabalho, por exemplo. Para a classe C, a alta real deverá ser de 4,5%.

A massa de renda domiciliar total — a soma de toda a remuneração das famílias, como salários, benefícios previdenciários e assistenciais, aplicações financeiras, dividendos e aluguéis — deve avançar 5,6% em 2024, após alta de 7,4% em 2023, sempre acima da inflação. O crescimento se dará principalmente pela renda do trabalho, que tende a crescer 6,6% ao longo deste ano, com mais peso nas classes B e C.

Segundo Alessandra Ribeiro, da Tendências, o dinamismo do mercado de trabalho é o fator principal, mas a Previdência, com o reajuste atrelado ao salário mínimo, também tem impacto. Há, ainda, ganhos com investimentos, aplicações, aluguéis e dividendos, que devem subir 4,9% neste ano. "Mesmo com a redução da Selic em relação ao ano passado, a taxa básica de juros ainda está em patamar muito alto." Os juros básicos, que começaram a cair em agosto de 2023, quando estavam em 13,75% ao ano, estão hoje em 10,5%.

Com inflação projetada de 3,8% neste ano, a Tendências prevê que a renda disponível (após gastos com itens essenciais) da classe A deve ter alta de 6,1% em 2024. A da classe B deve subir 6,4% e da C, 3,7%. No caso das classes D e E, o aumento deve ser de 2,6%. Maria Andréia Parente Lameiras, do Ipea, lembra que a alta mais forte de alimentos afeta mais a baixa renda, pelo peso maior na cesta de consumo. **Página A6**

Relatório da tributária só inclui pontos consensuais

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Guilherme Pimenta e Beatriz Olivon
De Brasília

O parecer do projeto de lei de regulamentação da reforma tributária foi apresentado ontem, trazendo dezenas de mudanças que foram consenso entre os integrantes do grupo de trabalho da Câmara e também com o governo. Os pontos mais polêmicos serão definidos nos próximos dias. Com isso, carnes não foram incluídas na cesta básica com alíquota zero e nem a taxação das armas de fogo com o Imposto Seletivo. São itens que deverão ser decididos no voto, assim como o percentual de devolução de impostos para a população de baixa renda (o "cashback") e se os planos de saúde contratados pelas empresas darão direito a créditos para elas. A questão mais polêmica envolve a cesta básica. Alimentos como arroz, feijão e leite estão nesse rol de 18 produtos, mas a bancada ruralista, os supermercados e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendem a inclusão de carnes. **Páginas A14 e A15**

PF indicia Bolsonaro e outros 11 no caso das joias

Isadora Peron, Flávia Maia e Mariana Assis
De Brasília

A Polícia Federal concluiu o inquérito sobre a venda de joias recebidas pelo governo brasileiro durante a gestão de Jair Bolsonaro e indiciou o ex-presidente e mais 11 pessoas, entre elas Fabio Wajngarten, o general Mauro Cid Lorena e seu filho, o tenente-coronel Mauro Cid, o almirante Bento Albuquerque e o advogado Frederick Wassef. Segundo a PF, Bolsonaro teria cometido os crimes de peculato (ao se apropriar de bens públicos), organização criminosa e lavagem de dinheiro. Agora, o relatório final será enviado ao ministro Alexandre de Moraes, do STF e à Procuradoria-Geral da República, a quem caberá apresentar, ou não, denúncia contra os indiciados. Segundo fontes, se o procurador-geral, Paulo Gonet, considerar que há elementos para processar o ex-presidente, a denúncia será feita antes do início da campanha eleitoral, em 16 de agosto. Até o fechamento desta edição, a defesa de Bolsonaro não havia se manifestado. **Página A16**

BETTY LAURA ZAPATA/BLOOMBERG



O líder do Partido Trabalhista e virtual novo primeiro-ministro, Keir Starmer, votou pela manhã, acompanhado de sua mulher, Victoria

Trabalhistas devem vencer por ampla maioria

Agências internacionais

O Partido Trabalhista deve vencer a eleição no Reino Unido com uma maioria esmagadora de 410 dos 650 assentos da Câmara dos Comuns, seu melhor resultado desde a vitória de Tony Blair em 1997. O líder do partido, Keir Starmer, se tornará primeiro-ministro com uma robusta base parlamentar. Segundo a pesquisa de boca de urna, o Partido Conservador, de Rishi Sunak, deve ter eleito apenas 131 parlamentares, uma derrota histórica. O Liberal Democrata, de centro, ficou em terceiro lugar, com 61 parlamentares.

Em sua campanha, Starmer apresentou o Trabalhista como o partido da estabilidade econômica. Rachel Reeves, uma ex-economista do Banco da Inglaterra que está prestes a se tornar a primeira mulher a assumir o Ministério das Finanças do Reino Unido, foi central para o apoio do empresariado ao partido.

Os conservadores estavam no poder há 14 anos, tendo nomeado cinco primeiros-ministros. **Páginas A17 e A20**

Dólar cai de novo, com alívio do risco fiscal

De São Paulo e Brasília

O dólar teve ontem mais uma queda expressiva, refletindo a mudança de tom do governo sobre as contas públicas. A moeda caiu 1,46%, para R$ 5,4869. Na quarta-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou que o governo deverá cortar R$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias em 2025 e acenou com o congelamento de gastos neste ano para cumprir o arcabouço fiscal, medidas que contaram com a anuência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para a área econômica, esse corte de gastos deverá ser suficiente para equilibrar o Orçamento de 2025, mas novas medidas precisarão ser adotadas para 2026. A efetividade do pente-fino em programas sociais, porém, é vista com cautela por especialistas. **Páginas A5 e C2**

Destaque

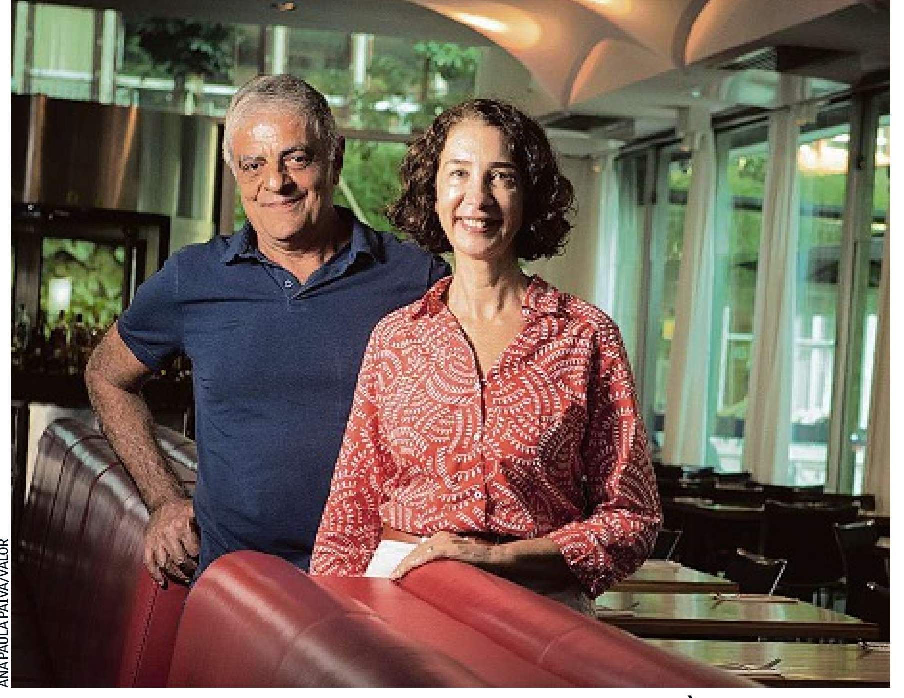
Cooperativismo
Em Nova Califórnia (RO), a 360 km da capital do Estado, Porto Velho, a Cooperativa Agropecuária e Florestal do Projeto Reca (sigla de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado) transformou a anteriormente precária vida econômica da região em um oásis produtivo na Amazônia. "É a comprovação de que o uso sustentável da biodiversidade agrega recursos financeiros", afirma Hamilton Condack, presidente da cooperativa. **Caderno especial**

Indicadores

Ibovespa	4/jul/24	0,40 % R$ 16,5 bi
Selic (meta)	4/jul/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	4/jul/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	4/jul/24	5,4833/5,4839
Dólar comercial (mercado)	4/jul/24	5,4863/5,4869
Dólar turismo (mercado)	4/jul/24	5,5154/5,6954
Euro comercial (BC)	4/jul/24	5,9269/5,9297
Euro comercial (mercado)	4/jul/24	5,9323/5,9329
Euro turismo (mercado)	4/jul/24	5,9956/6,1756



Clássicos despojados



ANA PAULA PAIVA/VALOR

Sergio Kalil e Lygia Lopes, sócios nos restaurantes Spot e Ritz, relembram 'À Mesa com o Valor' como a fórmula iniciada há 30 anos tornou-se uma referência na gastronomia paulistana. EU&

Fundos de investimentos captam R$ 159 bi

Adriana Cotias
De São Paulo

Os fundos de investimentos tiveram recuperação no 1º semestre de 2024, após dois anos de saques. O setor registrou captação líquida de R$ 159,1 bilhões até 28 de junho, segundo dados da Anbima. A renda fixa, favorecida pelos juros em níveis ainda elevados, foi o destaque. As aplicações na categoria superaram os resgates em R$ 192,5 bilhões. Na outra ponta, os multimercados — classe que pode investir em diversos tipos de ativos — sofreram saques líquidos de R$ 85,1 bilhões. Os fundos de ações apresentaram um saldo negativo de R$ 111,4 milhões no semestre. **Página C1**

INÊS 249

Funcionalismo Governo federal e setor privado temiam impacto da paralisação sobre obras do PAC

Encerrada pela Justiça, greve divide servidores ambientais

DIVULGAÇÃO/ASCEMA



Servidores da área ambiental em greve protestam diante da sede do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília: corte determinou fim da paralisação

Murillo Camarotto, Flávia Maia e Mariana Assis
De Brasília

Encerrada ontem por determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a greve dos servidores federais da área ambiental já preocupava o setor privado e o governo, que temiam efeitos sobre o licenciamento de projetos de infraestrutura, entre eles obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Por trás do movimento, iniciado em fevereiro deste ano, está uma divisão entre os trabalhadores de nível superior — que queriam um acordo — e os técnicos — que insistiam na paralisação.

Uma das principais origens do problema foi o concurso realizado durante o governo Jair Bolsonaro, que privilegiou a contratação de técnicos. Muitos dos aprovados para esses cargos, contudo, tinham nível superior e passaram a executar tarefas compatíveis com este nível. Com a troca de governo e a possibilidade de valorização da categoria, houve uma forte demanda pela aproximação dos salários das duas carreiras.

Atualmente, os técnicos recebem menos da metade do que os analistas e o pedido era de que o valor chegasse a 70%. Por essas e outras razões, as propostas feitas pelo governo, por meio do Ministério da Gestão (MGI), agradavam mais aos analistas, muitos dos quais favoráveis ao encerramento da greve. A insatisfação dos técnicos, entretanto, pesou para que o movimento não apenas continuasse, mas fosse ampliado, o que aconteceu na última segunda-feira.

A pedida foi vista como inviável pelo governo. Oficialmente, o MGI informa que "segue aberto ao diálogo", embora nos bastidores a versão é de que a última proposta, com reajustes de 19% a 30%, é o limite que a pasta pode oferecer. A expectativa até ontem era que o impasse poderia se arrastar por mais meses, o que preocupava tanto empresas do setor de infraestrutura quanto o governo. Na Casa Civil, que coordena o PAC, o clima era de apreensão com a chance de gargalos no licenciamento atrasarem o cronograma de entregas.

Em comunicado divulgado na última segunda-feira, a Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema) informou que restringiria a 10% o total de servidores trabalhando em atendimento às demandas de concessão, renovação ou acompanhamento de licenças ambientais, ainda assim somente para casos de emergência ambiental ou calamidade pública.

Na ação impetrada no STJ, a Advocacia-Geral da União (AGU) confirmou o receio do governo. "Não é necessário realizar maiores digressões para se concluir que este reduzidíssimo percentual fatalmente acarretará enormes impactos para inúmeros empreendimentos (e consequentemente inúmeros empresários e trabalhadores) do país que aguardam a conclusão do procedimento de licenciamento ambiental para o desempenho de suas regulares atividades", argumentou o órgão.

Atendendo ao pleito, o presidente do STJ, ministro Og Fernandes, determinou o retorno integral das atividades de licenciamento ambiental, gestão das unidades de conservação, resgate e reabilitação da fauna, controle e prevenção de incêndios florestais e emergências ambientais. O ministro considerou em sua decisão a natureza das atividades essenciais envolvidas, relacionadas à política de proteção e defesa do meio ambiente. A multa diária pelo descumprimento foi fixada em R$ 200 mil.

A decisão não agradou os servidores, nem mesmo aqueles favoráveis a um acordo. O entendimento é que o clima de animosidade com o governo pode tornar a situação ainda mais complicada nos próximos meses. Ontem, um grupo de trabalhadores ligados à Ascema organizou um protesto em frente à sede do STJ. "O país que sediará a COP30 não valoriza seus servidores ambientais", dizia a faixa colocada em frente ao tribunal.

O diretor-adjunto da Ascema Nacional, Wallace Lopes, disse ao **Valor** que a entidade ainda avalia um eventual recurso contra a decisão do STJ. Ele lembrou que o tribunal entraria em recesso e que isso estava sendo considerado pelo comando da associação.

Antes da liminar, a entidade fez críticas ao fato de o governo ter acionado a Justiça e disse que a situação poderia piorar. "Registramos que esta greve é apenas uma amostra do que pode acontecer caso o governo permaneça indiferente às nossas reivindicações e ao cumprimento do próprio discurso que o ajudou a se eleger", disse a Ascema, em nota. "Sem estrutura e recursos humanos, não precisa de greve, a gestão ambiental para por si só."

> "Sem estrutura e recursos humanos, não precisa de greve, a gestão ambiental para por si só"
> *Ascema*

Até a escalada da greve, no último dia 1º, tanto o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, quanto o presidente do ICMBio, Mauro Pires, diziam que, apesar de preocupante, a greve não havia tido um efeito muito negativo sobre as principais atividades. Na última quarta-feira, Pires disse que a situação não havia mudado, mas que o órgão ainda estava aguardando informações vindas dos Estados para avaliar se o impacto seria maior.

A mitigação dos efeitos do movimento se deve ao fato de a adesão à greve ser individual. Por essa razão, a adesão de 23 Estados ao movimento, conforme informado pela Ascema, não significa que todos os servidores estejam mobilizados nessas regiões. "Não há dúvida que essa greve não é homogênea. Há uma maioria entre os analistas que prefere continuar o movimento, mas muitos consideram razoável a proposta do governo", disse um servidor do Ibama que preferiu não ter o nome publicado para não se indispor com os colegas.

Além da divisão entre analistas e técnicos, há divergências entre os servidores que atuam na sede e aqueles que são deslocados para regiões remotas. Enquanto os últimos reivindicam uma compensação extra por viverem longe das famílias e de regiões mais bem estruturadas, os primeiros alegam que o custo de vida nas cidades é maior.

Apesar de ter participado diretamente de algumas tratativas com o MGI, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, é criticada por servidores, que veem falta de empenho dela na defesa da categoria. Os defensores da ministra dizem que ela não poderia entrar de cabeça na queda de braço com o governo, ciente que está das restrições fiscais.

Até 25% dos biomas no Brasil podem estar degradados

Daniela Chiaretti
De São Paulo

A área degradada dos biomas brasileiros ente 1986 e 2021 varia entre 60 milhões de hectares, no mínimo, a algo em torno a 135 milhões de hectares. No período, o Brasil apresentou entre 11% e 25% de sua vegetação nativa suscetível a processos de degradação. Em outras palavras, até 25% do território brasileiro pode ter vegetação nativa degradada.

A Mata Atlântica é o bioma mais degradado em termos proporcionais, mas é o Cerrado que registra a maior área absoluta de degradação no Brasil. O Pantanal, por seu turno, tem o fogo como fator de deterioração.

Mais da metade da vegetação nativa do Pampa pode apresentar algum nível de degradação. Na Caatinga o processo pode desencadear desertificação e a Amazônia tem a segunda maior área nessa condição no País.

Estes dados foram agrupados, pela primeira vez, de forma ampla e em todos os biomas brasileiros, em uma nova plataforma do MapBiomas Brasil. "Sabemos que esse processo de degradação ocorre em outros tipos de cobertura, como na agricultura e na pastagem, além dos solos e na água", diz Tasso Azevedo, coordenador geral do MapBiomas, em material enviado à imprensa. "Queremos avançar também nessas informações nos próximos anos."

A variação é grande porque a estimativa considera vários fatores, como quão longe a área de borda do bioma está de uma pastagem, por exemplo, ou de uma área urbana. O tamanho da área, grande ou pequena, também influencia o nível de degradação — áreas pequenas são mais impactadas.

"Trabalhamos com cenários que podem ser mais ou menos restritivos", explica o ecólogo Dhemerson Conciani, coordenador técnico do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, o Ipam. "Em um cenário mais restritivo, por exemplo, consideramos que uma área está degradada quando pegou fogo uma única vez. Em outro, mais permissivo, se pegou fogo três vezes ou mais", explica ele.

A plataforma trabalha um conjunto de dados. A vegetação nativa (florestas, savanas, campos, áreas pantanosas, por exemplo) está sujeita a dois grandes tipos de ameaças, diz a nota à imprensa: o desmatamento, quando a vegetação é totalmente removida, e, no segundo caso, a degradação. É quando sofre os impactos do fogo, a invasão de espécies exóticas, o corte seletivo de madeira, o pisoteio exagerado por rebanhos. Em um processo de degradação, o bioma sofre alterações biológicas, perde biodiversidade e resiliência.

"Degradação é um processo muito complexo de ser avaliado", explica Conciani. Na primeira edição da plataforma, os pesquisadores consideraram vetores de degradação, o tamanho e o isolamento dos fragmentos de vegetação nativa, as áreas de borda, a frequência do fogo, o tempo desde a última queimada.

A área de borda, por exemplo, é o nome que se dá à fronteira entre a área de vegetação nativa e o uso antrópico da região. A vegetação nativa fica mais exposta aos ventos, à radiação solar e aos agrotóxicos usados nas lavouras vizinhas. Pode ser mais suscetível aos incêndios provocados pelas pessoas.

O tamanho dos fragmentos de vegetação nativa é outro vetor avaliado. "Quanto menor o fragmento, maior o risco de extinções locais de espécies e menor a chance de recolonização por indivíduos vindos de outros fragmentos", explica Marcos Rosa, coordenador técnico do MapBiomas.

"O fogo pode ou não representar um fator de degradação. Alguns tipos de vegetação naturais, como campos e savanas, possuem uma história evolutiva de convivência e adaptação ao fogo", diz o texto à imprensa.

Vegetação secundária é aquela que surge de uma área desmatada e que está em processo de regeneração da vegetação nativa. Com o tempo, esses fragmentos de vegetação secundária tendem a melhorar, recuperando diversidade. "A degradação é um processo que, se revertido, permite a recuperação da área. Mas se não for interrompido, pode levar a um colapso, ou seja, a um ponto a partir do qual não é mais possível recuperar as características originais", diz Ane Alencar, diretora de ciência do IPAM e coordenadora do MapBiomas Fogo, no texto à imprensa.

valor.com.br


Claudia Safatle excepcionalmente não escreve hoje
www.valor.com.br

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Comércio exterior Bens de consumo e de capital lideram a alta das compras externas e sinalizam atividade forte e mais investimentos

Importação cresce e reduz saldo comercial de junho em 33%

Estevão Taiar e Marta Watanabe
De Brasília e São Paulo

A balança comercial registrou superávit de US$ 6,711 bilhões em junho. O número foi divulgado pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). O resultado foi 33,4% menor do que o registrado no mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, ao aumento das importações.

As exportações somaram US$ 29,043 bilhões em junho, queda de 1,9%. As importações alcançaram US$ 22,332 bilhões, alta de 14,4%. No acumulado do ano, o superávit alcançou US$ 42,309 bilhões, queda de 5,2%. As exportações somaram US$ 167,608 bilhões, alta de 1,4%. Já as importações alcançaram US$ 125,298 bilhões, alta de 3,9%. A corrente de comércio, soma de exportações e importações, alcançou US$ 292,907 bilhões, alta de 2,5%.

A queda de 1,9% no valor das exportações brasileiras em junho foi motivada pelo recuo de 2,2% dos preços, já que o volume embarcado cresceu 2%, segundo o diretor de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior do Mdic, Herlon Brandão. Ele destacou a queda de 50% no valor exportado para a Argentina, causada principalmente pelo recuo de 5,1% do PIB do país vizinho no primeiro trimestre.

O crescimento da importação foi puxado por bens de capital e de consumo. Em volume, a entrada de bens e serviços aumentou 22,3% contra igual mês do ano passado. A taxa de crescimento é de mais de dez vezes a das exportações, que avançaram 2% em quantidade.

> Queda nas vendas para a Argentina reflete retração do PIB no país vizinho
> *Herlon Brandão*

A alta da importação reflete a atividade, forte nos primeiros meses deste ano, e fundamenta revisões para cima das projeções de investimento para 2024, analisa Lucas Barbosa, economista da AZ Quest.

Ele comenta os preços médios caíram em junho tanto nas importações como nas exportações, resultando em alta de 14,4% no valor importado e queda de 1,9% na receita de exportação na comparação com junho de 2023.

Para Barbosa, um dinamismo com exportações que devem ficar praticamente estáveis e importações em aceleração deve fazer com que os saldos comerciais se reduzam nos próximos meses, quando se olha o acumulado em 12 meses. A estimativa da gestora para 2024 é de superávit em torno de US$ 85 bilhões.

Nas importações, o economista destaca o ritmo em bens de capital, cujo volume de desembarques cresceu 17,4%, e em bens de consumo, com alta de 11,3%, sempre contra igual mês de 2023. A alta dos investimentos, diz ele, colhe parte do efeito do período em que a Selic seguiu trajetória de queda e fundamenta as revisões de projeção de investimentos para 2024.

Do lado das exportações, diz Barbosa, a mensagem é mais ambígua, com queda de preços em junho em commodities importantes, como soja, mas com "resiliência" em volumes, que aumentaram não só para soja, como também para petróleo e itens como café e açúcar, que têm se tornado cada vez mais expressivos na pauta de embarques, destaca.

A Secex revisou para cima sua projeção para o superávit da balança comercial neste ano, de US$ 73,5 bilhões para US$ 79,2 bilhões.

Também foram realizadas revisões nas estimativas para as exportações (de US$ 332,6 bilhões para US$ 345,4 bilhões) e nas importações (de US$ 259,1 bilhões para US$ 266,2 bilhões). Já a projeção para a corrente de comércio, que é a soma de exportações e importações, passou de US$ 591,7 bilhões para 611,6 bilhões.

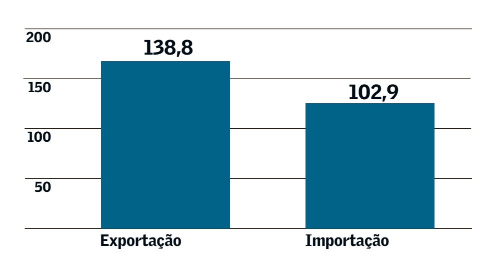
As exportações brasileiras para China, Hong Kong e Macau, principais destinos dos produtos brasileiros, cresceram 4,65% em junho, sempre calculadas pela média diária, em relação ao mesmo mês do ano anterior. As vendas totais para a Ásia subiram 1,73%.

Na mesma base de comparação, as vendas para a América do Norte caíram 4,24%, enquanto para a América do Sul caíram 33,31% e para a Europa subiram 4,99%.

As exportações agropecuárias caíram 3,71% em junho em relação ao mesmo mês do ano anterior. No caso da indústria extrativa, houve alta de 15,26%, enquanto no caso da indústria de transformação houve queda de 6,76%. Pelo lado das importações, houve alta de 50,69% nas compras agropecuárias, queda de 4,56% na indústria extrativa e alta de 15,24% na indústria de transformação.

Ver também página A4

Balança comercial
Principais resultados (jan-jun/24) - US$ bilhões



US$ 42,3 bilhões foi o superávit no 1º semestre de 2024

US$ 44,6 bilhões foi o superávit no 1º semestre de 2023

US$ 292,9 bilhões foi a corrente de comércio de janeiro a junho de 2024

Variação Jan-Mai24/Jan-Mai23 (%)

	Exportação	Importação
Valor	1,4	1,8
Volume	6,0	11,5
Preço	-3,9	-9,2

Fonte: Secex/Mdic

INÊS 249

Comércio exterior Pedidos de medidas contra concorrentes estrangeiros na Secex este ano já superam total de petições de 2023

Crescimento da importação impulsiona defesa comercial

Marta Watanabe
De São Paulo

Os pedidos para aplicação de medidas de defesa contra práticas desleais nas importações aumentaram no primeiro semestre. Dados levantados a pedido do **Valor** mostram que em 2024, no acumulado até o dia 1 de julho, 45 petições para aplicação de medidas de defesa comercial foram protocoladas na Secretaria de Comércio Exterior (Secex/ Mdic).

O volume já supera as 44 petições de todo o ano de 2023. Se as demandas mantiverem o ritmo atual, estima o governo, deverão chegar em 2024 ao maior volume anual da última década.

Os dados incluem petições para medidas antidumping, salvaguardas e medidas compensatórias, A elevação reflete, segundo governo e especialistas, mudanças de normas e aumento do protecionismo no comércio global, cenário que eleva risco de desvio de comércio para o Brasil.

Dos 45 pedidos que entraram até primeiro de julho, 44 solicitam aplicação de direito antidumping; 22 são contra importações de produtos chineses. Os demais 23 pedidos têm distribuição pulverizada. O segundo país mais demandado nas petições é a Índia, alvo de três pedidos, seguida de Alemanha e Malásia, com duas petições cada uma.

O direito antidumping está relacionado à venda de bens a preços abaixo dos praticados no mercado interno do país de exportação. A prática é voltada para eliminar concorrência ou conquistar fatia maior no mercado de destino. Após a análise inicial, uma petição para aplicação de direito antidumping pode resultar em abertura de investigação. Caso seja comprovado o dumping, juntamente com o dano à produção doméstica e o nexo causal entre eles, é aplicada uma medida antidumping, que é uma sobretaxa à importação dos produtos que foram investigados, especificamente vindos do país de origem analisado.

Segundo dados da Secex, considerando o período de 2014 a 2023 houve, em média, 40 petições anuais de medidas de defesa comercial, com pico em 2018, com 55 pedidos. Quando se olha a série desde 2010, o nível mais alto, com 117 petições, é de 2011, ano em que as importações foram favorecidas por real mais valorizado e demanda interna aquecida.

Os dados incluem as chamadas petições para investigação original e também as revisões de final de período. No caso do dumping, a petição original solicita aplicação de medida após análise da existência de dumping, dano e nexo causal. Nas revisões se investiga se a extinção de direito antidumping já aplicado levaria à continuação ou à retomada do dumping e de seus danos.



Tatiana Prazeres: "Há maior demanda por investigação de práticas anticoncorrenciais ou desleais"

A maior busca por medidas de proteção contra práticas desleais de comércio nas importações vem num momento de mudança de dinamismo na balança comercial, com alta do volume de importações. Puxado por bens de capital e bens de consumo duráveis, o volume de importação disparou no acumulado até maio e cresceu 10,6%, em ritmo mais acelerado que a alta de 7,5% na quantidade exportada.

O movimento é bem diferente do que se tinha em igual período do ano passado, quando o volume de exportações também avançou 9% e o das importações caiu 7%, sempre em comparação com iguais meses do ano anterior, segundo dados do Indicador de Comércio Exterior (Icomex) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

O aumento no volume de pedidos para aplicação de medidas de defesa comercial chama a atenção neste ano, diz Tatiana Prazeres, titular da Secex. "Isso mostra que há maior demanda por investigação de práticas anticoncorrenciais ou desleais de comércio." Ela destaca que as importações do Brasil de maneira geral crescem, mas não na mesma proporção do aumento de importação nos verificados em processos de defesa comercial. "Esses casos trazem aumento de importação muito mais expressivo que a média das importações brasileiras."

Entre os fatores que explicam o aumento de pedidos de medidas de defesa comercial, diz a secretária, é o cenário externo. "Temos visto países restringindo as importações, com aplicação elevada de medidas de defesa comercial ou outros tipos de restrição e um risco de desvio de comércio para o Brasil", avalia. "Há casos em que o setor interessado nos procura indicando as várias jurisdições que restringem a importações de determinada origem por meio de medida antidumping. Esses produtos que não encontram mais destino com a mesma facilidade em outros mercados podem ser desviados para o Brasil. E vemos um aumento importante de importações nos casos que nos chegam."

"Na União Europeia as medidas de defesa também se intensificaram"
Welber Barral

O contexto, observa Prazeres, está relacionado a um cenário global com programas de investimento em capacidade produtiva em diferentes países combinados com barreiras ao comércio, entre outras medidas. "São alterações em padrões de comércio que levam à maior demanda por defesa comercial."

Para Welber Barral, sócio da consultoria BMJ e ex-secretário de Comércio Exterior, essa demanda deve se manter forte em "futuro visível, pelo menos em 2024 e também em 2025", influenciada predominantemente por fatores externos.

No governo de Donald Trump, nos Estados Unidos, lembra, houve muitas medidas comerciais unilaterais, como imposição de cotas, com alvo principalmente em importações origem China. "O governo [de Joe] Biden foi mais 'by the book', mas as medidas de defesa comercial cresceram muito, inclusive se estendendo para setores nem tão representativos. Houve medidas que também atingiram o Brasil", diz Barral, exemplificando com mel e suco de limão. "Na União Europeia as medidas de defesa também se intensificaram. A tendência mundial vai nesse sentido."

Ao mesmo tempo, observa Barral, o comércio internacional não está crescendo muito. "E há superoferta de alguns bens, o que cria ambiente propício para dumping ou outras práticas anticoncorrenciais, atingindo também as importações brasileiras", diz. "Como a indústria doméstica também não tem crescido muito, o setor fica mais ativo nos pedidos de defesa."

Segundo dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), o volume de comércio global de mercadorias aumentou 1% no primeiro trimestre de 2024 contra igual período de 2023. Em relatório de abril, o órgão divulgou projeção de crescimento de 2,6% do volume de comércio global neste ano e de 3,3% em 2025. Se o ritmo de expansão observado no primeiro trimestre se mantiver, indica a OMC, o volume deve crescer 2,7% em 2024. Em 2023, houve queda de 1,3%.

Rafaela Noman, diretora do Departamento de Defesa Comercial da Secex, destaca a maior participação das petições originais entre as investigações de defesa comercial iniciadas em 2024. Em períodos anteriores mais recentes, ressalta, boa parte das investigações abertas era de revisão de final de período.

No ano todo de 2023, exemplifica Noman, foram iniciadas 22 investigações, das quais oito originais e a maioria, 14, de revisão. No ano anterior, em 2022, foram 15 novas investigações, todas de revisão, sem nenhuma original. Em 2024, até 1º de julho, foram 19 investigações iniciadas, sendo 15 originais e apenas quatro de revisão.

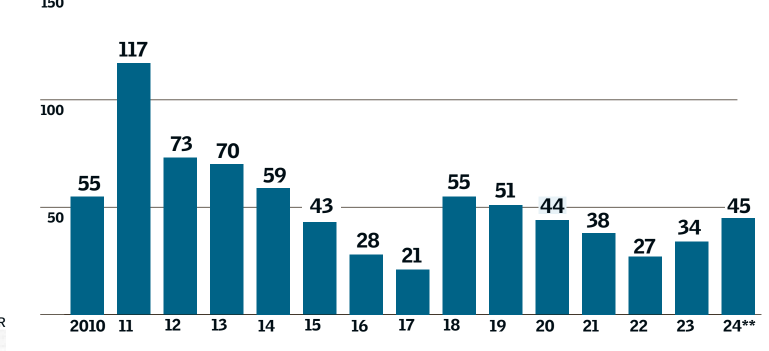
Isso, explica Barral, mostra que há novos setores questionando supostas práticas desleais nas importações. "Eram setores acomodados que agora estão incomodados." Entre as investigações originais abertas em 2024 há cinco no setor de metais, outros cinco em têxteis, dois em plásticos e borrachas e também em químicos, segundo a Secex.

O levantamento mostra também que a China aumentou a participação entre as origens das petições para medidas de defesa comercial. Em 2023, a fatia de 35% avançou para quase metade das petições (49%). Essa representatividade da China, diz Prazeres, não é uma exclusividade brasileira. "Os dados que a OMC compila periodicamente mostram que o maior número de direitos antidumping são na origem China, cujas exportações são muito competitivas. É uma realidade internacional. Além disso, a China é a principal origem das importações brasileiras."

Ela também destaca que a maior busca por proteção comercial vem de uma visão no setor privado de que o governo está disposto a acionar as medidas de defesa diante de prática desleal de comércio e quando são atendidos todos os requisitos do processo. Há também, diz, aumento da segurança jurídica com as novas regras sobre interesse público. "Mudamos a regra para calibragem desse instrumento, o que faz com que haja mais apetite do setor privado em pleitear medidas, com mais segurança jurídica em relação a ganhar e levar", diz.

Prazeres explica que antes da mudança havia receio do setor privado de a medida de proteção não ser aplicada em razão de interesse público, mesmo após todos os custos demandados em um pedido de investigação antidumping e a conclusão do processo apontar a existência do direito.

Jogando na defesa
Volume de petições para investigação de defesa comercial*

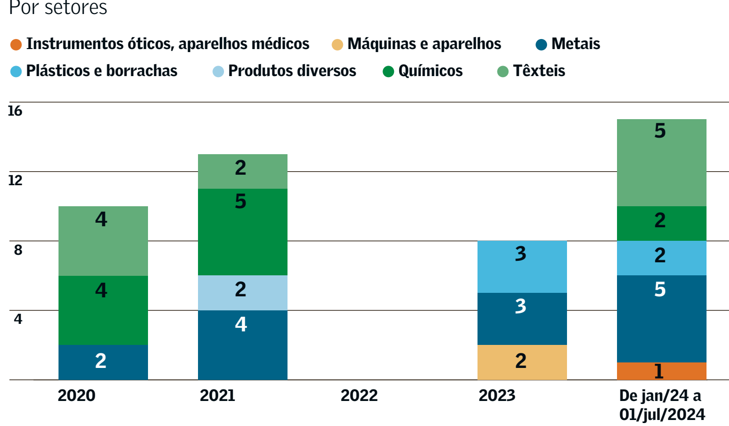


China é principal origem das importações demandadas
Considerando petições orginais e revisões

	2020	2021	2022	2023	De jan/24 a 01/jul/2024
China	12	11	8	12	22
Índia	7	3	0	5	3
Alemanha	2	1	2	0	2
Malásia	2	0	1	4	2
EUA	2	4	3	0	1
Rússia	2	3	1	0	1
México	2	2	2	1	0
Outros	15	14	10	12	14

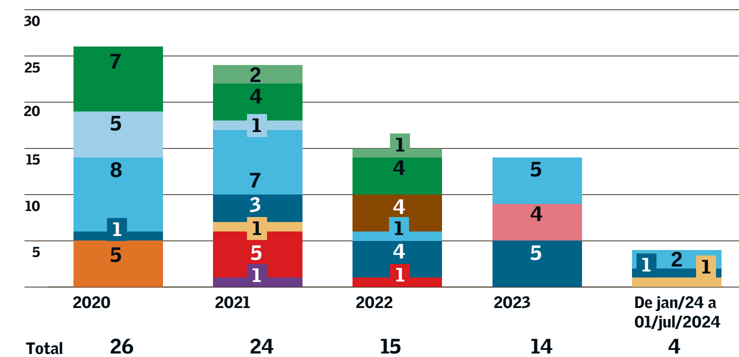
Investigações originais iniciadas em 2024
Por setores





Investigações por revisões de final de período iniciadas em 2024
Por setores





Atualmente são:

30 investigações em curso

20 das investigações em curso são originais

134 medidas aplicadas, das quais 130 são de direito antidumping***

Fonte: Departamento de Defesa Comercial da Secex/Mdic. *Incluem petições originais e revisões de investigação por dumping, de subsídios e pedidos de salvaguarda. **Até 01/07/2024. ***10 suspensas pelo artigo 109 do Decreto 8.058 ou por interesse público

Contas públicas Equipe entende que novas medidas precisam ser tomadas para resolver Orçamento de 2026

Para área econômica, corte de R$ 26 bi só alivia 2025

Lu Aiko Otta, Jéssica Sant'Ana, Guilherme Pimenta, Renan Truffi e Fabio Murakawa
De Brasília

A área econômica do governo avalia que o corte de R$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias será suficiente para equilibrar a proposta orçamentária de 2025. Para 2026, no entanto, novas medidas precisarão ser adotadas. As discussões prosseguem e não há ideia vetada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), apurou o **Valor**.

A efetividade do pente-fino em programas sociais é vista com cautela por especialistas em contas públicas. Isso porque foi prometida para este ano uma economia de R$ 9 bilhões a R$ 14 bilhões na Previdência, mas nada nesse sentido foi comprovado até agora. Além disso, permanece entre eles a dúvida quanto à sustentabilidade fiscal de longo prazo.

Os cortes começaram a ser detalhados ontem com as respectivas pastas, em reuniões comandadas pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa. Foram convidados os ministros da Previdência, Carlos Lupi, e do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, além de técnicos da área econômica.

Na tarde desta quinta-feira, 4, durante reunião do Conselho Nacional de Previdência Social, Lupi informou que a gestão petista planeja fazer, a partir de agosto, uma revisão nos benefícios concedidos pelo INSS.

"Agosto começamos a revisão de 800 mil benefícios [do INSS] com algum indício de irregularidade, fraude ou que precisam ter a revisão periódica por lei. Acreditamos que teremos resultado positivo disso. Vamos servir como modelo", explicou o ministro.

O **Valor** apurou, com integrantes do MDS, que a pasta rechaça qualquer possibilidade de ajustar ainda mais o tamanho dos programas sociais. De acordo com interlocutores do ministério, Dias já teria feito todo o tipo de revisão possível no Cadastro Único (CadÚnico), sistema que serve de base para permitir ou não a entrada de novas famílias em benefícios sociais, no ano passado.

Após os entendimentos da Casa Civil com as pastas, as medidas de pente-fino serão detalhadas.

A redução de gastos será baseada em ajustes operacionais nos programas sociais e eliminará benefícios que são pagos de maneira "errada", segundo se classifica nos bastidores do governo. Filtros de controle que haviam sido eliminados no passado recente serão retomados, e outros serão redesenhados. Cadastros passarão por pente-fino.

Assim, a economia de R$ 25,9 bilhões é vista na área econômica como um piso. O número reflete a proposta que as pastas levaram à Junta de Execução Orçamentária (JEO). No entanto, existe potencial para ganhos adicionais.

Um dia depois de Lula reafirmar seu compromisso com o arcabouço fiscal e dar sinal verde à equipe econômica para fazer o necessário para cumprir as metas de resultado das contas públicas de 2024, 2025 e 2026, o clima na equipe econômica era de confiança que a credibilidade da política fiscal será gradualmente reforçada.

> Especialistas questionam eficácia do chamado pente-fino nos programas sociais

Especialistas receberam bem a revisão de gastos, mas levantaram dúvidas sobre o impacto das medidas sobre as contas públicas.

"Eu acho que medidas que vão na linha da eficiência do gasto são sempre bem-vindas", comentou a diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI) Vilma Pinto. Ela considera que o resultado das avaliações de gastos feitas pelo Ministério do Planejamento e Orçamento pode dar uma contribuição importante ao ajuste fiscal.

"Minha questão fica em apostar nisso para a meta fiscal", ponderou. "O governo anunciou algo semelhante para RGPS [Regime Geral da Previdência Social] para este ano, mas ainda não foi possível observar esses efeitos nos dados realizados até agora."

O economista-chefe da corretora Tullet Prebon, Fernando Montero, fez as contas. Somando o que o INSS paga de benefícios previdenciários e assistenciais, o Bolsa Família e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o gasto anual é de R$ 1,3 trilhão. "Se o benefício médio é de R$ 20,7 mil anuais, e imaginando que o pente-fino se distribua normalmente, uma economia de R$ 25,9 bilhões requeria cortar 1,25 milhão de benefícios", comentou. "Dias atrás o ministro da Previdência celebrava ter suspendido 57,6 mil benefícios até meados de maio deste ano."

Se os cortes se concentrarem em benefícios de valores médios mais baixos, como seguro-defeso e famílias unipessoais do Bolsa Família, o corte precisará ser "bastante maior", acrescentou.

A falta de demonstração da efetividade das economias prometidas na Previdência foi também lembrada pelo head de Macroeconomia da ASA, Jeferson Bittencourt, ex-secretário do Tesouro.

Ele considera positivo o governo esteja olhando para a qualidade do gasto público e avaliou que o corte de R$ 25,9 bilhões, além de dar mais espaço para as despesas discricionárias do governo, ajuda a dissipar ruídos de curto prazo em relação à política fiscal.

"Mas não deve ter efeitos sobre a sustentabilidade fiscal de longo prazo", disse. Em primeiro lugar, porque o perfil das contas públicas mudará drasticamente a partir de 2027, com a inclusão do pagamento de precatórios dentro do limite de gastos do arcabouço — diferentemente do que ocorre hoje.

"Além disso, toda esta discussão não muda a trajetória de crescimento da despesa total, porque são mudanças feitas na composição da despesa sob o limite de gastos", observou. Os gastos estão num patamar elevado desde a PEC da Transição e com um crescimento real garantido pelo arcabouço fiscal, acrescentou.

"O governo não vem conseguindo encontrar receitas suficientes para cobrir estas despesas, por isso o mercado não vê o governo tendo superávit primário até 2029", disse. "Sem mudanças nas regras de crescimento da despesa total, estas medidas não deveriam mudar em nada as projeções."

O reforço na credibilidade da política fiscal terá um ato concreto no próximo dia 22, quando deverão ser anunciados um bloqueio (contenção de despesas para cumprir o limite do arcabouço) e um contingenciamento (contenção para garantir o cumprimento da meta fiscal). Os números ainda são refinados, mas é possível que a soma dos dois ultrapasse a marca dos R$ 10 bilhões.

Emprego deve 'andar de lado' nos próximos meses, aponta FGV

Alessandra Saraiva
Do Rio

Após cair 1,3 ponto em maio, o Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp) de junho subiu 0,5 ponto, para 79,4 pontos, informou ontem a Fundação Getulio Vargas (FGV). Para Rodolpho Tobler, economista da fundação, o resultado indica mercado de trabalho aquecido, em junho. Mas, segundo ele, a tendência para próximos meses é de estabilização, no ritmo de abertura de vagas e que o emprego "ande de lado".

No entendimento de Tobler, incertezas na economia e na condução de política econômica devem elevar cautela do empresariado. Em ambiente mais incerto, o empresário pensa duas vezes antes de abrir novos postos de trabalho, lembrou ele.

Na evolução do indicador, o especialista comentou que o desempenho de alta em junho comprova que o recuo em maio foi algo pontual no índice. Ele lembrou que em maio houve noticiário intenso sobre ruído de comunicação, entre Executivo e Legislativo, e também entre Executivo e Banco Central (BC). Também havia dúvidas sobre trajetória da taxa básica de juros (Selic), naquela ocasião.

No entanto, as mesmas incertezas que levaram ao recuo de maio podem impedir novas altas intensas no IAEmp, comentou o técnico. Ele ponderou que, há, no momento, muitas dúvidas na área fiscal; e na condução de política monetária, com a saída do atual presidente do BC, cujo mandato termina neste ano. Ao mesmo tempo, permanecem ruídos de comunicação entre Executivo e Legislativo.

"Acho que a tendência é dar uma certa 'estabilizada' juntamente com a economia" afirmou. "A incerteza [em relação à economia e política monetária] é variável negativa que pode atrapalhar decisão do empresariado [de abrir ou não vagas]", alertou. "Quando o empresário vê possibilidade vê problema à frente, ele se sente menos seguro, e a decisão de contratação é postergada", explicou.

INÊS 249

Conjuntura Conjunto de rendimentos deve aumentar em todas as faixas neste ano, com avanço menor nas classes C, D e E, de acordo com estudo da Tendências

Mercado de trabalho e juro alto puxam massa de renda de classes A e B

Marsílea Gombata
De São Paulo

Beneficiadas pelos juros ainda altos e a conjuntura positiva da economia e do mercado de trabalho, as classes A e B devem ver a massa de renda ter crescimento expressivo neste ano, em comparação com as mais classes mais baixas, comumente favorecidas por transferências governamentais, segundo estudo da Tendências Consultoria, disponibilizado ao **Valor**.

A massa de renda domiciliar total deve avançar 5,6% em 2024, após alta de 7,4% em 2023, mostra a análise Classes de Renda e Consumo no Brasil: 2024-2034. O crescimento se dará principalmente pela renda do trabalho, que tende a crescer 6,6% ao longo deste ano, refletindo a dinâmica favorável do mercado de trabalho. No estudo da Tendências, todas as altas citadas são reais, ou seja, acima da inflação.

A alta da massa de renda nas classes mais altas deve ser substancialmente maior que as mais baixas, segundo a análise.

A perspectiva é que o maior crescimento ocorra na classe B, cuja massa de renda deve avançar 7,2%, após crescer 8,7%. Na classe A, a projeção é de crescimento de 6,6% da renda, após alta de 9,7% em 2023.

A classe C, por sua vez, deve ver a massa de renda subir 4,5%, depois de crescimento de 3,7%. Enquanto nas classes D e E, o crescimento deve ser de 3,2%, após alta de 5,6% no ano passado.

A Tendências considera classe A os domicílios com renda domiciliar superior a R$ 24,8 mil mensais. Esses representam 37,5% do total da massa de renda, mas apenas 3,9% dos domicílios. Já a classe B seria representada por domicílios com renda mensal entre R$ 8 mil e R$ 24,8 mil, representando 21,9% da massa e 15% dos lares no Brasil.

Na classe C, a renda domiciliar vai de R$ 3.300 a R$ 8 mil. Ela corresponde a 18,4% do total da massa e 31,2% das famílias. Enquanto as classes D e E são aquelas com renda mensal domiciliar de até R$ 3.300, correspondendo a 22,2% da massa total e a 49,9% dos domicílios.

"O principal 'driver' por trás dessa alta é o dinamismo do mercado de trabalho, tanto no que diz respeito à ocupação quanto ao aumento do salário mínimo real. O segundo é a Previdência, já que o ajuste é atrelado ao salário mínimo. A Previdência é importante especialmente para a composição de renda das famílias mais pobres", diz a economista Alessandra Ribeiro, sócia-diretora da Tendências.

"Um outro vetor tem a ver com a categoria que classificamos como 'outros ganhos', como investimento, aplicação, aluguéis e dividendos, que esperamos que suba 4,9% neste ano. É muito representativa na classe A, e responde por 75% do rendimento nela, em comparação a 11% na classe B. Mesmo com a redução da Selic em relação ao ano passado, a taxa básica de juros ainda está em patamar muito alto." Para ter um crescimento sustentado, com juros menores, o país precisa ter equilíbrio das contas públicas.

> "Sistema financeiro do Brasil beneficia exclusivamente os mais ricos"
> *Hélio Zylbersztajn*

Os juros ainda altos beneficiam mais a classe A do que as demais porque o desenho do mercado de capitais brasileiro favorece isso, afirma Hélio Zylbersztajn, professor sênior da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA) da Universidade de São Paulo e coordenador do Salariômetro da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

"O modelo de sistema financeiro do Brasil acaba beneficiando exclusivamente os mais ricos. Não temos um mercado de capitais popular", diz. "Se houvesse um sistema de aposentadoria no qual as pessoas poupassem para aplicar no mercado de capitais por meio de fundos de investimento, a maioria dos trabalhadores poderia participar desse processo."

Nas classes B e C, o impulso vem da renda do trabalho, uma vez que o peso dos salários na composição de sua renda é maior. Na classe B chegará a 84% neste ano. Na C, a 90,3%.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), observa a Tendências, refletem aquecimento dos empregos com carteira assinada nos primeiros meses de 2024, ritmo que deve se manter no restante do ano, apesar da perspectiva de perda de fôlego da atividade econômica.

As classes D e E terão a menor alta da renda domiciliar neste ano. Isso se deve à forte dependência dessas classes em relação a transferências do governo como Previdência Social, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Bolsa Família, cuja massa de renda neste ano deve avançar menos que o rendimento do trabalho.

O estudo da Tendências mostra que a renda do trabalho, que representa 54,2% da massa total, deve ter alta de 6,6%, na comparação com 2023. A da categoria outros, que corresponde à remuneração do capital financeiro, com aluguéis e lucros, deve ter o segundo maior crescimento, de 4,6%. A da Previdência deve crescer 11,1%, e a do BPC e do Bolsa Família, 1,6%.

Renda disponível

Diante da alta da massa de renda domiciliar e a inflação projetada para 3,8% neste ano, a Tendências prevê que a renda disponível (após gastos com itens essenciais como habitação, transportes e alimentação) da classe A vai chegar a R$ 1,4 trilhão em 2024, alta de 6,1% em relação a 2023. A classe B deve dispor de R$ 587,3 bilhões para o consumo de itens não essenciais — alta anual de 6,4%.

A classe C deve ter renda disponível de R$ 366,7 bilhões, o que seria uma alta de 3,7% em relação a 2023. Já as classes D e E podem ter R$ 321,1 bilhões para itens não essenciais, 2,6% a mais do que no ano passado.

"O topo da pirâmide social (classe A) conta com maior espaço para corte de gastos, uma vez que a participação do consumo de bens essenciais em seu consumo total é proporcionalmente menor que nas classes D e E", afirma o texto, ao ressaltar que as classes médias (C e B) têm de 30% a 40% do orçamento disponível para consumo de itens de primeira necessidade.

Nesse sentido, a Tendências alerta que o aumento dos preços de alimentos — que chegou a 0,62% em maio, ante abril — afeta todas as classes, mas as mais baixas, que possuem menor parcela de renda disponível, devem sentir mais esse efeito.

"O que temos visto em 2024 é uma alta mais forte de alimentos, e isso pesa muito para pessoas de baixa renda, porque a parcela do orçamento que gastam nisso é maior que a dos mais ricos", afirma Maria Andréia Parente Lameiras, técnica de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

"Para famílias de classe baixa, um quarto do gasto é com supermercado. Para as ricas, esse gasto não chega nem a 10%. Para uma família com renda de até R$ 2 mil, isso significa R$ 500. Para uma com renda de R$ 40 mil, são R$ 4 mil em comida."

Lameiras argumenta que as famílias mais pobres têm o orçamento justo e, em momentos de crise, têm de rearrumar o consumo ou cortar itens. Enquanto as ricas possuem orçamento mais flexível e, se preciso, podem abrir mão de comprar algum item supérfluo ou de poupar naquele mês.

"Além disso, conseguem se proteger contra a inflação porque têm aplicações financeiras que muitas vezes remuneram mais que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)", diz. "O que não ocorre com as famílias pobres, que acabam sendo penalizadas pelo aumento dos preços por não terem nenhum hedge."

Dados do Ipea mostram que em maio os preços dos bens e serviços consumidos pelas famílias de renda alta avançaram 0,46%, ante abril, devido ao reajustes de passagens aéreas e transportes por aplicativo. Para as famílias de renda muito baixa, a inflação avançou 0,48%, puxada por alta dos preços de alimentos no domicílio, artigos de higiene pessoal e tarifas de água, esgoto e energia elétrica.

O Ipea considera que estão no segmento de renda muito baixa as famílias com renda domiciliar menor que R$ 2.105,99. O de renda baixa são aquelas com entre R$ 2.105,99 e R$ 3.158,99, e o de renda média baixa, entre R$ 3.158,99 e R$ 5.264,98.

O segmento de renda média compreende domicílios com renda entre R$ 5.264,98 e R$ 10.529,96. O de renda média alta vai de R$ 10.529,96 a R$ 21.059,92, e o de renda alta, superior a R$ 21.059,92.

No acumulado em 12 meses até maio, contudo, a inflação cresceu com mais força para o segmento de renda alta (4,84%) do que o de renda muito baixa (3,2%).

"Tivemos uma aceleração dos preços de serviços, que pesam mais para famílias de renda mais alta, que gastam parte considerável da renda com plano de saúde, recreação, passagem aérea", argumenta a economista do Ipea.

Varejo

Apesar da inflação persistente, o estudo da Tendências prevê que o cenário para as vendas no varejo seguirá positivo neste semestre, com maior dinamismo de bens duráveis no decorrer do ano, devido à retomada da melhora nas condições financeiras e ao mercado de trabalho ainda aquecido.

Mas a consultoria alerta que, apesar de ser uma condição necessária, o ingresso no mercado de trabalho formal tem sido insuficiente para a mobilidade social no Brasil.

"No longo prazo, a migração das famílias das classes D e E para classe média deve ser lenta, acompanhando um fenômeno típico de países com alta desigualdade de renda", diz o estudo. "O maior entrave ao crescimento da renda dos estratos sociais mais pobres é a educação não revertida em produtividade."

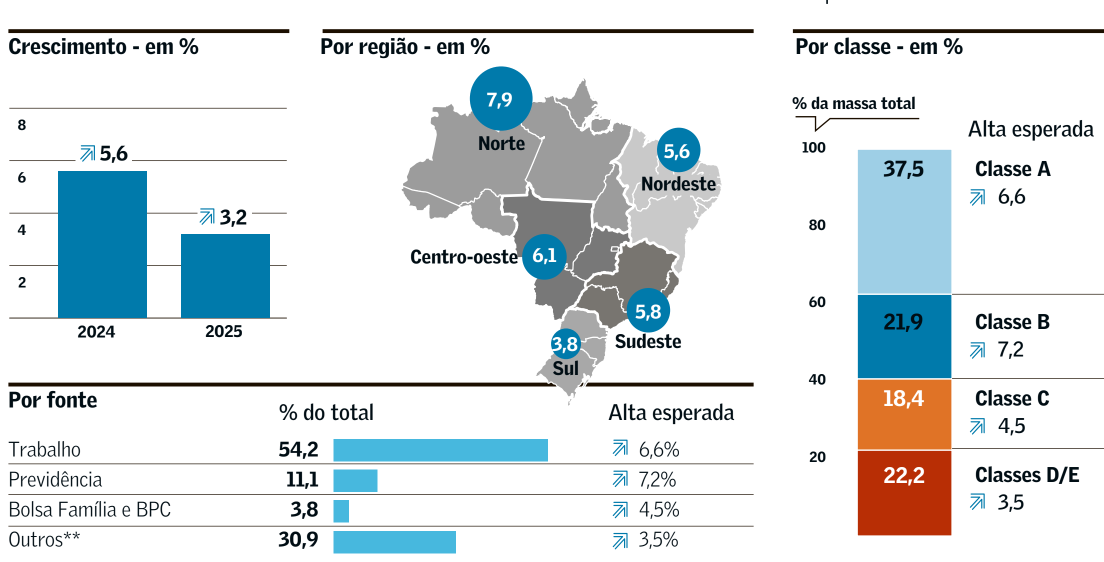
LEONARDO RODRIGUES/VALOR



Alessandra Ribeiro: "Previdência é importante especialmente para a composição de renda das famílias mais pobres"

Massa de renda total dos domicílios* em 2024

Alta da renda do trabalho e crescimento modesto do Bolsa Família e do BPC explicam cenário

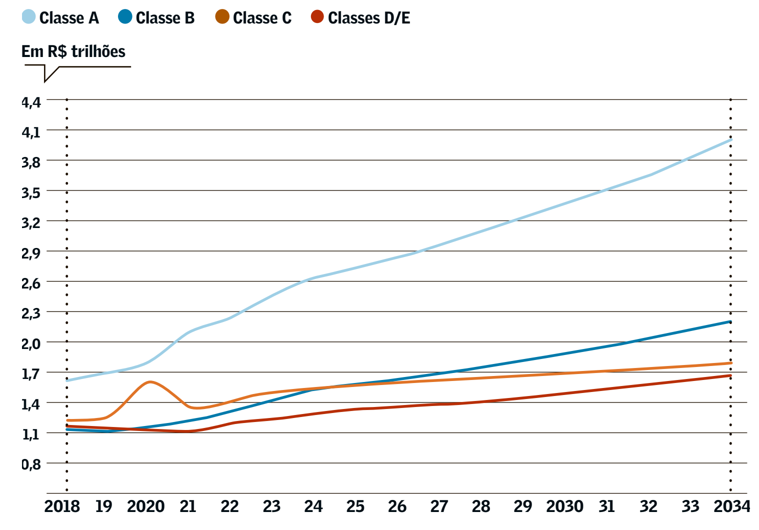


Por fonte	% do total	Alta esperada
Trabalho	54,2	6,6%
Previdência	11,1	7,2%
Bolsa Família e BPC	3,8	4,5%
Outros**	30,9	3,5%

Fonte: IBGE e governo Federal. Dados até março de 2024. Projeção: Tendências. *Estimativa da Tendências, cujo cálculo incorpora a soma do rendimento habitual de todos os trabalhos, das transferências do Programa Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada, dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social e de outras fontes de renda. **Corresponde a juros (remuneração do capital financeiro), aluguel (remuneração da propriedade) e lucros (valor excedente distribuído ou retido).

Ampliação da desigualdade

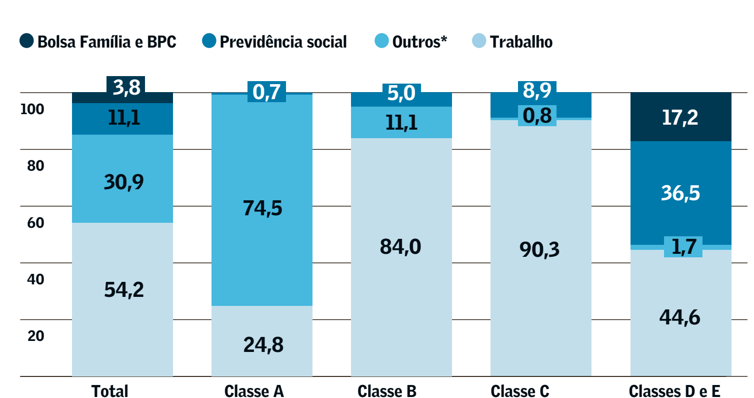
Massa de renda total dos domicílios* no longo prazo



Fonte: IBGE e Governo Federal. Dados realizados até março de 2024, a preços de fevereiro de 2024, deflacionados pelo IPCA (IBGE). Projeção: Tendências. *Estimativa da Tendências, cujo cálculo incorpora a soma do rendimento habitual de todos os trabalhos, das transferências do Programa Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada, dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social e de outras fontes de renda.

Impulso heterogêneo

Origem da renda das famílias (em %)



Fonte: IBGE e Governo Federal. Elaboração e projeção: Tendências.*Corresponde a juros (remuneração do capital financeiro), aluguel (remuneração da propriedade) e lucros (valor excedente distribuído ou retido).

INÊS 249

Atividade econômica
Indicadores agregados

	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	0,01	-0,36	0,36	0,60	0,72	0,11	-0,02	-0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,9	-0,8	1,1	0,1	-1,1	1,1	0,7	0,0	0,2
Indústria de transformação	-	-2,2	0,0	1,2	0,5	-0,2	0,5	0,1	0,1	-0,6
Indústrias extrativas	-	2,6	-3,2	0,6	-1,3	-6,9	3,7	3,2	-0,5	6,3
Bens de capital	-	-2,7	2,9	-0,7	2,0	10,9	-1,7	-0,4	-0,4	-2,4
Bens intermediários	-	-0,8	-1,3	1,0	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6
Bens de consumo	-	-1,3	0,1	0,5	1,5	-0,9	1,1	0,0	-0,9	-1,6
Faturamento real (CNI - %)	-	-	1,5	-0,5	2,3	0,1	2,0	0,7	-0,3	-1,1
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	0,3	1,1	1,2	1,1	0,3	1,0	0,0	0,9
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	0,9	0,3	1,0	2,1	-1,0	0,3	-0,2	0,6
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	1,1	2,2	-2,0	2,3	0,0	1,2	-0,1	1,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	0,5	0,7	-0,9	0,4	0,5	0,6	-0,4	-0,1
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-	-0,3	0,3	0,4	0,5	0,1	0,2	0,5	-0,1
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.044	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713
Importações	22.333	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532
Saldo	6.711	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	-	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	1,7268	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	-	24,44	1.412,00
2024	**0,43**	**4,00**	**4,00**	**6,54**	**6,17**	**3,88**	**3,27**	**2,18**	**2,28**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,01**	**7,24**	**7,24**	**11,47**	**11,50**	**6,80**	**5,52**	**4,04**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para julho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jun/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jun/24	mai/24	2024	2023	12 meses	jun/24	mai/24	dez/23	jun/23
IBGE									
IPCA	-	0,46	2,27	4,62	3,93	-	6.926,96	6.773,27	6.659,95
INPC	-	0,46	2,42	3,71	3,34	-	7.123,19	6.954,74	6.886,37
IPCA-15	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
IPCA-E	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
FGV									
IGP-DI	-	0,87	0,61	-3,30	0,88	-	1.112,26	1.105,54	1.086,47
Núcleo do IPC-DI	-	0,31	1,64	3,48	3,47	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,97	-0,06	-5,92	-0,22	-	1.293,59	1.294,35	1.268,86
IPA-Agro	-	0,38	-0,08	-11,34	-2,98	-	1.783,95	1.785,32	1.768,81
IPA-Ind.	-	1,19	-0,05	-3,77	0,83	-	1.093,97	1.094,53	1.068,79
IPC-DI	-	0,53	2,23	3,55	3,30	-	750,05	733,67	725,34
INCC-DI	-	0,86	2,07	3,49	4,02	-	1.110,89	1.088,31	1.075,54
IGP-M	0,81	0,89	1,10	-3,18	2,45	1.136,41	1.127,23	1.124,07	1.109,23
IPA-M	0,89	1,06	0,47	-5,60	1,94	1.340,52	1.328,63	1.334,20	1.315,07
IPC-M	0,46	0,44	2,65	3,40	3,70	735,41	732,02	716,46	709,20
INCC-M	0,93	0,59	2,63	3,32	3,77	1.114,75	1.104,46	1.086,15	1.074,29
IGP-10	0,83	1,08	1,18	-3,56	1,79	1.156,82	1.147,26	1.143,35	1.136,43
IPA-10	0,88	1,34	0,57	-6,02	1,07	1.374,57	1.362,56	1.366,78	1.360,08
IPC-10	0,54	0,39	2,73	3,43	3,65	740,54	736,54	720,87	714,44
INCC-10	1,06	0,53	2,71	3,04	3,65	1.099,18	1.087,61	1.070,21	1.060,50
FIPE									
IPC	0,26	0,09	1,87	3,15	2,97	687,92	686,12	675,27	668,11

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia jun/24 0,88% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana jun/24 0,40%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7 + Campo 8 + Campo 9
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	
4ª	30/08/2024			
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			
7ª	29/11/2024			
8ª	30/12/2024			
Pagamento com atraso				

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	mai/24		abr/24		mai/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.897,1**	**62,16**	**6.787,2**	**61,50**	**5.935,7**	**56,66**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-19,7	-0,18	-27,2	-0,25	11,8	0,11
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-819,0	-7,38	-783,2	-7,10	-750,1	-7,16
Dívida fiscal líquida	**7.735,9**	**69,72**	**7.597,6**	**68,84**	**6.674,0**	**63,71**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.604,4	68,53	7.474,6	67,73	6.667,2	63,64
Dívida externa líquida	-707,3	-6,37	-687,4	-6,23	-731,4	-6,98
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.923,8	53,39	5.826,0	52,79	5.006,3	47,79
Governos Estaduais	859,1	7,74	851,8	7,72	827,5	7,90
Governos Municipais	61,5	0,55	59,1	0,54	40,2	0,38
Empresas Estatais	52,7	0,48	50,2	0,46	61,7	0,59
Necessidades de financiamento do setor público	**mai/24**		**abr/24**		**mai/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.061,9**	**9,57**	**1.042,8**	**9,45**	**656,5**	**6,27**
Governo Federal**	871,2	7,85	843,3	7,64	471,1	4,50
Banco Central	107,3	0,97	110,7	1,00	110,2	1,05
Governo regional	73,5	0,66	80,6	0,73	68,5	0,65
Total primário	**280,2**	**2,53**	**266,5**	**2,41**	**-39,0**	**-0,37**
Governo Federal	-47,6	-0,43	-39,0	-0,35	-268,4	-2,56
Banco Central	0,5	0,00	0,7	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-23,6	-0,21	-17,8	-0,16	-21,5	-0,21

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de maio*

Discriminação	Janeiro-maio		Var.	maio		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**675,9**	**833,3**	**-18,89**	**229,1**	**212,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	446,9	540,1	-17,25	151,2	136,7	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	152,5	191,1	-20,20	50,7	47,7	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,6	102,2	-25,08	27,2	28,2	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**134,5**	**160,0**	**-15,92**	**36,5**	**35,2**	**3,87**
Receita líquida total	**541,4**	**673,3**	**-19,59**	**192,5**	**177,3**	**8,56**
Despesa Total	**521,0**	**623,4**	**-16,42**	**181,0**	**161,1**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	215,2	273,8	-21,38	81,1	69,3	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,6	113,2	-21,71	28,8	27,3	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	103,2	92,1	12,04	28,0	24,6	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	114,0	144,3	-21,02	43,2	39,8	8,41
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,4**	**50,0**	**-59,18**	**11,5**	**16,3**	**-29,44**

Discriminação	mai/24		abr/24		mai/23	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-51,94	-0,1	-15,50	0,1	-162,62
Discrepância estatística	0,3	-	-2,5	756,31	1,8	20,90
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-60,8**	**-**	**8,8**	**-**	**-44,9**	**-**
Juros Noniminais	**-66,5**	**-3,99**	**-69,3**	**24,42**	**-62,1**	**55,94**
Result. Nominal do Gov. Central	**-127,3**	**110,45**	**-60,5**	**5,01**	**-107,0**	**381,30**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

INÊS 249

INÊS 249

DM9



CONHEÇA OS PRODUTOS IMOBILIÁRIOS DO BOA VISTA VILLAGE, DISPONÍVEIS TAMBÉM PARA LOCAÇÃO COM AS JHSF RESIDENCES.



SURFSIDE RESIDENCES

2 a 4 suítes / 139 a 627 m²



GOLF RESIDENCES*

2 a 3 suítes / 220 a 500 m²



GRAND LODGE RESIDENCES

2 a 4 suítes / 135 a 486 m²



VILLAGE GARDENS & VILLAGE PARKS

Lotes a partir de 2.500 m²



VILLAGE HOUSES

Residências de campo exclusivas de 696 m², localizadas em terrenos individuais a partir de 2.030 m², numa região reservada



FAMILY OFFICES

Escritórios privativos, próximos ao Town Center, de 91 a 716 m²

O Village com cultura, liberdade, diversão e senso de comunidade, num projeto arquitetônico por Sig Bergamin, Murilo Lomas e Pablo Slemenson e paisagismo de Maria João d'Orey.

Reunindo lotes exclusivos em condomínios residenciais, além dos **Grand Lodge Residences**, **Surfside Residences**, **Golf Residences - com unidades para locação**, **Village Houses** e escritórios no **Family Offices**.



GOLF · SURF · TÊNIS · EQUESTRE · TOWN CENTER

SAIBA MAIS



VISITE O SHOWROOM • VENDAS: 11 3702.2121 • 11 97202.3702 • atendimento@centraldevendasfbv.com.br

*JHSF RESIDENCES

Relações externas Ao apresentar propostas a sherpas pela 1ª vez, C20 critica falta de prevenção a guerras

G20 falha em sanar riscos sistêmicos, diz grupo da sociedade civil



Luis Felipe Azevedo
"O Globo", do Rio

O Civil Society 20 (C20), grupo de engajamento que representa a sociedade civil no G20, entregou nesta quinta-feira, 4, um documento com recomendações políticas para o enfrentamento das múltiplas crises globais, como a climática, democrática e de desigualdade econômica. Esta foi a primeira vez que o C20 teve espaço de fala para apresentar as propostas na reunião com todos os sherpas das grandes economias do mundo.

No documento com recomendações gerais, as organizações e movimentos da sociedade civil apontam que o G20 "tem falhado em resolver efetivamente os riscos econômicos sistêmicos", além de seguir fomentando "modelos de produção e consumo insustentáveis, extrativistas e excludentes", que provocam as crises existentes.

Segundo o C20, o grupo mundial também "falhou em prevenir e acabar com guerras" — como a entre a Rússia e Ucrânia — e o "genocídio em curso na Palestina", assim como em "assistir países quando mais precisam, como o caso do Haiti".

Apesar de desafios globais crescentes, o C20 avalia existir solução e pede que o G20 implemente "urgentemente" medidas que considerem todos os grupos e populações em condições vulneráveis. Entre os pontos levantados pelo grupo, está a garantia da democracia, da laicidade e dos direitos humanos.

As organizações da sociedade civil também solicitam a promoção de políticas públicas baseadas em evidências, que sejam integralmente financiadas pelos Estados.

"Soluções existem, mas precisamos de governos tomadores de decisão e que estejam comprometidos a resolver problemas. Não precisamos de medidas paliativas", aponta Alessandra Nilo, sherpa do C20.

As políticas solicitadas devem incluir ações relacionadas a gênero, idade, antirracismo, deficiência e ao clima, "garantindo pleno acesso a trabalho decente, água, terra, moradia, segurança alimentar, educação universal, saúde e sistemas de proteção social".

No campo econômico, o C20 recomenda a substituição do índice de PIB per capita por um novo modelo que considere investimentos sociais, econômicos, climático e riscos para a definição de políticas globais.

O grupo também pede a implementação urgente de "planos de transição justa" baseados no desinvestimento em combustíveis fósseis, além da promoção de medidas de mitigação e adaptação climáticas mais ambiciosas e alinhadas ao cenário de 1,5°C.

> "Não avançaremos na transição energética sem um olhar especial socioeconômico"
> *Maiara Folly*

"Todos os biomas brasileiros estão conectados entre si e internacionalmente", explica o presidente do C20, Henrique Frota. "A percepção desta interdependência é uma mensagem da sociedade civil, que entende não existir uma transição adequada se não estiver olhando para a garantia das comunidades e territórios."

O C20 recomenda a promoção de políticas fiscais "progressivas e justas" baseadas na tributação de super-ricos e na redução de incentivos fiscais para setor privado e corporações que "geram externalidades sociais, econômicas e ambientais".


DIVULGAÇÃO

Alessandra Nilo: "Soluções existem, mas precisamos de governos tomadores de decisão e que estejam comprometidos a resolver problemas"

O fechamento de paraísos fiscais, a eliminação da lavagem de dinheiro e de brechas que facilitem a sonegação fiscal também constam entre os objetivos do grupo, que pede o fortalecimento de instrumentos de cooperação internacional do G20 e trocas de informações entre os países para realização deste trabalho de contenção.

Também é recomendada a reforma da estrutura de governança e práticas das instituições financeiras internacionais e bancos de desenvolvimento multilateral para, entre os objetivos, democratizar a governança da tomada de decisões, "garantindo voz igual e participação justa do Sul Global e da sociedade civil representativa".

O grupo pede também a redução da carga da dívida e seus custos, particularmente para países de baixa e média renda, entre os motivos, para liberação de recursos para a implementação da Agenda 2030 e climática.

Além disso, as organizações da sociedade civil pedem a garantia da deliberação pública, por meio de transparência e responsabilização sobre o desenvolvimento e uso da tecnologia. O C20 sugere a eliminação da concentração na economia digital e o redimensionamento dos desequilíbrios de poder entre países, plataformas digitais e usuários. Deste modo, o grupo propõe meios de garantir a privacidade dos dados, com olhar crítico ao uso de Inteligência Artificial (IA) em casos com potencial dano aos direitos humanos.

No campo social, o C20 trata sobre o combate à pobreza e a fome, além de recomendar um realinhamento da educação a uma abordagem baseada nos direitos humanos, com financiamento público. A garantia de representação paritária de mulheres na governança das instituições econômicas, sociais, e ambientais, de modo a garantir a coerência nas políticas internas e externas, também é destacada, além do reconhecimento particular de mulheres indígenas como guardiãs da terra e dos ecossistemas.

O documento ressalta a necessidade de proteção dos direitos, da segurança dos trabalhadores e da erradicação da exploração, além da responsabilização de corporações multinacionais e do setor privado "por suas práticas laborais e produtos". A medição da contribuição do trabalho de cuidado não remunerado e a redução da parcela desproporcional carregada por mulheres e meninas também está em pauta.

O fortalecimento dos sistemas de saúde, com a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos para todos, e de acesso à Justiça é destacado nas recomendações. O texto pede também o crescimento da segurança jurídica para organizações e movimentos da sociedade civil, ao mesmo passo que destaca a necessidade de redução de gastos militares e da produção de armas.

Também nesta semana, o C20 lançou uma declaração conjunta com o T20 — grupo que reúne think thanks e institutos de pesquisa do G20. O documento, que trata sobre economia, mudanças climáticas e digitalização, apresenta recomendações ao G20.

"Não vamos conseguir avançar na transição energética sem um olhar especial socioeconômico", avalia Maiara Folly, diretora-executiva da Plataforma Cipó e co-lead da Força-tarefa 02, "Ação Climática Sustentável e Transições Energéticas Justas e Inclusivas", do T20 Brasil. "O modelo atual é baseado em uma grande injustiça. Os países desenvolvidos foram os que mais poluíram, enquanto quem mais sofre as consequências são as nações em desenvolvimento, que não têm acesso a financiamento em termos justos para promover a ação climática."

Documento traz recomendações que vão de direitos humanos a tecnologia

"O Globo", do Rio

Veja os principais pontos do documento do C20:

Direitos humanos:
Propõe garantir a democracia e laicidade por meio de políticas públicas baseadas em evidências e integralmente financiadas pelos Estados.

Economia:
Recomenda a promoção de políticas fiscais globais progressivas e justas, além da redução da carga da dívida e seus custos para países de baixa e média renda.

Bancos:
Propõe a reforma da estrutura de governança e práticas das instituições financeiras internacionais.

Mudanças climáticas:
Recomenda a implementação de planos de transição justos, com desinvestimento em combustíveis fósseis e medidas de adaptação e mitigação climáticas mais ambiciosas.

Desigualdade social:
Propõe a erradicação da pobreza e da fome, garantindo empregos decentes, segurança e acesso a saúde e educação.

Mulheres:
Recomenda representação paritária na governança de instituições e a medição da contribuição do trabalho de cuidado não remunerado.

Trabalho:
Destaca a necessidade de proteger direitos e segurança dos trabalhadores e erradicar a exploração.

Saúde:
Recomenda garantir os direitos sexuais e reprodutivos para todos com serviços acessíveis e facilitados.

Segurança:
Propõe reduzir os gastos militares e a produção de armas, além de aumentar a proteção jurídica para organizações e movimentos da sociedade civil.

Tecnologia:
Pede a garantia da deliberação pública, além da transparência, responsabilização e aplicação sobre o desenvolvimento e uso digital.



NEOENERGIA S.A.
COMPANHIA ABERTA | RG.CVM 1553-9
CNPJ/MF nº 01.083.200/0001-18 | NIRE 33.300.266.003

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA, HORA E LOCAL: No dia 24 (vinte e quatro) do mês de junho do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 17:00 horas, na sede da Neoenergia S.A. ("Companhia"), localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 78, 4º andar. **CONVOCAÇÃO**: Realizada com observância do prazo de convocação previsto no parágrafo primeiro do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, com encaminhamento da documentação suporte correspondente. **PRESENÇA**: Presentes todos os senhores conselheiros da Companhia, que se manifestaram através da página WEB do Conselho. **MESA**: Jose Ignacio Sánchez Galán (Presidente) e Ivandro Maciel Sanchez Junior (Secretário). **ORDEM DO DIA**: **(1)** Neoenergia – Declaração de Juros Sobre Capital Próprio – 1º semestre 2024. **DELIBERAÇÕES**: Dando início aos trabalhos, **com relação ao item (1) da Ordem do Dia**, foi aprovada, pela unanimidade dos Conselheiros, a distribuição de Juros sobre Capital Próprio, com data base em 30/06/2024, no valor de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), correspondentes a R$ 0,1648591816 (zero vírgula um, seis, quatro, oito, cinco, nove, um, oito, um, seis) por ação ordinária, sem atualização monetária, para pagamento em dezembro de 2024. Terão direito ao recebimento todos aqueles acionistas constantes da base acionária da Companhia em 01/07/2024, sendo que as ações serão negociadas "ex-proventos" na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") a partir do dia 02/07/2024, inclusive, conforme aplicável. **ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA**: Foi, então, declarada como encerrada a reunião e lavrado, nos termos do artigo 33, inciso V, da Resolução CVM nº 80/2022, o presente extrato da ata, contendo exclusivamente as deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, o qual teve aprovação, sem restrições, da unanimidade dos senhores conselheiros presentes: o Sr. Jose Ignacio Sánchez Galán, Presidente do Conselho de Administração; Sr. José Sainz Armada; Sr. Santiago Martínez Garrido; Sr. Pedro Azagra Blazquez; Sr. Mario Ruiz-Tagle Larrain, Sr. Daniel Alcain; Sr. Eduardo Capelastegui Saiz; Sr. Denísio Liberato; Sr. Marcio de Souza; Sr. Cristiano Frederico Ruschmann; Sra. Marina Freitas Gonçalves de Araújo Grossi, Sr. Fernando Sabbi Melgarejo e Sra. Maria Fernanda da Rosa Martins Furtado Fernandes. **Confere com o extrato original lavrado em livro competente.** Rio de Janeiro/RJ, 24 de junho de 2024. **Ivandro Maciel Sanchez Junior -** Secretário. Jucerja. Certifico o arquivamento em 26/06/2024 sob o nº 00006310607. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

INÊS 249

Congresso Inclusão da carne na cesta básica desonerada ainda está em negociações

Pontos mais polêmicos da reforma tributária ficam de fora do parecer

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Guilherme Pimenta e Beatriz Olivon
De Brasília

Apresentado após 40 dias de discussão, o parecer do projeto de lei de regulamentação da reforma tributária trouxe dezenas de mudanças que foram consenso entre os integrantes do grupo de trabalho da Câmara — e, portanto, consenso também com o governo, representado pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). Mas os pontos mais polêmicos ainda serão decididos em negociações nos próximos dias.

O GT entregou ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), uma lista de pontos em que não havia consenso e que devem ser decididos "no voto": a inclusão de carnes e sal na cesta básica (com alíquota zero do novo IVA); a regra de transição para as locadoras de veículos; as listas de medicamentos com alíquota 0%, 10,6% e cheia (26,5%); se os planos de saúde contratados pelas empresas darão direito a créditos para elas; a taxação de armas de fogo com o Imposto Seletivo; e o percentual de devolução de impostos para a população de baixa renda (o "cashback") nas contas de água, luz e esgoto.

Lira, e os próprios integrantes do GT, vão continuar as negociações agora. Uma reunião do grupo já está marcada para segunda-feira, às 18h, com a bancada de deputados da região Norte para falar sobre a Zona Franca de Manaus e a aviação regional. No caso da zona franca, a disposição do grupo é não alterar em nada o projeto enviado pelo governo. Na aviação regional, o GT definiu que apenas voos em rotas com menos de 600 passageiros/dia terão redução na alíquota do IVA e pagarão 15,6%. A mudança, afirmou um deles ao **Valor**, ocorreu a pedido das próprias aéreas.

Ontem à noite, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pediu regime de urgência constitucional para o projeto, num ato publicado em edição extra do "Diário Oficial da União". Isso pode acelerar o prazo de apresentação de emendas pelos partidos e faz com que a proposta entre diretamente no plenário após 45 dias, mas a Câmara pretende votá-la antes. Na opinião de técnicos, o requerimento serve mais para demonstrar apoio ao avanço da reforma e pressão para que o Senado imponha um ritmo mais célere à proposta.

A questão mais polêmica, desde o envio do projeto pelo governo, são os itens da cesta básica, que não pagarão nada do IVA. Produtos como arroz, feijão e leite estão nesse rol de 18 produtos, mas a bancada ruralista, os supermercados e o presidente Lula defendem a inclusão de carnes — que estão na lista que pagará 10,6% do imposto ou, no caso de cortes mais nobres, como salmão, na alíquota cheia, de 26,5%.

Há também demandas para os queijos mais populares e sal, mas os deputados do GT e Lira decidiram compartilhar essa decisão com o plenário porque, caso aceitem, haverá aumento da alíquota-padrão para 27,1%. Um único produto foi aceito na cesta básica no parecer: o óleo de babuçu, hidratante feito da planta de mesmo nome que, na medicina popular, efeitos anti-inflamatórios e cicatrizantes.

Segundo apurou o **Valor**, a razão para esta escolha foi um acordo político entre os deputados para inserir os óleos feitos de plantas regionais na cesta básica zerada. Com o recuo na inclusão das carnes, o GT preferiu deixar também os óleos de fora, mas o deputado Hildo Rocha (MDB-MA) bateu o pé e o produto, muito popular no Maranhão e Piauí, foi o único mantido.

Outro assunto polêmico é a taxação dos medicamentos. Há três listas: desonerada, principalmente para remédios contra o câncer; com tributação favorecida, que pagarão 10,6%; e outra com alíquota cheia, em que estão dipirona, paracetamol e outros anti-inflamatórios. O setor pressionava por redução no preço, mas os deputados preferiram manter a tabela como está, para não afetar a alíquota geral.

Mas fizeram uma alteração: o viagra (sildenafil), usado para disfunção erétil e hipertensão pulmonar, não pagaria o IVA na versão do governo. Os deputados resolveram taxá-lo em 10,6%. Isso foi um movimento casado, após protestos de movimentos feministas nas audiências públicas. No lugar, reduziram a zero a taxação de itens de saúde menstrual, como absorventes.

O polêmico Imposto Seletivo, criado pela reforma para desestimular o consumo de bens e serviços que fazem mal à saúde e ao ambiente, passará a incluir carros elétricos, concursos de prognósticos (loterias, apostas e sorteios) e "fantasy games" (em que o jogador simula uma equipe esportiva e ganha ou perde em cima dos resultados no mundo real). Armas de fogo, contudo, ficaram de fora, e terão a mesma tributação de uma geladeira ou fralda, mas isso ainda pode mudar por emenda no plenário. "É muito melhor desonerar [na reforma tributária] alimentos do que armas", disse na quinta-feira o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB).

O GT decidiu manter a incidência do Imposto Seletivo sobre embarcações e aeronaves, cigarros e produtos com tabaco, bebidas alcoólicas e açucaradas e bens minerais extraídos (minério de ferro e petróleo), além de automóveis, mas excluiu os caminhões, independentemente do combustível utilizado. "O Brasil é um país de modal rodoviário. Isso iria para o frete. Não adianta dar com uma mão e tirar com a outra", afirmou o deputado Claudio Cajado (PP-BA).

O parecer ainda fez mudanças para contemplar setores com muitos votos e facilitar a aprovação. Os bares e restaurantes passarão a ter direito ao regime de créditos e poderão excluir os gastos com entregas ("delivery") da base de cálculo do imposto. Houve também redução na carga tributária para a construção civil, determinação de que os fornecedores da administração pública só quitarão os impostos após receberem o pagamento, aprimoramento no sistema de créditos e no "split payment" (que fará a distribuição automática dos tributos com os Estados e municípios e agilizará o creditamento dos tributos para as empresas).

Ver também página C2

Relatório parcial

Texto ainda será negociado até a votação em plenário

O que o GT sugeriu mudar no projeto do governo

Carros elétricos, fantasy games, loterias e jogos de azar pagarão Imposto Seletivo	**Bares e restaurantes** passarão para o regime **não cumulativo e poderão usar créditos**
Caminhões não serão mais taxados com o Imposto Seletivo	**Voos regionais só terão alíquota reduzida (de 15,9%*)** se a rota tiver menos de 600 passageiros/dia
Ressarcimento do crédito em dinheiro cairá de 75 dias para 45 dias para quem aderir a programa de conformidade	**Fiagro e FIIs podem ser contribuintes do IBS/CBS** e entrar no sistema de crédito se quiserem
Split payment terá três modelos: **inteligente, manual e simplificado**	**Aumenta de R$ 120 mil para R$ 150 mil** o valor do veículo que o PCD poderá comprar com benefício tributário
Cria o "nanoempreendedor", com faturamento de até R$ 40,5 mil anuais, que **não pagará CBS/IBS**	**Excluído limite de R$ 3,6 milhões de faturamento anual** para produtor rural integrado não ser contribuinte do IBS/CBS
Viagra estava isento e passará a pagar 10,6%*	**Construção civil passou a fazer parte do regime específico imobiliário,** com redução nas alíquotas
Itens de saúde menstrual, como absorventes, pagariam 10,6%* e **agora estão isentos**	**Novas hipóteses de redução da base de cálculo** para a instituições financeiras
Fornecedor do poder público **só pagará imposto no momento em que receber pelo serviço**	

Principais pontos mantidos no projeto do governo

Carnes ficaram de fora da cesta básica e pagarão 10,6%* de IVA	Armas de fogo continuarão livres de Imposto Seletivo
Medicamentos terão três listas diferentes e anti-inflamatórios pagarão alíquota cheia (26,5%*)	Falta de regra de transição para setores de grande ativo imobilizado, como locadoras e saneamento

Fonte: Parecer do grupo de trabalho da reforma tributária. * Estimativa se a alíquota cheia do IBS/CBS ficar em 26,5%

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL



Lopes: representante do governo no grupo de trabalho concordou em fechar parecer apenas com pontos consensuais

Alíquotas para construção civil são reduzidas

De Brasília

O regime específico para o setor imobiliário na reforma tributária passou a incluir a construção civil e prevê alíquotas mais vantajosas. O desconto passou de 20% para 40% na compra e venda, administração e intermediação. Já operações de locação, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis terão a redução de 60%.

As mudanças constam no parecer apresentado pelo grupo de trabalho da reforma tributária da Câmara dos Deputados.

Hoje o setor imobiliário tem regimes de tributação especiais com alíquotas mais baixas, por isso pleiteava ampliar o redutor. Muitas empresas estão sujeitas ao Regime Específico de Tributação (RET) da atividade imobiliária, em que pagam no máximo 4% — reunindo PIS, Cofins, IR e CSLL, sem incidir ICMS e ISS. O regime será mantido pelo governo, reduzido a 1,9% e contemplando apenas IR e CSLL. Ainda haverá a incidência de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) na alíquota reduzida.

Empresas que não estão no RET pagam hoje 3,65% ou 9,25% de PIS e Cofins, a depender se estão no regime cumulativo ou não, mais 25% de IR e 9% de CSLL. Empresas imobiliárias, com exceção de atividade de administração de bens imóveis, em geral não pagam ICMS e ISS.

Por isso, a partir da apresentação do projeto pela Secretaria Especial de Reforma Tributária, o setor vinha pedindo adequações. Agora, conseguiram reduzir em 40% e 60% a alíquota-padrão do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que é estimada em 26,5%, sendo 17,7% de IBS e 8,8% de CBS. Augusto Coutinho (Republicanos-PE) explicou que a construção civil é um setor relevante e que gera muitos empregos.

Segundo o tributarista Marcel Alcades, sócio do escritório Mattos Filho, mesmo a redução em 40% ainda gera aumento de carga para o setor, principalmente para incorporação e locação fora de programas para baixa renda como Minha Casa Minha Vida.

"Ficou melhor. Ainda é mais oneroso do que o que temos hoje, com exceção do Minha Casa Minha Vida, mas ficou melhor do que era, especialmente pela redução de alíquota", afirma Alvades.

Também foi atendido pleito sobre o redutor de ajuste, que é um ajuste da base de cálculo em decorrência de nunca ter havido incidência do IVA. Ele será corrigido pelo IPCA (ou por outro índice que vier a substituí-lo) até a data de alienação do bem imóvel. O redutor consiste em retirar do valor de venda de um imóvel o de aquisição, agora atualizado.

O parecer altera ainda a base de cálculo, que passou a ser o valor da operação de alienação de bem imóvel enquanto antes poderia ser valor de referência (cujo método de cálculo o regulamento iria estabelecer) ou o valor de alienação do bem imóvel, o que fosse maior.

Segundo o tributarista Renato Stanley, sócio do Stocche Forbes Advogados, a mudança na base de cálculo atende a uma crítica sobre o valor de referência, que era uma "importação" do que ocorre hoje com o ITBI em desfavor do contribuinte. Além disso, destacou, a correção do valor de redução da base de cálculo para o custo de aquisição.

O texto mantém o redutor social, um "desconto" na base de cálculo do imóvel residencial novo de R$ 100 mil. E adiciona previsões de redução de R$ 30 mil no lote residencial e de R$ 400 nos aluguéis.

Em tese todas as operações de imóveis realizadas por pessoa física não têm incidência de IBS e CBS. Mas o parecer manteve a ressalva de não incidência desde que o imóvel "não seja utilizado de forma preponderante" nas atividades econômicas da pessoa física. Isso, segundo Alcades, indica que, se essa for a principal atividade da pessoa física, ela será tributada. Hoje, essas operações pagam apenas imposto de renda sobre aluguel ou venda, e não recolhem ICMS, ISS, PIS e Cofins. *(BO, GP, MR e RDC)*

Para especialistas, pendências não foram resolvidas

Marcelo Osakabe, Marsílea Gombata e Marta Watanabe
De São Paulo

O parecer do grupo de trabalho (GT) da Câmara sobre a regulamentação da reforma tributária esclarece algumas dúvidas, mas não resolve todas as pendências, dizem especialistas. Na avaliação deles, deputados acertaram ao não incluir a carne na cesta básica, que tem tributação zerada e foi um pleito do presidente Lula, mas erraram ao deixar as armas de fora do Imposto Seletivo (IS).

Um ponto positivo é que o número de exceções não aumentou muito, diz Felipe Salto, economista-chefe e sócio da Warren Investimentos e ex-secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo. Isso, pondera, ainda pode acontecer durante a votação em Plenário. "O governo conseguiu segurar, mas continuo bastante cético em relação à reforma."

Thais Shingai, sócia da Mannrich e Vasconcelos Advogados, diz que incluir a carne na cesta básica "não é a melhor forma de fazer distribuição de renda". "É melhor focar o 'cashback' do que elevar ainda mais a alíquota de referência", afirma, citando o sistema que prevê devolução, às famílias pobres, de parte do imposto pago.

Segundo Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos, colocar a carne na cesta poderia elevar em cerca de 0,5 ponto percentual a alíquota de referência do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), calculada pelo governo em 26,5%, em média. Uma alíquota em 27% seria igual à da Hungria, país que tem o IVA mais alto do mundo, nota Leal.

Shingai critica, porém, a decisão de deixar as armas de fora do IS. "São bens que claramente geram prejuízos à saúde", afirma.

Caso essa posição prevaleça, a indústria de armas será beneficiada por uma enorme queda de tributação, de 89,25% para 26,5%, alertam entidades da sociedade civil em carta aos deputados. "Ou seja, armas de fogo passarão a sofrer a mesma tributação de flores, fraldas, brinquedos e perfumes", diz a carta, que começou por iniciativa do Grupo de Pesquisa Tributação e Gênero da FGV Direito São Paulo e reunia, até ontem, 66 entidades.

Por outro lado, Bianca Xavier, professora da FGV Direito Rio, se diz especialmente surpreendida com a tributação dos carros elétricos no âmbito do IS. "Não desconhecemos os estudos sobre aspectos poluentes do carro elétrico, mas temos de entender qual comportamento o legislador quer do cidadão. Em vez de tributar o carro e o petróleo, deveriam ser tributados a gasolina, o óleo diesel e demais combustíveis, que são os elementos poluentes na equação", afirma. Para Xavier, o Congresso não vem debatendo da maneira adequada os impactos da reforma e atropela as discussões.

Na avaliação Leal, a estratégia parece ter sido colocar o IS para fechar a conta da alíquota de referência do IVA, considerando a neutralidade tributária. Leal considera positiva a ampliação do IS para, por exemplo, jogos de azar.

> "É melhor focar o 'cashback' do que elevar mais a alíquota de referência"
> *Thais Shingai*

Entre os receios do empresariado que foram endereçados pelo GT, Shingai destaca o esclarecimento sobre a incidência do IBS/CBS sobre doações onerosas. Segundo ela, o texto original gerava apreensão de tributação sobre ampla gama de transações dentro de empresas do mesmo grupo. A nova redação, diz, deixou claro que ela só vai ocorrer se houver contrapartida por serviço ou operação realizada pela doação feita.

"Também foi previsto, de maneira expressa, que os novos tributos não deverão incidir em juros sobre o capital próprio; fundos de investimento não são contribuintes de IBS/CBS; diversos serviços essenciais serão tributados só no momento do pagamento e que a aplicação das alíquotas reduzidas não implicará estorno de créditos", diz Renato Caumo, sócio de Pinheiro Neto Advogados.

Outro ponto destacado é a criação do "nanoempreendedor", aquele que realiza transações, mas não precisa se inscrever como contribuinte do IBS/CBS. Shingai diz que o mecanismo está em linha com a experiência internacional, mas critica o limiar para se enquadrar na categoria, de R$ 40 mil. Na Europa, a média de faturamento é de 40 mil euros, exemplifica.

Leal tem opinião diferente. Para ele, há risco de o tratamento se tornar, para o IVA, o que o Simples Nacional é para os tributos federais. Regime especial direcionado a pequenas empresas, o Simples é apontado como uma das maiores renúncias tributárias do governo.

Em relação ao split payment, os deputados também atenderam, segundo Shingai, uma preocupação de empresas e bancos no sentido de garantir que eles não sejam responsabilizados por fiscalizar a aderência das informações prestadas à realidade ou o recolhimento correto por parte de fornecedores ou clientes. O split payment é um mecanismo em que se vincula a nota fiscal à transação de pagamento, sendo possível separar do valor os IBS/CBS devidos. Plataformas digitais, por outro lado, ainda podem ser responsabilizadas por fiscalizar o recolhimento e emissão de nota fiscal por parte dos vendedores que usam a plataforma, um ponto que precisa ser melhorado, na avaliação de Shingai.

Congresso Mudança afeta pagamento e distribuição de tributos à União, Estados e municípios

'Split payment' terá três modalidades

Guilherme Pimenta, Raphael Di Cunto, Beatriz Olivon e Marcelo Ribeiro
De Brasília

O parecer do grupo de trabalho (GT) da reforma tributária alterou as regras do "split payment", criando três modalidades para o sistema, com o intuito de permitir que ele seja realizado de forma concomitante para todos os arranjos de pagamentos, como boletos, Pix e cartão de débito e crédito.

O "split payment" é o mecanismo que permitirá a quitação e distribuição automática dos impostos à União, Estados e municípios. Na avaliação de técnicos do governo, ele também será fundamental para o ressarcimento rápido dos créditos tributários e para a redução da inadimplência, da sonegação e fraudes.

A mudança no texto do governo Lula (PT) tem o objetivo de não prejudicar nenhum dos meios de pagamento na transição para o novo modelo, que ainda será desenvolvido pelo Executivo e é tido como a base da reforma sobre o consumo.

O mecanismo vincula a nota fiscal à transação de pagamento, sendo possível separar do valor pago o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, estadual e municipal) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, federal) devidos, entregando para o vendedor a diferença já sem os tributos. Além disso, como o recolhimento é automático, visa coibir a sonegação fiscal.

O parecer traz três modalidades para o modelo, diferentemente do texto enviado pela Fazenda, que só previa um tipo de "split payment". Agora, ele foi dividido em "inteligente", "simplificado" e "manual".

O modelo "inteligente" prevê que o meio de pagamento deve consultar o sistema da Receita Federal e do Comitê Gestor do IBS para recolher apenas a diferença entre o valor que incidiria na operação e quanto do imposto já foi pago mediante compensação de créditos ao fornecedor. Na avaliação de técnicos da Fazenda, isso assegura que não haja retenção em excesso do contribuinte.

Já o "simplificado" é reservado para vendas no varejo para não contribuintes, em operação na qual é realizada a segregação de um percentual fixo de IBS/CBS. O sistema é opcional ao fornecedor e a alíquota de retenção será definida em conjunto pela Receita e Comitê Gestor.

Por último, o "split payment" "manual" servirá para os pagamentos fora do sistema financeiro, para quem comprar com dinheiro ou cheque, meios que não forem eletrônicos.

> "Conseguimos avançar no modelo do 'split payment'"
> *Hildo Rocha*

Em qualquer caso, os meios de pagamento são responsáveis apenas pelo recolhimento, não sendo responsáveis em caso de inadimplência ou erro nas informações prestadas. "Conseguimos avançar no modelo", avaliou o deputado Hildo Rocha (MDB-MA), integrante do GT, em entrevista aos jornalistas.

"A apropriação do crédito vinculada ao pagamento do débito está condicionada à implementação de uma dessas modalidades de 'split'. Essa é a principal mudança positiva", explicou um técnico da Fazenda.

Além disso, o parecer determinará que será aprovado um orçamento pelo Poder Executivo e pelo comitê-gestor do IBS para desenvolvimento, operação e manutenção do sistema, de forma a garantir seu funcionamento, o que causa preocupações entre as empresas. E que, se não for adotado, as empresas poderão utilizar os créditos sem a exigência de que o fornecedor tenha pagado corretamente seus impostos.

O parecer também reduziu o prazo de ressarcimento para os créditos em dinheiro para empresas que aderirem a programas de conformidade desenvolvidos pelo comitê-gestor do IBS e pela Receita. Nesses casos, o pagamento ocorrerá em até 45 dias após a solicitação. O contribuinte que não fizer parte desses programas teve mantido o prazo de 75 dias.

Também foi reduzido o prazo para quitação de créditos fora do padrão, que representem valores muito superiores à média mensal de créditos apropriados pelo contribuinte. O governo tinha sugerido uma devolução em até 285 dias, mas os parlamentares reduziram para 185 dias. Haverá ainda a possibilidade de uma fiscalização especial por mais 360 dias.

Esses prazos são utilizados para empresas que não possuem impostos suficientes para gastarem todos os seus créditos dentro da cadeia produtiva. O imposto pago pelo fornecedor gera um crédito para ser abatido do imposto devido pelo comprador. A empresa contratante utiliza esses créditos para quitar seus impostos com a União, Estado ou município.

Caso não tenha outros tributos a abater, o projeto permite um ressarcimento em dinheiro. Mas, para as empresas, os prazos estabelecidos pelo governo eram muito longos e as obrigavam a buscar meios mais caros para financiar seu capital de giro, como empréstimos. Os deputados abrandaram esses prazos, embora com algumas restrições.

Se o governo atrasar os pagamentos além desse prazo, terá que corrigir os valores pela Selic, taxa básica de juros da economia. Neste ponto, as empresas pediam uma remuneração maior para evitar a retenção de créditos, mas o pedido não foi atendido pelo GT.

Atendido, agronegócio tende a aprovar parecer

De Brasília

Apesar da irritação com a decisão do grupo de trabalho da regulamentação da reforma tributária de não incluir a carne e outros produtos, como o queijo, na cesta básica com alíquota zero, o setor do agronegócio foi atendido em outras demandas, como a exclusão do teto de faturamento do produtor rural integrado para continuar no crédito presumido.

As concessões aos ruralistas sustentam a confiança dos integrantes do GT de que a bancada comandada por Pedro Lupion (PP-PR) não vai impor tantas dificuldades para o avanço da proposta em plenário na próxima semana.

Na véspera da apresentação do parecer pelo GT, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), posicionou-se publicamente contra a inclusão da carne na cesta básica, o que inflamou parlamentares da bancada ruralista. Lupion rebateu as críticas de que a bancada seria responsável por uma elevação da alíquota geral, ao defender a inclusão da carne na cesta básica. "Isso a gente não vai aceitar de jeito nenhum. A nossa preocupação é com o setor inteiro", disse Lupion em uma reunião com correligionários.

A aliados, o paranaense afirmou que a não inclusão teria potencial de impor um comportamento da bancada de resistir ao avanço mais tranquilo da matéria. Apesar dessas sinalizações, membros do GT acreditam que os ruralistas não terão essa postura, já que são beneficiados por outros pontos da proposição.

"Se não estiverem satisfeitos, podem apresentar destaques e resolveremos na votação", avaliou um integrante do colegiado.

O advogado e consultor do Instituto Pensar Agropecuária (IPA) Eduardo Lourenço, entidade ligada à bancada, admite que o texto apresentado pelo GT melhorou em alguns pontos. Ele destaca, porém, que outras mudanças são necessárias para que o setor não seja prejudicado. "Há espaço para isso. Por exemplo, devem ser feitos ajustes [no] tamanho da cesta básica, correto tratamento dos créditos tributários e o conceito de insumos e produtos agropecuários, sem falar no imposto seletivo."

Mas esses pleitos deverão ser discutidos diretamente no plenário. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicou em edição extra do "Diário Oficial da União" pedido de tramitação em regime de urgência. Integrantes do grupo de trabalho também já coletam assinaturas com esse objetivo, para que a proposta de regulamentação da reforma tributária não tenha que passar pelas comissões temáticas da Casa. *(MR, RDC, BO e GP)*

PABLO VALADARES/CÂMARA DE DEPUTADOS — 14/6/2023



Lupion: "Não vamos aceitar isso. A nossa preocupação é com o setor inteiro"

No interior de SP, Lula critica Tarcísio e bolsonarismo

Lucas Ferraz e Renan Truffi
De Campinas e Salto (SP) e Brasília

A inauguração de obras federais em Campinas (SP) e a entrega de ambulâncias pelo governo federal em Salto (SP) na quinta-feira (4) foi marcada por críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aliados ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A contraposição entre o atual governo com o anterior marcou a cerimônia que entregou obras viárias do BRT e de um viaduto em Campinas, ambos construídos com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) — a previsão das autoridades é que as obras atenderão 40% da população do município, cuja população estimada no último censo é de 1,1 milhão de pessoas.

"Duvido que o governador de São Paulo tivesse conseguido aprovar R$ 12 bilhões no BNDES em outro governo. Só conseguiu porque sou republicano, respeito todo mundo. Não quero casar com o governador, já sou casado, só quero uma relação de respeito, civilizada", afirmou o presidente.

O prefeito de Campinas, Dário Saadi (Republicanos), aliado de Jair Bolsonaro, estava no palco ao lado de Lula e foi vaiado ao ter o nome anunciado. Saadi vai tentar a reeleição ao lado do vice, Wanderley Almeida, que é do PSB, partido do vice-presidente Geraldo Alckmin, e terá como adversário, muito provavelmente, um candidato do PT que também estava presente, Pedro Tourinho, suplente que vai assumir nos próximos dias o mandato do deputado federal Rui Falcão (PT) — de licença para auxiliar na campanha de Guilherme Boulos (Psol) em São Paulo, pleito considerado chave para o futuro do partido e do governo.

"O prefeito está convidado, ele é autoridade local. Faço questão de convidar todas as autoridades locais, é uma questão de respeito. É uma coisa que quero dar e gosto de receber", respondeu Lula.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, também criticou Tarcísio. Mercadante disse que o governador precisa respeitar o pacto federativo e reconhecer os investimentos e recursos do governo federal empregados em São Paulo. "Ao contrário do que acontecia no governo anterior, este governo não discrimina a oposição", disse.

Mais cedo, em Salto, na primeira parada de sua agenda pelo interior paulista, Lula criticou Tarcísio, que segundo ele não vai a "nenhum lugar que eu convido". O prefeito de Salto, o bolsonarista Laerte Sonsin Jr., do PL, foi convidado e também não apareceu. "Pena, o governador poderia vir com a gente. Ele não vem em nenhum lugar que convido. Ele está convidado, mas não vem. Disse que o dinheiro é do BNDES, não é do Lula. Mas no governo deles, o BNDES não emprestava um centavo", disse Lula ao entregar ambulância do Samu em Salto.

> "Não quero casar com o governador, só quero uma relação civilizada"
> *Presidente Lula*

"Preciso governar não para as pessoas do PT, mas para as pessoas do país. De todos os partidos. O governador não precisa gostar de mim. Tenho que cuidar dessa gente sem perguntar se ela gosta de mim ou não. Não interesse se é Palmeiras, Corinthians, evangélico ou católico", afirmou o presidente.

As ausências de Tarcísio começaram no início do ano, após bolsonaristas demonstrarem irritação com o fato de o governador de São Paulo ter subido num palanque com Lula para anúncio da obra do túnel Santos-Guarujá, no litoral do Estado. O evento gerou desconforto na oposição porque tanto Lula quanto Tarcísio trocaram acenos durante a cerimônia.

No fim de semana, durante cerimônia para anúncio de obras do Metrô na capital paulista, o presidente manifestou em público sua contrariedade com a ausência de Tarcísio e também do prefeito da capital, Ricardo Nunes (MDB). Bolsonaro apoia a pré-candidatura à reeleição de Nunes.

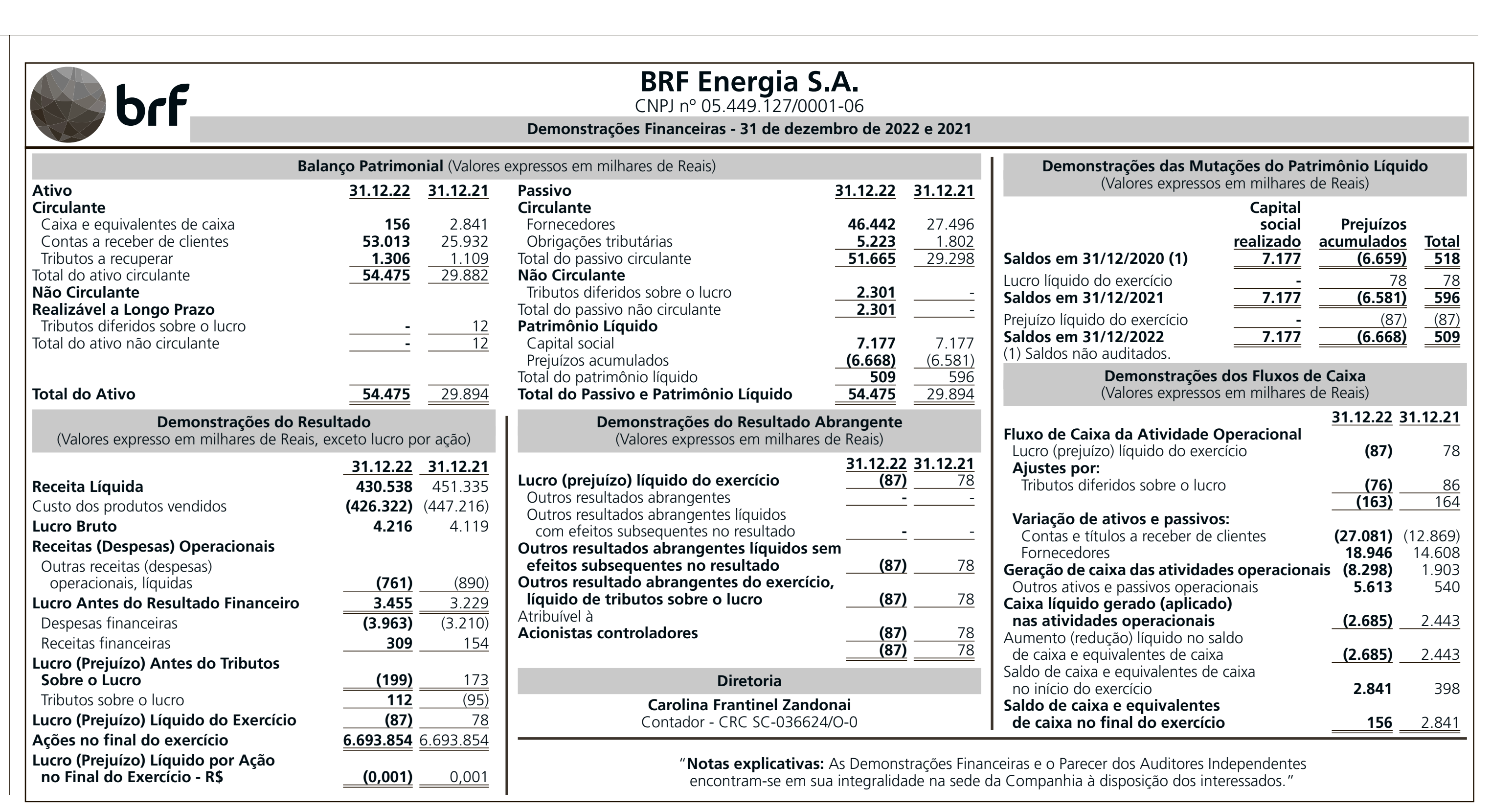
No evento em Salto, Lula estava acompanhado do vice-presidente Geraldo Alckmin, presença constante nas visitas presidenciais em cidades do interior paulista (Alckmin governou o Estado por 14 anos, em dois momentos distintos). Estavam presentes também os ministros Nísia Trindade (Saúde), Luciana Santos (Ciência e Tecnologia) e Márcio França (Empreendedorismo).

Durante seu discurso sobre a importância do Samu, Lula chamou Bolsonaro de "irresponsável" pela postura negacionista durante a pandemia de covid-19. "Resolvemos renovar outra vez a frota do Samu após um longo e tenebroso inverno. Não tem nenhum país no mundo com mais de 100 milhões de habitantes que tenha um Sistema Único de Saúde (SUS) como o nosso. E aí veio a covid num momento em que tínhamos um governante irresponsável. Foram os nossos companheiros do Samu que continuaram tentando salvar a vida das pessoas. Eu nunca vi na história da sociedade brasileira alguém inventar remédio da malária para cuidar da covid. Graças a Deus, prevaleceu a verdade e o SUS está aqui", acrescentou.

Em Campinas, ao relembrar momentos e programas de seus dois mandatos anteriores na Presidência, entre 2003 e 2010, Lula afirmou ter ficado chocado ao voltar ao Palácio do Planalto e ver a descontinuidade do programa Minha Casa, Minha Vida.

O presidente também participou em Campinas do lançamento da pedra fundamental do Orion, um complexo de laboratórios de biossegurança máxima que é orçado em R$ 1 bilhão. A obra também faz parte do Novo PAC, razão das viagens do presidente aos dois municípios paulistas. O Orion foi apresentado como um projeto capaz de "alavancar a ciência brasileira", como disse a ministra Luciana Santos, de Ciência e Tecnologia.

Os dois municípios visitados por Lula deram vitória a Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022. Em Salto, Bolsonaro recebeu o equivalente a 61,24% do total dos votos da cidade, contra 38,76% de Lula. Em Campinas, Bolsonaro venceu Lula por 56,22% a 43,78%.



BRF Energia S.A.
CNPJ nº 05.449.127/0001-06
Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2022 e 2021

Balanço Patrimonial (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	31.12.22	31.12.21
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	156	2.841
Contas a receber de clientes	53.013	25.932
Tributos a recuperar	1.306	1.109
Total do ativo circulante	54.475	29.882
Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Tributos diferidos sobre o lucro	-	12
Total do ativo não circulante	-	12
Total do Ativo	54.475	29.894

Passivo	31.12.22	31.12.21
Circulante		
Fornecedores	46.442	27.496
Obrigações tributárias	5.223	1.802
Total do passivo circulante	51.665	29.298
Não Circulante		
Tributos diferidos sobre o lucro	2.301	-
Total do passivo não circulante	2.301	-
Patrimônio Líquido		
Capital social	7.177	7.177
Prejuízos acumulados	(6.668)	(6.581)
Total do patrimônio líquido	509	596
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	54.475	29.894

Demonstrações do Resultado
(Valores expresso em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	31.12.22	31.12.21
Receita Líquida	430.538	451.335
Custo dos produtos vendidos	(426.322)	(447.216)
Lucro Bruto	4.216	4.119
Receitas (Despesas) Operacionais		
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(761)	(890)
Lucro Antes do Resultado Financeiro	3.455	3.229
Despesas financeiras	(3.963)	(3.210)
Receitas financeiras	309	154
Lucro (Prejuízo) Antes do Tributos Sobre o Lucro	(199)	173
Tributos sobre o lucro	112	(95)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(87)	78
Ações no final do exercício	6.693.854	6.693.854
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação no Final do Exercício - R$	(0,001)	0,001

Demonstrações do Resultado Abrangente
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31.12.22	31.12.21
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(87)	78
Outros resultados abrangentes	-	-
Outros resultados abrangentes líquidos com efeitos subsequentes no resultado	-	-
Outros resultados abrangentes líquidos sem efeitos subsequentes no resultado	(87)	78
Outros resultado abrangentes do exercício, líquido de tributos sobre o lucro	(87)	78
Atribuível à		
Acionistas controladores	(87)	78
	(87)	78

Diretoria
Carolina Frantinel Zandonai
Contador - CRC SC-036624/O-0

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social realizado	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020 (1)	7.177	(6.659)	518
Lucro líquido do exercício	-	78	78
Saldos em 31/12/2021	7.177	(6.581)	596
Prejuízo líquido do exercício	-	(87)	(87)
Saldos em 31/12/2022	7.177	(6.668)	509

(1) Saldos não auditados.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31.12.22	31.12.21
Fluxo de Caixa da Atividade Operacional		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(87)	78
Ajustes por:		
Tributos diferidos sobre o lucro	(76)	86
	(163)	164
Variação de ativos e passivos:		
Contas e títulos a receber de clientes	(27.081)	(12.869)
Fornecedores	18.946	14.608
Geração de caixa das atividades operacionais	(8.298)	1.903
Outros ativos e passivos operacionais	5.613	540
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(2.685)	2.443
Aumento (redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(2.685)	2.443
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.841	398
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	156	2.841

"**Notas explicativas:** As Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes encontram-se em sua integralidade na sede da Companhia à disposição dos interessados."

INÊS 249

Judiciário Grupo de 12 pessoas é acusado de lavagem de dinheiro, peculato e associação criminosa

Bolsonaro e Mauro Cid são indiciados em caso de desvio de joias

Isadora Peron, Flávia Maia e Mariana Assis
De Brasília

A Polícia Federal (PF) concluiu o inquérito das joias nesta quinta-feira e apontou o indiciamento de Jair Bolsonaro (PL) e outras 11 pessoas, entre elas o tenente-coronel Mauro Cid, que foi ajudante de ordens do ex-presidente. O grupo teria atuado no desvio de itens de luxo que Bolsonaro recebeu quando estava no governo. Os crimes apontados são de lavagem de dinheiro, peculato e associação criminosa.

Agora, o relatório final será enviado ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). O próximo passo é ele encaminhar o processo à Procuradoria-Geral da República (PGR). É a partir desse momento que o procurador-geral da República, Paulo Gonet, vai analisar o material e decidir se há evidências para apresentar uma denúncia contra o ex-presidente. Ele também pode optar por pedir o arquivamento da investigação ou requisitar novas diligências.

Segundo interlocutores da PGR, se Gonet estiver convencido de que há elementos para apresentar uma denúncia contra o ex-mandatário, isso será feito antes de 16 de agosto, quando começa oficialmente a campanha eleitoral. A data foi estabelecida para que a medida não seja vista como uma interferência nas eleições municipais de outubro.

Entre os indiciados, também está o general da reserva Mauro Cesar Lourena Cid, pai do ex-ajudante de ordens, e outros dois assessores de Bolsonaro na Presidência, Osmar Crivelatti e Marcelo Câmara, além dos advogados Fabio Wajngarten e Frederick Wassef.

A PF também indiciou Bento Albuquerque (ex-ministro de Minas e Energia Bento), José Roberto Bueno Júnior (ex-chefe de gabinete de Albuquerque), Marcos André dos Santos Soeiro (ex-assessor de Albuquerque), Marcelo da Silva Vieira (ex-chefe do Gabinete Adjunto de Documentação Histórica da Presidência da República) e Julio Cesar Vieira Gomes (auditor e ex-chefe da Receita Federal).

A investigação sobre o caso das joias começou em março do ano passado, após o jornal "O Estado de S. Paulo" revelar que, em outubro de 2021, integrantes do governo Bolsonaro tentaram entrar irregularmente no Brasil com um kit entregue pelo governo da Arábia Saudita que continha peças cravejadas de diamantes.

O pacote estava com um dos assessores de Bento Albuquerque e foi apreendido pela Receita Federal no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. Na ocasião, o próprio ministro tentou convencer os agentes a liberarem os diamantes.

> "Estou passando por tudo isto apenas por defender Bolsonaro"
> *Frederick Wassef*

A partir dessas informações, a Polícia Federal instaurou um inquérito e, em agosto de 2023, deflagrou a Operação Lucas 12:2, que teve como alvos o pai de Mauro Cid e outros personagens próximos a Bolsonaro, que foram agora indiciados.

Para os investigadores, um esquema foi montado para vender joias, relógios, esculturas e outros objetos valiosos nos Estados Unidos. Pelas regras, esses presentes oficiais deveriam ter sido incorporados ao acervo do Estado brasileiro.

Recentemente, a PF descobriu a existência de uma nova joia, após cumprir diligências nos EUA. No mês passado, Mauro Cid e o pai foram chamados a prestar depoimento sobre o assunto.

Em março, a PF indiciou Bolsonaro, Mauro Cid e outras 15 pessoas no caso que apura a falsificação de certificados de vacinas contra a covid-19. A PGR, no entanto, pediu que as investigações fossem aprofundadas e, nessa quinta-feira, houve uma nova operação.

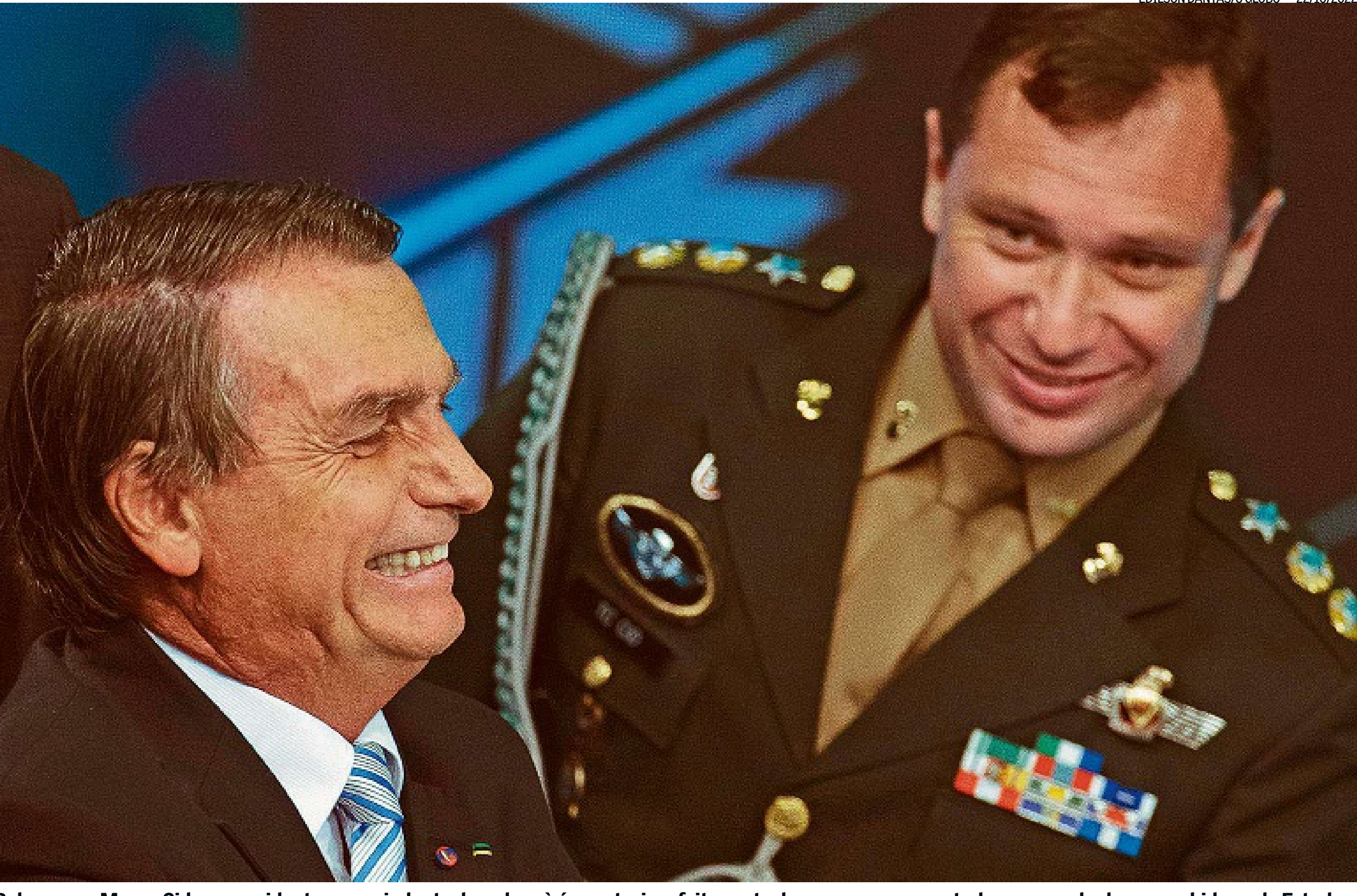
Até o fechamento desta edição, a defesa de Bolsonaro não havia se manifestado. Advogado de Mauro Cid, Cezar Bitencourt afirmou que esta etapa não muda nada na linha da defesa. "Indiciamento é só mais uma fase das investigações", disse.

Já Wajngarten afirmou, pelas redes sociais, que o indiciamento era uma "afronta legal" e que não havia provas contra ele. Sua atuação no episódio, afirmou, foi na condição de advogado. "Minha orientação advocatícia foi a de que os presentes recebidos pelo ex-presidente da República fossem imediatamente retornadas à posse do Tribunal de Contas da União", afirmou. "Tentar me incriminar é absurdo e revela a fragilidade das acusações sistematicamente feitas pela Polícia Federal nos últimos 18 meses", complementou.

Wassef, por sua vez, admitiu que atuou para comprar de volta um Rolex vendido nos Estados Unidos, mas disse que esse pedido não partiu nem de Bolsonaro nem de Mauro Cid. "Eu estava em viagem nos Estados Unidos por quase um mês e apenas pratiquei um único ato, que foi a compra do Rolex com meus próprios recursos, para devolver ao governo federal. Entreguei espontaneamente à Polícia Federal todos os documentos que provam isto."

Ele também disse que não teve acesso ao relatório final da PF e reclamou do vazamento das informações sobre o caso, que está sob sigilo. "Estou passando por tudo isto apenas por exercer advocacia em defesa de Jair Bolsonaro."

EDILSON DANTAS/O GLOBO — 22/10/2022



Bolsonaro e Mauro Cid: ex-presidente e seu ajudante de ordens à época teriam feito parte de um esquema montado para vender bens recebidos pelo Estado

Secretário do Rio é alvo da PF em investigação de vacina

Camila Zarur
Do Rio

O ex-prefeito de Duque de Caxias Washington Reis (MDB) foi alvo de um mandado de busca e apreensão pela Polícia Federal no âmbito da operação que investiga supostas fraudes nos cartões de vacinação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e de seu entorno. É a primeira vez que o político entra na mira da PF dentro do inquérito desse caso. Hoje secretário de Transporte do Estado do Rio, Reis era citado no inquérito apenas como beneficiado pelo esquema. Agora, passou a ser apontado como um dos suspeitos de viabilizar a manipulação dos registros no Ministério da Saúde.

Além de Reis, a PF também cumpriu mandados contra a secretária de Saúde de Caxias, Célia Serrano. Segundo a corporação, a ação também busca identificar novos beneficiados pelo suposto esquema fraudulento.

De acordo com as investigações, a prefeitura de Caxias serviu como centro do esquema para inserção dos dados falsos da imunização contra a covid-19 no Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI) e da Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS). A manipulação dos registros, diz a PF, era feita sob ordem da gestão da cidade, comandada por Reis entre 2021 e 2022. Entre os beneficiados pela fraude, está Bolsonaro e seu círculo próximo, incluindo sua filha mais nova, Laura, e o ex-ajudante de ordens da Presidência Mauro Cid.

Em pronunciamento, o ex-prefeito de Duque de Caxias afirmou que o ano eleitoral traz consigo "covardias". Em nota divulgada em redes sociais, ele não citou as acusações da qual é alvo no âmbito da investigação.

A prefeitura de Caxias não se manifestou. Já a Secretaria Estadual de Transportes afirmou, em nota, que a operação da PF "tem como alvo único e exclusivo a obtenção de cartões de vacinação ao município de Caxias em 2022". "Não existe nada referente ao Governo do Rio na investigação e nem fatos que comprometam a conduta do secretário Reis", completa.

FABIANO ROCHA/AGÊNCIA O GLOBO



Washington Reis agora é suspeito

Em maio deste ano, a PF indiciou o ex-presidente, junto com outros suspeitos, por associação criminosa "para praticarem crimes de inserção de dados falsos em sistema de informações, especificamente de vacinação contra a covid-19, para emitirem certificados ideologicamente falsos".

Segundo a corporação, o esquema ocorreu entre novembro de 2021 e dezembro de 2022 e tinha como objetivo a obtenção de "vantagens indevidas relacionadas à burla de regras sanitárias estabelecidas durante o período de pandemia". Serrano também foi indiciada na ocasião por ter, segundo o inquérito, ordenado a inclusão dos registros falsos da vacina.

A PF também investiga se os cartões de imunização da família Reis foram fraudados. A suspeita se deve a inconsistências nas datas que as vacinas foram incluídas nos sistemas e pelo fato de os registros terem sido feitos por dois investigados: o secretário de Governo da cidade, João Carlos de Sousa Brecha, e a servidora Cláudia Helena Acosta Rodrigues da Silva, na época chefe da central de vacinação do município.

Na avaliação de interlocutores do governo do Estado e de emedebistas ouvidos pelo **Valor**, a operação de contra Reis terá mais impacto nos planos eleitorais do político em Caxias do que no Palácio Guanabara. O principal efeito, afirmam, será na eleição à prefeitura caxiense, onde o secretário apoia seu sobrinho Netinho Reis (MDB).

O pré-candidato e afilhado político de Reis aparece em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto. É o que mostra a Quaest divulgada no mês passado. Netinho tem uma diferença de 17 pontos percentuais em relação ao primeiro colocado na sondagem, o ex-prefeito Zito (PV), adversário político da família. Enquanto o emedebista tem 23%, o ex-alcaide tem 40%.

Dois emedebistas ouvidos pela reportagem acreditam que a operação da PF poderá ser usada pela oposição para minar as chances eleitorais do sobrinho do secretário. Além disso, diz uma das fontes, a população não costuma se aprofundar sobre as razões de pedidos de busca e apreensão pela Polícia Federal. "Boa parte associa automaticamente à corrupção, que não é o caso", afirma.

O irmão do secretário, o deputado federal Gutemberg Reis (MDB-RJ), reconhece que pode haver impacto negativo na campanha. O próprio parlamentar foi alvo da primeira fase da operação e foi indiciado pela PF por sua participação no esquema — acusação que ele nega. O congressista afirma que a família vai tentar reverter a influência negativa: "Vamos continuar trabalhando sempre com a verdade. O povo já entendeu que é uma perseguição [a operação]."

Já em relação ao governo estadual, apesar de Reis ser próximo de Castro, a avaliação é que a operação pouco deve respingar no governador. Isso porque, avaliam aliados, as suspeitas em relação ao secretário são de antes de ele fazer parte da gestão estadual. As fontes acreditam que pode haver um certo mal-estar, por ser um integrante do Palácio Guanabara na mira da PF, mas que isso é algo contornável.

O governador não pretende se afastar do aliado tampouco romper com o MDB, um partido considerado importante para a articulação política no Estado. Além da pasta de Transportes, comandada por Reis, a legenda também ocupa a Secretaria de Esportes, sob gestão de Rafael Picciani.

Mudança em PL dobra limite de emissões de carbono

Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

Sem alarde, o Senado aprovou de última hora, na noite de quarta-feira (3), uma mudança no projeto de lei do hidrogênio verde que praticamente dobra o limite das emissões de carbono previstos no texto. O intuito foi contemplar a inclusão do etanol como fonte para produção desse tipo de combustível. A matéria foi apresentada justamente como parte da política de descarbonização no país.

Segundo o relator do texto, Otto Alencar (PSD-BA), a modificação foi feita após um diálogo com o Ministério de Minas e Energia (MME), que teria dado anuência para a modificação diante da avaliação técnica de que o hidrogênio produzido a partir do etanol ultrapassaria o limite de emissões que estava estabelecido no projeto até então.

"Ainda é uma emissão de baixo carbono, só não é tão limpa quanto a feita a partir da eletrólise da água. Eu só fiz a alteração após ter a anuência do MME", frisou Alencar ao **Valor**.

"Na última hora consultaram o ministério e constataram que não seria possível [manter a inclusão do etanol, feita anteriormente] com [o limite de] 4 kg", acrescentou o senador baiano.

No texto original, o hidrogênio só poderia ser feito a partir das fontes solar e eólica. No Senado, Otto Alencar acatou diversas emendas dos colegas que incluíram a geração hidrelétrica, o etanol, biogás e biometano como potenciais fontes primárias.

Em plenário na quarta-feira, Alencar aceitou uma nova emenda de redação (quando supostamente não há alteração de mérito no texto) para aumentar a proporção de quatro para sete quilos de gás carbônico em relação a quilo de hidrogênio o limite máximo do que é considerado como hidrogênio de baixo carbono.

A emenda foi apresentada no mesmo dia pelo senador Fernando Farias (MDB-AL). Na justificativa, Farias disse que o Senado optou por incluir o etanol como uma das rotas para produção do hidrogênio renovável, mas que houve uma incongruência técnica ao "estabelecer um limite rígido de emissões de GEE".

"Estudos preliminares indicam que o hidrogênio produzido a partir do etanol frequentemente excede esse limite, criando um paradoxo onde uma fonte renovável não atende aos critérios definidos para baixas emissões. Essa incongruência compromete a clareza e a coerência do texto legal", alegou Farias.

Durante as discussões, o vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), que comandava a sessão, informou Alencar que "foi apresentada uma emenda à redação final, uma emenda de redação, que precisa do seu posicionamento". Não foi informado o seu teor.

O relator, então, respondeu que acatava a sugestão. Um minuto depois, a deliberação foi realizada sem contestações, em caráter simbólico (quando não há registro nominal de votos).

O texto também concede benefícios fiscais a empresas que produzirem o hidrogênio por meio de energias renováveis. Entre eles, a isenção de PIS/Cofins e PIS/Cofins-Importação na aquisição de matérias-primas, no mercado interno, por empresa beneficiária do Rehidro, produtora de hidrogênio de baixo carbono. O benefício tem um impacto de cerca de R$ 5 bilhões ao ano.

Além disso, o texto também estabelece crédito fiscal de CSLL incidente sobre a compra e venda de hidrogênio verde que chega a R$ 18,3 bilhões. A concessão será progressiva: R$ 1,7 bilhões em 2028; R$ 2,9 bilhões em 2029; R$ 4,2 bilhões em 2030, R$ 4,5 bilhões em 2031 e R$ 5 bilhões em 2032. O montante poderá ser alterado em função da meta fiscal.

Como passou por modificações no Senado, o projeto terá que voltar para uma nova análise na Câmara dos Deputados, que poderá rever ou não as decisões.

Eleições Pesquisa de boca de urna projeta uma maioria de 410 cadeiras para os trabalhistas e 131 assentos para os conservadores

Trabalhista Keir Starmer será o novo premiê do Reino Unido

Agências internacionais

Keir Starmer será o próximo primeiro-ministro do Reino Unido com seu Partido Trabalhista prestes a conquistar uma maioria esmagadora nas eleições parlamentares, enquanto o Partido Conservador de Rishi Sunak caminhava para uma derrota histórica.

A pesquisa de boca de urna divulgada ontem projetava que o Partido Trabalhista terá 410 dos 650 assentos na Câmara dos Comuns (equivalente a Câmara dos Deputados), maior bancada desde a vitória de Tony Blair em 1997 .

"O futuro do Reino Unido estava nas urnas nesta eleição. E, se formos bem-sucedidos esta noite, o Partido Trabalhista começará a trabalhar imediatamente com nossos primeiros passos para a mudança", disse Pat McFadden, coordenador da campanha trabalhista.

A bancada dos Conservadores de Sunak deve encolher para 131 assentos, o que seria seu pior desempenho de todos os tempos, com alguns dos maiores nomes do partido sendo derrotados.

O Partido Liberal Democrata, de centro, deve obter 61 assentos, enquanto o direitista populista Nigel Farage, do Reform UK, deve ganhar 13 cadeiras. Embora a previsão para o Reform UK seja muito melhor do que o esperado, o resultado geral sugere que o público britânico desiludido parece ter se voltado para a centro-esquerda, ao contrário da França, onde o partido de extrema direita Reunião Nacional (RN) de Marine Le Pen deve confirmar uma grande vitória nas eleições legislativas deste domingo.

Se a pesquisa de boca de urna estiver correta, Starmer está a horas de substituir Sunak como premiê britânico, uma virada notável desde que seu predecessor de esquerda, Jeremy Corbyn, levou o Trabalhista ao seu pior desempenho em mais de 80 anos, apenas cinco anos atrás. Quando Starmer assumiu a liderança do partido em 2020, assumia-se que os Conservadores liderados por Boris Johnson manteriam o Trabalhista fora do poder por pelo menos mais 10 anos.

Mas o governo Johnson colapsou sob o peso do caos e do escândalo, principalmente quando ele se tornou o primeiro premiê a ser multado pela polícia por uma festa que violou regras durante a pandemia. Sua sucessora, Liz Truss, durou 49 dias — o mandato mais curto da história, mas tempo suficiente para desencadear um colapso no mercado financeiro.

Desde que assumiu em outubro de 2022, Sunak — que também foi multado no escândalo 'Partygate' — falhou em dissipar a sensação de que os britânicos simplesmente tiveram o suficiente.

Eleições no Reino Unido
Projeção de nº de cadeiras

Trabalhistas	410
Conservadores	131
Lib Dem	61
Reform UK	13
Nacionalistas Escoceses	10
Outros	6

Maioria necessária:
325 cadeiras

Fonte: Boca de Urna do Instituto Ipsos - FT

Nesse contexto, Starmer se moveu para o centro político, expurgou o Corbynismo e apresentou o Trabalhista como o partido da estabilidade econômica. Rachel Reeves, uma ex-economista do Banco da Inglaterra que está prestes a se tornar a primeira mulher a assumir o Ministério das Finanças do Reino Unido, foi central para o apoio dos empresários ao partido.

O Reino Unido precisa de uma "década de renovação nacional", disse Starmer repetidamente durante a campanha do Trabalhista, em grande parte sem erros.

A libra ficou quase estável em relação ao dólar e ao euro imediatamente após divulgação da pesquisa de boca de urna. A perspectiva de uma vitória dos trabalhistas tranquilizou os mercados.

Embora as pesquisas indiquem que não há grande entusiasmo dos britânicos pelo líder trabalhista Starmer, sua mensagem simples de que era hora de mudar parece ter ressoado com os eleitores.

Para Starmer e os trabalhistas, a perspectiva é de encerrar 14 anos fora do centro de decisão, período no qual o governo Conservador impôs anos de austeridade e liderou o Reino Unido para fora da União Europeia, desencadeando turbulência política. A pressão sobre Starmer para manter o rumo — como Blair fez — é imensa.

Mas é improvável que haja a mesma euforia que saudou Blair em 1997. O Brexit ainda está afetando a economia do Reino Unido, e os britânicos têm suportado uma piora histórica nos padrões de vida após a pandemia e a guerra da Rússia na Ucrânia. Starmer disse que não há "varinha mágica" para uma solução rápida.

Sunak disse que continuará como deputado mesmo que seja removido ou renuncie como líder dos conservadores — embora algumas pesquisas projetem que ele pode perder seu assento no Parlamento. Já o seu partido Conservador enfrentará uma difícil batalha pela recuperação.

Futuro premiê é diligente e 'um pouco chato'

Jill Lawless
Associated Press, de Londres

Keir Starmer, de 61 anos, passou quatro anos como líder da oposição, levando o seu Partido Trabalhista — fundado como social-democrata — da esquerda para o centro político. Grande vencedor das eleições de ontem — segundo projeções de boca de urna —, ele promete aos eleitores que o novo governo trará mudanças mais tranquilizadoras do que assustadoras.

É um político considerado diligente, gestor e um pouco chato.

"Um voto para o Partido Trabalhista é um voto a favor da estabilidade política e econômica", disse Starmer em maio, logo depois que o premiê que deixará o cargo, Rishi Sunak, antecipou as eleições.

O Partido Trabalhista está confiante de que essa mudança sem sobressaltos defendida por Starmer é exatamente o que o Reino Unido quer e precisa após 14 anos difíceis de governo conservador.

Starmer, um advogado que foi procurador-chefe da Inglaterra e do País de Gales entre 2008 e 2013, é insultado pelos seus críticos como um "advogado londrino de esquerda". Ele foi nomeado sir por seu trabalho como chefe do Serviço de Promotoria da Coroa e seus rivais conservadores gostam de usar o seu título, "Sir Keir Starmer", para descrevê-lo como alguém da elite e fora de sintonia com a realidade cotidiana.

Starmer prefere enfatizar as suas credenciais de homem comum e as suas raízes humildes — em um contraste implícito com Sunak, um antigo banqueiro do Goldman Sachs casado com a filha de um bilionário.


/KIRSTY WIGGLESWORTH/AP

"Líderes são passageiros, mas partidos são permanentes"
Keir Starmer

Ele adora futebol — e ainda joga nos fins de semana — e assistir aos jogos do Arsenal em um pub de Londres, informa a AP. Ele e a mulher, Victoria, que trabalha com saúde ocupacional, têm dois filhos adolescentes que tentam manter longe dos olhos do público.

Starmer nasceu em 1963, filho de um ferramenteiro e de uma enfermeira que o nomeou Keir Hardie, em homenagem ao primeiro líder do Partido Trabalhista. Ele e seus três irmãos cresceram em uma casa modesta onde era difícil sobreviver, em uma pequena cidade nos arredores de Londres.

"Foram tempos difíceis", disse ele durante um discurso de apresentação de sua campanha. "Sei como é a inflação e como é o medo de que o carteiro chegue à porta quando você se pergunta: 'Será que ele trará outra conta que não podemos pagar?'"

"Costumávamos escolher a conta telefônica porque, quando a cortavam, era sempre a coisa mais fácil de viver sem ela", disse ele.

A mãe de Starmer sofria de uma doença crônica, a doença de Still, que lhe causava dor, e ele disse que visitá-la no hospital e ajudar a cuidar dela ajudou a consolidar o seu forte apoio ao Serviço Nacional de Saúde, financiado pelo Estado.

Ele foi o primeiro membro de sua família a ir para a universidade — fez direito na Universidade de Leeds e Oxford e atuou como advogado de direitos humanos antes de ser nomeado promotor-chefe.

Ele entrou na política aos 50 anos e foi eleito para o Parlamento em 2015. Muitas vezes discordou do líder do partido, Jeremy Corbyn, um socialista convicto, e em uma ocasião deixou a cúpula do partido por causa dessas diferenças, embora tenha concordado em servir como porta-voz do Partido Trabalhista para questões do Brexit, durante a liderança de Corbyn.

Ele disse que queria ficar e lutar para transformar o Trabalhismo, argumentando que "os líderes são temporários, mas os partidos políticos são permanentes".

Depois de Corbyn ter levado o Partido Trabalhista às derrotas eleitorais em 2017 e 2019 — este último o pior resultado do partido desde 1935 — o partido escolheu Starmer para reconstruí-lo.

A sua liderança coincidiu com um período difícil em que o Reino Unido suportou a pandemia da covid-19, deixou a União Europeia, absorveu o choque econômico da invasão da Ucrânia pela Rússia e sofreu um revés econômico devido ao turbulento mandato de 49 dias de Liz Truss como primeira-ministra em 2022.

Os eleitores estão cansados da crise do custo de vida, da sucessão de greves no setor público e das disputas políticas em que o Partido Conservador mudou de premiê duas vezes em questão de semanas em 2022 — Boris Johnson e Truss —, antes de instalar Sunak numa tentativa de acalmar as águas.

UE começa a aplicar sobretaxa a veículo elétrico chinês

Rhyannon Bartlett-Imadegawa e Cissy Zhou
Nikkei, de Londres

A União Europeia (UE) confirmou ontem a imposição de pesadas tarifas à importação de veículos elétricos fabricados na China, enquanto mantém negociações com Pequim antes de tornar as taxas obrigatórias em novembro.

Ontem se encerrou o prazo para Pequim e Bruxelas encontrarem uma solução antes da vigência das tarifas provisórias. Discussões técnicas com a China foram realizadas em Bruxelas na semana passada, sem produzir resultados.

Essas taxas entram em vigor hoje sob a forma de garantias bancárias, que só serão cobradas se não houver acordo até novembro.

As tarifas foram anunciadas em 12 de junho, enquanto a Comissão Europeia procurava nivelar as condições de concorrência para suas empresas, após uma investigação constatar que os fabricantes chineses se beneficiam de "subsídios injustos". Os veículos elétricos fabricados na China já enfrentam uma tarifa de importação de 10% da UE.

Sob o regime da UE, os carros elétricos da BYD enfrentarão as menores tarifas adicionais de importação (17,4%), porque a companhia cooperou com a Comissão Europeia e sua investigação.

As outras taxas anunciadas anteriormente foram ligeiramente reduzidas devido a erros administrativos. Os carros elétricos da Geely Holdings tiveram suas tarifas reajustadas de 20% para 19,9%, enquanto os modelos da estatal SAIC Motors serão taxados em 37,6%, em vez de 38,1%. Outras estarão sujeitas a uma taxa de 20,8% ou 37,6%, dependendo de seu nível de cooperação. Estas foram ajustadas a partir dos níveis anteriores de 21% e 38,1%.

Biden admite que 'estragou tudo'


DON CAMPBELL/THE HERALD-PALLADIUM VIA AP

O presidente dos EUA, Joe Biden, admitiu ontem que "estragou tudo" no debate presidencial contra Donald Trump da semana passada — na qual apresentou lapsos de memória e falta de concentração —, mas reafirmou que não desistirá da campanha . A declaração foi feita durante uma entrevista gravada divulgada ontem.

Biden discursou lendo no teleprompter ontem, nas celebrações do 4 de Julho (foto). Testemunhas disseram que no encontro com governadores da véspera, Biden, de 81 anos, afirmou que precisa "dormir mais e trabalhar menos" , incluindo reduzir eventos depois das 20 horas, segundo o "New York Times".

Candidatura de Biden é uma bomba-relógio

Análise

Edward Luce
Financial Times

O aspecto mais estranho do debate de Joe Biden é que os relógios dos democratas parecem parar depois de 5 de novembro. Se você defende que Biden continue ou se retire como indicado presidencial do partido depende de como você acha que ele se sairia contra Donald Trump. O detalhe de saber se ele estaria apto para governar os próximos quatro anos raramente vem à tona. Se as atenções estivessem voltadas a seu segundo mandato, até o mais empedernido seguidor de Biden se sentiria desconfortável. Não conheço ninguém que ache sinceramente que Biden possa funcionar bem até 2029.

Acontece que as pesquisas de opinião pública podem tornar esse argumento desnecessário. Em termos nacionais, Biden perdeu 1 ou 2 pontos percentuais desde o debate da semana passada. Nos Estados-pêndulo (que ora votam em democratas e ora em republicanos), porém, os números mudaram de forma mais decisiva. Estados de inclinação democrata, como New Hampshire e Minnesota, possivelmente passaram a estar em jogo. Mais alguns dias nessa toada e os pedidos para que o presidente se retire se tornarão um clamor. Mesmo um partido sentimental estremece quando se vê diante de uma derrota.

No entanto, a opinião pública pode mudar. Uma boa entrevista de Biden ou alguns discursos razoáveis poderiam interromper a recente derrocada. Hoje, a rede de TV americana ABC transmitirá a primeira entrevista de Biden desde o debate. O padrão de Biden caiu a um patamar tão baixo que ele talvez consiga superá-lo. Tudo o que precisa fazer é soar modestamente coerente num ambiente controlado com um entrevistador amigável. Isso não seria muita garantia de que ele evitaria o desastre da semana passada no segundo debate com Trump, marcado para setembro. Mas lhe traria certa folga.

É assim que se faz para desperdiçar dias preciosos. Mesmo agora, o eleitorado dos EUA está prestando muito menos atenção do que prestará em setembro, para não falar em novembro. Apenas 51,3 milhões de americanos assistiram ao debate da semana passada, em comparação aos 73 milhões do debate entre Trump e Biden no fim de setembro de 2020.

Se o campo de Biden estiver resguardando o presidente na reta final da corrida com a mesma intensidade que está agora, os eleitores vão tirar suas conclusões. Só 27% acreditam que o presidente tem a capacidade cognitiva para servir mais um mandato, de acordo com a rede de TV "CBS News" no último domingo. No caso de Trump, o número é de 50%. Se tal diferença não aterroriza os democratas, é difícil saber o que aterrorizaria.

Agora, imagine qual seria a justificativa do campo de Biden após um segundo debate ruim. Nesta semana, o presidente atribuiu seu desempenho no primeiro debate do ano com Trump ao "jet lag". Ele havia retornado do exterior 12 dias antes. Após dois dias de descanso, teve seis dias inteiros de preparação para o debate, que começavam às 11h e incluíam uma sesta após o almoço. Não é o cronograma de um homem com energia para derrotar Trump, muito menos para governar depois. Dizer que Biden teve "uma noite ruim" é forçar os limites da credulidade.

Outra linha argumentativa do campo de Biden é questionar por que os críticos não pedem que Trump também se retire com a mesma veemência aplicada no caso do presidente. Isso é pura performance infantil. Nenhuma das figuras democratas e da mídia que vêm conclamado Biden a se afastar tem influência sobre Trump. É até difícil pensar em algum republicano que tenha influência sobre ele. A crítica também ignora toda a questão, que é o futuro dos EUA. Trump será o candidato republicano. A questão é como impedi-lo de se tornar presidente.

A decisão desta semana da Suprema Corte de dar quase imunidade total ao presidente dos EUA deveria ter arrebatado a atenção das pessoas. O comandante-em-chefe dos EUA está acima da lei, diz a maioria da corte. Praticamente tudo que ele fizer em sua capacidade oficial, inclusive ordenar o assassinato de rivais, será protegido pela decisão de imunidade. Presumivelmente, isso incluiria o poder de investigar os juízes cesarianos de togas que pisotearam o espírito propulsor da república — o de impedir o retorno dos reis.

Essa foi uma oportunidade para Biden expor o que está em jogo em novembro — a coroação do rei Donald — e dizer por que uma Suprema Corte tão zelosa precisa ser reformulada. Em vez disso, ele divulgou algumas condenações rotineiras e não respondeu a perguntas. Quando o que está em jogo é a república dos EUA, uma desaprovação branda não é substituta para uma indignação justa.

Há ainda a alegação de que uma convenção democrata aberta em agosto para substituir Biden seria uma cura pior que a doença. Deixando de lado que é estranho para um partido sustentando que "a democracia está em votação" ter tanto medo dela, uma disputa não terminaria necessariamente mal. Seria curta, barulhenta, pessoal e até amarga. Bem-vindos à democracia. O maior risco é que o vencedor seja rejeitado pelos perdedores. Mas isso precisa ser pesado em comparação aos perigos de prosseguir a corrida com um homem idoso em franco declínio.

Biden e sua família podem se entrincheirar mais em uma atitude de desafio do tipo "nós-contra-o-mundo". Não me dá prazer nenhum dizer que podemos adivinhar como isso terminaria.

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

Emprego e renda indicam que PIB pode surpreender

A economia deve crescer mais do que o previsto, como tem ocorrido nos últimos anos e como indica o comportamento do mercado de trabalho e da renda, que se aproxima dos melhores números do século. O desemprego caiu no trimestre móvel encerrado em maio para 7,1%, a taxa mais próxima do recorde de 6,8%, observado em 2014. O número de pessoas sem trabalho caiu pela primeira vez em muito tempo para abaixo dos 8 milhões.

O Banco Central reviu suas projeções para o crescimento do PIB, de 1,9% para 2,3%, em coro com uma série de consultorias que esperam um resultado melhor em 2024. A previsão mais otimista continua sendo a do Ministério da Fazenda, de 2,5%, mas todas as demais estão com viés de alta. O BC avalia, admitindo um alto grau de incerteza, que a tragédia no Rio Grande do Sul terá um impacto modesto sobre a atividade e que ele será especialmente concentrado no segundo trimestre. As estatísticas do IBGE sobre o desempenho da indústria, que teve queda de 0,9% em relação ao mês anterior, foram mais positivas do que o que se previa sobre os efeitos econômicos negativos da tragédia gaúcha.

Como era esperado, a performance da economia será mais equilibrada este ano e menos dependente de resultados extraordinários da agricultura, como ocorreu no ano passado — em 2024, segundo o BC, o setor deve recuar 2%. Empurrarão simultaneamente o PIB para cima os gastos das famílias e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), reduzindo um pouco, e talvez apenas provisoriamente, a preocupante defasagem entre aumento do consumo e os investimentos destinados a expandir a capacidade de oferta e elevar a produtividade. O consumo das famílias, pela previsão do BC no Relatório de Inflação de junho, teve aumento significativo — de 2,3% para 3,5% —, enquanto a FBCF deverá crescer 4,5% ante a tímida expectativa de 1,5% anterior.

É a demanda doméstica que permitirá um PIB o mais próximo possível do de 2023 (2,9%). Ela deverá se expandir 3,2%, amortecendo o peso negativo da demanda externa, que retirará 0,9 ponto percentual do PIB no ano. As importações estão crescendo a um ritmo mais forte do que as exportações, graças ao vigor das atividades, o que reduzirá um pouco o saldo comercial recorde do ano passado, de R$ 98,8 bilhões.

A geração de empregos com carteira assinada aumentou e o saldo médio mensal de empregos dessazonalizado, de acordo com o novo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), subiu para 200 mil no trimestre fevereiro-abril. O número é muito superior aos 139 mil observados do fechamento do trimestre novembro-janeiro, que, por sua vez, já superava o ritmo registrado em 2019, antes da pandemia.

A troca de emprego voluntária, motivada pela quase certeza de melhor remuneração prospectiva, aumentou e chegou ao maior nível desde abril de 2009. A relação entre desligamentos por vontade própria e total de desligamentos aumentou na margem — uma em cada três pessoas que deixaram sua ocupação o fez intencionalmente. E, ao contrário de épocas de abundância de mão de obra, quando caíam, os salários de admissão estão subindo mês a mês. Eles cresceram 0,3% no trimestre encerrado em abril, depois de aumentarem 0,5% no trimestre findo em janeiro. Como um todo, os reajustes médios dos salários nominais subiram 4,8% nos três meses encerrados em maio. O reajuste real, por seu lado, avançou em ritmo menor ante o trimestre anterior — 0,7% ante 0,9%.

Para a queda do desemprego e melhora salarial foi determinante, segundo o BC, o aumento da ocupação, algo que só começou a ocorrer na segunda metade do ano passado. A expansão foi de 0,5% no último trimestre encerrado em maio, depois de alta de 0,8% no trimestre anterior. O resultado de todos esses números é que a massa habitual de salários continua aumentando, atingindo perto de R$ 318 bilhões mensais, e, consideradas todas as fontes de renda (renda nacional disponível bruta das famílias), inclusive precatórios, avançou a R$ 521 bilhões.

O aumento de renda e o avanço do emprego, que elevam o consumo das famílias e o crescimento, tornam mais lenta a queda da inflação. A inflação dos serviços intensivos em trabalho em 12 meses registrou 6,15% em maio, e a dos serviços subjacentes, mais ligados ao ciclo econômico, 5%, evolução ainda incompatível com a meta de 3% do IPCA. A interrupção dos cortes da Selic, em um nível de juro real muito alto, tenderá a desacelerar um pouco a atividade econômica e reduzir o IPCA lentamente, na suposição de que os estímulos concedidos pelo governo diminuam ou ao menos se estabilizem.

A escalada recente do dólar prejudica a convergência do nível de preços para a meta, mas pode ter sido só um interregno desnecessário e desfavorável à queda da inflação. O presidente Lula prometeu responsabilidade fiscal e o ministro Fernando Haddad, cortes no orçamento, para cumprir as metas fiscais. Se cumprirem suas promessas, os tumultos de junho ficarão no passado e a economia poderá crescer em um ritmo adequado, sem sobressaltos.

GRUPO GLOBO
Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho
Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho
Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A
Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar
Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br) Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br) Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br) Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br) Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional Fernanda Godoy (fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios Patrick Cruz patrick.cruz@valor.com.br
Editor de S.A. Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas Luciana Alencar (luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO Roberta Costa roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br) Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@tvalor.com.br) César Felício (cesar.felicio@valor.com.br) Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br) Fernanda Guimarães (fernanda.guimaraes@valor.com.br) João Luiz Rosa (joao.rosa@valor.com.br) Lu Aiko Otta (lu.aiko@valor.com.br) Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br) Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br) Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br) Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)
PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)
VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)
NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo: Cassiano Ribeiro cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%



Volume de investimentos em P&D continua baixo e limitado. Por **João Ferraz, Marina Szapiro e Jorge Britto**

A inovação nas empresas industriais brasileiras

Reconhecidamente, a inovação é o motor do desenvolvimento econômico, social e ambiental e pedra fundamental da competitividade empresarial. Esse reconhecimento se revela atualmente no crescente "ativismo" de empresas e Estados nacionais de todo o mundo, como forma de enfrentar a pressão de importantes desafios contemporâneos (pandemia da covid-19, mudança climática, segurança nacional, ascensão de novos players no cenário internacional).

No caso brasileiro, estes desafios se mostram mais agudos, pois aos embates da atualidade se somam históricos problemas estruturais (desigualdade de distribuição de renda) e um sistema empresarial com grandes diferenciais em termos de esforços e desempenho competitivos.

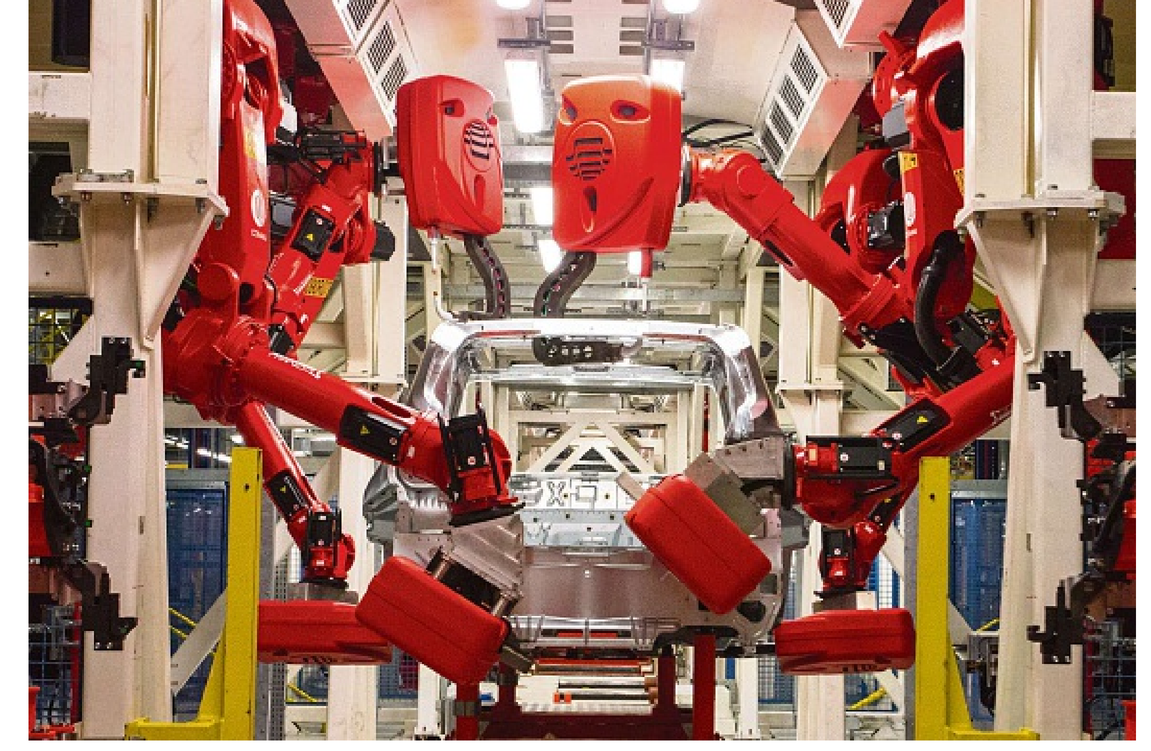
Estratégias públicas e privadas de investimentos em inovação na indústria passam a estar na ordem do dia. Porém, em que medida elas são referenciadas em evidências atualizadas e de qualidade? As pesquisas de inovação Pintec e Pintec Semestral, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trazem evidências recentes e contundentes sobre o atual estágio de capacitação em inovação das empresas industriais com mais de 100 empregados.

De forma geral, observa-se uma modesta melhoria entre 2017 e 2022, mas o volume de investimentos em P&D da indústria brasileira continua baixo e limitado ou circunscrito a algumas ilhas e poucos arquipélagos de competência. E assim tem sido ao longo dos anos.

Entre 2017 e 2022 os dispêndios em P&D das empresas industriais do país cresceram 19,8% (equivalente a um incremento médio anual de 3,68%), passando de R$ 30,758 bilhões[1] para R$ 36,860 bilhões, contra uma expansão de 8,9% das receitas dessas empresas. Isto revela um incremento na disposição ao investimento em inovação. No entanto, a maior parte do aumento dos dispêndios em P&D se refere aos investimentos das empresas da indústria extrativa, que passaram de R$ 1,468 bilhão para R$ 6,098 bilhões. Já os investimentos em pesquisa e desenvolvimento das empresas da indústria de transformação se mantiveram estáveis no período, em torno de R$ 30 bilhões.

Observa-se que o indicador síntese do esforço inovativo nas empresas industriais (dos segmentos transformação e extrativa) do Brasil (P&D/receita líquida) cresceu pouco entre 2017 e 2022, evoluindo de 0,67% para 0,74%[2], o que inspira preocupação para o processo de desenvolvimento brasileiro. Em 2022, na média, as empresas industriais de maior porte (mais de 500 empregados) registraram dispêndios de 1,07% de sua receita, uma relação quase cinco vezes maior do que a do segmento que emprega entre 100 e 249 empregados (0,22% da receita). Para se ter uma ideia aproximada da distância da nossa realidade com as melhores práticas internacionais, estudo recente da União Europeia revela que a média do investimento em P&D sobre receita de um painel mundial de 2.500 empresas, em 2022, foi de 4,7%[3]. Somente 5 empresas brasileiras participam deste grupo de elite: Embraer, Totvs, WEG, Petrobras, e Braskem.

Ainda assim, progressos ocorreram. Do universo de empresas industriais com mais de 100 empregados (9.004 em 2017, 9.584 em 2022), as empresas com atividades formais de P&D eram 2.193 em 2017. Em 2022 este contingente aumentou para 3.301 empresas.


DIVULGAÇÃO

Em determinados segmentos industriais também foram registrados avanços. As empresas dos setores de eletrônicos, produtos alimentícios e farmacêutica expandiram os seus dispêndios entre 70% e 80%, no período, situando-se em uma faixa entre R$ 2,3 bilhões e 3,5 bilhões, aproximadamente. O segmento de máquinas e equipamentos registrou crescimento modesto, de 8,7%, logrando investimentos de R$ 1,556 bilhão em 2022. Por outro lado, empresas da área de refino e produtos químicos reduziram seus gastos em P&D entre 2,5% e 4%.

O investimento médio em P&D das empresas industriais brasileiras atingiu R$ 11,2 milhões em 2022. Mas as diferenças por porte são gritantes: R$ 32,2 milhões para empresas com mais de 500 empregados, R$ 3,2 milhões para aquelas com entre 250 e 499 empregados, e R$ 1,5 milhão para as com mais de 100 e menos de 250 empregados.

Do universo de empresas industriais com mais de 100 empregados, as maiores empresas (987 empresas com mais de 500 colaboradores) concentrou 86,3% do dispêndio total em P&D em 2022 o equivalente a R$ 31,809 bilhões. Os 13,7% ou R$ 5,030 bilhões restantes do total investido em P&D no Brasil em 2022 foram investidos pelo grupo de 2.315 empresas com 100 e até 499 empregados.

Além das informações sobre dispêndios, a comparação entre a Pintec 2017 e Pintec Semestral de 2023 trazem informações valiosas sobre políticas públicas. Entre os dois períodos verifica-se uma estabilidade no uso do apoio público pelas empresas inovadoras (cerca de 40% delas, em 2017 e em 2023), sendo que, no caso de incentivos fiscais (Lei do Bem e Lei de Informática), a utilização aumenta de 27,9% para 32,5% nos mesmos anos.

Os incentivos mais utilizados pela indústria brasileira são a Lei do Bem (26,2% das empresas, em 2022), apoio para aquisição de bens de capital para inovação (13,5% das empresas). Os instrumentos menos usados são Lei de Informática, subvenção econômica, e compras públicas (6,3%, 4% e 2,5%, respectivamente).

Destaca-se ainda que as grandes empresas aumentaram ainda mais a sua já tradicional alta participação: em 2022, 60,5% deste grupo fez uso de algum instrumento de fomento.

Os anos de 2017 e 2022 servem de retrato em dois tempos para períodos difíceis econômica e politicamente. Justamente por isto as informações da Pintec são muito úteis para o país discutir seus caminhos de futuro. A partir de 2023, a nova administração federal passa a dar alta prioridade para a inovação, com o descontingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e um aumento significativo do volume de recursos para financiamento em condições atrativas.

Mesmo assim, o ativismo brasileiro é bem modesto comparativamente a países como Estados Unidos e China e regiões como a União Europeia. O ponto de partida brasileiro é de baixo volume de recursos aplicados em P&D, e dispêndios significativos somente para um seleto grupo de empresas.

Este quadro revela a essência da tarefa adiante: escolher o que apoiar, com que instrumentos, para que fins, e definir critérios de condicionalidades e contrapartidas para a concessão de apoio a investimentos em P&D. As pesquisas Pintec trazem evidências recentes e de qualidade. Sabemos onde estamos. Mas para onde vamos? Que venha um saudável debate para alimentar propostas sensatas e ousadas ao mesmo tempo.

1. Valores da Pintec 2017 ajustados a 2022, Indice de Preços do Produtor, IPP Indústria Geral.

2. P&D/Receita 2022 utiliza os valores da pesquisa Pintec, ano base 2022 e da PIA 2022.

3. The 2023 EU Industrial R&D Investment Scoreboard: https://bit.ly/4eOFmgY

João Carlos Ferraz , professor do Instituto de Economia da UFRJ e foi diretor e vice-presidente do BNDES.
Marina Szapiro é professora do Instituto de Economia da UFRJ.
Jorge Britto é professor da Faculdade de Economia da UFF.

INÊS 249

Incertezas no horizonte econômico

Armando Castelar Pinheiro



Aata da última reunião do Copom cita entre os motivos para interromper o ciclo de cortes da Selic o "cenário de maior incerteza global", que leva "à possível ocorrência de movimentos mais abruptos no cenário prospectivo". E associa esse ambiente externo mais adverso à "incerteza elevada e persistente sobre a flexibilização da política monetária nos Estados Unidos e quanto à velocidade com que se observará a queda da inflação de forma sustentada em diversos países".

De fato, em que pesem os índices de inflação ao consumidor terem vindo relativamente comportados em maio nos EUA e na Área do Euro, com taxas anualizadas de 0,1% e 2,6%, respectivamente, há receio de que sejam resultados transitórios. Em especial, se quer evitar o otimismo gerado pelos bons índices do último trimestre de 2023 — taxas anualizadas de 1,9% e -1,2% —, que deram lugar a altas de preços bem maiores no primeiro quadrimestre deste ano — 4,4% e 4,9%, anualizados.

A incerteza global, porém, tanto em relação à inflação como a outras variáveis, começou esta segunda metade de 2024 indo bem além disso, me parece. Em especial, o possível retorno de Donald Trump à Casa Branca tende a pressionar ainda mais a inflação americana, por pelo menos três motivos. Um, sua promessa de impor elevadas tarifas sobre as importações — em particular, mas não apenas, às vindas da China. Dois, a tendência a que ele renove, e quiçá talvez até amplie, os já não pequenos estímulos fiscais dados pelo atual governo, ainda que mudando o foco na direção de reduzir a carga tributária. Três, a promessa de um cavalo de pau na política de imigração, bastante favorecida pela atual administração, o que ajudou a equilibrar o mercado de trabalho e impedir uma maior pressão sobre os salários.

Todas três iniciativas vão pressionar os preços e demandar um aperto adicional da política monetária americana, além de jogar para cima as taxas de juros pagas pelos títulos do Tesouro americano, colocando a dívida pública dos EUA em uma trajetória ainda mais preocupante. Por seu turno, isso vai levar a nova valorização do dólar. Isso significa taxas de câmbio mais desvalorizadas, mais inflação e juros mais altos também no resto do mundo, também nesses casos complicando a gestão das contas públicas. Para as economias emergentes, em especial, os impactos podem ser significativos.

A tendência é que também no caso de uma vitória de Joe Biden algumas dessas iniciativas sejam implantadas. O aumento das tarifas sobre as importações da China é um exemplo. Além disso, também Biden deve manter uma política fiscal expansionista, ainda que com foco no aumento do gasto.

E há várias tendências que independem de quem sairá vitorioso, como o aumento dos investimentos em fontes renováveis de energia; gastos mais altos em equipamentos militares e em defesa nacional; aprofundamento do processo de desglobalização, com a substituição das cadeias globais de valor por arranjos menos eficientes, via substituição de importações ou o chamado nearshoring; e o menor crescimento da população em idade ativa, com a aposentadoria dos baby boomers. Assim, também nesse caso a pressão inflacionária e a necessidade de juros altos vão permanecer.

Há, também, outras fontes importantes de incerteza: por exemplo, sobre para onde vai o mercado acionário americano. Isso devido à alta concentração em poucas ações da forte alta do valor de mercado do S&P 500 este ano: cerca de um terço devido a apenas uma ação, da Nvidia, e 57% ao conjunto das Magnificent 7. De fato, segundo análise do Deutsche Bank, só duas vezes antes a participação das 50 empresas mais valiosas no valor de mercado do S&P 500 esteve tão alta como agora: quando do estouro da bolha da internet, no início do século, e no colapso da bolsa em 1929. Será diferente desta vez?

Protagonismo assumido pelo presidente Lula no debate tem deixado menos clara a lógica da política econômica

O Copom tem, portanto, bons motivos para estar cauteloso. A mesma cautela não está presente, porém, em outras áreas de política econômica, nas quais há crescente incerteza, as duas principais sendo a dinâmica insustentável das contas públicas e a direção da política monetária a partir de 2025, com a troca de comando no Banco Central (BC). Preocupações sobre as quais não se têm tido respostas adequadas do governo.

Nos primeiros cinco meses de 2024, o governo central registrou um déficit de R$ 30 bilhões, contra um superávit de R$ 1,8 bilhão em 2023. Isso apesar de suas receitas líquidas terem sido 9% maiores, já descontada a inflação. A razão foi a forte alta das despesas: 13%, também em termos reais. Com isso, nos últimos 12 meses o setor público consolidado registrou um déficit de mais de um trilhão de reais: R$ 1.061.852.342.244, para ser mais exato. E a dívida pública bruta saltou de 72,2% para 76,8% do PIB em um ano. Uma dinâmica insustentável.

Em relação ao BC, o que se tem são as declarações do presidente de que a taxa Selic está desnecessariamente alta, por motivos políticos. Com isso, tudo aponta para uma nova gestão, a partir do próximo ano, mais leniente com a inflação e, quem sabe, mais propensa a intervir em mercados como o de câmbio.

Tudo isso, junto com o protagonismo assumido pelo presidente nesse debate, que tem deixado menos clara qual a lógica da política econômica, contribui para tornar o cenário econômico mais incerto.

Armando Castelar Pinheiro é professor da FGV Direito Rio e do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador-associado do FGV Ibre e escreve mensalmente neste espaço. Twitter: @Acastelar.

Frase do dia

"Os 10% mais ricos americanos emitem 122 vezes mais gases de efeito estufa do que um africano médio".

De Esther Duflo, Prêmio Nobel de Economia de 2019, para quem as mudanças climáticas ameaçam a conquista da redução da pobreza

Cartas de Leitores

Corte de gastos

Na última quarta-feira, Haddad anunciou o "enorme" corte de orçamento de R$ 26 bilhões (0,5% do orçamento total do governo federal). Ainda de acordo com Haddad, o corte será alcançado com cortes em benefícios sociais. Em benefícios sociais? Claramente, uma parte do mercado acreditou. Mas será que Lula, Haddad, Tebet e o Congresso acreditaram?

Oscar Thompson
oscarthompson@hotmail.com

•

Difícil entender como uma postura nada sincera, dando conta que foram abertos novos e higiênicos canais de comunicação, encenada por Lula e seu ministro da Fazenda, Fernando Haddad, poderá realmente melhorar o ambiente econômico brasileiro diante do mercado. Talvez seja mais correto considerar o "day after" da reunião entre os dois, supostamente selando a ressurreição do arcabouço fiscal, como simples queima de fogos, igual aos observados no réveillon. Após a cessação dos arabescos luminosos no céu, tudo voltará a ser como antes, conjuntura sem rumo definido e debilidade de investimentos, com erupções populistas à procura de culpados.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

•

Nos seus 18 meses de mandato, Lula acumula indignação por suas falas grosseiras na área internacional, não respeitar o mercado e desferir até ofensas ao eficiente presidente do BC, Roberto Campos Neto.

Porém, sentindo o golpe da perda constante de popularidade, com o dólar batendo a casa preocupante dos R$ 5,70, o presidente, se é que sua palavra tem valor, prometeu agora responsabilidade com a situação fiscal. E como o mercado no mundo inteiro vive de expectativa, e no Brasil não é diferente, a bolsa subiu mais de 1% e o dólar caiu fechando em R$ 5,56. Oxalá, o presidente doravante tenha respeito a seu cargo e as regras universais de economia de gastar e bem e somente o que arrecada.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Reforma tributária

Pela amostra da regulamentação da reforma tributária pelos relatores do projeto na Câmara, chegaremos a um monstrengo com difícil aplicação.

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com

Lideranças envelhecidas

O envelhecimento da população mundial está afetando os acontecimentos políticos em todo o planeta, inclusive agora na maior potência mundial, os EUA, onde os dois candidatos à Presidência estão tendo dificuldades em convencer o eleitorado de que ainda estão em condições de concorrer ao cargo mais importante do país. Essa realidade se estende à maioria das outras nações globais.

José de Anchieta Nobre de Almeida
josenobredalmeida@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Histórico econômico da gestão de Joe Biden é impressionante. Por **Joseph Stiglitz**

Não há dúvida sobre o melhor para os EUA

Algo ficou faltando na enxurrada de comentários após o debate entre o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e Donald Trump. Embora as avaliações dos eleitores sobre a personalidade e forças pessoais dos candidatos sejam importantes, todos deveriam lembrar-se do famoso ditado: "É a economia, estúpido". No mar de mentiras descaradas despejadas por Trump durante o debate, as falsidades mais perigosas referiram-se aos respectivos históricos de política econômica dele e de Biden.

Avaliar a gestão da economia por parte de um presidente é sempre uma tarefa espinhosa, porque muitos dos desenvolvimentos são desencadeados pelos antecessores. Barack Obama precisou lidar com uma profunda recessão porque governos anteriores se empenharam na desregulamentação financeira e não conseguiram evitar a crise que eclodiu no outono americano de 2008. Depois, com os republicanos do Congresso amarrando as mãos do governo Obama e defendendo um aperto de cinto, o país foi privado dos tipos de políticas fiscais que poderiam ter tirado a economia da Grande Recessão com mais rapidez. Quando a economia, enfim, estava em recuperação, Obama estava saindo e Trump, entrando.

Trump não hesitou em reivindicar o crédito pelo crescimento que veio a seguir. No entanto, embora ele e os republicanos do Congresso tenham reduzido impostos de empresas e de bilionários, a prometida onda de investimentos nunca se materializou. Em vez disso, houve uma onda de recompra de ações, que ruma para superar o US$ 1 trilhão em 2025.

Embora Trump não possa ser culpado pela covid-19, ele certamente tem responsabilidade pelas respostas inadequadas, que deixaram os Estados Unidos com um número de mortos muito superior ao de outras economias avançadas. Embora o vírus tenha cobrado vítimas desproporcionalmente entre os idosos, também afetou a força de trabalho, e essas perdas influenciaram, em parte, a escassez de mão de obra e a inflação herdadas por Biden.

Por sua vez, o histórico econômico de Biden tem sido impressionante. Logo após assumir o cargo, ele conseguiu a aprovação do Plano Americano de Resgate, que permitiu ao país se recuperar da pandemia com mais força do que qualquer outro país avançado. Depois, veio a Lei de Infraestrutura Bipartidária, que forneceu financiamento, após meio século de negligência, para que elementos cruciais da economia dos EUA começassem a ser consertados.



O que é ainda mais relevante para esta eleição é o que nos aguarda no futuro. Modelos econômicos cuidadosos mostraram que as propostas de Donald Trump causariam maior inflação, apesar do crescimento menor, e maior desigualdade

No ano seguinte, Biden assinou a Lei da Ciência e Chips de 2022, que lançou uma nova era de políticas industriais que garantirão a resiliência e a competitividade da economia no futuro (uma grande ruptura em relação à fragilidade que marcou a era neoliberal anterior). E com a Lei de Redução da Inflação de 2022, os EUA enfim se juntaram à comunidade internacional no investimento em tecnologias do futuro e na luta contra as mudanças climáticas.

Além de fornecer um seguro econômico contra a possibilidade de um vírus persistente e em constante evolução, o Plano Americano de Resgate, em apenas um ano, reduziu o índice de pobreza infantil quase pela metade. No entanto, também foi apontado como culpado (inclusive por alguns democratas) pela inflação subsequente.

Essa acusação simplesmente não se sustenta. Não houve demanda agregada excessiva do Plano Americano de Resgate, pelo menos não de uma magnitude capaz de explicar o nível de inflação. A maior parte da culpa recai sobre as interrupções do lado da oferta e as mudanças na demanda induzidas pela pandemia e pela guerra. Na medida em que Biden pôde combater isso, ele o fez: usou a Reserva Estratégica de Petróleo para lidar com a escassez de petróleo e trabalhou para aliviar os gargalos nos portos dos EUA.

Ainda mais relevante para esta eleição, é o que nos aguarda no futuro. Modelos econômicos cuidadosos mostraram que as propostas de Trump causariam maior inflação — apesar do crescimento menor — e maior desigualdade.

Para começar, Trump elevaria as tarifas, e os custos seriam em sua maioria repassados aos consumidores dos EUA. Ao contrário do que diz a economia básica, Trump presume que, para compensar as tarifas, a China simplesmente reduziria os preços que cobra. Se isso acontecesse, contudo, nenhum emprego americano seria salvo (a coerência nunca foi uma das forças de Trump).

Além disso, Trump restringiria a imigração, o que deixaria o mercado de trabalho mais tensionado e agravaria o risco de falta de mão de obra em alguns setores. E ele aumentaria o déficit, cujos efeitos poderiam preocupar o Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) e induzi-lo a elevar os juros, diminuindo assim os investimentos em habitação e elevando ainda mais os aluguéis e os custos habitacionais (uma das principais fontes da inflação atual). Além de desacelerar o crescimento ao diminuir os investimentos, juros mais altos também valorizariam a taxa de câmbio, tornando as exportações dos EUA menos competitivas. Ademais, as exportações dos EUA sofreriam com o aumento de custo dos insumos, em razão das tarifas mais altas e das retaliações que elas provocariam.

Já sabemos que os cortes do imposto de pessoa jurídica em 2017 não estimularam muitos investimentos e que a maior parte dos benefícios foi para os muito ricos e para estrangeiros (donos de grandes participações em empresas dos EUA). Os cortes de impostos adicionais que Trump está prometendo provavelmente não trarão um resultado melhor, mas quase certamente elevarão os déficits e a desigualdade.

É claro, é bem complexo calcular esses efeitos por meio de modelos econômicos. Não está claro com que rapidez e intensidade o Fed reagiria à inflação induzida pelas tarifas, mas seus economistas obviamente veriam o problema chegando. Será que se sentiriam tentados a resolvê-lo na raiz, elevando os juros precocemente? Será que, então, Trump violaria as normas institucionais tentando demitir o presidente do Fed? Como os mercados (aqui e no exterior) responderiam a essa nova era de incerteza e caos?

O prognóstico de longo prazo é mais claro — e pior. Os EUA devem grande parte de seu sucesso econômico nos últimos anos à capacidade tecnológica, que depende de fundamentos científicos sólidos. No entanto, Trump continuaria a atacar nossas universidades e a exigir cortes maciços nos gastos em pesquisa e desenvolvimento. A única razão pela qual esses cortes não foram feitos durante seu mandato anterior é que ele não tinha seu partido completamente alinhado atrás de si. Agora, tem.

Da forma similar, embora a população dos EUA esteja ficando, em média, mais velha, Trump permitiria um encolhimento da força de trabalho ao restringir a imigração. E, embora economistas tenham enfatizado a importância do Estado de Direito para o crescimento econômico, Trump, um criminoso condenado, não é exatamente conhecido por sua adesão a ele.

Portanto, quanto à questão de quem seria melhor para a economia — Trump ou Biden (ou qualquer democrata que possa vir a substituí-lo, caso ele desista) — simplesmente não há discussão. *(Tradução de Sabino Ahumada)*

Joseph E. Stiglitz, ex-economista-chefe do Banco Mundial e ex-presidente do Conselho de Assessores Econômicos do presidente dos EUA, é professor na Universidade Columbia, prêmio Nobel de Economia. Seu livro mais recente é "The Road to Freedom: Economics and the Good Society".

 INÊS 249

Especial

Entrevista Acadêmica europeia Heather Grabbe analisa o voto de britânicos e franceses

‘Argumento nacionalista atrai europeu insatisfeito com economia’

DIVULGAÇÃO



Grabbe: "No Reino Unido, partido populista reformista tem agora mais apoio que os tradicionais Liberais Democratas"

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

Em uma semana de eleições no Reino Unido e na França, a pesquisadora do think-tank Bruegel, baseado em Bruxelas, Heather Grabbe faz uma avaliação sobre as demandas e insatisfações dos eleitores em um momento em que o populismo de direita ganha apoio pela Europa.

Professora visitante da Universidade College London e autora de artigos publicados no “Financial Times” e no site “Politico”, Grabbe diz nesta entrevista ao **Valor** que as diferenças de linha econômica entre partidos tradicionais estão cada vez mais apagadas e que a direita populista prospera reforçando mensagens sobre identidade e nacionalismo. No Reino Unido, embora o jogo se dê entre as forças convencionais — Trabalhistas e Conservadores —, Grabbe destaca o nível de aprovação da legenda direitista anti-União Europeia Reform. Enquanto na França, o segundo turno das eleições parlamentares no domingo deverá mostrar um avanço marcante da extrema direita de Marine Le Pen. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *O que significa a virtual vitória do Partido Trabalhista, de centro-esquerda, no Reino Unido em um momento que a extrema direita tem ganhado apoio e espaço político em países da Europa?*

Heather Grabbe: Os eleitores britânicos sentiram a necessidade de uma mudança de governo. Os conservadores caíram em descrédito após 14 anos no poder, um período no qual negociaram uma saída da UE que prejudicou a economia e a posição do Reino Unido no mundo. Foi um período também em que houve um declínio nos serviços públicos, especialmente no Serviço Nacional de Saúde. Os trabalhistas oferecem uma redefinição em ambas as questões.

Valor: *Diferentemente dos eleitores em outros países do continente, os eleitor britânico está, em certo sentido, vacinado contra a chamada direita populista?*

Grabbe: Não acho que se trate disso. A razão pela qual um partido convencional de esquerda ou de centro tem grande probabilidade de vencer a eleição não é porque os eleitores britânicos estão rejeitando o populismo, mas por causa de dois fatores muito específicos que são muito particulares ao Reino Unido. Um deles é que o sistema de votação torna quase impossível que partidos que contestam [as forças políticas dominantes] consigam representação no Parlamento. Isso inclui, por exemplo, o Partido da Independência do Reino Unido [anti-União Europeia]. Mas também inclui os verdes, que tiveram apenas uma cadeira no Parlamento, embora haja, na verdade, um grande apoio às políticas verdes em toda a população. Portanto, o que acontece no Reino Unido é que as partes mais extremas da política são incorporadas aos partidos tradicionais. Assim, extremistas se acomodam nas franjas do Partido Conservador e do Partido Trabalhista.

Valor: *E qual é o segundo fator?*

Grabbe: A outra coisa é que o Brexit — depois de sete anos as pessoas entendem que foi um desastre grande para a economia britânica e para os vínculos do Reino Unido com o resto da Europa — desacreditou, até certo ponto, a direita radical populista, porque essa era a sua principal plataforma.

Valor: *Ainda assim, parece haver um interesse crescente nas ideias de direita, anti-imigração, do partido Reform, de Nigel Farage. Isso diz algo sobre para onde sopram os ventos eleitorais no Reino Unido?*

Grabbe: Atualmente há mais apoio, segundo as pesquisas, a esse partido populista reformista do que aos Liberais Democratas, que há mais de dois séculos disputam eleições como um partido liberal dominante. O fato de o Reform na semana passada ter se aproximado muito dos conservadores, em termos de nível de apoio, é algo muito incomum. Isso nunca aconteceu antes no Reno Unido. Lembrando, no entanto, que isso se dá depois que os conservadores terem realmente ficado sem ideias, depois de muito tempo no poder.

Valor: *Em relação ao segundo turno das eleições parlamentares na França. Ainda que o partido de Marine Le Pen não chegue a obter a maioria do Parlamento (como apontam algumas pesquisas), ela continua sendo um dos nomes fortes para as próximas eleições presidenciais. De olho em uma fatia maior do eleitorado, a direita francesa tem buscado suavizar suas mensagens, deixando de lado temas muito controversos e sectários?*

Grabbe: Sim, eles são muito flexíveis do ponto de vista ideológico, o que significa que mudarão de posição se perceberem que sua posição não é mais popular. Por exemplo, a própria Marine Le Pen pediu, há alguns anos, que a França deixasse o euro depois da crise da moeda. Agora, ela sabe que isso não é popular. Também houve a defesa para que a França deixasse a UE. Mas, depois do desastre do Brexit, isso deixou de ser popular. Ela também se afastou do antissemitismo de seu pai, Jean Marie Le Pen, fundador do partido. Marine passou a se posicionar mais contra os muçulmanos e, de forma mais ampla, contra os imigrantes, em vez de abraçar a linha antissemita. Portanto, ela mudou muito. Em termos de promessas eleitorais para esta eleição, ela também mudou muito rapidamente quando percebeu que algumas de suas promessas econômicas seriam mal vistas porque não eram bem calculadas. Algumas delas seriam muito caras. Ela não demonstrou como o país seria capaz de custeá-los. Portanto, como muitos líderes populistas da direita radical, ela se mantém fiel a mensagens amplas, em vez de políticas detalhadas. Mensagens como ‘A França é nossa.’ No Reino Unido, a mensagem era ‘retomar o controle’. Na Holanda, na última eleição, foi ‘be Dutch be normal’ (seja holandês, seja normal). São slogans baseados em identidade, principalmente em torno de um argumento nacionalista. O argumento ‘nós somos a França’ e esse tipo de campanha pode ser muito eficaz quando os eleitores se sentem desorientados em relação a quais políticas que fariam sentido agora, quando sentem que a economia não está indo bem, mas não sabem o que fazer a respeito.

Valor: *Esse tipo de mensagem nacionalista produz mais impacto do que mensagens sobre como melhorar o ambiente econômico?*

Grabbe: Uma pesquisa do ‘Financial Times’ na semana passada que achei impressionante constatou que mais eleitores franceses confiam mais na Le Pen em relação à economia do que em Emmanuel Macron. E isso é surpreendente, uma vez que as prescrições de política econômica da Le Pen e suas opiniões sobre economia não têm estimativas de custo por trás, não há análise, não há argumentos econômicos. Mas as pessoas se sentem insatisfeitas com o que está acontecendo com a economia. Agora, acho que especialmente a inflação teve um impacto em suas opiniões. Emmanuel Macron não lutou contra isso. A inflação é controlada pelo Banco Central Europeu. Mas, mesmo assim, os eleitores não estão convencidos. Isso mostra o quanto é possível fazer campanha com base em questões de identidade e, ainda assim, conquistar a confiança dos eleitores em questões nas quais você não tem credibilidade.

> “Eleitor se frustra com centro-direita e a centro-esquerda oferecendo as mesmas políticas”
> *H. Grabbe*

Valor: *Por que os eleitores têm depositado mais confiança nessa direita populista na França e em outros países do continente?*

Grabbe: O populismo sempre existiu na periferia de qualquer democracia. Sempre há pessoas com pontos de vista extremos, que preferem mais autoritarismo do que um Estado democrático. Há sempre também pessoas que procuram alimentar a divisão nas sociedades, isso sempre aconteceu. O que aconteceu na Europa e em outros países nos últimos dez anos, mais ou menos, é que os partidos tradicionais deram a eles [a esses defensores de visões extremas] muito mais espaço. Como se a centro-direita e a centro-esquerda estivessem propondo exatamente as mesmas políticas econômicas, e as pessoas se sentem frustradas por não haver alternativas. E isso aconteceu, especialmente desde a queda do comunismo, desde que a economia socialista saiu de moda. O neoliberalismo não satisfaz as pessoas, mas ainda não há ainda uma alternativa real ao liberalismo. Portanto, acho que esse é um dos motivos pelos quais as escolhas de política econômica deixaram de ser o principal elemento que os eleitores levam em conta. No passado, você escolhia se queria mais do setor público ou mais do setor privado, se queria mais gastos públicos ou menos impostos, esse tipo de coisa. Mas isso não é mais motivo de contestação. Não é mais sobre isso que as pessoas discutem nas eleições. As questões se voltaram muito mais para identidade e também sobre como a sociedade está mudando. Temos o multiculturalismo, a migração, e isso deu muito mais espaço para o populismo no debate, porque eles [adeptos do populismo de direita] não precisam ter políticas econômicas complicadas, podem ter políticas baseadas na identidade e criticar a migração como seu objetivo principal.

Valor: *Se não há mais tanta divisão em relação à pauta econômica, o que dizer em relação ao debate sobre transição energética e mudança climática?*

Grabbe: A grande questão daqui para frente é como todos lidarão com o clima. É uma questão muito complexa sobre a qual são necessárias muitas políticas sobre como administrar a transição energética. E não há ainda um debate suficiente entre esquerda e direita. Assim, os populistas simplesmente dizem que negam que as mudanças climáticas estejam acontecendo. A alternativa para a Alemanha [AfD], por exemplo, é um partido que nega o clima. Ou então dizem que talvez isso esteja acontecendo. Marine Le Pen, por exemplo, faz campanha contra as turbinas eólicas [ela defende o fim de subsídios bilionários à energia eólica e solar, dizendo que são fontes intermitentes e que o melhor será redobrar investimentos em reatores nucleares]. Basicamente, quando se tem uma questão política muito complexa, o populismo em geral não tem soluções realmente detalhadas, elaboradas, mesmo assim prospera em uma atmosfera em que os principais partidos também não estão oferecendo muitas soluções. E então eles [os partidos da direita populista] transformam toda a eleição em uma questão de identidade.

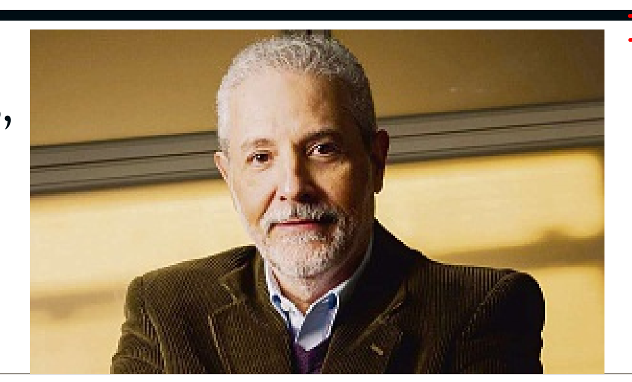
Valor: *Em geral, como o setor empresarial na Europa tem reagido à ascensão da direita radical?*

Grabbe: É fato que a direita radical populista geralmente é contra a regulamentação. Mas ela pode ser extremamente desestabilizadora para o ambiente de negócios. Veja na França como o mercado de títulos de crédito enlouqueceu. Muitas empresas francesas estão realmente preocupadas com as políticas econômicas do partido [de Le Pen], sobre quais seriam as políticas deles quando se trata de um partido que nunca esteve no poder em nível nacional, que não tem políticas. Incerteza é muito difícil para os negócios. Talvez algumas propostas de que não gostem sejam retiradas, mas há uma perturbação do ambiente de negócios em relação ao potencial, por exemplo, de mais inflação, de aumento da dívida pública, em relação aos impostos. Além disso, quando os partidos populistas de direita radical estão no poder podem dificultar a vida das empresas porque tendem a minar o Estado de Direito. Na Hungria, por exemplo, os juízes são controlados pelo partido que está no poder. Portanto, se você é uma empresa que não gosta do partido no poder... ou, por exemplo, na Turquia onde o partido no poder pode exigir que você pague para ajudar alguns deles em suas campanhas. E se você não fizer isso, não conseguirá uma audiência justa nos tribunais. Esse enfraquecimento do Estado de Direito se torna um grande problema para as empresas e, em última análise, prejudica a economia.

Varejo
Compras on-line de alimentação cresceram 16,6% em 2023, segundo dados da Abcomm
B2

INÊS 249

Veículos
Sahad, do Sindipeças, pede ao governo maior fiscalização na importação de autopeças B4



E-commerce
Fabricantes de alimentos e bebidas investem nas vendas on-line B2

Saneamento
Estatais aproveitam flexibilização e regularizam contratos B3

Aviação Conversas estão em curso para definir futuro da Gol dentro de sua reestruturação nos EUA

Azul quer lançar proposta para combinação de negócios com Gol em até três meses

Cristian Favaro
De São Paulo



DIVULGAÇÃO

Para melhorar caixa, Azul tenta levantar R$ 600 milhões por meio de uma debênture; captação é importante para preparar operação em momento de subida de custos com disparada do dólar

A Azul sinalizou a fundos de investimento que em até três meses deve apresentar uma proposta à Corte de Nova York para uma junção de negócios com a Gol, segundo fontes. Hoje, as tratativas acontecem com a Abra, holding que controla a companhia e a colombiana Avianca.

A apresentação à Corte de Nova York — caso o negócio de fato prospere — é um protocolo necessário diante da reestruturação da Gol nos Estados Unidos (dentro da lei do Chapter 11).

Hoje, o Chapter 11 da Gol tem penalizado as ações da empresa na bolsa e seria um momento favorável para uma conversa do lado da Azul, cujo valor no mercado é cerca de seis vezes superior à concorrente.

A situação financeira da Azul também segue apertado, uma vez que a aérea está em negociações com os credores em um cenário de alta do dólar e aumento dos custos, de acordo com pessoas a par do assunto.

Fontes destacaram ao **Valor** que as tratativas têm avançado entre Azul e os acionistas da Abra. "O que tem sido discutido no momento é estrutura, governança e termos de troca. Como os preços de tela da Azul e da Gol hoje não são considerados justos, há um amplo cálculo econômico para determinar o valor de cada empresa. Não é simples, ainda mais com o dólar na forma que está", disse uma das fontes.

O tema de um eventual negócio entre Gol e Azul ganhou espaço após a publicidade de um acordo de "codeshare" (compartilhamento de voos) entre as aéreas. A dúvida, contudo, é entender como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) receberia tal passo.

A Gol iniciou conversas com credores e investidores para arrumar uma saída para sua reestruturação. Pelo plano apresentado, a empresa vai ter de refinanciar cerca de US$ 2 bilhões e receber uma injeção de capital de US$ 1,5 bilhão, que pode ser feita via emissão de novas ações.

Mas o mercado tem ligado um sinal de alerta com a Azul. Nos bastidores, tem crescido o receio de que a posição financeira da empresa está longe de ser confortável.

Uma reestruturação de US$ 800 milhões fechada pela Azul com arrendadores prevê parte dos pagamentos com emissão de ações a R$ 36, mas hoje o papel está em R$ 7. Os pagamentos já começam no terceiro trimestre deste ano, com um total de R$ 240 milhões no semestre. Mas a conversão não é uma saída bem vista por nenhum dos dois lados.

Em paralelo, o grupo tem feito esforços para lançar uma nova debênture e aumentar sua liquidez. Segundo fontes, a Azul tem buscado levantar R$ 600 milhões por meio de uma debênture que vai ser inserida em um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

A Azul, entretanto, iniciou as captações em um momento delicado do mercado, com as falas do presidente Lula contra o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, trazendo volatilidade. A emissão tem sido estruturada em diversas tranches, com CDI + 3% em uma ponta e CDI + 8,5% em outra. Na média, a empresa conseguiu até agora R$ 300 milhões, com CDI + 6%.

O cenário de captação é importante para reforçar o caixa em um momento de subida de custos com o dólar. A visão é de que o setor atualmente tem pouca margem de manobra para subir tarifa. Na outra ponta, a crise no Rio Grande do Sul se mostrou um ponto sensível — o Estado representava 10% da demanda do setor.

Por causa do Chapter 11, a Gol tem divulgado mensalmente seus resultados prévios à Corte de Nova York, o que tem sido um prelúdio da dificuldade da indústria no segundo trimestre.

"A Gol apresentou uma margem Ebitda de 11% [em maio]. É considerada fraca. E há ainda a questão de Porto Alegre, que bateu no resultado de todo mundo. Ou seja, o setor entra no segundo trimestre fraco e ainda no terceiro trimestre vai ter o impacto de custo na veia", disse uma fonte.

Segundo participantes do mercado, uma margem Ebitda saudável para se pagar o custo de capital no Brasil é na casa de 25%.

Mas o mercado pode apertar ainda mais para Gol e Azul. Isso porque a Latam, que hoje responde por mais de 40% do mercado brasileiro, está lançando esforços para ampliar sua vantagem por meio de uma melhora na sua posição de liquidez.

O grupo informou no último dia 3 ao mercado que vai avançar com uma oferta secundária de pelo menos US$ 200 milhões e estuda uma nova listagem de suas ADRs em Nova York — que foram suspensas na reestruturação do grupo.

O movimento, segundo fontes, abre espaço para a Latam jogar a tarifa para baixo ao ter mais fôlego no balanço diante da quitação de dívidas com juros elevados.

US$ 2 bi
é o montante a ser refinanciado pela Gol

"Ao não baixar tarifa, ela está sustentando Gol e Azul. Se ela renegociar a dívida e ganhar fôlego, isso vai penalizar as concorrentes que estão com dívida mais alta e vão ter de queimar caixa. A Latam não tem incentivo de jogar o preço para cima hoje", disse uma fonte ao **Valor**.

Na outra ponta, a ajuda do governo às aéreas do Brasil já tem sido colocada para escanteio. Há anos se fala do uso do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil) como garantia para empréstimos, mas o tema tem dificuldade de caminhar, com diversos prazos divulgados, mas nada cumprido.

Procuradas, Gol, Abra, Latam e Azul não se manifestaram.

Latam avança com relistagem na Bolsa de Nova York

De São Paulo

A companhia aérea Latam deu passos na direção de voltar a ser listada na Bolsa de Nova York. Em comunicado na SEC (regulador financeiro dos EUA), a empresa com sede no Chile disse que o processo já está em andamento e sinalizou que a relistagem seria um processo simultâneo com uma oferta secundária de ações de pelo menos US$ 200 milhões — o valor final e data, entretanto, vão depender dos acionistas vendedores.

A empresa teve ADR listadas na bolsa americana por 20 anos, mas suspendeu durante sua reestruturação.

"É intenção da companhia que a relistagem do programa de ADR ocorra simultaneamente com a primeira venda secundária sobre o RRA (acordo de direitos de registro) com a convicção de que a maior liquidez tornará a relistagem do programa de ADR mais eficaz", disse a empresa, no comunicado.

US$ 200
milhões é o piso da oferta secundária

A entrada da oferta secundária é vista como um passo importante para dar liquidez à ADR da empresa neste momento.

"Vale mencionar que, conforme os termos do acordo, os acionistas vendedores têm o poder de determinar a data em que a venda secundária ocorrerá, podendo inclusive retirar ou modificar o tamanho da venda secundária", apontou a empresa, destacando que desta forma a companhia não teria certeza da data em que a relistagem ou oferta secundária vão acontecer.

O avanço do processo abre espaço para que os investidores que entraram na empresa após a reestruturação consigam desinvestir. Entre eles estão a Sixth Street Partners (com 27,9% da Latam) e a Strategic Value Partners (16%). Com isso, o grupo pode vir a receber um novo acionista referência, ou os atuais investidores podem aumentar sua participação. Hoje, a Delta e Qatar tem cerca de 10% cada, ao passo que a família Cueto tem 5% — pelas regras, entretanto, eles não podem reduzir sua participação nos próximos dois anos e meio.

Joana Bontempo, consultora e head de reestruturação de empresas de CSMV Advogados, destacou que a decisão de unir no tempo a relistagem e a oferta secundária foi uma boa estratégia.

"A concomitância entre os eventos traz vantagens para a companhia. A venda secundária de ações melhora a eficácia da relistagem simultânea dos ADRs, pois aumenta a atividade e a liquidez das ações, reforça a confiança dos investidores, expande a base de investidores e tende a estabilizar o preço no mercado, facilitando o processo de relistagem", explicou. *(CF)*

Destaques

Combinação de negócios
A Azevedo & Travassos anunciou ontem que assinou um acordo vinculativo com os principais termos e condições para a combinação de negócios com a MKS Soluções Integradas e a Congem Investimentos. A operação acelera o plano de expansão no setor de manutenção industrial, bem como permite a entrada da Azevedo & Travassos em concessões de ativos de infraestrutura. Os fundos Camaçari e Congem, controladores das duas empresas, receberão ações ordinárias da Azevedo & Travassos suficientes para assumir o controle societário da companhia. O acordo estabelece um prazo de 60 dias para que as partes possam realizar as diligências e avaliações devidas

Vendas da Scania
A Scania encerrou o primeiro semestre com crescimento de 85% nas vendas de veículos pesados, em comparação com o mesmo período do ano passado. A participação de mercado atingiu 30,1% na categoria de veículos pesados. No segmento de veículos pesados acima de 16 toneladas, a participação foi de 21,6%, com alta de 87%. "Esse crescimento foi possível porque diversificamos o portfólio de produtos, com novos modelos de caminhões para uso fora da estrada, linhas Super e Plus", afirmou André Gentil, gerente de vendas para grandes contas da Scania Brasil. A demanda mais aquecida é nas áreas de carga industrial, comércio eletrônico e de caçamba.

Logística portuária
A empresa de logística portuária Wilson Sons movimentou 115,2 mil TEUs (medida equivalente a um contêiner de 20 pés) em junho, alta de 46,5% em relação ao volume do mesmo período de 2023. Do volume total registrado no mês passado, 88 mil TEUs foram de unidades cheias, 53,3% a mais ante o reportado no mesmo período em 2023, enquanto os contêineres vazios somaram 27,2 mil TEUs, alta de 27,9% na mesma base de comparação. No Terminal Rio Grande foram movimentados 80,1 mil TEUs em junho, alta de 57,9% em comparação anual. Já no Terminal Salvador, o volume chegou a 35,1 mil TEUs, avanço de 25,7% na mesma base comparativa.

INÊS 249

E-commerce Varejo físico é principal canal, mas grupos como Mondelez, Pepsico e AmBev querem ampliar a experiência do consumidor no digital

Indústria de alimentos e bebidas traça estratégia para venda on-line

Helena Benfica e Ana Luiza Carvalho
De São Paulo

As categorias de alimentos e bebidas, embora ainda tenham o varejo físico como principal canal de venda, têm registrado nos últimos anos crescimento acelerado da participação do e-commerce. As compras on-line de alimentação no último ano somaram R$ 7,29 bilhões, o que representa alta de 16,6% no comparativo a 2022, de acordo com dados da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (Abcomm), correspondendo a 3,93% das vendas digitais do Brasil.

Esse índice vem crescendo ano a ano após a pandemia. Em 2019, as vendas de alimentos industrializados e bebidas para o consumidor final representavam 2,99% (*ver dado abaixo*).

Para sustentar o crescimento da categoria no pós-pandemia, gigantes da indústria estão investindo para ampliar ainda mais a receita por esse canal.

Além da reposição das despensas, especialistas avaliam que as companhias também podem replicar parte das compras por impulso típicas do varejo físico. O ambiente virtual representa ainda uma oportunidade para apresentar novos produtos do portfólio e entender a jornada de compra dos consumidores.

Na Mondelez International, dona de marcas como Lacta e Tang, as vendas digitais em 2023 corresponderam a 10% do negócio da companhia no Brasil. A expectativa é de que a participação alcance 30% até 2030. Um dos desafios para o canal, segundo a diretora de e-commerce Lívia Seabra, é replicar o comportamento de quem está esperando na fila do caixa e é atraído pela gôndola de chocolates e salgadinhos. "É muito difícil criar impulso dentro do digital e é uma ocasião importante para snacks. Mas podemos trazer uma diferenciação, vender produtos que você não encontra na loja física", afirma.

Os produtos exclusivos são a aposta para os marketplaces, como Magazine Luiza, Mercado Livre e Amazon. A alta semestral de 187% no volume de vendas, na avaliação da companhia, representa o sucesso da estratégia para os chamados "pure players". A outra grande frente digital é composta pelos aplicativos de delivery, como iFood, Rappi e Daki, também chamados de "last milers". Nesses casos, a Mondelez criou uma jornada para impulsionar balas e gomas e registrou alta de 16% nos volumes vendidos entre janeiro e junho ante igual período de 2023.

Segundo Seabra, a construção da categoria deve ocorrer pela inovação e pelo aumento de frequência de compra. A gigante do mercado de chocolates passou a olhar para o on-line em 2021, quando entendeu que o canal era parte importante da jornada de compra. "Mais de 80% dos consumidores estão buscando informações on-line, e fazem essa compra no on-line ou no offline", afirma a executiva.

Essa também é a avaliação da Pepsico. A empresa não revela dados de faturamento no Brasil, mas afirma que no primeiro semestre do ano registrou crescimento de 11% nas vendas globais do e-commerce em relação ao mesmo período de 2023. "A venda no on-line contribui, cada vez mais, para a venda do offline. De forma estratégica, os canais tornam-se complementares", afirma Bruno de Oliveira, gerente de e-commerce da PepsiCo Brasil.

De acordo com a dona das marcas Elma Chips e Toddy, o Brasil é a segunda maior operação em vendas de e-commerce na America Latina, com perspectiva de manter a trajetória de crescimento. "Acreditamos que o comércio eletrônico deve expandir mais de 5 vezes em importância, chegando de 5% a 6% de nossos negócios até 2025", afirma Oliveira. O executivo ressalta que, além dos aplicativos de entrega e dos marketplaces, as plataformas de supermercados também compõem a estratégia para as vendas on-line.

De acordo com dados financeiros divulgados ao mercado, o Pão de Açúcar atingiu R$ 503 milhões em vendas digitais no primeiro trimestre deste ano, alta de 25,1% no comparativo anual. Já o Carrefour viu as vendas de alimentos saltarem 117,5% no mesmo intervalo, para R$ 1,2 bilhão.

Segundo a NielsenIQ, as vendas brutas de alimentos cresceram 26,2% no comparativo anual, enquanto o segmento de bebidas caiu 4,9% em relação a 2022, refletindo uma alta de 4% nos pedidos apesar do recuo de 8,5% do tíquete médio. De acordo com Gabriel Fagundes, executivo de Insights sobre a Indústria NielsenIQBrasil, o crescimento de alimentos e bebidas no e-commerce nos últimos dois anos acompanhou a expansão como um todo dos chamados bens de consumo em massa, ou Fast-Moving Consumer Goods (FMCG) em inglês. Dos R$ 255,1 bilhões que o e-commerce brasileiro movimentou em 2023, o consumo massivo respondeu por 16%.

Para Thierry Galves, gerente de marketing digital e mídia da M. Dias Branco, o setor ainda está tirando o atraso de ter sido um dos últimos a olhar para o canal. "Quando a pandemia estourou, a gente não tinha uma atuação consolidada", afirma. A companhia cearense, fabricante das marcas de biscoitos Piraquê e massas Adria, passou a investir no digital em meados de julho de 2020. Em 2023, registrou alta de 45% nas vendas. Galves diz que, considerando que o canal ainda é emergente, o ritmo de crescimento deve se manter acima do faturamento total, que em 2023 avançou 7%.

Uma exceção do setor é a fabricante de bebidas Ambev, que lançou o aplicativo próprio Zé Delivery ainda em 2016, antes da pandemia forçar a digitalização do varejo. O aplicativo é descrito como "essencial para a companhia" por Fernando Mazzarolo, vice-presidente do Zé. De acordo com o executivo, uma das tendências notadas pela Ambev é a compra planejada de bebidas. Além do portfólio próprio da Ambev, com marcas como Corona e Guaraná Antártica, o aplicativo atua em parceria com outras indústrias para a venda de salgadinhos, carvão e gelo.

"O Zé é hoje o maior vendedor de cervejas B2C do país, mas há também mais de 100 marcas em categorias como bebidas não alcóolicas, destilados e petiscos. Isso permite que o Zé lance novidades e campanhas de marketing personalizadas para os diferentes perfis de consumidores", diz Mazzarolo.

O volume bruto de mercadoria (GMV, na sigla em inglês) do aplicativo no primeiro trimestre deste ano cresceu 12% no comparativo anual, enquanto o número de pedidos foi de 16 milhões, alta de 11%. Atualmente, a base de usuários ativos mensalmente é de 5,6 milhões de pessoas.

Fagundes, da NilsenIQ, reforça que o e-commerce assumiu um papel definitivo na jornada de compra dos brasileiros, e a perspectiva é que o segmento de alimentos e bebidas continue ganhando cada vez mais relevância nesse canal, pois se trata de "uma peça importante dentro do quebra-cabeça que o consumidor tem que fechar".

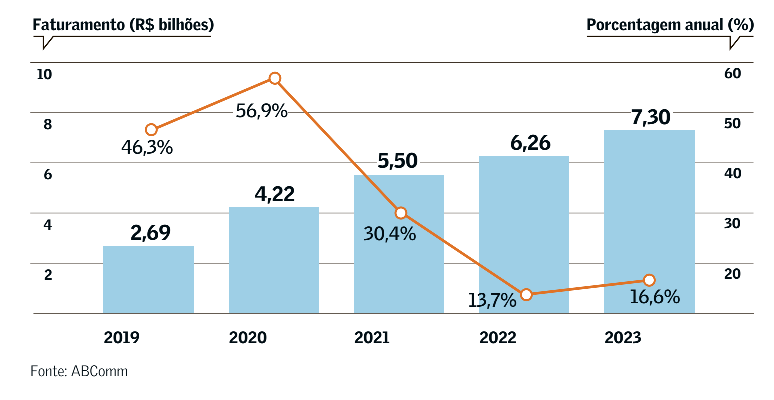
DIVULGAÇÃO

"É muito difícil criar impulso dentro do digital"
Lívia Seabra



Faturamento de alimentos no on-line

Categoria cresceu 171% desde o pré-pandemia



Fonte: ABComm

Curtas

Pluxee e Santander
A parceria entre a Pluxee e o Santander, anunciada há cerca de um ano, foi autorizada na última quinta-feira (27). Agora começa a fase de integração da equipe e dos clientes da Ben — empresa de benefícios do banco — à estrutura da francesa. O processo deve ser concluído em cerca de 6 meses. Pelos termos do acordo, que não envolveu dinheiro, o Santander assume 20% de participação na operação de benefícios do grupo francês no Brasil em troca da incorporação do time e dos clientes da Ben ao negócio. Também está previsto um contrato de exclusividade para distribuição de produtos e serviços da empresa de benefícios pelos canais do banco por 25 anos.

Ajuda no Pantanal
Uma operação negociada entre Eletrobras, ONS, ANA e Serviço Estadual de Meio Ambiente (Sema) vem aumentando gradualmente a vazão da água que passa pelas unidades geradoras de energia da hidrelétrica de Manso, no Mato Grosso, de 80 metros cúbicos por segundo para 170 metros cúbicos por segundo para ajudar no combate aos incêndios na região do Pantanal. A manobra começou em 27 de junho com um aumento diário na vazão de 10% que ajuda no alargamento do leito dos rios, aproxima a água do foco do incêndio, facilita a captação da água pelos bombeiros e brigadistas e também favorece a dessedentação dos animais.

Impasse na Petrobras
Uma das apostas da Petrobras para incentivar a construção naval do Brasil, o desmantelamento de plataformas de petróleo, já enfrenta problemas no primeiro contrato assinado pela gestão petista e complica ainda mais a situação do Estaleiro Rio Grande, em recuperação judicial. O desmanche da plataforma P-32 foi suspenso em janeiro, depois que trabalhadores encontraram cerca de 500 litros de combustível e água oleosa na embarcação, iniciando um impasse entre a estatal e a compradora da estrutura, a Gerdau que discutem quem paga a conta para a retirada do óleo. O Estaleiro já demitiu 54 dos cerca de 200 empregados contratados para empreitada.

É sobre pessoas, não é sobre dinheiro

Comunicação



Isabel Clemente

Um dos mais ricos e longevos investidores do mundo ocidental, Warren Buffet segue alguns princípios. Não compra ações por impulso. Não se importa de perder investimentos, caso não conheça a empresa o bastante, e fica horas respondendo a perguntas de investidores durante os encontros anuais de seu conglomerado, a Berkshire Hathaway. No último evento, realizado em maio, em Omaha, nos Estados Unidos, Buffet, 93 anos, deixou pelo menos dois conselhos para os mais jovens.

- O primeiro: encontre o emprego que você gostaria de ter se não precisasse de um emprego.

- O segundo: para atingir seus objetivos, aprimore sua habilidade para se comunicar.

No prefácio que escreveu para o manual de linguagem simples da SEC, o fiscal do mercado de capitais americano, Buffet detalhou um pouco mais sobre um dos aspectos da escrita eficiente: a simplicidade.

"Quando escrevo o relatório anual da Berkshire Hathaway, faço de conta que estou conversando com minhas irmãs. Embora muito inteligentes, elas não são especialistas em contabilidade nem em finanças. São capazes de entender um inglês simples, mas jargões as deixarão confusas. Meu objetivo é apenas supri-las de informações que eu gostaria que elas me dessem se nossas posições fossem invertidas. Para ser bem-sucedido na tarefa, não preciso ser nenhum Shakespeare, mas preciso ter um sincero desejo de informar."

Simplicidade faz diferença e ter alguém em mente na hora de escrever, também.

Um dos maiores riscos dos textos que tratam desse campo por onde trafegam Warren Buffet, dinheiro, projetos e empresas é a abstração, também definida por uma sequência de ideias que nos deixa com uma só pergunta ao fim da leitura: como é que é?

Para fugir da abstração e tornar um texto palpável, você precisa de histórias, e de técnicas literárias como cenas e diálogos. Não é por outro motivo que alguns professores de Economia recorrem à literatura em suas aulas. Ao revisitar estudos sobre o tema, Michael Watts concluiu que a literatura não só estava sendo usada para dar vida ao ensino de Economia, mas a textos profissionais assinados por economistas, ainda que em número modesto. Não era uma tendência à época em que ele pesquisou para o artigo publicado no "The Journal of Economic Education". Watts lista algumas justificativas para o empréstimo criativo, digamos assim.

1. A literatura ajuda a descrever o comportamento humano de forma mais eloquente, poderosa e bem-humorada do que economistas geralmente conseguem fazer.

2. Para usar essas histórias como evidência da forma como o ser humano se comporta.

Caso seu objetivo não seja escrever um relatório, se você precisa engajar um grupo ou provocar reflexões, tem mais em jogo. Você sabe. Como transferir suas ideias para a cabeça de quem lê?

Chris Anderson, curador do TED Talk, diz que precisamos de permissão, algo que conquistamos ao revelar nossa humanidade, ele argumenta. A permissão acontece quando o público-leitor para de brigar mentalmente com o seu repertório porque, com histórias de verdade, a luta sai do campo intelectual para o emocional. Seus leitores entendem que pessoas importam e que talvez valha a pena prestar atenção ao que você tem a dizer.

Autor de vários livros, entre os quais "Longe da árvore", um clássico sobre diversidade e famílias em situações difíceis, Andrew Solomon ensina que só as histórias podem restaurar a humanidade que alguns tentarão confiscar de você.

Lidamos com uma crença equivocada ao falar de escrita criativa para não ficção. Criatividade aqui não significa licença para fabricar fatos. Criatividade passa por usar recursos que permitam um engajamento maior de quem lê, para ficar no texto. Como nosso cérebro tem sede de histórias (frase perfeita do neurocientista português António Damásio), explica-se assim a febre de "storytelling" que nada mais é do que dar um refresco para o cérebro alheio que não merece ser atropelado por uma avalanche de informações. Daí o uso de diálogos, cenas, descrições e a perspectiva pessoal - se ela acrescentar algo de importante ao tema e não for mera obsessão consigo mesmo.

Escrever renunciando à própria experiência de vida ou das histórias de pessoas conhecidas e desconhecidas, como se esse recurso fosse exclusividade de um grupo ungido com o privilégio de escrever de forma envolvente, é o mesmo que usar algemas enquanto tenta deslizar a mão pelo papel – ou pelo teclado. Nunca experimentei, mas não deve funcionar.

Até quando falamos de investimentos e projetos estamos falando da humanidade que nos une e desafia, amedronta e encanta. "É sobre pessoas, não é sobre dinheiro", resumiu o economista norte-americano Paul Krugman, ganhador do Nobel, durante a aula gravada para a plataforma Masterclass. Para entender Economia, ele explica, há que tomar distância dos detalhes para responder a uma pergunta: qual é a história aqui?

Isabel Clemente é formada em Jornalismo pela PUC-Rio e mestre em Escrita Criativa pela Royal Holloway, University of Londo
E-mail
isabelclemente.writer@gmail.com

Água Com flexibilização, empresas 'recuperam' operações; fiscalização gera temor

Estatais de saneamento regularizam 494 contratos com regras do novo governo

Taís Hirata
De São Paulo

As estatais de saneamento conseguiram normalizar 494 contratos com municípios que haviam sido considerados irregulares em 2022, aponta levantamento da Abcon (Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto), com base em dados da ANA (Agência Nacional de Águas). Com isso, o número de prefeituras com operação de água e esgoto irregular caiu de 1.108 para 614.

Por um lado, a regularização tira do "limbo" cidades que viviam incertezas sobre como viabilizar a universalização dos serviços. Por outro, há temor de que a flexibilização permita a permanência das companhias públicas, mas sem fiscalização rigorosa sobre o efetivo cumprimento dos investimentos, segundo especialistas.

Entre os contratos "recuperados" pelas companhias estaduais estão os de Salvador, da Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento), de Belém, da Cosanpa (Companhia de Saneamento do Pará) e São Luís, da Caema (Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão).

Em 2022, esses contratos foram considerados irregulares pela nova lei do saneamento de 2020, ou porque as prestadoras do serviço não comprovaram sua capacidade econômico-financeira para universalizar os serviços, ou porque os contratos estavam vencidos ou precários, o que inviabilizava a regularização.

Porém, com a mudança de gestão federal, a regulamentação da lei foi alterada e abriu-se uma nova janela para que esses contratos fossem normalizados.

Além do prazo adicional, as novas regras são mais flexíveis em comparação com as normas fixadas no governo anterior, o que ajudou as estatais a atenderem os requisitos para comprovar capacidade de fazer os investimentos.

Uma das flexibilizações foi permitir que as companhias que não atingissem os indicadores econômicos mínimos pudessem apresentar um plano de metas para o cumprimento dos índices em cinco anos. Este foi um dos recursos que permitiu, por exemplo, a Cosanpa a regularizar o contrato de Belém, assim como os de dezenas de outras cidades, incluindo Ananindeua (PA) e Santarém (PA). No caso da empresa paraense, a autorização foi concedida diante da promessa de aportes do Estado.

Outras estatais aproveitaram as idas e vindas da regulamentação para firmar contratos. Em 2023, o governo publicou decretos em abril que traziam uma flexibilização ainda mais ampla para a regularização de contratos. As normas, porém, geraram reação negativa e levaram à edição de novos decretos em julho, que revogaram os anteriores e restringiram as normas. Mesmo com a revogação, os acordos assinados neste período seguem válidos.

Entre as empresas que aproveitaram a janela estão a Embasa, que regularizou seu contrato com Salvador, e a Compesa, de Pernambuco, que firmou acordos com mais onze cidades, incluindo Fernando de Noronha.

Para analistas do setor de saneamento, a regularização traz uma preocupação quanto ao monitoramento desses contratos, que ficará a cargo das agências reguladoras locais. "A dúvida é se essas agências vão ter capacidade de fiscalizar e eventualmente retirar a comprovação econômico-financeira. Não temos visto mobilização das agências para divulgar e criar uma rotina de como se vai fazer isso", afirma Gustavo Gusmão, sócio da EY para o setor de Governo e Infraestrutura.

Para Fernando Vernalha, sócio do Vernalha Pereira Advogados, mudanças de rota em relação aos planos apresentados na comprovação econômica são normais, mas é importante que as agências estejam preparadas para avaliar. "Algum descasamento é esperado, não precisa ter aderência absoluta. Agora, é preciso ter monitoramento do plano de captação de recursos, das repactuações tarifárias previstas. O grande problema é que muitas agências não têm sistemática de monitoramento definida", diz ele.

Na visão de Percy Soares Neto, ex-diretor-executivo da Abcon e sócio da consultoria Ikigai, os novos decretos desestimulam a competição ao permitir a manutenção das estatais. "O mecanismo de comprovação foi descaracterizado, ficou com sanção frágil e perdeu capacidade de 'enforcement' de levar a regularização a um processo concorrencial", afirmou.

Apesar das preocupações, analistas também veem na regularização uma solução a municípios que estavam irregulares, o que impedia novos investimentos pelas estatais, e sem perspectiva de como contratar um novo operador. "É uma notícia boa, porque significa que os municípios terão os investimentos para universalização", afirma Eric Brasil, diretor da LCA Consultoria.

"O intuito nunca foi penalizar as companhias estaduais, mas selecionar operadores eficientes. Se conseguiram comprovar, isso é bom", afirma Christianne Dias, diretora-executiva da Abcon.

Ela destaca que das 614 cidades que seguem com contratos irregulares, 80% são municípios com menos de 20 mil habitantes. Ou seja, o desafio de garantir a universalização persiste em ao menos 11% dos municípios, mostram os dados da associação. Dias destaca que é importante que a regionalização avance, para dar viabilidade econômica à operação nessas cidades. "Esses municípios não podem ficar para trás."

Procurada, a Embasa afirmou, em nota, que "está preparada, com diretrizes sólidas de captação e execução de recursos" para universalizar os serviços até 2033 e disse que, para isso, deve investir R$ 20 bilhões, "sendo R$ 12 bilhões provenientes de geração de caixa próprio e R$ 8 bilhões de recursos de terceiros". A Cosanpa e a Compesa não se manifestaram.

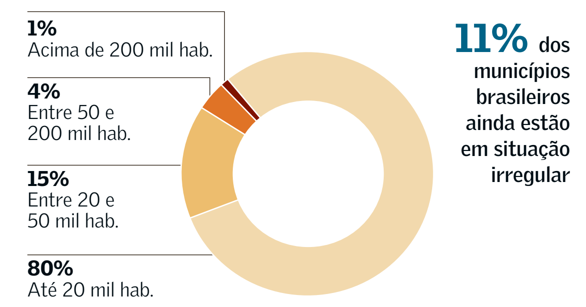
Nova chance

Companhias estaduais atualizam comprovação econômico-financeira

Municípios brasileiros, por situação dos contratos de prestação de serviços de água e esgoto

	Avaliação de 2022*	Avaliação de 2024**
Regular***	2.418	2.974
Pendente/Irregular	1.108	614
Não se aplica*****	2.044	1.982

Dos 614 municípios em situação irregular, a maioria são cidades pequenas - em %



Fonte: Abcon. * Feita com base nos critérios do Decreto 10.710/2021; **Feita com base nos critérios do Decreto 11.598/2023; *** Considera também casos em que a aprovação traz alguma restrição; *** Situações em que lei não exige comprovação econômica, como prefeituras com prestação direta

Curtas

JHSF conclui venda

A JHSF concluiu a venda das suas participações no Shopping Ponta Negra, no Shopping Bela Vista e no Catarina Fashion Outlet — Expansão 3. Os ativos foram vendidos para o XP Malls Fundo de Investimento Imobiliário por R$ 273 milhões. Com a conclusão do negócio, a JHSF passou a deter 60,01% do Catarina Fashion Outlet, 18% do Shopping Ponta Negra e 11,7% do Shopping Bela Vista. Porém, a companhia destaca que a sua participação no Shopping Bela Vista deve ser reduzida a 1% após a conclusão da venda de 10,7% do ativo para os atuais sócios do empreendimento. A JHSF ainda informou que está em fase final o processo que levará o XP Malls a deter participação de 32,5% nos ativos da companhia que operam o Shops Faria Lima. Esse acordo demandará investimento de R$ 290,1 milhões, resultado de aporte de R$ 170,1 milhões e da conversão de R$ 120 milhões de certificados de recebíveis imobiliários com cláusula de conversão mandatória emitidos pela JHSF.

Produção da Prio

A Prio registrou produção média de 88,2 mil barris de óleo equivalente por dia (boed) em junho, queda de 0,5% ante o resultado de maio, segundo dados preliminares divulgados na quinta-feira (4). A produção no Campo de Frade totalizou 46 mil boed, enquanto em Polo Polvo e Tubarão Martelo a produção ficou em 14,2 mil boed e no Campo de Albacora Leste, no qual a companhia detém participação de 90%, foram produzidos 28 mil boed. A Prio vendeu 3,3 milhões de barris de óleo em junho, alta de 40,2%. As vendas de Frade ficaram em 1,89 milhão de barris e as de Tubarão Martelo totalizaram 474,3 mil barris. Em Albacora Leste foram registradas vendas de 983,5 mil barris no último mês.

Carros Sindipeças diz que conjuntos importados com vantagem tarifária às vezes embutem peças que poderiam ser compradas no Brasil

Autopeças pedem rigor na fiscalização de itens importados

Marli Olmos
De São Paulo

A mobilização de montadoras pela antecipação da cobrança da alíquota máxima de Imposto de Importação sobre carros elétricos e híbridos ganhou reforço esta semana. Representantes da indústria de autopeças foram levar a preocupação a Geraldo Alckmin, vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. As autopeças pedem a criação de mecanismos para evitar a entrada pelo regime ex-tarifário, de impostos reduzidos, de componentes que já são produzidos no Brasil.

O regime de ex-tarifário prevê redução temporária do Imposto de Importação para produtos sem similar no país. Mas, segundo o presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes (Sindipeças), Claudio Sahad, se a importação envolve um conjunto de peças, por exemplo, não há hoje como verificar se todos os itens que fazem parte daquele conjunto não podem ser comprados no país. O Sindipeças ofereceu ao governo suporte para esse tipo de ação.

Segundo Sahad, a quantidade de itens do setor na lista dos ex-tarifários saiu de 100, em 2010, para 3 mil em 2021 e, hoje, está em 8,5 mil. O setor defende, ainda, prazo para os produtos serem contemplados pelo ex-tarifário. “Somente colocando prazos vamos conseguir estimular o desenvolvimento e produção no país”, diz.

O dirigente diz que o setor espera que, com o tempo, as fábricas de marcas chinesas que anunciaram planos de produzir no Brasil, como é o caso da BYD e GWM, nacionalizem a produção. Inicialmente, os veículos serão montados com kits de peças trazidos da China. “Podemos atrair fabricantes de baterias, principalmente para os híbridos que serão fabricados no Brasil.”

Na quarta-feira (3) à tarde, Alckmin colocou a equipe do MDIC na reunião com o Sindipeças. Além das queixas relacionadas às peças ouviu da entidade, que representa mais de 500 empresas, o pedido para não apenas antecipar a elevação do Imposto de Importação dos carros híbridos e elétricos como estudar a possibilidade de elevar ainda mais a alíquota para esses veículos. “Estamos em um novo contexto mundial; a Europa aumentou o imposto dos carros elétricos importados em 48%”, diz.

Desde janeiro, está em vigor o aumento gradual do Imposto de Importação para esses veículos. Neste mês, a alíquota dos puramente elétricos passou para 18% e a dos híbridos para 20%.

O escalonamento segue até julho de 2026, quando o imposto chegará a 35% para todos os veículos vindos de países com os quais o Brasil não tem acordo de livre comércio, independentemente do tipo de energia usada.

> “Se você quer vender carros aqui, vem jogar aqui”
> *Ciro Possobom*

Na quinta-feira (4), foi a vez de os representantes das montadoras retomarem o assunto. A defesa de mecanismos para frear os chineses foi o principal tema da tradicional entrevista coletiva que a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) realiza mensalmente.

Na tentativa de mostrar que não há divergências internas, a direção da entidade convidou Ciro Possobom, presidente da Volkswagen do Brasil, para também expor sua opinião.

“Se você quer vender carro aqui, vem jogar aqui”, disse Possobom, posicionado na frente da imagem de um campo de futebol, projetada no monitor da sala de reuniões da Anfavea. Segundo ele, o setor estima que 450 mil veículos serão importados em 2024. “É muito”, destacou.

O executivo defendeu que a indústria instalada no país receba estímulos para produzir internamente o que hoje vem de outros países. Destacou, ainda, que a importação cresce à medida que a exportação cai. No primeiro semestre, a venda externa de veículos somou 165,3 mil unidades, uma queda de 28,3% na comparação com a primeira metade de 2023.

“Temos que ter muito cuidado com o que está acontecendo”, destacou Possobom. “O mercado cresce, mas a produção está igual”. De janeiro a junho, foram licenciados 1,14 milhão de veículos, um aumento de 14,6% na comparação com o mesmo período de 2023. Só em junho, o crescimento das vendas alcançou 13,1% na mesma base de comparação, com 214,3 mil unidades. A média diária de vendas, de 10,7 mil unidades, voltou ao nível anterior à pandemia.


SILVIA ZAMBONI/VALOR

Sahad, do Sindipeças: “Só com prazos no ex-tarifário vamos conseguir estimular desenvolvimento e produção no país”

Por outro lado, a produção acumulada no semestre — 1,12 milhão de veículos — representou um avanço pequeno, de 0,5% na comparação com o mesmo período de 2023. Em junho, no entanto, o ritmo das linhas de montagem acelerou, com alta de 11,6% e 211 mil veículos.

O presidente da Anfavea, Márcio de Lima Leite, chamou de “alta desenfreada” o resultado das importações, que alcançaram 197,6 mil unidades no primeiro semestre. Segundo Leite, vieram da China 78% dessas importações. Em um ano, a participação de marcas chinesas no mercado brasileiro passou de 7% para 26%.

Os executivos apontaram, ainda, a perda de competitividade na América Latina, onde, segundo eles, os asiáticos entram sem pagar impostos em vários países. Segundo Possobom, metade dos veículos importados pelos vizinhos da América Latina vêm da Ásia.

Leite mostrou, logo depois, um mapa com a queda de participação do Brasil nas vendas de veículos nos países vizinhos. Em um ano, a fatia brasileira caiu de 8,9% para 5,3% no México e de 22,6% para 17% na Colômbia.

“Corremos o risco de esse impacto provocar o fechamento de fábricas no segundo semestre”, destacou o presidente da Anfavea.

No lado dos veículos comerciais, o reforço veio com o presidente da Iveco, Marcio Querichelli. Segundo ele, dois terços dos caminhões vendidos em mercados como Chile, Peru, Colômbia e Equador, são de origem asiática.

> **20,8%**
> **é a queda estimada para exportações**

A Anfavea aproveitou o encontro para rever projeções. A entidade calcula expansão do mercado interno acima do inicialmente previsto. Em janeiro, esperava crescimento de 6,1% em 2024, num total de 2,45 milhões de unidades. A nova projeção indica 2,56 milhões, um avanço de 10,9%. A demanda aumentou com a queda dos juros, segundo os executivos.

Por outro lado, a retração na exportação provocará queda na produção. Em janeiro, a Anfavea esperava aumento de 6,2% na produção este ano, num total de 2,47 milhões. A nova projeção indica 2,440 milhões, aumento de 4,9%.

A revisão mais drástica foi nas exportações. A entidade esperava um ligeiro crescimento, de 0,7%. Mas, agora, calcula uma queda de 20,8% nos volumes embarcados, num total de 320 mil unidades.

União Química toma dívida mais barata e cogita sócio



Farmacêutica

Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

A União Química acaba de concluir sua quinta emissão de debêntures, colocando R$ 1,5 bilhão no balanço para reperfilar dívidas antigas e fortalecer o caixa para aquisições. A farmacêutica de Fernando Marques pagou CDI mais 1,3%, abaixo da taxa de 1,9% de 2022, quando o CDI também estava mais alto. O prazo, de quatro anos na emissão anterior, que levantou R$ 600 milhões para quitar a compra de uma fábrica da Bayer, foi alongado para sete anos desta vez e sem garantias.

A distribuição ficou 70% com mercado e 30% na tesouraria de bancos, mantendo a alavancagem da União Química na casa de 2 vezes Ebitda. “Foi uma oportunidade para capitalizar a companhia, com juros mais convenientes, para suportar o crescimento”, diz Marques ao **Pipeline**.

A farmacêutica tem conversas em curso para potenciais aquisições. “Apesar das dificuldades do mercado, estamos sempre avaliando potenciais compra de ativos, de produtos e lançamentos. Temos algumas em andamento, em fase de sigilo, para marcas e licenciamentos”, adianta.

A empresa comprou a Apresolina da Novartis neste ano, medicamento usado em tratamentos cardiológicos. Em 2022, com a aquisição de fábrica de medicamentos de hormônios femininos em São Paulo e a compra de mais nove marcas de contraceptivos, a companhia avançou no segmento hormonal oral. O grupo tem um dos maiores complexos industriais do mercado, com nove fábricas e um centro de distribuição.

A empresa vinha avaliando um IPO para financiar uma expansão geográfica global e aquisições de forma mais acelerada — mas, com o mercado acionário em baixa e os fundos com PL minguando, desfavorável tanto para oferta quanto em demanda, a farmacêutica considera outras alternativas. O burburinho no setor era de um sócio minoritário, o que Marques não descarta como possibilidade, mas afirma que não há um mandato em curso.

“Hoje, pelo contexto, um IPO está descartado. Sobre sócio, não existe nada de concreto e encaminhado nesse sentido, mas somos consultados pelos bancos se existe interesse nisso ou naquilo, estamos escutando propostas”, diz o CEO. “Há possibilidades de um minoritário, de fusão, de aquisição, estamos sempre atentos. Em momentos com muita insegurança no mercado, é importante estar com suporte financeiro para poder comprar bons ativos.”

Entre essas inseguranças, ele cita o potencial impacto da reforma tributária para cada setor, além de juro alto e bolsa sem janela para listagens. Numa eventual tratativa minoritária, a União Química teria preferência por investidores estratégicos. “Fundos entram com exigência de abertura de capital em determinado prazo, com data para sair. Seriam parceiros externos de longo prazo”, diz Marques, que emenda ter bom relacionamento nessas trocas de ideias com BTG Pactual, Santander e Bradesco.

A companhia também avalia ativos no exterior, principalmente nos Estados Unidos, Europa e Oriente Médio, mas lembra que há diferenças regulatórias em cada mercado. Um sócio internacional poderia impulsionar esse movimento, por exemplo.

Mas o crescimento deste ano já está contratado, afirma o CEO, com a própria geração de caixa e estratégia comercial. A União Química tem quatro divisões de negócios cuja meta é bater R$ 1 bilhão cada de receita, como OTC e saúde animal, e uma quinta, de outsourcing – fabricação para outras marcas brasileiras e internacionais – na casa de meio bilhão. Isso colocaria o faturamento perto de R$ 4,5 bilhões, ante R$ 3,96 bilhões em 2023. “Não precisamos de sócio para isso, é o caminho natural que estamos seguindo”, diz Marques.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Arsi Comércio e Indústria de Concreto Usinado Ltda. Epp -** CNPJ: 31.994.730/0001-89 - Endereço: Rua Edines Luiz Maragato, 300, Chácara Recanto Silvestre - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: 1a Vara de Sorocaba/SP

Requerido: **Gi Energy Engenharia Ltda. -** CNPJ: 20.641.224/0001-90 - Endereço: Alameda do Ingá, 38, Sala 302, Bairro Vila da Serra - Requerente: João Victor Martins de Castro - Vara/Comarca: 2a Vara de Nova Lima/MG

Falências Decretadas

Empresa: **Mercopan Comércio e Indústria de Metais Ltda. -** CNPJ: 04.059.446/0001-42 - Endereço: Rua Lopes Coutinho, 467, Bairro Belenzinho - Administrador Judicial: Acfb Administração Judicial Ltda. Me, Representada Pela Dra. Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Mercoserv Comércio e Instalação Ltda. -** CNPJ: 21.586.704/0001-68 - Endereço: Av. Dr. Salomão de Vasconcelos, 107 A, Bairro Cangaíba - Administrador Judicial: Acfb Administração Judicial Ltda. Me, Representada Pela Dra. Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Rbr Trading Importação e Exportação Ltda. -** CNPJ: 07.940.967/0001-00 - Endereço: Rua Madre Paulina, 21, Sala 33, Fraiburgo/sc - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Carmem Schafauser - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Supermercado Campo Grande Ltda. -** CNPJ: 26.941.332/0001-64 - Endereço: Rua Roberto Silveira, 35, Bairro Santa Martha - Administrador Judicial: Revigo Reestruturação de Empresa e Administração Judicial Ltda., Representada Pela Dra. Jacqueline de Andrade Santos Frederico - Vara/Comarca: Vara de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Supermercado Campo Grande Ltda., Filial 1 -** CNPJ: 26.941.332/0002-45 - Endereço: Praça Costa Pereira, 134, Loja 01, Centro - Administrador Judicial: Revigo Reestruturação de Empresa e Administração Judicial Ltda., Representada Pela Dra. Jacqueline de Andrade Santos Frederico - Vara/Comarca: Vara de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Supermercado Campo Grande Ltda., Filial 2 -** CNPJ: 26.941.332/0003-26 - Endereço: Av. Expedito Garcia, 947, Bairro Campo Grande, Cariacica/es - Administrador Judicial: Revigo Reestruturação de Empresa e Administração Judicial Ltda., Representada Pela Dra. Jacqueline de Andrade Santos Frederico - Vara/Comarca: Vara de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Nsa Corte a Laser Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 31.841.568/0001-69 - Endereço: Rua Rio de Janeiro, 151, Bairro Casa Grande, Diadema/sp - Requerente: Galiléia Ferro e Aço Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Desistência homologada.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Fábrica de Acessórios de Moda Aurora Eireli, Nome Fantasia Ibg -** CNPJ: 32.873.282/0001-28 - Endereço: Av. Thobias Ribeiro de Mendonça, 246, Distrito Industrial Luiz Carlos Nogueira, Guaíra/sp - Administrador Judicial: C. Sandrini Administradora Judicial Eireli, Representada Pela Dra. Cláudia Sandrini - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Francisco Gemelli -** CNPJ: 54.908.961/0001-28 - Endereço: Rodovia Br 163, Sentido À Entrada de Rosário Oeste À Direita, S/nº, Zona Rural, Rosário Oeste/mt - Administrador Judicial: La Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Lira & Kamarowski Comércio Atacadista e Importadora de Alimentos Ltda. -** CNPJ: 32.216.536/0001-35 - Endereço: Av. Menino Marcelo, 5222, Lote 12, Via Expressa, Bairro Antares, Maceió/al - Administrador Judicial: Matuch de Carvalho Advogados Associados, Representada Pelo Dr. Júlio Matuch de Carvalho - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **Lira Alimentos Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 24.568.296/0001-00 - Endereço: Rodovia Br 101, Nº 550, Km 70, Lojas C, D e Horto, Bairro Curado, Recife/pe - Administrador Judicial: Matuch de Carvalho Advogados Associados, Representada Pelo Dr. Júlio Matuch de Carvalho - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **Rosa Maria de Abreu Paula Gemelli -** CNPJ: 54.910.320/0001-08 - Endereço: Rodovia Br 163, Sentido À Entrada de Rosário Oeste À Direita, S/nº, Zona Rural, Rosário Oeste/mt - Administrador Judicial: La Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Recuperação Extrajudicial Deferida

Empresa: **Rocketnet Serviços de Comunicação Multimídia Ltda. -** CNPJ: 21.832.064/0001-29 - Endereço: Rua Barão Dorio Branco, 858, 7º Andar, Centro, Jaboticabal/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP - Observação: Homologado o plano de recuperação extrajudicial apresentado pela requerente.

Empresa: **Weclix Telecom S/A -** CNPJ: 31.445.249/0001-34 - Endereço: Av. Presidente Vargas, 387, Quadra 27, Lote 11, Bairro Jardim Califórnia, Ribeirão Preto/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP - Observação: Homologado o plano de recuperação extrajudicial apresentado pela requerente.

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **João Batista Gonçalves Dias, Produtor Rural -** CNPJ: 07.938.077/0001-56 - Endereço: Fazenda Santa Cruz do Monjolinho, S/nº, Zona Rural - Vara/Comarca: 2a Vara de Mococa/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Anval Incorporações e Empreendimentos Ltda. -** CNPJ: 61.049.326/0001-06 - Endereço: Av. Onze de Junho, 1528, 2º Andar, Bairro Vila Clementino - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Avalv Administração de Bens Ltda. -** CNPJ: 10.861.541/0001-68 - Endereço: Rua Palmital, S/nº, 2º Andar, Bairro Vila Clementino - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **D. V. D. Representações e Empreendimentos Ltda. -** CNPJ: 61.049.300/0001-50 - Endereço: Av. Onze de Junho, 1528, 1º Andar, Sala 11, Bairro Vila Clementino - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Hardball Ltda. -** CNPJ: 45.842.622/0001-03 - Endereço: Av. Onze de Junho, 1528, Bairro Vila Clementino - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Mgv Gestão Empresarial Ltda. -** CNPJ: 09.178.824/0001-20 - Endereço: Av. Onze de Junho, 1528 Parte, Bairro Vila Clementino - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Vgb Participações Ltda. -** CNPJ: 22.469.678/0001-50 - Endereço: Av. Onze de Junho, 1528 Parte, Bairro Vila Clementino - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Agenda Tributária

Mês de Julho de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Aplicações financeiras - Recolhimento na data da remessa	5286*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Junho/2024
5	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Ativo	1661*	21 a 30/junho/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo	1700*	"
	CPSS - Pensionista Civil	1717*	"
	CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-Orçamentária	1769*	"
	CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-Orçamentária	1814*	"
5	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Ativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1723*	21 a 30/junho/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1730*	"
	CPSS - Pensionista - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1752*	"
5	Comprev - recolhimento efetuado por RPPS - órgão do poder público - CNPJ	7307**	1º a 31/maio/2024
	Comprev - recolhimento efetuado por RPPS - órgão do poder público - CNPJ - estoque	7315**	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*

Estratégia Fabricantes de automóveis recebem dos parceiros não só componentes, mas também equipes que atuam em todas as fases de desenvolvimento veicular

Na China, tecnologia aproxima indústria de telecomunicações e montadoras

Rafael Bitencourt
De Xangai e Shenzhen (China)

A indústria de telecomunicações se aproximou dos fabricantes de automóveis na China não só para fornecer componentes para os veículos elétricos, mas para colocar as equipes trabalhando juntas em todas as fases de desenvolvimento dos carros, desde a concepção do projeto.

A estratégia é adotada para produzir carros mais inteligentes e conectados, sejam aos seus proprietários ou aos sistemas públicos de controle de tráfego que, na China, estão se tornando cada vez mais sofisticados.

Essa aproximação ocorre, por exemplo, na relação da Huawei, referência na fabricação de redes móveis de quinta geração (5G), com montadoras em diferentes posições no mercado. Os conceitos de carros autônomos ou direção assistida também são parte dos temas mais explorados pelo setor de inovação da companhia.

Em sua loja de produtos em Shenzhen, a Huawei exibe na vitrine veículos fabricados nesse tipo de parceria, da mesma forma como faz com a infinidade de dispositivos eletrônicos de fabricação própria, como smartphones e relógios inteligentes, por exemplo.

As montadoras parceiras ocupam diferentes históricos de atuação no mercado. A Huawei tem acordos comerciais com fabricantes de carros dos mais tradicionais, que começaram a trajetória ainda na era dos veículos a combustão, e com companhias mais novas que nasceram dentro do movimento mundial de eletrificação da frota.

"Já vendemos cerca de 2 milhões de peças não só para as empresas chinesas como a BYD, mas também Mercedes-Benz, BMW e Volkswagen", disse Enze Qi, especialista em soluções automotivas da Huawei. O técnico, de apenas 26 anos de idade, apresentou as iniciativas estratégicas do fabricante chinês a jornalistas latino-americanos no centro de exibição de carros inteligentes, em Xangai.

Qi explicou que a Huawei fornece às montadoras parceiras uma variedade de sensores, baterias, motores elétricos, telas interativas, softwares e hardwares de processamento computacional que são integrados aos veículos. Ele contou que a Tesla, por exemplo, adquire as câmeras produzidas pela Huawei. Fora do carro, tecnologias para recarga de baterias e softwares que ajudam a melhorar a experiência do proprietário também são desenvolvidos pela empresa.

O executivo sinalizou que existe uma forte demanda por inovação tecnológica para tornar os carros mais autônomos, respeitando padrões rígidos de segurança. Nos carros de passeio na China, o sistema assume completamente a direção na hora de estacionar e em situações de trânsito de menor risco, sempre com o condutor ao volante. De forma autônoma, os veículos acionam frenagem de emergência, fazem a detecção de ponto cego e alertam para risco de colisão.

"Nossos softwares e sensores monitoram o comportamento da direção. Se o condutor estiver dirigindo de maneira não muito segura, nós avisaremos que precisa ter atenção e também assumir o controle, saindo do modo de direção autônoma. Isso proporciona uma experiência de direção muito segura e também única com o assento confortável que oferecemos", disse Qi.

Em veículos de uso exclusivo pela indústria, o modelo autônomo é encarado como garantia de segurança. Entre os exemplos apresentados estão os caminhões autônomos do setor de mineração, já consagrados por reduzir o risco à integridade física do operador logístico. Esses trabalhadores passaram a conduzir os veículos por telas de forma remota.

No caso dos veículos convencionais, as montadoras se preparam para oferecer softwares que passam a interagir com os smartphones dos condutores. O objetivo, disse Qi, é tornar a experiência mais personalizada.

O jornalista viajou a convite da Huawei.

DIVULGAÇÃO



Cada vez com mais inovação integrada, os veículos contam com diversos itens de hardware e software produzidos pelos parceiros de telecomunicações

"Já vendemos cerca de 2 milhões de peças para as empresas chinesas e também para Mercedes-Benz, BMW e Volks"
Enze Qi

Importação de veículos cresce

A China tem capacidade para produzir cerca de 40 milhões de veículos ao ano. O mercado doméstico absorve cerca de 22 milhões de carros, segundo dados da consultoria Automobility e da Associação de Carros de Passageiro da China. As exportações, portanto, são fundamentais para as montadoras chinesas. E o Brasil é um dos mercados visados pelos chineses, acendendo o sinal vermelho nas montadoras já instaladas no mercado brasileiro. "O Brasil era o 16º mercado em vendas da China há três anos e agora já é o segundo, só atrás da Rússia", disse o presidente da Anfavea, Márcio Leite, recentemente ao Valor. O número de emplacamentos de veículos importados, por sua vez, cresceu 38% de janeiro a maio em relação ao mesmo período de 2023, um salto de 115 mil unidades para 159 mil. Desses, quase 36 mil vieram da China. A Anfavea está pedindo ao governo federal que aumente o imposto de importação (II). Desde janeiro, os carros híbridos pagam imposto de 15%, os elétricos 10% e os híbridos plug-in, 12%. A Anfavea pede que seja aplicada alíquota de 35% imediatamente.

Meta tem 15 dias para responder ao Cade

Privacidade

Beatriz Olivon e Rafael Bitencourt
De Brasília

A Meta tem 15 dias para responder à área técnica do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre o uso de dados de usuários na ferramenta de inteligência artificial, dentro de investigação aberta a partir de pedido do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec). O primeiro passo no órgão antitruste é verificar se a situação trata realmente de uma questão concorrencial.

A investigação ainda está bem no início, segundo fonte ouvida pelo **Valor**, portanto, não é possível saber se terá desdobramentos. A partir da resposta da empresa o Cade definirá os próximos passos podendo, inclusive, pedir informações a outras companhias do setor. As empresas ficam sujeitas a multas se não responderem. No caso da Meta, está prevista multa diária de R$ 5 mil, que pode ser aumentada em até 20 vezes, se houver recusa, omissão ou retardamento injustificado os dados ou documentos já solicitados.

A abertura de procedimento do Conselho ocorreu após a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) notificar a empresa sobre o uso de IA. Nesse caso, há um prazo de cinco dias úteis. O período, no entanto, só será contado a partir da notificação formal da empresa.

A assessoria da ANPD contou que, na prática, só quando tiver a resposta da entrega do ofício (aviso de recebimento - AR) poderá dizer quando começa realmente a ser contado o prazo. Isso ainda não ocorreu. A empresa já foi notificada por meio eletrônico, mas o que conta mesmo é o papel.

ANPD e Cade receberam a representação em que o Idec alega que no Brasil, ao contrário do que ocorre na Europa, a Meta não informou que passaria a utilizar dados pessoais coletados no Facebook e Instagram para treinamento de sua tecnologia de IA.

O instituto alega ainda que a gratuidade do serviço não afasta a existência da relação de consumo, já que embora o consumidor não arque com custos diretos na plataforma, seu uso traz ganhos financeiros indiretos para a empresa.

O Idec pediu que o Cade investigue o Facebook e o Instagram por infrações referentes a dominação de mercado relevante de bens ou serviços; aumento arbitrário de lucros; por abuso de posição dominante e ainda por limitar ou impedir o acesso de novas empresas ao mercado e criar dificuldades ao desenvolvimento de empresa concorrente ou de fornecedor, adquirente ou financiador de bens ou serviços.

A abertura de procedimento administrativo não significa que será feita, necessariamente, uma investigação completa. Se o Cade entender que não há uma questão concorrencial no caso, mesmo que existam problemas na relação de consumo, ele pode ser arquivado e a investigação não terá sequência.

Procurada, a Meta não retornou o pedido de informações.

Nvidia deve faturar US$ 12 bi no mercado chinês

Chip de IA

Tim Bradshaw e Ryan McMorrow
Financial Times, de Londres e Pequim

A Nvidia caminha para vender chips de inteligência artificial (IA) avaliados em US$ 12 bilhões na China este ano, apesar dos controles às exportações dos Estados Unidos que limitaram os negócios da empresa em um dos maiores mercados de semicondutores do mundo.

Analistas projetam que o grupo do Vale do Silício avaliado em US$ 3 trilhões entregará nos próximos meses mais de 1 milhão de seus novos chips H20, foram projetados para ficar de fora das restrições dos EUA às vendas de processadores de IA para clientes chineses.

Esse número é quase o dobro do que a Huawei deverá vender de seu produto concorrente fabricado na China, o Ascend 910B, segundo estimativas da consultoria SemiAnalysis, especializada no setor.

A Nvidia é a mais nova empresa do Vale do Silício a se ver envolvida nas tensões entre Washington e Pequim. O governo Biden quer conter o fluxo dos chips mais poderosos do mundo para a China, temendo que Pequim os use para criar sistemas de IA mais poderosos e com aplicações militares.

A escassez resultante de chips de IA afetou a capacidade tecnológica de grupos de tecnologia chineses como ByteDance, Tencent e Alibaba de competir com as americanas OpenAI, Microsoft, Meta e Google em uma tecnologia que está mudando o setor.

Cada chip H20 custa entre US$ 12.000 e US$ 13.000, sugerindo que a Nvidia deverá gerar mais de US$ 12 bilhões em vendas. Isso poderá ser mais do que os US$ 10,3 bilhões em receitas obtidas com todos os seus negócios na China — incluindo a venda de chips gráficos para videogames e outros produtos — no ano financeiro encerrado em janeiro deste ano.

A Nvidia não quis comentar as previsões. A Huawei não respondeu a um pedido de comentários.

Desde que o governo Biden introduziu pela primeira vez restrições à capacidade da Nvidia de vender seus chips mais poderosos na China, em 2022, a empresa americana alertou que seus negócios sofreriam porque os provedores de computação em nuvem e startups de IA chineses se voltariam para alternativas locais como a Huawei.

"Nossos negócios na China estão substancialmente inferiores aos níveis do passado", disse Jensen Huang, presidente-executivo da Nvidia, durante a mais recente teleconferência de resultados da companhia em maio. "E a situação está muito mais competitiva na China no momento, em razão das limitações à nossa tecnologia. No entanto, continuamos fazendo o nosso melhor para atender os clientes nos mercados locais."

DAVID PAUL MORRIS/BLOOMBERG



"A situação está muito mais competitiva na China pelas limitações à nossa tecnologia"
Jensen Huang

Colette Kress, diretora financeira da Nvidia, disse na mesma teleconferência que as receitas de seu segmento de centros de dados — que inclui os chips de IA — na China no trimestre mais recente "caiu significativamente em relação ao nível anterior à imposição das novas restrições às exportações em outubro".

Até 2021, antes de os EUA começarem a impor controles às exportações, a China respondia por mais de um quarto das vendas totais da Nvidia. Mesmo que o chip H20 venda tão bem quanto os analistas esperam, a China poderá ficar mais perto de 10% das vendas este ano. Mas isso também reflete o crescimento enorme que a Nvidia está vendo nas empresas de tecnologia dos EUA à medida que elas constroem sistemas de IA cada vez maiores.

Embora as vendas da Nvidia na China tenham sido menores antes do lançamento do novo H20 neste segundo trimestre, analistas do Morgan Stanley e da SemiAnalysis afirmam que o chip está sendo agora enviado em grandes volumes para o país e se mostrando popular entre os clientes chineses, apesar de seu desempenho inferior comparado aos chips que a Nvidia pode vender nos EUA.

"Os compradores estão dando um feedback positivo sobre a competitividade potencial dos clusters H20", escreveu o Morgan Stanley em uma nota de análise para clientes esta semana, apontando para a "forte demanda da China".

Dylan Patel, da SemiAnalysis, diz que embora as capacidades do H20 "no papel" sejam inferiores às do 910B da Huawei, na prática, o chip da Nvidia está "um pouco à frente", graças ao seu desempenho superior na memória.

Ele estima que a Huawei venderá cerca de 550.000 chips 910B no mesmo período, já que a companhia sediada em Shenzhen e seus parceiros de fabricação lutam para produzir os complexos processadores em quantidades suficientes para atender a demanda.

A maioria das companhias chinesas de IA construiu seus modelos de IA sobre o ecossistema e softwares da Nvidia. Mudar para a infraestrutura da Huawei seria demorado e dispendioso.

O governo Biden introduziu restrições à capacidade da Nvidia de vender seus chips mais poderosos, incluindo o A100 e o H100, para a China em novembro de 2022. Ele apertou ainda mais esses controles no fim do ano passado, para excluir também os chips mais novos da Nvidia. Em novembro, a Nvidia começou a comercializar um novo conjunto de chips adaptados para a China, dos quais o H20 é o mais poderoso.

Ao se somar os chips para fabricantes de videogames, centros de dados e outros clientes, a China respondeu por cerca de 9% das receitas totais da Nvidia no trimestre mais recente, encerrado em abril, ante 22% em 2023. No entanto, as receitas gerais da China, incluindo Hong Kong, ainda cresceram nesse período, mais de 50% em termos anuais, para US$ 2,5 bilhões. *(Tradução de Mario Zamarian)*

Curta

Taxa em 'streaming'
Netflix, Disney e outras empresas de "streaming" dos Estados Unidos pediram a um tribunal canadense que impeça os planos das autoridades de obrigá-las a destinar 5% de suas vendas no país para financiar notícias locais de transmissão e outros conteúdos domésticos. A Associação de Cinema do Canadá afirmou que a ordem da comissão de rádio-televisão e telecomunicações do país excede a autoridade do regulador e não reconhece os bilhões de dólares que as empresas de "streaming" gastam no Canadá a cada ano. As empresas alertaram que a taxa pode resultar em preços mais altos para milhões de assinantes.

Despedida O esportivo icônico sai de linha após 18 anos e leva junto o 'dez cilindros' aspirado

Audi R8 V10 dá adeus e entra para a história

DIVULGAÇÃO



O R8 sai de cena devido às cada vez mais rigorosas leis de emissões de poluentes e restrições a carros a combustão na Europa... uma pena!

Raphael Panaro
Da Autoesporte

Antes de escrever as próximas linhas em homenagem ao icônico Audi R8 preciso confessar que odeio despedidas. Mas quando vi a notícia de que a derradeira unidade do esportivo saíra da linha de montagem na Alemanha após 18 anos de história, senti que precisava dizer "auf Wiedersehen". O R8 sai de cena devido às (cada vez mais) rigorosas leis de emissões de poluentes e restrições de carros a combustão na Europa. Atingir os índices requeridos (ainda mais em um motor V10 sem qualquer tipo de eletrificação) é difícil, além de muito caro. Uma pena.

Eu lembro exatamente do dia 3 de dezembro de 2015. Vai ficar sempre guardado na minha memória. Foi nessa data que ouvi o despertar do Audi R8 V10. Aquela trilha sonora de um grunhido estridente ficou ecoando na minha cabeça por muito tempo. Pudera: era a primeira vez que eu colocava as mãos no esportivo (nove anos depois de seu lançamento) e também em um modelo com motor de tantos cilindros assim. Falta um V12 ainda no currículo (alô, Ferrari e Lamborghini!)

O carro ainda era de primeira geração (já com "facelift"). Foram poucas horas com o bólido por estradas sinuosas, mas o suficiente para deixar o gostinho de "quero mais". O convívio em trechos urbanos era amistoso, apesar de o R8 instigar sempre a afundar o pedal da direita e acelerar para ouvir o V10 . A "nave" virou centro das atenções e entortava pescoços por onde passava.

O novo encontro só aconteceria dois anos depois, já na nova encarnação, pintada com um belíssimo vermelho. Antes, no entanto, vamos à "zeitleiste" (ou linha do tempo) do carro que teve duas gerações e vendeu quase 40 mil unidades.

O esportivo, que estará para sempre em qualquer livro de história do automóvel, teve as primeiras unidades entregues aos clientes em 2007. Porém, as sementes do R8 (nome que veio das pistas de corrida) foram plantadas quatro anos antes, em 2003, com o Le Mans Quattro Concept, mostrado no Salão de Frankfurt e que parecia pronto para ser produzido (o R8 final, aliás, traz inúmeros traços do protótipo). Mas ainda se tratava de um conceito. Tinha chassi e carroceria de alumínio com diversas partes de fibra de carbono. No ano seguinte, 2004, no Salão de Nova York, outro conceito, o RSQ, dava mais uma prova de que o R8 se tornaria realidade.

Compartilhando plataforma com o Lamborghini Gallardo à época, o R8 — nome em homenagem ao carro homônimo que venceu cinco vezes as 24 Horas de Le Mans — surgiu apenas com motor V8 4.2 litros aspirado de 420 cv e 43 kgfm de torque, em um primeiro momento. Mas o desempenho já era de gente grande: zero a 100 km/h em 4,3 segundos e máxima perto dos 300 km/h.

O famoso V10 5.2 do Gallardo LP560-4 só estrearia em 2008 (como linha 2009). Eram 525 cv, 54 kgfm, zero a 100 km/h em 3,9 segundos e máxima de 316 km/h. O sucesso foi instantâneo, tanto que as quase 6 mil unidades emplacadas ao redor do mundo em 2008 (metade delas na Europa, claro) foram um recorde de vendas que nunca se repetiu. Nos anos seguintes (até este, 2024), a média se manteve entre 2 mil e 3 mil exemplares. No Brasil, a Audi começou a vender o carro somente no final de 2009, com as primeiras unidades aterrisando só no ano seguinte. O preço ficava perto dos R$ 700 mil. O cantor Roberto Carlos, inclusive, foi um dos primeiros donos.

> Em 2009, o cantor Roberto Carlos foi um dos primeiros proprietários do modelo no Brasil

Em 2012 veio a primeira pequena repaginada que mudou levemente faróis e lanternas, além da estreia da opção GT, mais potente (560 cv) e leve devido ao uso de fibra de carbono em partes da carroceria e do interior do carro. O toque de frescor do R8 durou até 2015.

Foi nesse ano que veio ao mundo a segunda geração do bólido, no Salão de Genebra, e com uma novidade: sem o V8. O V10 passava a ser a única opção em duas potências, 540 e 600 cv (esta última ganhou o sobrenome Plus).

Se antes mesmo de estrear oficialmente o R8 já era protagonista de filmes de Hollywood — no filme futurista "Eu, Robô", com Will Smith —, depois do lançamento o esportivo só faltou ganhar uma estrela na Calçada da Fama. Foram seis filmes da Marvel, tanto que ficou conhecido como o "carro do Homem de Ferro". O cupê apareceu na trilogia com a versão V8 no primeiro, Spyder no segundo e o conceito elétrico e-tron no terceiro. A variante V10 Plus 2016 deu as caras na telona em "Avengers: Era de Ultron" e "Capitão América: Guerra Civil". A última aparição foi com a carroceria conversível (já de segunda geração) no longa "Homem-Aranha: De Volta ao Lar".

Corta para 11 de abril de 2024. Tenho a oportunidade de dar, quem sabe, a última volta no lendário R8 em nossa pista, o Rota 127 Campo de Provas.

O botão vermelho no belo volante acorda o V10 e os pássaros que vivem nos arredores da pista de teste. Uma sinfonia maligna sai dos quatro dutos de escapamento, dois dos quais só são usados quando uma borboleta elétrica libera o fluxo de gases (por meio de um comando também no volante) — uma artimanha para atender às normas de ruído sem perder a personalidade gutural. Enquanto dirijo, um filme passa pela a minha cabeça.

Passa rápido. Aliás, com 610 cv (na Europa são 620 cv, mas no Brasil não foi possível homologar o carro com essa potência por causa das emissões) e 57,1 kgfm, o Audi R8 de segunda geração (com facelift que ocorreu em 2020 e já com o sobrenome Performance) gira acima das 8 mil rpm. Aí o V10 central-traseiro se torna uma carona de luxo que não para de cantar.

Oficialmente, a Audi diz que o zero a 100 km/h é feito em 3,2 segundos. Nossa medição ficou em 3,9 s, mas não importa. As retomadas de 40-80 km/h, 60-100 km/h ou 80-120 km/h levam menos de 2 s (!). Ou seja, há força a qualquer momento — os 1.700 kg de peso se tornam só um número na ficha técnica.

O esportivo seria até, digamos, utilizável no dia a dia. Claro que a suspensão baixa demais e as grandes rodas aro 20 não contribuem para o conforto, mas para esse tipo de proposta o R8 até que dava conta do recado. O consumo de 4,9 km/l na cidade era apenas outro detalhe.

Os últimos exemplares no Brasil custavam cerca de R$ 1,3 milhão. O esportivo deve valorizar nos próximos anos, até porque o sucessor (se existir) será elétrico e não terá o charme (e o ronco) dos dez cilindros em "V". A Audi até começou os ensaios com o R8 e-tron, em 2015, mas o alto preço e o fracasso nas vendas cancelaram o projeto. O RS e-tron GT, um sedã elétrico modernoso com quase 650 cv, lançado em 2020, vingou. E é muito rápido: vai até os 100 km/h no mesmo tempo do R8.

Enquanto o novo não chega, resta a mim apenas desfrutar o momento. Danke, R8. Obrigado.

VW Passat GTS Pointer 1989 à venda vale uma grana

Fernando Garcia
Da Autoesporte

O Volkswagen Passat GTS Pointer surgiu em 1984 substituindo o GTS que, por sua vez, ocupou a lacuna deixada pelo TS em 1983. Com a idade do projeto pesando diante da concorrência — e do próprio lançamento do Gol GTI em 1989 —, o primeiro carro refrigerado a água da Volkswagen deixou o mercado no final de 1988. Os últimos foram vendidos como 1988/1989 que é o caso deste remanescente na cor prata que "Autoesporte" achou na plataforma Garagem Brasil Antigos.

Segundo o proprietário Sizenando Coutinho Braga, o exemplar tem 82 mil km originais e já passou por uma restauração de pintura. Fora isso, tudo é original, incluindo o estepe montado no pneu Pirelli P600 185/60 R14.

"Como é um veículo muito especial e que vem tendo uma valorização nos últimos anos, o antigo dono resolveu pintá-lo no mais alto padrão de qualidade, mas vale ressaltar que ele ainda mantém todas as peças e demais detalhes originais de fábrica", detalha Braga.

Cada vez mais valorizado, este VW Passat GTS Pointer 1988/1989 pertence às últimas e poucas unidades produzidas no final de 1988, o que o torna ainda mais especial. Sem dúvida, um sonho de carro para muitos, mas realidade de poucos: o preço é R$ 220 mil.

O Passat (obra do designer italiano Giorgetto Giugiaro) foi lançado em 1974 honrando o mérito do primeiro carro da fabricante com motor refrigerado a água. Apesar desta revolução tecnológica, a VW percebeu que faltava um tempero extra na linha. Foi aí que, dois anos mais tarde, apostou no esportivo TS (Touring Sport), que se diferenciava pelos quatro faróis circulares, faixas laterais, entre outros pormenores.

Para fazer jus à sigla, foi adotada

REPRODUÇÃO/GARAGEM BRASIL ANTIGOS



Uma das últimas unidades produzidas, o preço da raridade é de R$ 220 mil

uma motorização à altura. Dessa maneira, o 1.5 (1.471 cm³) das versões L e LS, foi redimensionado para o 1.6 (1.588 cm³). Com a ajuda da alimentação feita por um carburador Solex de corpo duplo, ele entregava a potência de 96 cv (SAE) e 80 cv (líquidos) 13,2 kgfm disponibilizado a 3.600 rpm, com gasolina. Junto ao câmbio de quatro marchas, o TS conseguia cumprir o 0 a 100 km/h em 13 segundos — 3 s a menos que os modelos L e LS — com velocidade final de 160 km/h, contra 150 km/h das variantes mais mansas.

O Passat TS passou o bastão para o GTS (Gran Touring Sport) em 1983, junto à reestilização de toda a linha. Além dessa novidade, surgiu o novo propulsor 1.6 MD-270 (já atualizado para os novos carburadores Weber introduzidos meses antes nos antigos 1.6). Os 13,3 kgfm de torque a partir dos 3.000 giros na versão a gasolina garantiu uma evolução ao antigo 1.6. Já a potência também cresceu em 88 cv (SAE).

Se o que era bom, estava ficando melhor, mais tarde, a Volkswagen introduziu o propulsor 1.8 (MD-280) similar ao do Gol GT, tornando-se um dos carros esportivos nacionais mais desejados do Brasil. Sempre acompanhado do câmbio manual de quatro marchas, no Passat GTS Pointer movido a gasolina rendia "apenas" 87 cv, mas era no torque que fazia toda a diferença com 14,6 kgfm logo nas 2.600 rpm. Na desejada opção movida a etanol, os números cresciam para 92 cv e 14,9 kgfm a 2.600 rpm, segundo dados retirados de catálogos de época do modelo. Já o 0 a 100 km/h era feito em 11,4 segundos enquanto que a velocidade final ficava em 167 km/h.

Em 1985, o fastback trouxe para-choques mais envolventes, lanternas frisadas, além de painel de instrumentos modernizado e transmissão de cinco velocidades e, no ano seguinte, o motor foi atualizado para o AP-800 de 99 cv e 14,9 kgfm (etanol).

Em 1986, "Autoesporte" chegou a comparar o Volkswagen com o Chevrolet Monza 1.8 S/R na qual apontou alguns dos pontos fortes de cada um. "Enquanto o Monza S/R se destaca por ser bastante neutro, o Passat GTS se caracteriza por uma maior maneabilidade proporcionada por sua suspensão com menos carga. Assim, o Monza se mostrou mais eficiente em curvas de alta... O Passat GTS, por sua vez, se mostrou mais ágil tanto no desempenho de aceleração e retomada de velocidade quanto nos circuitos com curvas de baixa e média velocidades".

Abastecimento Intenção é garantir que o produto chegue a custos acessíveis aos consumidores de todo o Brasil diante da situação de oferta e demanda ajustada

Governo e produtores firmam acordo para monitorar preço do arroz no país

Rafael Walendorff
De Brasília

Governo federal, setor produtivo e indústria firmaram um compromisso para monitorar os preços e o abastecimento do arroz branco longo tipo 1 nas regiões metropolitanas do país. A ideia é garantir que o produto chegue a custos acessíveis aos consumidores de todo o Brasil diante da situação de oferta e demanda ajustada e evitar sobressaltos nas gôndolas.

Em contrapartida, não haverá novos leilões para compra pública de arroz importado enquanto o cenário for de normalidade e se a atuação conjunta de governo e iniciativa privada surtir efeito. O governo, porém, mantém a possibilidade no radar, já que a medida provisória que autoriza o pregão foi prorrogada até setembro.

O acordo foi selado em reunião na noite de quarta-feira (3/7) em Brasília com a presença dos ministros da Agricultura, Carlos Fávaro, e do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, do presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Edegar Pretto, e de representantes da Câmara Setorial do Arroz, Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz), Instituto Rio-Grandense do Arroz (Irga) e Associação Indústria Brasileira do Arroz (Abiarroz).

Um grupo de trabalho para monitoramento do mercado será formado e coordenado pela Câmara Setorial do Arroz, com reuniões periódicas. A Conab fará levantamentos de preços nas praças.

Um dos compromissos assumidos pelo setor privado é garantir o abastecimento regular de arroz em todas as regiões metropolitanas a preços justos e acessíveis.

Por parte dos produtores, haverá um estímulo e conscientização para manter a indústria abastecida. Isso significa fechar negócios continuamente, sem carregar estoques durante prazos mais longos à espera de alta na cotação.

Já as empresas vão se comprometer a manter estoques estratégicos do produto nos centros consumidores, realizar operações de remoção e promoção do arroz para evitar a especulação de preços, bem como buscar meios logísticos para otimizar a distribuição.

Segundo o presidente da Câmara Setorial do Arroz, Henrique Dornelles, houve uma "convergência" de que o setor público deveria dar condições e informações para que o setor privado possa estabelecer regramento para que os preços não subam "de forma a não comprometer renda do trabalhador, do beneficiário do Bolsa Família".

Levantamentos apresentados pela cadeia produtiva ao governo apontaram que problemas de preços eram pontuais e que muitos não ocorreram em função das enchentes no Sul. Um exemplo são altas em praças do Nordeste. "O setor privado precisa melhorar seu trabalho, pois a concorrência não está chegando ali e os preços aumentam", disse Dornelles.

Uma das medidas possíveis é melhorar a logística e dispor de maior oferta onde a cotação está acima da normalidade, a partir desse monitoramento. A falta de contêineres de produtos alimentícios, por exemplo, dificulta o transporte por cabotagem de portos do Sul do país para o Nordeste.

O escoamento rodoviário encarece o preço do pacote de arroz em até R$ 5 nessas praças, disse Fávaro, em entrevista ontem. Ele afirmou que o cereal está mais caro em Manaus (AM) e Recife (PE).


JOÉDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL

Fávaro diz que, com normalização de preços de arroz, leilão não será mais necessário

"Na medida em que os preços normalizam e não haja especulação, não se faz mais necessário ter leilão", afirmou o ministro da Agricultura em entrevista à EBC.

Porto do Açu inaugura galpões para estocagem de grãos

Logística

Kariny Leal
De São João da Barra (RJ)

O Porto do Açu, no norte fluminense, inaugurou ontem dois galpões dedicados a armazenar grãos, como soja e milho, atendendo à demanda do agronegócio. A área será do grupo Minas Port, que investiu R$ 104 milhões em recursos próprios no espaço com capacidade de estocar 70 mil toneladas de grãos. O contrato entre o Porto do Açu e a Minas Port é de 20 anos.

Até então, o Porto do Açu fazia a movimentação de cargas de grãos por meio de um terminal chamado de multicargas, onde maneja também outros produtos, como petróleo e minério de ferro.

A destinação de galpões específicos para grãos irá trazer mais eficiência às operações, diz a Prumo, controladora do Porto do Açu. "Finalmente o Estado do Rio entra no mapa do agro", disse Rogerio Zampronha, presidente da Prumo.

Eugenio Figueiredo, presidente do Porto do Açu, afirmou que esperava que a unidade só aumentaria a atuação em grãos quando houvesse uma ferrovia, mas a inauguração de hoje [quinta] provou o contrário: "Esses galpões são o primeiro passo para ampliarmos os clientes do agronegócio".

A logística de distribuição do porto é feita por rodovias, mas a companhia trabalha para a construção de uma ferrovia no local.

Segundo Figueiredo, o Porto do Açu planeja construir uma unidade que opere só navios de grãos, já que os novos galpões são uma expansão do terminal multicargas. A empresa quer ampliar esse terminal até o fim do ano para elevar a capacidade de movimentações.

Em 2023, o terminal multicargas movimentou 2,1 milhões de toneladas. O plano do Açu é alcançar 5 milhões de toneladas com o aumento de capacidade, que irá possibilitar operações simultânea de dois navios. Os armazéns inaugurados também irão movimentar cargas de carvão mineral e gesso e prestar serviço de armazenagem a clientes do setor agrícola. O grupo Minas Port fará a distribuição de adubos e carvão mineral, sobretudo para Minas Gerais e Goiás.

R$ 104 milhões foram investidos no porto

O presidente do grupo Minas Port, Marcelo Marra, disse que a vantagem do Porto do Açu em relação a portos é que os clientes terão uma janela de atracação para reduzir os custos dos navios, evitando filas de espera. "Os caminhões chegam ao Açu com os grãos e voltam para onde o cliente contratou com alguma carga, que pode ser de fertilizantes. Isso reduz o custo para o contratante em cerca de 20%", afirmou Marra.

Para 2025, a Minas Port anunciou a instalação de misturadora de fertilizantes no Açu, com investimento de R$ 200 milhões que, segundo ele, encurtaria o processo. "Hoje, a matéria-prima que chega pelos portos precisa seguir para uma fábrica [...]. Com a possibilidade do Açu sendo um porto-indústria, vamos unir as etapas e dar eficiência", disse.

A repórter viajou a convite do Porto do Açu





DIVULGAÇÃO

A usina da ALD no município de Nova Marilândia (MT): com a expansão, unidade passará a ter capacidade para processar 3 mil toneladas de milho ao dia

Biocombustíveis Empresa, fundada por 24 produtores rurais, vai aplicar R$ 900 milhões na expansão de usina em Nova Marilândia

ALD investe para triplicar produção de etanol de milho

Eliane Silva
Para o Valor, de Nova Marilândia (MT)

A ALD Bioenergia Deciolândia S/A, a primeira usina de etanol de milho do país a ter como sócios produtores rurais, vai investir US$ 175 milhões (cerca de R$ 900 milhões) para triplicar sua produção. O plano é iniciar a expansão ainda neste ano e encerrar as obras em 2026, diz Marco Orozimbo, CEO da empresa.

Instalada no município de Nova Marilândia (MT), na Chapada dos Parecis, a ALD foi criada em 2019 e iniciou as operações em janeiro de 2021, com o processamento diário de 700 toneladas de milho que seus 24 sócios produzem. No ano passado, a companhia faturou R$ 450 milhões, um recorde.

Da receita total da empresa, 22% já são provenientes do negócio de grãos secos de destilaria com solúveis (DDGS, na sigla em inglês), coproduto usado na nutrição animal e que tem custo menor do que o farelo de soja. No ano passado, a ALD passou a produzir também óleo de milho e construiu um armazém com capacidade para 80 mil toneladas.

Atualmente, a ALD processa mil toneladas de milho por dia. Com a expansão projetada da planta, a empresa pretende chegar a 3 mil toneladas diárias. Com a estrutura existente hoje, a companhia produz 150 milhões de litros de etanol e 103 mil toneladas de DDGS por ano.

A ALD comercializa no mercado interno toda a sua produção, mas a empresa tem planos de, no futuro, exportar o DDGS para uso como ração animal. No Brasil, o segmento ainda não exporta o insumo, mas pretende ganhar espaço no mercado global. Na safra 2031/32, os exportadores querem destinar ao mercado externo entre 25% e 30% de sua produção.

De acordo com Marco Orozimbo, os recursos para a ampliação da indústria devem vir de bancos de fomento ou de fundos e parte deles será investimento dos sócios do usina, como o produtor paranaense Paulo Sérgio de Asunção *(ver ao lado)*. A ampliação da unidade foi aprovada no mês passado em assembleia anual dos acionistas.

"A ALD consome hoje menos da metade da produção de milho de seus sócios. Daí a necessidade de expansão", afirma Orozimbo. A área total plantada pelos 24 sócios da empresa é de 120 mil hectares, com produção de aproximadamente 800 mil toneladas de milho por safra.

Segundo o executivo, a ALD surgiu de uma cooperativa de produtores de cereais que tinham área plantada de 120 mil hectares. Com o crescimento da demanda pelo etanol de milho, o grupo de 24 agricultores decidiu se unir para investir na criação de uma indústria sustentável, que agregasse valor à sua produção de grãos.

O grupo identificou o potencial do crescimento do etanol de milho no Centro-Oeste, onde a disponibilidade do cereal é elevada. Essa grande oferta assegura uma matéria-prima barata para a produção do biocombustível na região, que tem facilidade de acesso logístico ao Norte e ao Nordeste do país.

À beira da rodovia BR-364, a ALD gera toda a energia que consome a partir da queima em suas caldeiras da biomassa de bagaço de cana, da palha de arroz ou do cavaco de eucalipto. A unidade trata a água residual usada na fabricação do etanol e destina-a para a fertirrigação. As cinzas geradas na queima da biomassa também são aproveitadas, virando biofertilizante para a lavoura dos sócios, segundo o CEO.

A usina opera atualmente em três turnos com 135 funcionários. A ALD participa do programa RenovaBio desde 2022 e, em um ano, a usina já fez a recertificação e aumentou em 28,5% seu fator de conversão de etanol em Créditos de Descarbonização (CBios).

150
milhões de litros é a produção de etanol

A jornalista viajou a convite da União Nacional de Etanol de Milho (Unem)

Agricultor sócio de usina aposta em silos, pesquisa e irrigação

De Nova Marilândia (MT)



ELIANE SILVA/VALOR

"Nunca corto nos gastos com tecnologia, e sim área de plantio"
Paulo Asunção

O paranaense Paulo Sérgio de Asunção colhe três safras de soja, milho e feijão em uma área de 2 mil hectares na Fazenda São Paulo, em Nova Marilândia (MT). Ele diz que ganha de R$ 5 a R$ 6 a mais por saca por ter estrutura de armazenamento em sua propriedade.

"Para ter rentabilidade, o agricultor precisa tapar buracos. Os buracos de armazenamento e transporte dos grãos eu tampei", afirma o produtor, originário de Alvorada do Sul (PR), e um dos acionistas da ALD Bioenergia.

Para não perder sua vantagem competitiva, Asunção investiu R$ 8 milhões no ano passado para renovar os equipamentos e estrutura de armazenagem que já tinha há 20 anos. Neste ano, ele está investindo R$ 6 milhões em novos silos, que vão aumentar a capacidade de estática de armazenamento de 160 mil sacas para 360 mil sacas.

Outra vantagem, afirma, é ter em sua fazenda uma área de 50 hectares como estação própria de pesquisa que também atende a terceiros como a multinacional Syngenta.

No local, são feitos testes de culturas, de adubação, eficiência de defensivos, estratégia de manejo, entre outros. No ano passado, foram realizados na área 3.200 experimentos. Ele diz que já investiu R$ 2,5 milhões em pesquisas para elevar a produtividade das lavouras.

A média de produtividade nas últimas safras em sua fazenda foi de 75 sacas a 76 sacas de soja por hectare, 160 sacas a 165 sacas de milho e 45 sacas a 50 sacas de feijão. Isso gera uma receita aproximada de R$ 30 mil por hectare, segundo ele.

Além dos aportes em armazenagem, Asunção investe também em irrigação. A propriedade já tem um pivô e em instalação um segundo pivô que vai dobrar a área de cobertura, para 800 hectares. O produtor tem outorga e planos para chegar a 1.200 hectares irrigados. A única cultura que já é totalmente irrigada é o feijão.

Segundo ele, a fazenda produz cerca de 300 mil toneladas de milho por safra, parte das quais abastece a usina da ALD.

Na safra passada, em que houve menos chuvas, ele colheu 140 sacas de milho por hectare. "Foi a safra em que menos choveu na região desde que nós chegamos aqui há 30 anos. Reduziu a média em 10 sacas por hectare", diz.

Neste ciclo, ele prevê uma produtividade de 166 sacas por hectare. Porém, a área de cultivo de milho safrinha foi reduzida em 25% devido ao custo de produção. Ainda assim, Asunção manteve os investimentos em sementes, adubação e manejo, que inclui o plantio consorciado de braquiária nas entrelinhas das lavouras para aumentar a massa seca no solo e elevar o sequestro de carbono.

"Nunca corto tecnologia, e sim área de plantio. O que baixa a produtividade é plantar fora da janela ideal", diz Asunção, que também é dono de empresa agronômica que atende produtores de soja, milho, algodão, girassol, arroz e outras culturas. *(ES)*

Com rumor de aprovação no Cade, ações de Minerva e Marfrig sobem

Frigoríficos

Nayara Figueiredo e Beatriz Olivon
De São Paulo e Brasília

Rumores de que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) estaria perto de aprovar a venda de 11 plantas da Marfrig à Minerva animaram os investidores dos frigoríficos e impulsionaram as ações das duas empresas na B3.

Na quinta-feira (4/7), os papéis ON da Minerva terminaram o pregão em alta de 1,19%, e ações da Marfrig subiram 0,25%. Nos últimos 30 dias, os papéis das duas empresas acumularam alta de 12,07% e 8,36%, respectivamente.

"As ações subiram porque existe um rumor, que agora deve se cristalizar, de que a operação entre Marfrig e Minerva será aprovada mais cedo ou mais tarde", disse uma fonte da indústria. Outro interlocutor afirmou ao **Valor** que o relatório do órgão antitruste "está pronto". O acordo entre as empresas totalizou R$ 7,5 bilhões.

Nesta semana, o colunista Lauro Jardim, do jornal "O Globo", informou que o negócio caminha para ser aprovado pelo Cade, mediante algumas exigências. A notícia animou os investidores na bolsa.

No Cade, o último registro no processo administrativo — o andamento do caso é público — é uma reunião entre a área técnica e representantes das empresas, que ocorreu em 27 de maio. Reuniões do gênero são praxe.

Fontes do órgão consultadas pelo **Valor** divergem sobre a possibilidade de a aprovação estar próxima. Procuradas pelo **Valor**, Minerva e Marfrig não comentaram.

Segundo uma das fontes, caso o parecer da área técnica recomende a aprovação, ele deverá prever restrições, como algumas obrigações de desinvestimento, sobre as quais ainda não há detalhes. Outras fontes, contudo, desconhecem que o caso esteja perto da aprovação. Quando uma operação recebe aval com restrições, ela precisa ser submetida ao tribunal do Conselho, que pode divergir da área técnica.

Para além da expectativa com o andamento do processo no Cade, a alta do dólar torna a carne brasileira mais competitiva no mercado externo, o que favorece todas as companhias do segmento na bolsa. Na quinta-feira, as ações de BRF e JBS subiram 0,66% e 0,48% na B3, respectivamente. Em um mês, a valorização foi de 26,87% e 10,23%.

"O câmbio desvalorizado ajuda os frigoríficos. E como eles estão bem alavancados, a queda da curva de juros também é uma ajuda muito grande. Esse movimento significa que eles pagarão menos juros de suas dívidas", disse o estrategista-chefe da RB Investimentos, Gustavo Cruz.

Após desembolso de R$ 100 milhões, Biogénesis Bagó abre fábrica no país

Saúde animal

Carolina Mainardes
Para o Valor, de Campo Largo (PR)

Com investimentos de mais de R$ 100 milhões, a empresa argentina Biogénesis Bagó inaugurou na quinta-feira (4/7) sua primeira fábrica no Brasil. A planta fica em Campo Largo (PR), na região metropolitana de Curitiba. A unidade tornará o grupo, que faturou US$ 250 milhões em 2023, a maior fabricante de vacinas veterinárias da América Latina e uma das dez maiores do segmento de saúde animal do mundo.

"Historicamente, a empresa a planta de produção na Argentina e em países estratégicos — Arábia Saudita, China e Coreia do Sul. A unidade do Brasil complementa essa estratégia", afirmou Sebastian Peretta, diretor de Negócios Globais da Biogénesis Bagó, ao **Valor**.

Na nova unidade, a empresa vai produzir, a partir de 2026, mais de 10 milhões de doses de vacinas de vírus vivos atenuados por ano, com foco inicial na tríplice felina e na quíntupla/sêxtupla com e sem leptospira. A produção, que se destina a animais de companhia, corresponde a 25% do mercado pet na América Latina.

Hoje, a produção de vacinas para animais de companhia representa 10% do portfólio da empresa. Nos próximos cinco anos, a fatia deverá subir para algo entre 25% e 30%, seguindo a tendência de expansão desse nicho, diz Peretta.

A nova unidade também vai fabricar três vacinas para animais de produção — com foco em bovinos — e outras soluções biotecnológicas. A empresa, que tem no portfólio a vacina contra a febre aftosa, já vendeu mais de 400 milhões de doses no Brasil pelo Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, relata Marcelo Bulman, presidente da Biogénesis Bagó no país.

A nova unidade terá um centro tecnológico de produção, pesquisa e desenvolvimento de produtos e deverá gerar 300 empregos diretos e indiretos. A produção será comercializada no Brasil, Argentina, Colômbia e México e também no Leste Asiático. Esta é a primeira planta industrial de grande porte da Biogénesis Bagó no país a produzir e exportar biotecnologia. Na Argentina, a empresa produz vacinas com vírus inativados.

US$ 250
milhões é a receita global da empresa

A jornalista viajou a convite da Biogénesis Bagó

Imóveis de Valor



FOTOS DE CASUARINA EMPREENDIMENTOS/DIVULGAÇÃO

A apenas 95 quilômetros da capital, a Quinta da Primavera tem terrenos de dois e três mil metros quadrados com completa infraestrutura social, esportiva e de lazer

Condomínios residenciais de alto padrão fora da capital paulista buscam se diferenciar com lotes menores e associação a serviços de hotelaria internacional

Projetos no interior têm espaço menor e mais privacidade

O boom de condomínios residenciais de luxo no interior de São Paulo, com vendas aceleradas, valores triplicados e fila de prestadores de serviço da construção nas portarias, marcou o ano de 2020 — caracterizado pela pandemia, pelo "lockdown" e pela demanda por espaços maiores.

Hoje, com esses empreendimentos já consolidados, o segmento tem recebido uma nova safra de produtos que oferecem mais privacidade, uso racional do imóvel e associação de valor a hotelarias de luxo, para se diferenciar no mercado.

"Temos visto lançamentos com lotes menores, entre dois e três mil metros quadrados, para receber casas mais práticas", afirma o CEO da Bossa Nova Sotheby's, Marcello Romero. A busca pela praticidade, segundo ele, tem sido maior entre os mais jovens ou aqueles que não querem ter custos elevados com a manutenção do imóvel.

Projetos com número reduzido de lotes e espaços de lazer bem organizados também caíram no gosto do público que tem ou teve casa nesses outros condomínios. "São pessoas que têm experiência, buscam mais privacidade, poucos vizinhos ao redor e lazer separado entre adultos e crianças, em virtude do barulho", comenta Romero.



ESQUEMA IMÓVEIS/DIVULGAÇÃO

Momento é de adequação após o boom imobiliário da pandemia, e segmento de segunda residência tem revendas aquecidas

Um desses lançamentos é o Quinta da Primavera, em Bragança Paulista, a 95 quilômetros da capital. O "masterplan", desenvolvido por Marcos Tomanik e Sylvia Chaves Arquitetura, foi projetado para distribuir o público de forma mais fluida. Há espaços kids e "teens", complexo esportivo e vila hípica, além da Praça da Primavera, um espaço de convivência de todas as turmas. O condomínio pertence à Casuarina Empreendimentos, empresa do Grupo Oscar Americano.



LN EMPREENDIMENTOS/DIVULGAÇÃO



LN EMPREENDIMENTOS/DIVULGAÇÃO



VIK RETREATS/DIVULGAÇÃO

Suíte master do Hotel Vik, no Uruguai. O condomínio Vista Verde (croquis acima) terá a primeira unidade da rede hoteleira no país

PARCEIRA HOTELEIRA

Em busca de diferenciação, o empreendimento Vista Verde, em Araçoiaba da Serra, aderiu à tendência da parceria com hotelaria de luxo, bastante difundida na capital paulista. Desenvolvido pela LN Urbanismo, incorporadora do Grupo Luan, terá 160 lotes a partir de dois mil metros quadrados na primeira fase, a ser lançada em setembro.

O projeto é associado à primeira operação da marca Vik Retreats no Brasil, dona de hotéis-butique no Uruguai e de uma vinícola no Chile. "O hotel terá cerca de 30 acomodações, restaurante cinco estrelas e serviços de concierge que poderão ser acessados pelos moradores do residencial", explica o CEO da LN Urbanismo, Adrian Estrada. O investimento será de R$ 100 milhões.

No Vista Verde, haverá galeria de arte ao ar livre, haras, piscina comum e de onda, academia, spa, minifazenda e quadras esportivas. Um time de notáveis foi escalado para assinar o projeto: Marcelo Montoro (áreas comuns), Marina Linhares (interiores), Luiz Carlos Orsini (paisagismo), Diana Brooks (centro equestre), Gálvez e Márton ("villas"), Patricia O'Reilly (urbanismo) e Patrícia Borges (curadoria das obras).

Além deles, o uruguaio Marcelo Daglio se encarregará do projeto do Hotel Vik, que terá um vinhedo próprio. A parceria foi fechada em meados de 2023, após dois anos e meio de negociações.

"Os donos do Grupo Vik, Carrie e Alex Vik, não conheciam o Brasil na época. Depois de algumas visitas, foram convencidos do sucesso do negócio pelo potencial turístico do país, pela força econômica do interior paulista e pela proximidade do empreendimento com a capital", conta Estrada. O Vista Verde ocupará o terreno de uma antiga fazenda a 1h30 de São Paulo.

Esses novos empreendimentos somam-se a outros recentes, surgidos no boom imobiliário da pandemia. Com a hipervalorização dos produtos nos anos de 2020 e 2021, muitas incorporadoras correram atrás de projetos semelhantes, que estão chegando ao mercado só agora devido à longa jornada de aprovações legais.

"Deve haver uma superoferta, o que preocupa de certa forma. Há muitos imóveis novos em um momento em que o interesse por esse tipo de produto é menor", pondera o CEO da Esquema Imóveis, Marco Tulio Vilela Lima.

Para ele, a queda na procura por condomínios de luxo no interior é uma adequação natural do mercado. "Naquela época, havia a crença de que as pessoas morariam ao menos parte da semana nas casas de campo. Mas o que se vê hoje é que a rotina das famílias voltou ao que era antes, concentrada na capital, e esses imóveis acabaram menos utilizados do que o esperado", analisa Vilela Lima.

O movimento tem aquecido o mercado de revenda desses imóveis. "Tenho um cliente que negociou a casa que comprou na Quinta da Baroneza durante a pandemia por esse motivo. O segmento de segunda residência seguirá forte, mas com ritmo de vendas mais adequado a partir de agora", pondera.



ESQUEMA IMÓVEIS/DIVULGAÇÃO

Sede da antiga fazenda no terreno do condomínio Vista Verde será totalmente retrofitada

INÊS 249

Sustentabilidade

FOTOS DE TRYPTIQUE ARQUITETURA/DIVULGAÇÃO

Madeira foi amplamente utilizada na estrutura de edifícios e complexos dos Jogos Olímpicos de Paris, o que pode estimular seu uso na construção

Mercado imobiliário tem adotado o material em projetos de larga escala, e a Olimpíada de Paris 2024 é um bom exemplo disso

Madeira ganha protagonismo em grandes construções

Os Jogos Olímpicos de Paris só começam no final deste mês, mas já é possível dizer quem será uma das grandes estrelas do maior evento esportivo do mundo: a madeira. O material estará presente na estrutura de quase todas as principais edificações — da vila dos atletas a ginásios de competição — e ancora a ideia de fazer desta edição a mais sustentável da história das Olimpíadas.

Um dos prédios mais emblemáticos é o Centro Aquático, local das provas de natação, nado sincronizado e saltos ornamentais, que tem 50% de madeira e outros biomateriais em sua estrutura. O teto será o maior em madeira do mundo, com 90 metros de extensão e 2,7 mil metros cúbicos de material orgânico. Um parque de energia solar de cinco mil metros quadrados instalado sobre ele vai abastecer parte do complexo.

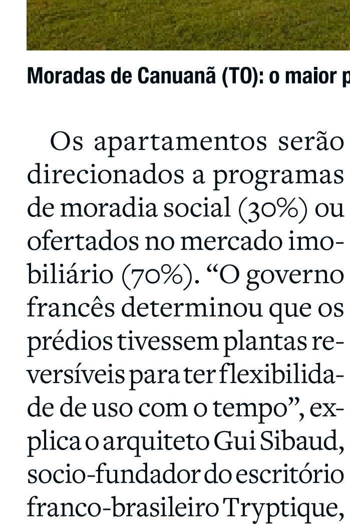
No interior, bares e restaurantes foram construídos com resíduos da obra. Já os cinco mil assentos para os espectadores são feitos de plástico 100% reciclado, coletado de escolas da cidade.

O Village des Athletes ocupa uma área de 500 mil metros quadrados em Seine-Saint-Denis, região industrial ao norte de Paris, com galpões antigos que, em parte, foram retrofitados.

A vila é composta por 82 edifícios residenciais, com três mil apartamentos preparados para receber 14 mil atletas olímpicos e oito mil paralímpicos. A maioria dos prédios foi feita com vigas de aço e "woodframe" envelopando as fachadas, o que reduz a pegada de carbono em 30% na comparação com o método construtivo tradicional.

A partir de novembro, após o evento, a vila será devolvida à cidade como um novo bairro sustentável, com três hectares de parques e sete de jardins. As residências, praças, escritórios e 3,2 mil metros quadrados de lojas nas fachadas ativas devem abrigar seis mil residentes e gerar seis mil vagas de emprego.

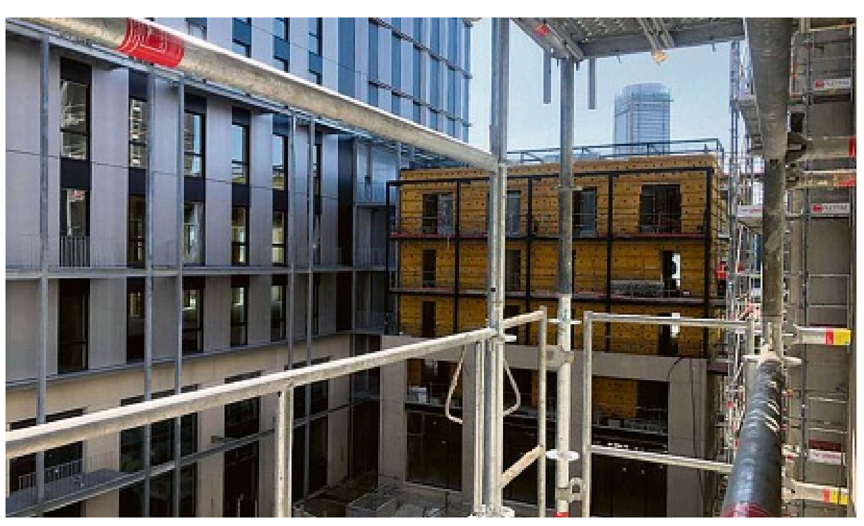
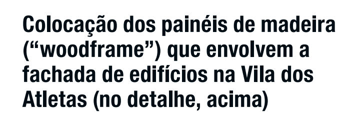




LEONARDO FINOTTI/ITA ENGENHARIA EM MADEIRA/DIVULGAÇÃO



Moradas de Canuanã (TO): o maior projeto em madeira da América Latina

Colocação dos painéis de madeira ("woodframe") que envolvem a fachada de edifícios na Vila dos Atletas (no detalhe, acima)

Os apartamentos serão direcionados a programas de moradia social (30%) ou ofertados no mercado imobiliário (70%). "O governo francês determinou que os prédios tivessem plantas reversíveis para ter flexibilidade de uso com o tempo", explica o arquiteto Gui Sibaud, socio-fundador do escritório franco-brasileiro Tryptique, responsável por um dos blocos residenciais da vila.

Segundo ele, alguns apartamentos serão escritórios, e outros poderão ser aumentados ou reduzidos, conforme a necessidade. "A partição programática, com lojas e escritórios nos prédios, também ajudará a diversificar o fluxo de pessoas depois do evento", diz Sibaud.

Quanto ao uso da madeira, o arquiteto afirma que foi essencial para que os projetos cumprissem a cota de carbono estipulada pelo governo francês. "Os Jogos Olímpicos serão uma boa vitrine para incentivar o uso da madeira na construção civil", avalia.

O arquiteto Luciano Aguiar, sócio da ITA Engenharia em Madeira, concorda. Para ele, os Estados Unidos, o Canadá e os países da Europa têm aceitado há mais tempo o uso da madeira no setor. "Essa barreira cultural já foi vencida", diz.

Especialista no uso do material, Aguiar acredita que agora a tendência comece a ganhar força também no Brasil — país que não tem excelência no assunto, mas é prodígio em tecnologia florestal, que permite ter jazidas de madeira de reflorestamento para exploração contínua.

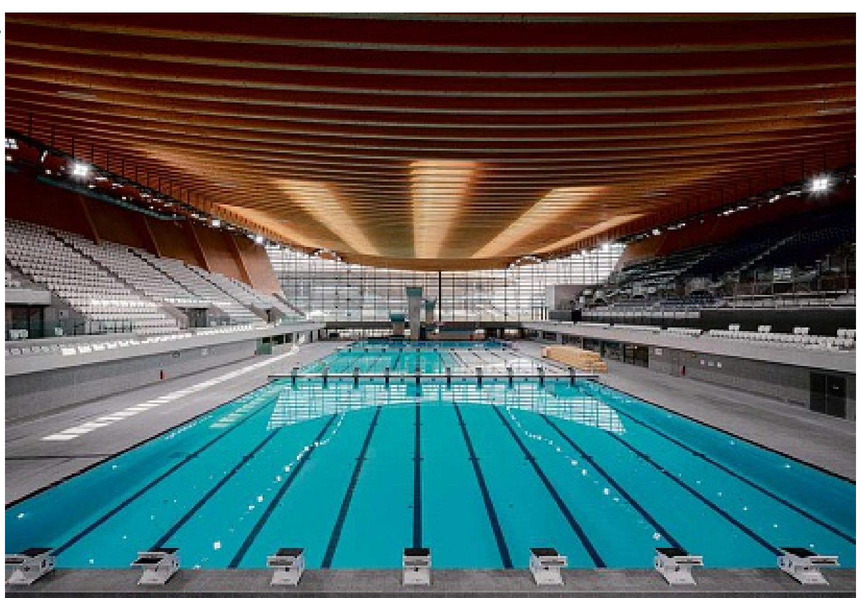
AMÉRICA LATINA

A maior construção em madeira da América Latina é da ITA: a Escola Moradas Infantis Canuanã, da Fundação Bradesco, no Tocantins. Projeto da Rosenbaum + Aleph Zero tem 25 mil metros quadrados e serve de moradia temporária para os estudantes da região, filhos de ribeirinhos e índios.

"Como fica em uma região distante, optamos por kits de madeira engenheirada, que foram transportados e montados no local em oito meses. Isso tornou o projeto mais acessível financeiramente", explica.

O arquiteto destaca que, além da vantagem financeira, a madeira atende sobretudo à questão da sustentabilidade. "Uma laje de mil metros de madeira retém cerca de cem toneladas de carbono. E, diferentemente do concreto e do aço, é um recurso renovável e de cadeia de baixo consumo energético."

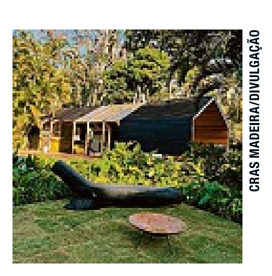
SALEM MOSTEFAOUI/VENHOEVENCS + ATELIERS 2/3/4/DIVULGAÇÃO



O Centro Aquático da Olimpíada, em Saint-Denis, tem o maior teto de madeira do mundo, com 90 metros de extensão



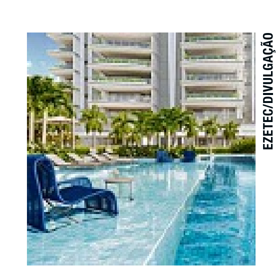
Por dentro do mercado



CRAS MADEIRA/DIVULGAÇÃO

MASTERCASA ITAIPAVA TEM PATROCÍNIO DA CRAS MADEIRA

A Cras Madeira patrocina o Mastercasa Itaipava 2024, que começou ontem e vai até 11 de agosto, em Petrópolis, na região serrana do Rio. O evento ocupa uma residência colonial dos anos 1970, com jardins e árvores centenárias, cercada de Mata Atlântica. Em seus ambientes, arquitetos mostram tendências e inovações com foco na sustentabilidade. A Cras terá um "lodge" de inverno na área externa.



EZTEC/DIVULGAÇÃO

LANÇADA A SEGUNDA FASE DO LINDENBERG IBIRAPUERA

Eztec e Lindenberg estão lançando a torre Design Tower, segunda fase do Lindenberg Ibirapuera. O empreendimento é resultado de joint-venture entre as duas construtoras e tem VGV de mais de R$ 650 milhões, incluindo a primeira fase, lançada no ano passado: a Art Tower. O projeto inspirado em residenciais internacionais arrojados é do art designer uruguaio Carlos Ott.



EDIFY/DIVULGAÇÃO

PRÉDIO EM ITAPEMA TERÁ PUB COM VISTA PARA O MAR

O Edify One, em Itapema, litoral de Santa Catarina, destaca-se pela oferta de comodidades para os moradores, com área de lazer de 2,7 mil metros quadrados ocupando dois pavimentos. O empreendimento tem 140 metros de altura, com apartamentos que variam de 227 a quase mil metros quadrados. O preço vai de R$ 9,5 milhões a R$ 40 milhões. Um dos destaques é o pub com sacada e vista para o mar.



G.LAB É O ESTÚDIO DE BRANDED CONTENT DA EDITORA GLOBO, ESPECIALIZADO EM SOLUÇÕES DE CONTEÚDO PARA MARCAS

CONTATO COMERCIAL SP:
João Meyer — jomeyer@edglobo.com.br
CONTATO COMERCIAL RJ:
Marcelo Lima — mlima@oglobo.com.br
DEMAIS REGIÕES:
ana.lima@edglobo.com.br

SUGESTÕES DE PAUTA:
imoveisdevalor.glab@edglobo.com.br

Mercados
Ativos podem ter trajetória 'errática' sem novos sinais positivos, diz Mendez, da Bahia Asset C2



Inovação
Novas regras do BC para o open finance viabilizam Pix por aproximação C3

Ações
Nova bolsa do Rio é bem recebida por gestores e corretores C6

Ativos digitais
BB testa uso do Drex, a iniciativa de tokenização do real brasileiro C6

Investimentos Setor tem captação líquida de R$ 159,1 bi no primeiro semestre, depois de dois anos no vermelho; renda fixa lidera ingressos

Fundos reagem com migração de 'órfãos' das letras de crédito

Adriana Cotias
De São Paulo

Depois de dois anos no vermelho, os fundos de investimentos esboçaram uma recuperação no primeiro semestre de 2024. Pelos dados da Anbima, entidade que representa o mercado de capitais e de investimentos, a indústria captou R$ 159,1 bilhões até 28 de junho, desempenho puxado pelas carteiras de renda fixa, em especial as que carregam crédito privado. No mesmo período de 2023, o setor tinha registrado saídas de R$ 123,8 bilhões.

No consolidado do ano passado, R$ 108,3 bilhões tinham saído dos fundos, pela competição aberta com os títulos de dívida isentos de imposto de renda numa economia rodando com taxas de juros de dois dígitos. Em 2022, os resgates líquidos foram de R$ 129,5 bilhões.

De janeiro a junho de 2024, a renda fixa atraiu R$ 192,5 bilhões. Só as carteiras que trazem a nomenclatura "crédito livre" receberam R$ 77,5 bilhões. Mas apenas aquelas que têm mais de 50% em dívida privada no mandato precisam expor tal discriminação.

Enquanto os fundos de ações apresentaram um saldo negativo de R$ 111,4 milhões entre captações e resgates — em comparação a saídas de R$ 36,4 bilhões no primeiro semestre do ano passado —, a sangria nos multimercados prosseguiu. A classe teve resgates de R$ 85,1 bilhões, em comparação a saques de R$ 52,1 bilhões nos seis primeiros meses do ano passado.

A previdência foi destaque positivo meio fora de época, com captação líquida de R$ 16,8 bilhões de janeiro a junho — no mesmo período de 2023 houve saídas de R$ 3,1 bilhões. No ano passado inteiro, a categoria atraiu R$ 19,8 bilhões. A taxação dos fundos fechados exclusivos e restritos usados pelos ultrarricos para gestão patrimonial levou parte do dinheiro para estratégias de prateleira. Para quem opta pela tabela regressiva, é possível diferir o IR ao longo do tempo e após dez anos pagar uma alíquota de 10% na hora do saque.

Após mudanças no prazo para emissão de letras de crédito imobiliário e do agronegócio (LCI e LCA) e limitações de lastro para certificados de recebíveis (CRI e CRA) pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a percepção é que agora há um melhor equilíbrio de forças entre a compra direta de ativos e os fundos — mas ainda sem o investidor disposto a assumir muito risco aparente.

Com a Selic mantida em 10,5% ao ano na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), a leitura de representantes do setor é que essa toada prevalecerá na segunda metade do ano.

"Pelos dados agregados da indústria, se há um campeão são os fundos de crédito privado, principalmente os isentos, que vêm apresentando captação extraordinária", resume Rogério Calabria, superintendente de produtos de investimentos do Itaú Unibanco. Na instituição, houve ingresso de R$ 25,8 bilhões nas carteiras com ativos de crédito até maio, mais do que entrou na renda fixa como um todo, R$ 23,9 bilhões.

O investidor tem privilegiado portfólios mais líquidos, com cotização em até cinco dias após o pedido de resgate, mas também há ingressos naqueles com trava de 30 e 60 dias para virar dinheiro na conta — com maior risco e potencial de retorno.

Parte do fluxo vem das letras de crédito que desde fevereiro passaram a ter um prazo de carência maior, com nove meses para o vencimento da LCA e de 12 meses para o da LCI. Antes, era possível resgatar a partir de 90 dias. "Isso pega para o cliente que vinha usando os ativos quase como uma reserva de emergência. Quando se fala em um ano, deixa de ser um dinheiro de curto prazo e passa a ser uma alocação mais estrutural, aí a demanda é menor", diz Calabria.

Ele atribui as movimentações também ao ciclo monetário, com o investidor assumindo progressivamente um pouco mais de risco à medida que a Selic foi caindo. "O crédito privado não é exatamente um porto seguro, mas a gente observa fundos de todas as gradações, desde o 'high grade' [com títulos de melhor classificação] ao 'high yield' [com nota menor e maior potencial de retorno], todos captando." Quando o Copom encontrar condições para voltar a cortar a taxa referencial da economia, multimercados de menor volatilidade e fundos de ações tendem a ganhar tração, diz Calabria.

Na BB Asset, dos cerca de R$ 55 bilhões captados na renda fixa entre janeiro e junho, mais de R$ 10 bilhões ingressaram no BB Renda Fixa High, aberto para o público geral e que tem 468 mil cotistas, diz Isaac Marcovistz, gerente de produtos da instituição. Com taxa de administração competitiva, risco controlado, a estratégia passou a acomodar os recursos dos "órfãos" das letras de crédito curtas. "Os fundos chamaram a atenção, atraindo aquele recurso mais livre, destinado a reservas de emergência ou ao controle de fluxo de caixa."

A pequena gordura acima do CDI também foi um chamariz, continua o executivo. "A boa recuperação da classe mostrou que o gestor profissional, com diversificação e um trabalho acurado de controle de risco, consegue manter um portfólio de melhor qualidade", diz Marcovistz.

Já a taxação dos fundos fechados acabou tendo impacto tanto na migração para a previdência, para carteiras de crédito, quanto nos multimercados, pela desconstrução de alguns portfólios, segundo o executivo.

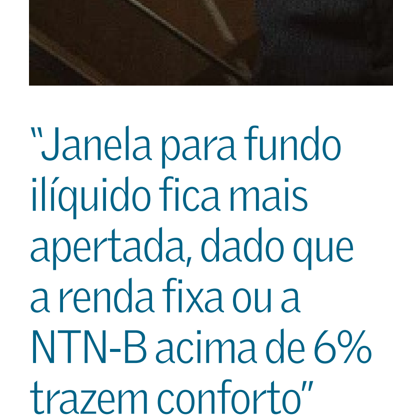
No BTG Pactual, a tônica foi combinar rentabilidade com baixa volatilidade, o que beneficiou carteiras de renda fixa, as de crédito com foco em infraestrutura, além de fundos imobiliários e alguns de participação em empresas (FIP), cita Allan Hadid, sócio do banco à frente da gestora de recursos. Embora seja difícil identificar de onde vem o dinheiro, ele considera que uma parcela decorreu do decréscimo do estoque de letras e outros produtos bancários. Pelos dados da B3 até maio, as emissões ligadas ao segmento imobiliário caíram de R$ 39,7 bilhões em janeiro para R$ 18,9 bilhões, incluindo letras, cédulas de crédito e CRI. Nos instrumentos para o agronegócio, o volume caiu de R$ 100,3 bilhões para R$ 94,3 bilhões.

Com a Selic estável, o resto do ano deve ser "mais do mesmo" e "talvez a janela para fundos ilíquidos fique mais apertada, dado que a renda fixa ou até a NTN-B com cupom acima de 6% trazem conforto para o cliente que não precisa tomar risco", afirma Hadid. E como as mudanças de cenário podem ser rápidas, manter algum nível de liquidez é útil para se posicionar quando a maré virar.

R$ 85 bi
saíram dos multimercados de janeiro a junho

O primeiro semestre para a indústria de fundos foi quase uma "caricatura", com as forças que moveram o fluxo muito bem demarcadas, diz Mario Felisberto, executivo-chefe de investimentos (CIO) da Santander Asset. "A combinação de juros ainda altos, com a perspectiva de novas quedas não se materializando na magnitude que se esperava, aqui e lá fora, o cenário foi mais difícil do que se antecipava", afirma.

GABRIEL REIS/VALOR



"Janela para fundo ilíquido fica mais apertada, dado que a renda fixa ou a NTN-B acima de 6% trazem conforto"
Allan Hadid

Assim, a melhora embrionária que se viu na segunda metade de 2023 teve vida curta. O ambiente pró-corte de juros nos EUA mudou e atrapalhou aquela visão mais benigna. "A perspectiva de médio prazo é muito incerta e isso empurrou o investidor para dentro do fundo de renda fixa, o crédito, principalmente, e o afastou dos multimercados e ações."

Na família de multimercados mais recentes na prateleira, a Santander Asset até atraiu dinheiro novo, mas no agregado da classe, incluindo os fundos carteira, de alocação balanceada em diversas classes e que têm exposição em bolsa, o fluxo foi negativo. A captação na renda fixa foi concentrada em produtos com créditos ligados a infraestrutura, com 30 dias de cotização. Capturou, assim, parte do dinheiro que saiu das letras, pela busca do mesmo benefício da isenção de imposto de renda para a pessoa física e sem as amarras da carência maior. "O fundo [de crédito] está virando a primeira alternativa quando o investidor vê escassez de papéis para a compra direta."

Mas com a diminuição do prêmio em relação aos títulos públicos, tanto em papéis incentivados quanto nos tradicionais, Felisberto diz que na rede o banco já disparou o alerta de que os retornos passados, vindos da recuperação do baque de casos como Americanas e Light em 2023, não devem se repetir. "Não há um fator de curto prazo na linha de que vá ter problema de crédito nas empresas, não parece haver um gatilho para uma reversão abrupta, mas os spreads continuam caindo. A rentabilidade só com o carrego da carteira pode ficar menos atrativa."

Para driblar a demanda puxada pelo efeito retrovisor nos fundos de crédito, a Itaú Asset tem fechado as carteiras com parâmetros de retornos mais expressivos e aberto novas estratégias, diz Calabria.

A reação puxada pelos fundos de renda fixa e de crédito já estava no jogo, não se concretizando, porém, o início de entrada em ativos de maior risco como ações e multimercados, pelas expectativas de mais corte de juros, segundo Marcelo Mello, CEO da SulAmérica Vida, Previdência e Investimentos. "O cenário mudou e entendemos que o investidor vai continuar optando por investir em renda fixa. O acesso a alguns ativos de crédito como letras isentas apresentou uma certa escassez, o que pode ter estimulado os clientes a acessarem ainda mais veículos de crédito e produtos de previdência, em busca de algum benefício fiscal."

Na gestora, o aumento da captação, de 18% desde dezembro, decorreu justamente das carteiras de renda fixa e crédito privado. A SulAmérica reúne mais de R$ 22 bilhões em portfólios que carregam dívida, incluindo previdência.

A expectativa de Mello é que o segundo semestre prossiga nesse passo. "Os gestores têm conseguido entregar um excelente resultado com a gestão ativa, dada a qualidade dos ativos de crédito e os níveis ainda interessantes de spread", diz. "O mercado primário segue forte e a negociação no secundário também."

Os multimercados até poderiam capturar bons resultados, mas precisariam ter "recursos na manga" e o investidor tende a fugir de alternativas de maior risco, diz Felisberto, da Santander Asset. "E a performance no ano passado e do primeiro semestre em geral foi abaixo do CDI. Para quem olha para trás, não favorece muito."

Destaques

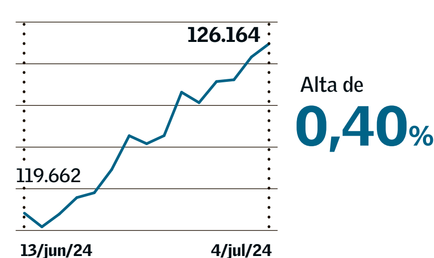
Super app do Itaú
O Itaú apresentou detalhes sobre o seu super app. O banco está fundindo seis aplicativos diferentes (Itaú, Itaú Cartões, Credicard, Credicard On, iti e Hipercard) no app principal, trazendo "para dentro" do banco 15 milhões de clientes que hoje não têm acesso a uma oferta completa de produtos e serviços. A parte PJ, a plataforma de investimentos íon e a corretora Avenue vão continuar com apps separados. O plano é fazer a migração desses 15 milhões de clientes até o fim de 2025, mas o banco diz que esse prazo máximo pode ser antecipado, dependendo da adesão. Com o tempo, os outros aplicativos fundidos serão descontinuados. *(Álvaro Campos)*

Startups da América Latina
As startups da América Latina fecharam o primeiro semestre de 2024 com US$ 2,18 bilhões em recursos captados, segundo a Distrito. É o maior volume semestral desde o segundo semestre de 2022. O volume aportado por fundos de venture capital na região no primeiro semestre teve um crescimento de 40,7% em relação ao mesmo período do ano passado. Em termos de rodadas, foram 377 na primeira metade deste ano, com um tíquete médio de US$ 5,78 milhões. O investimento no "late-stage", segmento de negócios mais maduros, somou US$ 1,3 bilhão, comparado aos US$ 840,3 milhões do "early-stage" e US$ 36,7 milhões do "pre-seed". *(AC)*

Indenizações no RS
Os pedidos de indenizações ligados ao Rio Grande do Sul aumentaram 192,5% em maio na comparação com abril, segundo a Susep. O valor alcançou R$ 1,69 bilhão no quinto mês ante R$ 580 milhões computados em abril. Foi em maio que o governo declarou estado de calamidade pública em diversos municípios gaúchos. De acordo com os dados encaminhados pelas seguradoras à Susep, houve um crescimento expressivo da sinistralidade nos seguros de danos, que alcançou 66,1% no período. O mesmo indicador estava em 42,1% em abril. Para efeito de comparação, a média, considerando os meses entre janeiro de 2023 e maio de 2024, se situa em 47,2%. *(Sérgio Tauhata)*

INÊS 249

Ibovespa
Em pontos



Alta de **0,40%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 4/jul/24 - em %

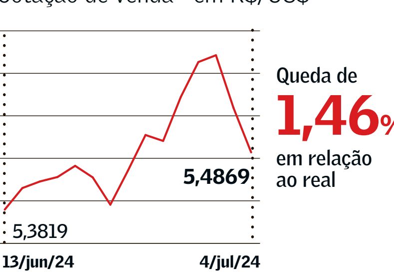
Dow Jones	feriado
S&P 500	feriado
Euronext 100	0,65
DAX	0,41
CAC-40	0,83
Nikkei-225	0,82
SSE Composite	-0,83

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Jan/2025 • Jan/2026

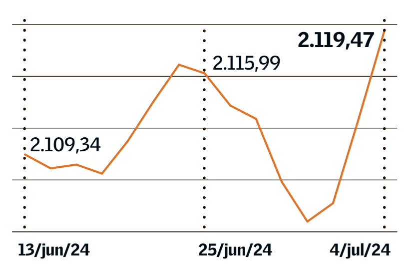
11,19 · 11,12 · 11,29
10,65 · 10,56 · 10,62
13/jun/24 · 25/jun/24 · 4/jul/24

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Queda de **1,46%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano



Ativos Dólar tem segunda sessão consecutiva de queda contra o real após indicação de corte de gastos

Sinal de Haddad gera alívio nos mercados

Gabriel Caldeira, Arthur Cagliari, Matheus Prado e Gabriel Roca
De São Paulo

Bastou um sinal do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que reforçou o compromisso do governo com o arcabouço fiscal — e, portanto, com a tentativa de cumprir a meta de déficit primário zero neste ano — para os ativos domésticos experimentarem um novo dia de alívio na sessão de ontem. O dólar caiu com força e ficou abaixo do nível psicológico de R$ 5,50; os juros futuros anotaram retirada relevante de prêmios de risco; e o Ibovespa teve nova rodada de valorização.

A percepção de risco fiscal continuou a guiar os mercados financeiros. Se, ao longo das últimas semanas, a deterioração nas perspectivas para as contas públicas levou a um aumento relevante dos prêmios de risco dos mercados, o mínimo sinal de compromisso do governo com o arcabouço fiscal e o anúncio de cortes de R$ 26 bilhões no Orçamento de 2025 ajudaram a estancar a piora e provocaram uma recuperação dos mercados ontem.

Assim, com os ativos brasileiros já bastante descontados e uma posição técnica favorável após diversos pregões de desvalorização, a sessão de ontem foi marcada por uma recuperação. O dólar encerrou o dia cotado a R$ 5,4869, em queda de 1,46%; o Ibovespa subiu 0,40%, a 126.164 pontos; e, no mercado de juros, a taxa do DI para janeiro de 2027 recuou de 11,815% para 11,595%.

Além disso, deu apoio à melhora dos mercados a informação de que a Casa Civil já começaria ontem mesmo uma rodada de conversas para fazer um pente fino nos gastos públicos e que os ministros do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, e da Previdência, Carlos Lupi, participariam do primeiro encontro, conforme apurou o **Valor**.

Assim, em apenas dois dias, o dólar acumulou queda de 3,15%, em um sinal de distensão no mercado após a piora relevante da percepção de risco que levou a moeda americana a R$ 5,70 na terça-feira.

Esse movimento de correção do real, na avaliação do gerente da mesa de derivativos da Commcor, Cleber Alessie Machado, ficou dentro do esperado, dado o grau acentuado de depreciação visto recentemente. "A maior parte do mercado entendeu [o nível de] R$ 5,70 como exagerado, e agora parece que devolveu esse excesso porque o governo sinalizou uma predisposição de cortar [os gastos]", diz. "A sinalização de ontem [quarta-feira] ajudou o mercado a respirar um pouco. [O câmbio] Estava sem goleiro", diz o executivo.

3,15%
foi a queda do dólar contra o real nos últimos dois dias

Machado, contudo, pondera que o pregão desta sexta-feira, com o retorno dos negócios em Nova York após feriado, deve definir melhor qual será o nível de dólar que o mercado irá buscar diante de um cenário doméstico menos estressado. Para ele, a dinâmica deve seguir refém dos desenvolvimentos externos, em especial da política do Federal Reserve (Fed, banco central americano) e, mais adiante, da eleição presidencial dos EUA.

Na avaliação de Thiago Mendez, sócio e gestor da Bahia Asset Management, sem definições mais claras na parte fiscal e na condução da política monetária nos EUA, os ativos domésticos tendem a apresentar um comportamento mais "errático" à frente. Em declarações dadas durante o "call" mensal da gestora ontem, Mendez observou que as incertezas domésticas seguem bastante elevadas, ao lembrar que ainda há pela frente a troca no comando do Banco Central e toda a questão fiscal.

"Para o cumprimento do arcabouço, algumas medidas terão de ser tomadas e isso vai ser importante para os ativos", disse o gestor, apontando que tem atuado de maneira "oportunística" nos mercados domésticos — ou seja, com posições mais táticas envolvendo os ativos brasileiros. A gestora encerrou posições no real e na bolsa brasileira e, no momento, está com apostas que ganham com o aumento da inclinação na curva de juros reais, ou seja, uma visão de que a diferença entre as taxas das NTN-Bs longas e os juros de papéis mais curtos irá aumentar.

LEO PINHEIRO/VALOR



Mendez, da Bahia Asset, tem adotado posições mais táticas nos ativos locais

Estrategistas do J.P. Morgan liderados por Emy Shayo Cherman afirmam que a maré parece estar mudando para os ativos locais. Depois do forte movimento de aversão a risco das últimas semanas, motivado por ruídos internos, o comprometimento do governo em cortar gastos e a crescente expectativa por cortes de juros nos EUA podem apoiar a dinâmica de recuperação dos ativos locais, incluindo o Ibovespa, durante o verão no Hemisfério Norte.

"Não vemos a janela atual como uma situação de compra na baixa, e sim como um acompanhamento da recuperação dos ativos brasileiros, considerando que o mercado está muito leve, barato e 'subcomprado' no momento, com os locais detendo grandes posições de caixa e resgates consideráveis de estrangeiros em todos os meses deste ano", dizem os estrategistas do J.P.

Apesar da alta recente da bolsa, os estrategistas entendem que ainda há muito prêmio de risco na curva de juros, e que um ajuste disso deve contribuir para novos ganhos. Além disso, os múltiplos seguem descontados e o patamar atual de preço/lucro precifica um recuo de 20% nos lucros das empresas, "o que também é excessivo", na visão dos profissionais do banco. *(Colaborou Maria Fernanda Salinet)*

BCE expõe preocupação com inflação e coloca em dúvida novos cortes

Eduardo Magossi
De São Paulo

Apesar de o Banco Central Europeu (BCE) ter cortado os juros da zona do euro em 0,25 ponto percentual em sua reunião de junho, alguns membros do comitê de política monetária acreditavam que eles deveriam ter permanecido inalterados, se fosse considerado totalmente o princípio de dependência de dados, informou ontem a ata da reunião.

Segundo a ata, alguns membros disseram que os dados disponíveis na ocasião não aumentavam a confiança de que a inflação iria convergir para 2% em 2025, embora a maioria afirmasse que continuava esperando que ela atinja a meta no fim do próximo ano. Além disso, eles também expressaram receio de que o cenário inflacionário tem viés de alta, impulsionado por maior crescimento dos salários, que deve continuar nos próximos meses.

A ata também revelou preocupação de alguns membros com a inflação de serviços, que segue em alta. No documento, os membros acreditam que o ritmo da queda da inflação doméstica foi superestimado e que a fase final da desinflação será a mais difícil. "Isso aponta para uma maior resiliência da inflação à frente, o que pode elevar as pressões nos preços por algum tempo", afirma a ata.

As dúvidas apontadas por vários membros do comitê de política monetária do BCE estão fazendo com que vários analistas acreditem que não haverá um novo corte de juros em julho e que o corte de junho pode ter sido um movimento isolado.

"Não fomos os únicos a acreditar que a redução das taxas foi motivada por compromissos assumidos"
Carsten Brzeski

"Parece que não fomos os únicos a acreditar que a decisão de redução das taxas do Banco Central Europeu em junho foi motivada principalmente por compromissos feitos anteriormente e pela ideia de que um corte era possível, mas não urgente. Pelo menos, é isso que sugere a ata", afirma o economista do banco ING, Carsten Brzeski.

Desde o Fórum Econômico de Davos, em janeiro, a presidente do BCE, Christine Lagarde, e outras autoridades do banco central vinham sugerindo que o primeiro corte nos juros seria em junho. O BCE afirmou que o corte foi realizado devido ao aumento da confiança na solidez das projeções que a inflação iria retornar à meta de 2% no tempo oportuno, mesmo com dados que mostraram uma maior resiliência na inflação de serviços sendo divulgados imediatamente antes da reunião de política monetária.

Segundo ele, a ata de junho indica que um equilíbrio entre dependência de dados e risco de reputação se tornou mais delicado, particularmente considerando as visões dissidentes que o documento mostrou.

Para Brzeski, o BCE não terá qualquer interesse em fazer com que o corte de junho pareça um erro político nas próximas semanas, o que seria um forte argumento fora da esfera da economia a favor de outro corte nas taxas na reunião de setembro. "Ao mesmo tempo, contudo, o enfraquecimento interno da economia e a inflação interna teimosamente elevada não são uma combinação que deva ser louvada. É claro que a reunião de julho provavelmente será um evento vazio", avalia.

O economista-chefe do BCE, Philip Lane disse ontem, em um evento em Nápoles, na Itália, que está preocupado com a resiliência da inflação doméstica. Porém, afirmou que o monitoramento recente dos salários da zona do euro, tema visto como principal catalisador inflacionário, mostra que as pressões estão desacelerando e continuarão a cair em 2025 e 2026.

Relatório mantém FIIs 'de papel' e Fiagros como não contribuintes

Fernanda Guimarães
De São Paulo

Depois de muita negociação ao longo da semana, o Grupo de Trabalho da Reforma Tributária decidiu manter os fundos imobiliários (FIIs) de "papel", que são aqueles que investem em ativos como Certificados de Crédito Imobiliário (CRIs), e os Fundos de Investimento da Cadeias do Agronegócio (Fiagros) como não contribuintes — ou seja, não serão tributados com a nova Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) na renda.

Já os fundos imobiliários de "tijolo", que são aqueles que investem nos próprios empreendimentos, terão a opção de se tornarem contribuintes e terem, com isso, o crédito para abater impostos. Isso, segundo uma fonte, está "sujeito a alinhamento com o setor sobre as condições para deixar claro o que são fundos de mercado".

O texto da reforma alterado foi considerado uma vitória da Faria Lima. O Grupo de Trabalho da Reforma Tributária teria se mobilizado com as demandas do setor produtivo e imobiliário. O GT é formado pelos deputados Claudio Cajado (PP-BA), Reginaldo Lopes (PT-MG), Hildo Rocha (MDB-MA), Joaquim Passarinho (PL-PA), Augusto Coutinho (Republicanos-PE), Moses Rodrigues (União-CE) e Luiz Gastão (PSD-CE). Segundo uma fonte, o GT "foi protagonista" nessa alteração.

Tanto para os fundos imobiliários quanto para os Fiagros, a isenção do Imposto de Renda (IR) à Pessoa Física está mantida. O benefício tem atraído ao longo dos anos milhares de investidores para esta classe de ativos.

O deputado Luiz Gastão afirmou em entrevista a jornalistas que a taxação de FII e Fiagros poderia levar à retirada de investimentos do país. Por isso, a opção do GT foi deixar essa tributação à escolha do contribuinte. "É uma capacidade de grande de recursos. Esses fundos são constituídos por pequenos e médios investidores, e injetam um volume grande na economia."

Nos últimos dias, diversos representantes de gestoras foram até Brasília para conversar com os deputados sobre o tema. No início da semana, o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) disse ao **Valor** que a Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária (FPA) tinha saído em defesa da manutenção desses fundos como não contribuintes, ou seja, como entes sem personalidade jurídica.

A decisão de deixar a opcionalidade para os fundos de "tijolo" ocorreu diante do entendimento de que, para os fundos que trabalham com o desenvolvimento imobiliário — aqueles que executam os projetos do zero — poderia fazer sentido econômico ser contribuinte para ter acesso ao crédito tributário.

Segundo fontes do Ministério da Fazenda que trabalharam na elaboração na regulamentação da reforma tributária, o objetivo de colocar esses fundos como contribuintes era exatamente permitir o uso desses créditos para o abatimento de impostos.

Para as gestoras que foram consultadas pelo **Valor** ao longo da semana, a tributação, além de afetar a rentabilidade, demandaria um nível de complexidade muito grande para os fundos, que precisariam ter, além da gestão, uma área tributária.

Leia mais na página A12 e A13

CVM condena ex-diretor da Petrobras Renato Duque

Victoria Netto
Do Rio

Em decisão unânime, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) condenou o ex-diretor de serviços da Petrobras Renato Duque com 15 anos de inabilitação para o exercício do cargo de administrador e de conselheiro fiscal em companhias de capital aberto. O caso envolvia desvios na estatal investigados pela Lava-Jato, vinculados ao Projeto Sondas e à Sete Brasil. Duque não apresentou defesa.

A relatora do caso, diretora Mariana Copola, afirmou no voto que Duque descumpriu seu dever de lealdade com a Petrobras, por ter atuado contra os interesses da estatal, "privilegiando interesse pessoal e de terceiros, sob a expectativa de recebimento de propina". Copola também destacou que o ex-diretor não denunciou a existência do esquema de pagamento de propina na contratação das sondas, que envolvia não apenas ele, mas outros administradores da Petrobras e da Sete Brasil.

O caso, que remonta a 2010, investigava irregularidades relacionadas à contratação, junto a estaleiros, de sondas de perfuração para explorar o pré-sal. A Sete Brasil, responsável pela contratação, tinha como acionistas o FIP Sondas, criado para reunir investidores institucionais e financeiros do Projeto Sondas, e a própria Petrobras.

Esta foi a terceira condenação de Duque na CVM. Em 2020, a autarquia inabilitou o ex-diretor por 15 anos por ter patrocinado e votado pela aprovação de fases do projeto da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco, em troca de vantagens de construtoras para superfaturar as obras. Duque também foi condenado, no mesmo julgamento, por ter aprovado o avanço da construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) em troca de vantagens. Além da inabilitação por 15 anos, foi multado em R$ 500 mil.

Inovação Novas regras do Banco Central para a jornada sem redirecionamento abrem espaço para mais casos de uso do pagamento instantâneo

Open finance viabiliza Pix por aproximação

Gabriel Shinohara
De Brasília

O Banco Central (BC) divulgou ontem novas regras para o open finance que preveem a Jornada de Pagamentos sem Redirecionamento (JSR), que tem entre seus casos de uso o Pix por aproximação via carteiras digitais, as "wallets". A previsão é que a funcionalidade esteja disponível a partir do dia 28 de fevereiro de 2025.

Segundo o BC, a novidade simplifica a jornada de iniciação de pagamentos e permite que o usuário realize a transação sem precisar acessar o aplicativo da instituição financeira. "Mediante um cadastro inicial, o cliente vai poder escolher. Ele tem conta em uma instituição A, vai poder cadastrar essa conta na wallet de sua preferência e poder utilizar sua conta do Pix pré-cadastrada para fazer pagamentos", disse Janaína Pimenta Attie, chefe de subunidade do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro (Denor) do BC.

No início de junho, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, já tinha anunciado que a autoridade monetária estava trabalhando para viabilizar o Pix por aproximação. Na oportunidade, Campos Neto citou Google Pay e Apple Pay como exemplos de ferramentas nas quais a nova tecnologia poderia funcionar.

Henrique Weaver, co-fundador e CEO da Pagaleve, considera que a jornada de pagamentos do Pix no mundo físico ainda não é ideal, com a necessidade de abrir o aplicativo do banco e seguir algumas etapas até finalizar o processo. "O pagamento por aproximação reduzirá drasticamente essa jornada, e tem um potencial grande de converter mais usuários no uso do Pix como principal forma de pagamento", disse.

Até o lançamento, a novidade ainda precisa passar por algumas etapas de desenvolvimento. O BC prevê a divulgação de uma regulamentação específica para a JSR para dia 31 de julho. Os testes em produção devem começar dia 14 de novembro.

Para o diretor de regulação do Banco Central, Otávio Damaso, o Pix por aproximação é "a combinação que a gente tanto fala das diversas iniciativas que o Banco Central vem desenvolvendo, open finance, Pix, Drex, quando elas começam a interagir entre si e potencializar os produtos e serviços financeiros para o cliente".

O Banco Central também prevê um segundo caso de uso para a JSR. Com as novas regras, o cliente não vai precisar deixar o ambiente do comércio eletrônico para finalizar o Pix. "Ele não precisa mais entrar no aplicativo do seu banco, não precisa mais autorizar a transação do pagamento. Mediante pré-cadastro, pré-autorização, ele deixa sua conta vinculada e consegue fazer o pagamento direto na página do e-commerce", explicou Attie.

A chefe de subunidade do BC ressaltou que soluções como essas já podem ser ofertadas, mas em um modelo de contrato bilateral. Com as novas regras, o Banco Central passa a permitir a oferta mais ampla do serviço.

Marcelo Martins, CEO do Iniciador e diretor executivo da Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs), afirmou que a jornada sem redirecionamento está definida desde 2023 em termos de tecnologia e fluxo e a principal barreira era a falta de obrigação regulatória clara. "Com a recente regulamentação e um 'roadmap' bem definido, estamos otimistas quanto à sua implementação. O maior desafio de qualquer nova tecnologia/fluxo é educar os usuários para que se sintam confortáveis e confiantes em usar no dia a dia", apontou.

O presidente da Associação dos Iniciadores de Transição de Pagamentos (Init), Gustavo Lino, destacou que, com a nova jornada, outros produtos devem surgir tanto no ambiente físico quanto digital. "Há o Pix por aproximação e a compra com um 'click', por exemplo. É trazer toda a experiência de uso do cartão para o Pix", afirmou.

Com o estabelecimento da estrutura definitiva de governança do open finance, também divulgada ontem, a Init ganhou uma cadeira e passará a ter voto no colegiado. *(Colaborou Mariana Ribeiro)*

BC define governança para mitigar conflitos

Mariana Ribeiro e Gabriel Shinohara
De São Paulo e Brasília

O Banco Central (BC) divulgou ontem a aguardada estrutura definitiva de governança do open finance, que vem sendo debatida entre as empresas do ecossistema praticamente desde o lançamento, há três anos. Na visão dos participantes ouvidos pelo **Valor**, o regulador optou por uma espécie de meio-termo na definição do modelo, mas pendeu mais para o lado da diversificação de votos, o que, na prática, atendeu mais os novos entrantes do que os bancos incumbentes.

O open finance funciona hoje por meio de uma estrutura temporária e, durante o processo de negociação para construção do formato definitivo, diferentes entidades pleitearam mais poder de voto. Os grandes bancos também defenderam uma revisão de quem paga a conta e mais proporcionalidade entre custeio e decisão.

Coube ao BC definir o modelo final. Duas novas associações ganharam cadeiras, a Zetta e a Associação dos Iniciadores de Transição de Pagamentos (Init), e o regulador trouxe a interdependência entre voto e custeio entre as suas premissas, mas com limites.

O BC definiu que a estrutura terá três instâncias. O órgão de governança será o nível mais alto, com atribuições como aprovação de contas e alteração do estatuto. Os votos têm relação com o custeio da infraestrutura, que, por sua vez, tem a ver com o patrimônio líquido de cada instituição. Para evitar distorções, foi estabelecido que a quantidade de votos fica limitada a 3% do custeio da estrutura.

O órgão de direção superior terá dez membros, de diferentes associações. Nesse nível, há deliberação de matérias propostas pela diretoria, aprovação de padrões tecnológicos, procedimentos operacionais e escopo de dados e serviços, por exemplo. Na estrutura provisória são sete membros, sendo um deles independente e os outros seis, representantes de bancos grandes, bancos médios, cooperativas, empresas de cartões, instituições de pagamentos e fintechs. Agora, além das duas novas associações, entra mais um conselheiro independente. Todos terão um voto, exceto a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), que terá dois. Há ainda as diretorias.

Zetta e Init comemoram a entrada na estrutura, mas alguns participantes criticaram o poder de voto dado principalmente a associação dos iniciadores de pagamentos. "Houve muito diálogo e isso se refletiu em uma proposta razoável. Agora, os iniciadores já fazem parte de basicamente todas as outras associações, acho que tem uma sobrerrepresentação que pode gerar distorção", disse um participante. "A questão do custo não é tão relevante para os bancos, mas a questão dos votos, sim. O centro da discussão é esse. E tem participante com representação muito pequena e poder de voto, o bode ainda está na sala", disse outra fonte.

> "Representa o melhor meio-termo para atender os diferentes players envolvidos"
> *Marcelo Martins*

Uma das propostas dos bancos era a de que os custos fossem divididos de acordo com o número de clientes que uma instituição tem no open finance — ou seja, quem usa mais paga mais. Havia também o pleito por maior diferenciação no poder de voto.

Em nota, a Febraban diz que a estrutura anunciada "é um passo importante, mas não deveria ser o último", já que é preciso "continuar perseguindo uma governança sempre equilibrada, e que precisará ser acomodada pelas associações e pela criação de uma nova convenção".

"A aproximação entre o poder de voto e custeio anunciada pelo Banco Central representa, igualmente, uma primeira e assertiva decisão para um maior equilíbrio da estrutura. Mas entendemos que, como o open finance vem apresentando avanços constantes, sua estrutura também deve seguir nesse caminho evolutivo até alcançar uma conformidade adequada em sua governança."

O diretor-executivo da Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs), Marcelo Martins, diz que, embora a relação voto-custeio seja complexa e desafiadora, o modelo "representa o melhor meio-termo para atender os diferentes players envolvidos". A Associação Brasileira de Internet (Abranet) diz que o beneficiário principal é o usuário e que "atribuir mais votos por custeio não parece se enquadrar nessa sistemática". Já a Associação Brasileira de Bancos (ABBC) e a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs) afirmam que ainda analisam as definições.

INÊS 249

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 04/07/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.935,7953950	0,11	0,28	4,80
IRF-M	1+**	20.174,9351420	0,57	0,95	1,17
IRF-M	Total	18.344,5271200	0,41	0,72	2,24
IMA-B	5***	9.298,0373620	0,26	0,25	3,58
IMA-B	5+****	11.149,4612460	0,82	1,17	-3,92
IMA-B	Total	9.868,7973160	0,54	0,72	-0,39
IMA-S	Total	6.741,5621920	0,04	0,16	5,49
IMA-Geral	Total	8.178,4012770	0,27	0,45	2,88

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	20/06	19/06	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	33,33	33,04	32,73	28,38	32,79	33,15
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	23,45	23,49	26,47	21,51	25,64	28,07
Conta garantida pré - a.a.	46,02	44,82	40,19	51,12	42,38	49,83
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,96	22,42	21,99	21,55	22,57	28,99
Vendor pré - a.a.	15,37	15,88	15,98	15,05	15,73	19,31
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	20,07	19,82	19,06	16,84	17,71	19,15
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,26	17,72	17,48	17,17	18,48	19,28
Conta garantida pós - a.a.	25,56	25,22	25,41	24,89	24,19	28,90
ACC pós - a.a.	8,30	8,39	8,82	8,60	8,34	8,99
Factoring - a.m.	3,30	3,32	3,29	3,32	3,33	3,58

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	04/07/24	03/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	-	5,3400	5,3300	5,3300	5,0600
1 mês	-	5,3384	5,3358	5,3364	5,3283	5,0666
3 meses	-	5,3539	5,3533	5,3533	5,3510	5,0034
6 meses	-	5,3865	5,3875	5,3873	5,3883	4,7968
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6630	3,6610	3,6560	3,9110	3,4010
1 mês	-	3,7423	3,7949	3,7869	3,9123	3,2534
3 meses	-	3,8690	3,8856	3,8829	3,9256	3,0970
6 meses	-	3,9160	3,9240	3,9227	3,9436	2,7015
1 ano	-	3,8900	3,8856	3,8863	3,8473	1,6455
Euribor ***						
1 mês	-	3,635	3,664	3,632	3,666	3,388
3 meses	-	3,705	3,695	3,711	3,772	3,613
6 meses	-	3,678	3,678	3,682	3,756	3,888
1 ano	-	3,596	3,575	3,578	3,715	4,164
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	Feriado	5,35	5,33	5,37	5,37	5,14
T-Bill (3 meses)	Feriado	5,37	5,37	5,36	5,39	5,30
T-Bill (6 meses)	Feriado	5,30	5,32	5,32	5,36	5,44
T-Note (2 anos)	Feriado	4,72	4,72	4,75	4,77	4,90
T-Note (5 anos)	Feriado	4,33	4,30	4,38	4,35	4,16
T-Note (10 anos)	Feriado	4,36	4,29	4,40	4,33	3,84
T-Bond (30 anos)	Feriado	4,53	4,43	4,56	4,48	3,86

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Mês jul/24*	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,16	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,38	11,68
CDI	0,16	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,38	11,68
CDB (1)	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	5,27	10,21
Poupança (2)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
Poupança (3)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
IRF-M	0,72	-0,29	0,66	-0,52	0,54	0,46	2,24	7,89
IMA-B	0,72	-0,97	1,33	-1,61	0,08	0,55	-0,39	3,07
IMA-S	0,16	0,81	0,83	0,90	0,86	0,82	5,49	11,85
Renda Variável								
Ibovespa	1,82	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-5,98	4,93
Índice Small Cap	4,06	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-11,39	-11,96
IBrX 50	1,57	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-4,65	7,39
ISE	2,79	1,10	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-7,64	-5,90
IMOB	5,31	1,06	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-12,43	-8,32
IDIV	1,65	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-1,81	12,09
IFIX	-0,71	-1,04	0,02	-0,77	1,43	0,79	0,37	6,09
Dólar Ptax (BC)	-1,35	6,05	1,35	3,51	0,26	0,60	13,27	15,35
Dólar Comercial (mercado)	-1,82	6,46	1,09	3,54	0,86	0,71	13,07	16,69
Euro (BC) (4)	-0,42	4,73	2,89	2,37	0,07	0,25	10,80	13,15
Euro Comercial (mercado) (4)	-0,87	5,07	2,79	2,43	0,71	0,38	10,49	14,54
Ouro (BC)	-0,08	5,97	2,87	7,18	8,62	0,27	29,33	39,96
Inflação								
IPCA (5)	-	0,33	0,46	0,38	0,16	0,83	2,61	4,35
IGP-M	-	0,81	0,89	0,31	-0,47	-0,52	1,10	2,45

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 4/jul. ** Até jun/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,33% para o mês de junho

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 01/07/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.496.540,65					5.101,96	5.101,96	197.906,22	213.001,84
RF Indexados (2)	145.743,43	-0,20	-0,20	2,01	7,07	-503,11	-503,11	-8.020,65	-19.162,69
RF Duração Baixa Soberano (2)	669.493,00	0,04	0,04	4,85	10,85	386,43	386,43	30.593,60	44.789,27
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	849.347,81	0,04	0,04	5,52	12,36	1.547,01	1.547,01	53.180,93	61.988,09
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	179.317,23	0,04	0,05	5,55	12,38	271,89	271,89	73.094,21	78.249,86
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	168.950,34	-0,03	-0,03	4,20	8,95	103,44	103,44	-3.117,48	-4.307,51
RF Duração Livre Soberano (2)	213.212,58	-0,02	-0,02	4,23	9,86	1.977,94	1.977,94	-13.738,89	-25.455,29
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	639.997,75	-0,01	-0,01	4,73	10,79	1.812,69	1.812,69	-33.424,69	-49.374,73
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	361.056,71	-0,07	-0,07	4,41	11,19	1.254,35	1.254,35	78.198,51	128.871,36
Ações	610.369,15					-136,31	-136,31	47,78	40.312,81
Ações Indexados (2)	10.171,59	0,60	0,60	-7,06	5,26	11,26	11,26	413,16	-762,05
Ações Índice Ativo (2)	31.369,01	0,41	0,41	-8,08	2,80	-30,96	-30,96	-3.772,73	-3.607,60
Ações Livre	221.336,12	0,14	0,14	-5,22	5,04	-125,08	-125,08	1.170,08	-4.839,02
Fechados de Ações	124.710,91	-0,28	-0,28	-4,46	-3,63	11,30	11,30	-982,13	29.415,31
Multimercados	1.655.721,68					-1.078,28	-1.078,28	-81.884,25	-210.248,71
Multimercados Macro	148.135,15	-0,10	-0,10	0,58	5,86	-276,08	-276,08	-27.738,32	-51.490,52
Multimercados Livre	631.277,95	-0,01	-0,01	2,77	8,04	-237,06	-237,06	-1.750,63	-55.745,61
Multimercados Juros e Moedas	49.729,77	-0,02	-0,02	4,52	10,92	25,36	25,36	-7.857,87	-17.572,86
Multimercados Invest. no Exterior (2)	746.045,87	0,15	0,15	4,84	12,24	-590,52	-590,52	-45.448,54	-81.272,15
Cambial	6.664,42	0,73	0,73	19,16	24,30	-9,99	-9,99	-357,31	-1.375,78
Previdência	1.431.687,00					104,39	104,39	16.965,71	39.959,61
ETF	44.245,56					-281,71	-281,71	-2.076,99	-2.950,67
Demais Tipos	2.004.423,26					-1.647,08	-1.647,08	42.236,90	53.301,68
Total Fundos de Investimentos	**7.245.228,46**					**3.700,06**	**3.700,06**	**130.601,16**	**78.699,09**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.656.284,70**					**3.253,69**	**3.253,69**	**37.339,82**	**104.112,28**
Total Fundos Off Shore (4)	**48.441,87**					-	-	-	-
Total Geral	**8.949.955,03**					**6.953,76**	**6.953,76**	**167.940,98**	**182.811,37**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de maio de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	04/07/24	03/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	0,7883	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	0,7883	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	10,05
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,8010
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,74
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	1,0044
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,46	10,48	10,44	10,49	10,36	13,33
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,63	10,70	10,61	10,72	10,40	12,77
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,42	10,41	10,42	10,38	13,62
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,44	10,42	10,44	10,36	13,46
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,45	10,47	10,45	10,49	10,36	13,35
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,50	10,52	10,49	10,55	10,37	13,19
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,62	10,69	10,61	10,72	10,40	12,79
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,98	11,19	10,96	11,18	10,60	11,60

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 04/07/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	99.216,91	10,413	78.036	10,410	10,416	10,410
Vencimento em set/24	98.361,11	10,423	69.820	10,420	10,430	10,428
Vencimento em out/24	97.545,80	10,450	467.816	10,450	10,470	10,454
Vencimento em nov/24	96.650,58	10,498	231	10,485	10,515	10,510
Vencimento em dez/24	95.905,60	10,554	3.520	10,545	10,570	10,555
Vencimento em jan/25	95.077,83	10,622	833.088	10,610	10,665	10,610
Vencimento em fev/25	94.209,58	10,690	1.210	10,690	10,705	10,700
Vencimento em mar/25	93.415,00	10,758	9.946	10,755	10,810	10,755
Vencimento em abr/25	92.665,20	10,811	255.196	10,805	10,900	10,805
Vencimento em mai/25	91.871,76	10,872	410	10,860	10,960	10,860
Vencimento em jun/25	91.041,91	10,930	778	10,950	11,000	10,950

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	5.507,89	-1,23	191.935	5.483,00	5.527,00	5.499,00
Vencimento em set/24	5.524,92	-1,24	45	5.515,00	5.527,50	5.527,50
Vencimento em out/24	5.541,04	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.559,25	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.573,91	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	5.961,74	-0,95	25	5.955,00	5.955,00	5.955,00
Vencimento em set/24	5.989,95	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	6.015,31	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	127.498	0,30	58.065	127.380	128.240	127.510
Vencimento em out/24	129.541	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/24	131.583	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 04/07/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,4833	5,4839	-1,83	-1,35	13,27	14,11
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4863	5,4869	-1,46	-1,82	13,07	13,37
Dólar Turismo (R$/US$)	5,5154	5,6954	-1,38	-1,72	12,84	13,79
Euro (BC) - (R$/€)	5,9269	5,9297	-1,71	-0,42	10,80	13,18
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,9323	5,9329	-1,20	-0,87	10,49	12,64
Euro Turismo (R$/€)	5,9956	6,1756	-1,11	-0,68	10,14	12,93
Euro (BC) - (US$/€)	1,0809	1,0813	0,13	0,94	-2,18	-0,82
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	415,7165	415,7619	-2,06	-0,08	29,33	39,64
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.357,11	-0,08	1,40	14,13	22,37
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.357,20	0,63	1,27	14,29	22,15

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	04/07/24	03/07/24	No fim de jun/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	161.585,83	160.076,41	158.096,12	173.997,89	0,94	2,21	-7,13
Valor-Coppead Mínima Variância	97.377,46	97.183,49	95.968,24	93.533,91	0,20	1,47	4,11

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 04/07/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 04/07/24

Índice	04/07/24	03/07/24	Em 28/06/24	29/12/23	04/07/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	Feriado	187,89	183,93	165,54	154,97	-	2,15	13,50	21,25
S&P BNY Emergentes	Feriado	366,70	353,54	312,75	297,98	-	3,72	17,25	23,06
S&P BNY América Latina	Feriado	191,96	189,48	225,28	208,34	-	1,31	-14,79	-7,86
S&P BNY Brasil	Feriado	190,30	186,15	232,95	209,14	-	2,23	-18,31	-9,01
S&P BNY México	Feriado	293,43	294,86	331,67	330,69	-	-0,48	-11,53	-11,27
S&P BNY Argentina	Feriado	223,87	230,09	178,27	157,56	-	-2,71	25,58	42,08
S&P BNY Chile	Feriado	140,40	137,44	162,12	178,66	-	2,15	-13,40	-21,41
S&P BNY Índia	Feriado	3.113,61	3.032,46	2.923,01	2.867,46	-	2,68	6,52	8,58
S&P BNY Ásia	Feriado	226,57	219,12	189,60	178,27	-	3,40	19,50	27,09
S&P BNY China	Feriado	315,94	302,10	336,11	320,37	-	4,58	-6,00	-1,38
S&P BNY África do Sul	Feriado	207,01	200,45	199,87	211,81	-	3,27	3,57	-2,27
S&P BNY Turquia	Feriado	36,34	34,29	22,45	17,13	-	5,97	61,85	112,14

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
18/06 a 18/07	0,0920	0,5925	0,5925	0,8027
19/06 a 19/07	0,0936	0,5941	0,5941	0,8043
20/06 a 20/07	0,0956	0,5961	0,5961	0,8063
21/06 a 21/07	0,0653	0,5656	0,5656	0,7658
22/06 a 22/07	0,0389	0,5391	0,5391	0,7292
23/06 a 23/07	0,0652	0,5655	0,5655	0,7657
24/06 a 24/07	0,0915	0,5920	0,5920	0,8021
25/06 a 25/07	0,0894	0,5898	0,5898	0,8000
26/06 a 26/07	0,0906	0,5911	0,5911	0,8012
27/06 a 27/07	0,0916	0,5921	0,5921	0,8023
28/06 a 28/07	0,0686	0,5689	0,5689	0,7691
29/06 a 29/07	0,0399	0,5743	0,5743	0,7302
30/06 a 30/07	0,0664	0,5743	0,5743	0,7669
01/07 a 31/07	0,0703	0,5743	0,5743	0,8035
01/07 a 01/08	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402
02/07 a 02/08	0,0740	0,5744	0,5744	0,8407
03/07 a 03/08	0,0742	0,5746	0,5746	0,8432

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 04/07/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	126.164	0,40	1,82	-5,98	5,95
IBrX	53.310	0,43	1,76	-5,56	6,55
IBrX 50	21.183	0,26	1,57	-4,65	8,08
IEE	90.374	1,06	2,36	-4,83	-0,51
SMLL	2.085	2,37	4,06	-11,39	-9,00
ISE	3.476	1,48	2,79	-7,64	-3,54
IMOB	885	3,36	5,31	-12,43	-3,62
IDIV	8.909	0,76	1,65	-1,81	13,38
IFIX	3.324	0,63	-0,71	0,37	5,27
Variação % em dólares					
Ibovespa	23.006	2,27	3,21	-17,00	-7,15
IBrX	9.721	2,30	3,15	-16,63	-6,63
IBrX 50	3.863	2,13	2,96	-15,83	-5,29
IEE	16.480	2,95	3,76	-15,98	-12,81
SMLL	380	4,28	5,49	-21,78	-20,26
ISE	634	3,37	4,19	-18,46	-15,47
IMOB	161	5,29	6,75	-22,69	-15,54
IDIV	1.625	2,64	3,04	-13,32	-0,64
IFIX	606	2,51	0,65	-11,39	-7,75

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 04/07/24	03/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	Feriado	407	-	4,0	62,0
África do Sul	Feriado	326	-	-1,0	0,0
Argentina	Feriado	1.520	-	65,0	-387,0
Brasil	Feriado	235	-	4,0	40,0
Colômbia	Feriado	306	-	0,0	41,0
Filipinas	Feriado	69	-	1,0	11,0
México	Feriado	182	-	-4,0	15,0
Peru	Feriado	107	-	5,0	5,0
Turquia	Feriado	246	-	-7,0	-30,0
Venezuela	Feriado	18.118	-	-451,0	-5.974,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
nov/23	348.406	24/06/24	358.072
dez/23	355.034	25/06/24	358.112
jan/24	353.563	26/06/24	357.371
fev/24	352.705	27/06/24	357.963
mar/24	355.008	28/06/24	357.827
abr/24	351.599	01/07/24	356.972
mai/24	355.560	02/07/24	357.421
jun/24	357.827	03/07/24	358.554

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	04/07/24	03/07/24	02/07/24	01/07/24	28/06/24	27/06/24
Índice	2.119,47	2.112,27	2.105,34	2.103,84	2.107,11	2.112,26
Var. no dia	0,34%	0,33%	0,07%	-0,15%	-0,24%	-0,05%
Var. no mês	0,59%	0,25%	-0,08%	-0,15%	-0,14%	0,10%
Var. no ano	2,63%	2,28%	1,94%	1,87%	2,03%	2,28%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 04/07/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,6200	36,6600	0,14960	0,14980
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,4833	5,4839
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,3867	36,4779	0,1503000	0,1507000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	6,9600	0,7878	0,7994
Colon (Costa Rica)	524,5000	526,0000	0,010420	0,010460
Coroa (Dinamarca)	6,8991	6,8996	0,7947	0,7949
Coroa (Islândia)	137,9400	138,2600	0,03966	0,03976
Coroa (Noruega)	10,5604	10,5636	0,5191	0,5193
Coroa (Rep. Tcheca)	23,2370	23,2470	0,2359	0,2360
Coroa (Suécia)	10,4982	10,5009	0,5222	0,5224
Dinar (Argélia)	133,6260	134,9620	0,04063	0,04104
Dinar (Kuwait)	0,3061	0,3062	17,9076	17,9154
Dinar (Líbia)	4,8593	4,8816	1,1233	1,1285
Direitos Especiais de Saque ***	1,3166	1,3166	7,2193	7,2201
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6729	3,6731	1,4928	1,4931
Dirham (Marrocos)	9,8943	9,8993	0,5539	0,5542
Dólar (Austrália)***	0,6726	0,6728	3,6881	3,6896
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,4833	5,4839
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,6969	2,7444
Dólar (Canadá)	1,3609	1,3610	4,0289	4,0296
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,5668	6,6472
Dólar (Cingapura)	1,3511	1,3512	4,0581	4,0588
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,4833	5,4839
Dólar (Hong Kong)	7,8093	7,8094	0,7021	0,7022
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6116	0,6120	3,3536	3,3561
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7158	6,8260	0,8033	0,8166
Euro (Comunidade Européia)***	1,0809	1,0813	5,9269	5,9297
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0128	3,0731
Franco (Suíça)	0,8999	0,9000	6,0926	6,0939
Guarani (Paraguai)	7534,4900	7535,5900	0,0007277	0,0007278
Hryvnia (Ucrânia)	40,4800	40,6300	0,1350	0,1355
Iene (Japão)	161,1400	161,1500	0,03403	0,03403
Lev (Bulgária)	1,8085	1,8097	3,0299	3,0323
Libra (Egito)	47,9500	48,0500	0,1141	0,1144
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000061	0,000061
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2760	1,2762	6,9967	6,9986
Naira (Nigéria)	1505,0000	1565,0000	0,00350	0,00364
Lira (Turquia)	32,5317	32,5776	0,1683	0,1686
Novo Dólar (Taiwan)	32,4620	32,4920	0,16880	0,16890
Novo Sol (Peru)	3,7940	3,7960	1,4445	1,4454
Peso (Argentina)	913,5000	914,0000	0,00600	0,00600
Peso (Chile)	936,4800	937,4800	0,005849	0,005856
Peso (Colômbia)	4088,5000	4093,5000	0,001340	0,001341
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2285	0,2285
Peso (Filipinas)	58,5120	58,5320	0,09368	0,09372
Peso (México)	18,0801	18,0920	0,3031	0,3033
Peso (Rep. Dominicana)	58,9600	59,3600	0,09237	0,09301
Peso (Uruguai)	40,2900	40,3200	0,13600	0,13610
Rande (África do Sul)	18,2747	18,2840	0,2999	0,3001
Rial (Arábia Saudita)	3,7512	3,7514	1,4617	1,4619
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001305	0,0001306
Ringgit (Malásia)	4,7070	4,7120	1,1637	1,1651
Rublo (Rússia)	88,1955	88,2045	0,06217	0,06218
Rúpia (Índia)	83,4940	83,5490	0,06563	0,06568
Rúpia (Indonésia)	16325,0000	16335,0000	0,0003357	0,0003359
Rúpia (Paquistão)	278,5000	278,6000	0,01968	0,01969
Shekel (Israel)	3,7363	3,7399	1,4662	1,4677
Won (Coréia do Sul)	1379,4200	1381,1200	0,003970	0,003976
Yuan Renminbi (China)	7,2698	7,2706	0,7542	0,7543
Zloty (Polônia)	3,9590	3,9625	1,3838	1,3852

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2357,26	0,01319	415,7165	415,7619

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	04/07/24	03/07/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	Feriado	39.308,00	-	0,48	4,29	14,21	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	Feriado	20.186,63	-	2,56	19,97	32,73	14.109,57	20.186,63
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	Feriado	18.188,30	-	2,57	21,16	31,64	12.595,61	18.188,30
EUA	Nova York	S&P 500	Feriado	5.537,02	-	1,40	16,08	24,27	4.117,37	5.537,02
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.244,02	22.223,68	0,09	1,68	6,13	10,09	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	52.654,85	52.796,26	-0,27	0,41	-8,24	-2,37	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.384,76	1.381,43	0,24	0,28	15,86	22,08	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	88.433,88	88.817,26	-0,43	12,38	52,91	153,22	34.344,94	88.817,26
Chile	Santiago	IPSA	6.532,51	6.533,69	-0,02	1,85	5,40	10,83	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	30.044,07	30.046,02	-0,01	0,50	15,73	34,06	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.612.744,59	1.603.517,03	0,58	0,09	73,47	265,31	417.548,69	1.659.247,63
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.522,89	1.513,11	0,65	2,60	9,13	10,67	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.450,48	18.374,53	0,41	1,18	10,14	15,03	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.695,78	7.632,08	0,83	2,89	2,02	4,42	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.106,01	33.844,95	0,77	2,87	12,37	20,15	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.957,79	3.939,09	0,47	1,81	6,74	11,21	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.837,72	2.826,33	0,40	-1,73	24,27	39,87	1.962,58	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.066,30	11.056,80	0,09	1,12	9,54	15,41	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.435,81	1.423,56	0,86	2,25	11,03	10,47	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	934,82	931,09	0,40	1,19	18,81	20,05	714,05	934,82
Hungria	Budapeste	BUX	72.351,87	71.738,76	0,85	0,36	19,35	44,11	49.605,16	72.351,87
Polônia	Varsóvia	WIG	88.172,42	87.927,07	0,28	-0,50	12,38	30,68	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.681,29	6.664,88	0,25	3,11	4,45	11,98	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.120,31	1.147,28	-2,35	-3,33	3,40	13,46	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.571,87	2.565,27	0,26	0,09	7,24	12,02	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.068,80	12.018,30	0,42	0,63	8,36	7,59	10.323,71	12.254,76
Turquia	Istambul	BIST 100	10.872,56	10.682,15	1,78	2,11	45,55	81,09	6.003,90	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.992,51	1.961,44	1,58	2,31	6,22	10,87	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	81.155,31	80.772,81	0,47	1,82	5,54	6,47	69.451,97	81.155,31
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	40.913,65	40.580,76	0,82	3,36	22,26	22,41	30.526,88	40.913,65
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.079,20	7.986,10	1,17	0,82	3,19	8,03	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.582,59	1.608,06	-1,58	-2,19	-13,89	-23,50	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.957,57	2.982,38	-0,83	-0,33	-0,58	-8,87	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.824,94	2.794,01	1,11	0,97	6,39	8,93	2.277,99	2.824,94
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	18.028,28	17.978,57	0,28	1,75	5,75	-7,15	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	80.049,67	79.986,80	0,08	1,29	10,81	22,25	63.148,15	80.049,67
Indonésia	Jacarta	JCI	7.220,89	7.196,75	0,34	2,23	-0,71	8,07	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.301,04	1.294,70	0,49	0,01	-8,11	-14,14	1.288,58	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	23.522,53	23.172,43	1,51	2,13	31,18	37,23	16.001,27	23.522,53

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 02.397.080/0001-96 - NIRE Nº 33.3.0029224-1
COMPANHIA ABERTA - REG. CVM Nº 01936-4
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A., REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de 2024, às 10:00 horas, na sede da Companhia localizada na Praia do Flamengo, 78, 4º andar, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, os membros do Conselho de Administração da Companhia reuniram-se. **PRESENÇA:** Presentes os membros do conselho de administração abaixo assinados. **MESA:** Trabalhos presididos por José Paulo Werberich e secretariados por Mariane Carvalho Medeiros. **ORDEM DO DIA: Item Deliberativo:** Declaração de Juros Sobre Capital Próprio - 1º semestre 2024. **DELIBERAÇÕES:** Dando-se início aos trabalhos, sendo abordado o único item da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração tomaram conhecimento da apresentação realizada pela Diretoria Tributária, e aprovaram a distribuição de Juros sobre Capital Próprio, com data base em 30/06/2024, no valor de R$ 7.263.000,00 (Sete milhões e duzentos e sessenta e três mil reais), sem atualização monetária, para pagamento até 31/12/2024. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião, da qual lavrou-se a presente ata, a ser assinada pelos Conselheiros de Administração, Srs. José Paulo Werberich, Juliano Pansanato de Souza, Leonardo Pimenta Gadelha e eu Mariane Carvalho Medeiros, que nesta oportunidade secretariei os trabalhos, a redigi e a encerro com a minha assinatura. **Certifico e dou fé que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro Próprio.** Rio de Janeiro, 28 de junho de 2024. Mariane Carvalho Medeiros - Secretária. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Empresa: Itapebi Geração de Energia S.A.. Certifico o arquivamento em 02/07/2024, sob o nº 00006321406. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Protocolo: 21.352.245-0
Pregão Eletrônico nº 552/2024
Objeto: Abertura de licitação para aquisição de gêneros alimentícios para o Corpo de Bombeiros de Coronel Vivida/PR
Interessado: Corpo de Bombeiros do Paraná
Autorizado pelo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, em 26 jun. 24, às 08h09.
Abertura: **18/07/2024, às 09h**.
O edital encontra-se à disposição no portal https:// www.comprasparana.pr.gov.br ícone LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO (PREG-e. Nº 552/2024) e https://www.gov.br/compras/pt-br
UASG nº 453079 - SESP-PR

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Protocolo: 21.899.095-9
Pregão Eletrônico nº 287/2024
Objeto: Abertura de licitação para aquisição de gêneros alimentícios para o Corpo de Bombeiros de União da Vitória/PR
Interessado: Corpo de Bombeiros do Paraná
Autorizado pelo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, em 26 jun. 24, às 08h09.
Abertura: **18/07/2024, às 09h**.
O edital encontra-se à disposição no portal https:// www.comprasparana.pr.gov.br ícone LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO (PREG-e. Nº 287/2024) e https://www.gov.br/compras/pt-br
UASG nº 453079 - SESP-PR



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Protocolo: 21.705.827-9
Pregão Eletrônico nº 529/2024
Objeto: Abertura de licitação para aquisição de gêneros alimentícios para o Corpo de Bombeiros de Araucária/PR
Interessado: Corpo de Bombeiros do Paraná
Autorizado pelo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, em 10 jun. 24, às 15h50.
Abertura: **22/07/2024, às 08h30**.
O edital encontra-se à disposição no portal https:// www.comprasparana.pr.gov.br ícone LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO (PREG-e. Nº 529/2024) e https://www.gov.br/compras/pt-br
UASG nº 453079 - SESP-PR

NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ: 27.853.497/0001-47 - NIRE: 3330032370-8
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2024

1. DATA/HORÁRIO/LOCAL: No dia 27 de junho de 2024, às 9:00 horas, na sede da companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 78, Sala 101, Flamengo, CEP 22210-904 (“Companhia”). **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Convocação dispensada, de acordo com o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada de tempos em tempos (“Lei das Sociedades Anônimas”), tendo em vista a presença do único acionista da Companhia, que representa a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas da Companhia. **3. PRESIDENTE E SECRETÁRIO:** Os trabalhos foram presididos e secretariados pelos Sr. Fabiano Uchoas Ribeiro e Rozilene Garcia, respectivamente. **4. ORDEM DO DIA**: Examinar, discutir e votar a: **(i)** Distribuição de dividendos a partir das reservas de lucros; **(ii)** distribuição de Juros sobre Capital Próprio; e **(iii)** Aprovação, nos termos do artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações, da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Companhia, no valor total de R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) na Data da Emissão (conforme definida abaixo) (“Debêntures”), a serem distribuídas através de oferta pública de distribuição, sob o rito de registro automático de distribuição, exclusivamente para investidores profissionais, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”), da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160”), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação (“Emissão” e “Oferta”, respectivamente), assim como seus termos e condições e autorização à Diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, inclusive a Escritura de Emissão (conforme abaixo definido) e seus eventuais aditamentos, o Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido) e seus eventuais aditamentos e os demais documentos da Oferta, bem como ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia em relação à Emissão e à Oferta. **5. DELIBERAÇÕES**: Após analisar e discutir os assuntos da ordem do dia, a acionista única **Neoenergia Transmissão S.A.** resolveu, sem quaisquer restrições: **(i) APROVAR**, a distribuição de dividendos a partir das reservas de lucros, sem atualização monetária, para pagamento até 31/12/2024, no valor de R$ 30.763.154,00 (trinta milhões, setecentos e sessenta e três mil, cento e cinquenta e quatro reais), condicionados a anuência de credores, se aplicável; **(ii) APROVAR,** a distribuição de Juros sobre Capital Próprio, com data base em 30/06/2024, no valor de R$ R$ 2.342.000,00 (Dois milhões e trezentos e quarenta e dois mil reais), sem atualização monetária, para pagamento até 31/12/2024, condicionados a anuência de credores, se aplicável. **(iii) APROVAR,** nos termos do artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações, da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Companhia, no valor total de R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) na Data da Emissão (conforme definida abaixo) (“Debêntures”), a serem distribuídas através de oferta pública de distribuição, sob o rito de registro automático de distribuição, exclusivamente para investidores profissionais, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”), da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160”), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação (“Emissão” e “Oferta”, respectivamente), assim como seus termos e condições; e **(2)** autorização à Diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, inclusive a Escritura de Emissão (conforme abaixo definido) e seus eventuais aditamentos, o Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido) e seus eventuais aditamentos e os demais documentos da Oferta, bem como ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia em relação à Emissão e à Oferta. Foi aprovada, pela Acionista, a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais as quais serão detalhadas e reguladas por meio do “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A*” (“Escritura de Emissão”) a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, e a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, sociedade inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas no Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (“Agente Fiduciário”): (a) Destinação de Recursos. Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados para composição de capital de giro da Emissora (“Destinação de Recursos”). (b) *Séries*. A Emissão será realizada em série única. (c) *Número da Emissão*. A Emissão objeto da Escritura de Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora. (d) *Valor Total da Emissão*. O valor total da Emissão será de R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) (“Valor Total da Emissão”). (e) *Quantidade de Debêntures*. Serão emitidas 80.000 (oitenta mil) Debêntures. (f) *Espécie*. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. (g) *Valor Nominal Unitário*. O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 (um mil reais), na Data da Emissão (“Valor Nominal Unitário”). (h) *Data da Emissão*. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela prevista na Escritura de Emissão (“Data da Emissão”). (i) *Data de Início da Rentabilidade*. Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a data da primeira integralização das Debêntures (“Data de Início da Rentabilidade”). (j) *Prazo e Data de Vencimento*. Observado o disposto na Escritura de Emissão, o vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo, portanto, na data estipulada na Escritura de Emissão (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) da totalidade das Debêntures ou de Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido), nos termos da Escritura de Emissão. (k) Amortização do Principal. Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado ou de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão e na legislação aplicável, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma única data, qual seja, na Data de Vencimento. (l) *Atualização Monetária*. O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures não será atualizado monetariamente. (m) *Remuneração*. Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido na Escritura de Emissão), calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) (“Taxa DI”), acrescida de um *spread* (sobretaxa) de 1,10% (um inteiro e dez centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures), desde a Data de Início da Rentabilidade, ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures (conforme definido abaixo) imediatamente anterior (inclusive) até a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures em questão, data de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido) ou na data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, o que ocorrer primeiro (exclusive). O cálculo da Remuneração, conforme o caso, obedecerá a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão. (n) *Pagamento da Remuneração Emissão*. O pagamento efetivo da Remuneração das Debêntures será feito: (i) conforme datas estipuladas na Escritura de Emissão; (ii) na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado; e/ou (iii) na data em que ocorrer o resgate antecipado das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento da Remuneração”). O pagamento da Remuneração das Debêntures será feito pela Emissora aos Debenturistas, de acordo com as normas e procedimentos da B3. (o) *Local de Pagamento*. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na B3. (p) *Encargos Moratórios*. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures e do disposto na Escritura de Emissão, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, além das despesas incorridas para cobrança (“Encargos Moratórios”). (q) *Classificação de Risco*. Não será contratada agência de classificação de risco para atribuição de *rating* às Debêntures. (r) *Repactuação Programada*. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. (s) *Desmembramento*. Não será admitido o desmembramento, nos termos do artigo 59, inciso IX, da Lei das Sociedades por Ações. (t) *Preço de Subscrição e Forma de Integralização*. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição, conforme informado no anúncio de início de distribuição, a ser divulgado nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160, durante o período de distribuição das Debêntures previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160, sendo que as Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos estabelecidos pela B3. Na primeira data de integralização as Debêntures serão integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à primeira data de integralização, a integralização deverá considerar o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização. A exclusivo critério do Coordenador Líder, as Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição delas, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures em cada data de integralização. (u) *Prorrogação dos Prazos*. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. (v) Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, desde que a Emissora declare ao Agente Fiduciário estar adimplente com suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão, realizar o resgate antecipado da totalidade (mas não parcialmente) das Debêntures, a qualquer momento (“Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures”), mediante (i) o pagamento do valor de resgate antecipado das Debêntures, indicado como “VR” na fórmula descrita na Escritura de Emissão (“Valor de Resgate Antecipado das Debêntures ”), e (ii) acrescido de prêmio equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures, incidente sobre o Valor de Resgate Antecipado das Debêntures, a ser apurado de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão, sem prejuízo de Encargos Moratórios, se houver. O Resgate Antecipado Facultativo será operacionalizado conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão. (w) Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures. A Emissora poderá, a qualquer momento, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independente da vontade dos Debenturistas, desde que a Emissora declare ao Agente Fiduciário estar adimplente com suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão por meio de comunicação a ser enviada nos termos da Cláusula de Comunicações da Escritura de Emissão, realizar a amortização extraordinária das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (“Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures”). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures, os Debenturistas farão jus ao recebimento de: (i) parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e demais encargos aplicáveis devidos e não pagos até a Data Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures (“Valor da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures”), (ii) acrescido de prêmio equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures, incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures (“Prêmio de Amortização Extraordinária das Debêntures”), calculado de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão. A Amortização Extraordinária Facultativa será operacionalizada conforme termos e condições a seres previstos na Escritura de Emissão. (x) *Oferta de Resgate Antecipado Emissão*. A Emissora poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures (“Oferta de Resgate Antecipado”). A Oferta de Resgate Antecipado será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo e da legislação aplicável, incluindo, mas não se limitando, a Lei das Sociedades por Ações. Os valores a serem pagos aos Debenturistas no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescidos: (i) da Remuneração das Debêntures, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Início da Rentabilidade (inclusive) ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do resgate (exclusive); e (ii) de eventual prêmio de resgate antecipado, a exclusivo critério da Emissora, que não poderá ser negativo. A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão. (y) Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, na Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 77”) e na regulamentação aplicável da CVM, a qualquer momento, adquirir Debêntures no mercado secundário: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures (“Aquisição Facultativa”). (z) *Vencimento Antecipado*. Observado o disposto na Escritura, o Agente Fiduciário deverá considerar o vencimento antecipado, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ou da realização de Assembleia Geral de Debenturistas, de todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão e exigir, o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro *rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, na ocorrência das hipóteses previstas na Escritura de Emissão (cada uma, um “Evento de Vencimento Antecipado”). (aa) *Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Debêntures*. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, na qualidade de responsável pela escrituração das Debêntures, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures. (bb) *Procedimento de Distribuição*. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, exclusivamente para Investidores Profissionais, nos termos da Lei de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com a intermediação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenador Líder”), sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade do Valor Total da Emissão, nos termos do “*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 1ª (primeira) Emissão da Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A.*”, a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Distribuição”). (cc) *Depósito para Distribuição Primária, Negociação Secundária e Custódia Eletrônica*. As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação, observado o disposto na Escritura de Emissão, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP 21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. (dd) Público-alvo. A Oferta terá como público-alvo exclusivamente Investidores Profissionais. (ee) *Conversibilidade*. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. (ff) *Banco Liquidante e Escriturador*. O banco liquidante da Emissão (“Banco Liquidante”) e o escriturador das Debêntures (“Escriturador”, sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder ao Banco Liquidante e o Escriturador) é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, situado na Vila Yara, no Município e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n° 60.746.948/0001-12. (gg) *Demais características*. As demais características das Debêntures, da Emissão e da Oferta serão descritas na Escritura de Emissão e nos demais documentos pertinentes à Oferta e à Emissão. Foi aprovada, pela da Acionista, a autorização para a Diretoria da Companhia para (a) negociar os termos e condições finais de todos os documentos relacionados à Emissão e à Oferta e seus eventuais aditamentos, incluindo obrigações da Companhia, eventos de inadimplemento a serem previstos na Escritura de Emissão, condições de resgate antecipado e oferta de resgate, se aplicável, e vencimento antecipado das Debêntures e declarações a serem prestadas, bem como celebrar todos os documentos e aditamentos e praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando à Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, declarações a serem prestadas e cartas de manifestação à B3 e, se for o caso, à CVM e à ANBIMA; (b) praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações mencionadas nos itens da presente ata, mas não se limitando à celebração de todos os documentos e aditamentos necessários e indispensáveis à realização da Emissão e da Oferta; e (c) contratar os prestadores de serviços relativos à Emissão e à Oferta, incluindo o Agente Fiduciário, os assessores jurídicos, o Coordenador da Oferta, o Banco Liquidante e Escriturador entre outros, podendo para tanto negociar e assinar os respectivos contratos e as declarações que se fizerem necessárias, sendo ratificado todos os atos já praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia em relação à Emissão e à Oferta, em consonância com as deliberações acima. **6. ENCERRAMENTO:** Esgotada a ordem do dia, a ata foi lida, aprovada e assinada, sendo encerrada a Assembleia de Acionistas, da qual se lavrou esta ata em formato de sumário que foi assinada por todos os presentes. **7. ASSINATURAS**: Presidente: Fabiano Uchoas Ribeiro; Secretário: Rozilene Marques Garcia; Acionista: Neoenergia Transmissão S.A. Rio de Janeiro, 27 de junho de 2024. **Presidente -** Fabiano Uchoas Ribeiro, **Secretária -** Rozilene Garcia. **Neoenergia Transmissão S.A.** Fabiano Uchoas Ribeiro, Fabricio Duque Estrada Meyer Chagas. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Empresa: Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A.. Certifico o arquivamento em 03/07/2024, sob o nº 00006324465. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

INÊS 249

Mercado de capitais Gestores de recursos e agentes de negociação apontam dificuldades para implementação e dúvidas sobre funcionamento de projeto

Nova bolsa do Rio é bem recebida com perspectiva de ampliar competição

Cris Almeida e Victoria Netto
Do Rio

O lançamento oficial de uma nova bolsa de valores no país, com sede física no Rio, foi bem recebido por agentes do mercado financeiro. Eles consideram que a iniciativa tem condições, se aprovada pelos órgãos reguladores — Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) —, de baratear o custo de transação e, por consequência, aumentar o número de negócios em um ambiente que hoje tem um só um operador, a B3, com posição dominante. Apesar do otimismo inicial, o mercado ainda espera esclarecer dúvidas sobre como será a implementação da nova bolsa.

O anúncio formal do empreendimento foi feito na quarta-feira, pelo prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD). A nova bolsa, cujo nome provisório é ATS (American Trading Service) é um projeto de uma década da Americas Trading Group (ATG), empresa que foi comprada pelo fundo Mubadala Capital, de Abu Dhabi, e que é especializada em negociação eletrônica. O plano, segundo antecipou o CEO da ATG, Claudio Pracownick, é que, uma vez a iniciativa seja aprovada, a bolsa entre no mercado à vista de ações e negociações de cotas de fundos. Em uma segunda fase, a ATS pretende operar no mercado futuro, de opções e derivativos, além de câmbio.

“Acho fundamental ter concorrência no Brasil”, disse Claudio Coutinho, ex-diretor financeiro (CFO) do BNDES. Ele acredita que, com o apoio do Mubadala, a bolsa pode trazer ganhos para o mercado, estimulando competição e reduzindo custos de transação no mercado de capitais.

O sócio e gestor da Novus Capital, Luiz Eduardo Portella, acredita que um dos grandes desafios da nova bolsa será reduzir os custos, mas esse não deve ser o único diferencial: “Sempre é bom mais concorrência porque o custo da nossa bolsa aqui é muito alto, em relação ao resto do mundo. O ideal seria ter bolsas com diferentes atribuições, como acontece nos Estados Unidos. A ideia da ATG é baixar preço, mas existe essa preocupação se terá liquidez para duas bolsas. Acho que no longo prazo eles vão conseguir reduzir os custos.”

“O Rio tem muito a ganhar com esse projeto porque deve movimentar o mercado financeiro. A questão é que traz a necessidade de discussões sobre como isso vai ser tratado do ponto de vista jurídico e regulatório, como a CVM vai abraçar novas demandas”, acrescenta o sócio da Azeredo & Ugatti Advogados, Leonardo Ugatti. Ele observa que o mercado de capitais amadureceu nos últimos anos e que a CVM tem sido um importante vetor de fomento.

Exemplo disso está na resolução CVM 135, de outubro de 2022, que passou a permitir a constituição de segmentos ou procedimentos de negociação específicos para “operações com grandes lotes a serem cursadas nos mercados de bolsa e de balcão”. Por outro lado, a autarquia enfrenta desafios estruturais de falta de pessoal e de recursos, problema que nos últimos meses ganhou notoriedade com uma operação padrão, quando houve a suspensão de atividades das áreas técnicas do regulador.

> “Os bancos grandes e estrangeiros vão permanecer em São Paulo, não vão vir para o Rio” *Frederico Nobre*

Para o chefe de renda variável da RJ+ Investimentos, Rilton Brum, algumas dúvidas vão precisar ser respondidas pela nova bolsa até o lançamento. Por exemplo, como vai funcionar o trânsito das empresas entre ela [ATS] e a B3. “A gente não entende que exista tanto espaço numa nova bolsa. É algo que é um pouco delicado porque, se somar todos os ativos e empresas listadas na B3, dá uma empresa grande americana. Começar a operar pela ordem dos derivativos faz sentido. É uma operação teoricamente mais barata com um público grande. Concorrência é sempre bom, a B3 está nadando sozinha. O receio que a gente tem é: a Gerdau vai ser negociada nas duas bolsas ou numa só? E as corretoras serão obrigadas a ter contrato com as duas bolsas? Lá fora as empresas de investimento transitam muito fácil entre as bolsas. Mas a gente não sabe como vai ser no Brasil.”

Nos fim dos anos 1980, o Brasil teve problemas quando tinha mais de uma bolsa. A antiga Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ) nunca se recuperou do caso envolvendo o empresário Naji Nahas. O episódio provocou a interrupção da liquidação e dos negócios na bolsa do Rio.

DIVULGAÇÃO



Prefeito do Rio, Eduardo Paes: redução de ISS para as atividades da bolsa

O líder de análise da Warren Investimentos, Frederico Nobre, observa que, como a B3 detém o monopólio do mercado, a barreira de entrada neste mercado ainda é muito grande: “Dado que esse é o cenário, o ideal seriam bolsas de nicho. Acho pouco provável que a nova bolsa de valores consiga competir com a B3 e ter o mesmo nível de ativos. A própria B3 já não tem uma liquidez tão alta comparada às bolsas internacionais”, avalia. Nobre acrescenta que o incentivo criado pela prefeitura de Eduardo Paes — que reduz de 5% para 2% o Imposto sobre Serviços (ISS) e o equipara à alíquota de São Paulo — favorece o ambiente de negócios no Rio, mas não é suficiente. “Olhando para o Brasil, o Rio é a segunda grande praça [de finanças], mas a maior parte do mercado financeiro está em São Paulo. Eu vejo o incentivo como positivo, mas sozinho não muda a lógica. Os bancos grandes e estrangeiros vão permanecer em São Paulo, não vão vir para o Rio”, avalia. ***(Colaborou Toni Sciarretta)***

BB traz casos de uso e treina time para o Drex

Ricardo Bomfim
De São Paulo

O Banco do Brasil (BB) indicou dois casos de uso para serem testados na segunda fase do projeto do Drex, a iniciativa de tokenização do real brasileiro promovida pelo Banco Central (BC), e já permite que funcionários treinem o uso da infraestrutura da moeda digital em uma plataforma simulada.

Segundo Julierme de Souza, executivo de tecnologia, os casos propostos pelo BB são a realização de pagamentos off-line (solução construída em conjunto com a empresa alemã Giesecke & Devrient) e a tokenização das Cédulas de Produtor Rural (CPRs). “Estamos focando mais em tokenização de ativos para investimento e no uso de ‘token money’ para pagamentos offline”, afirma. O executivo lembra que terminou na semana passada o período para que os 16 consórcios da iniciativa privada que participam do projeto piloto do Drex submetessem suas sugestões para casos de uso em que o real digital seria mais eficiente.

Além disso, o banco de economia mista também disponibilizou uma plataforma para que seus funcionários testem o funcionamento do Drex na prática, podendo simular transferências e a compra de títulos do Tesouro Nacional com a rede de registro distribuído (DLT) Hyperledger Besu por trás. “Todas as áreas-meio e o pessoal de algumas agências podem testar se quiserem. É um treinamento mão na massa para que nossos times saibam atender aos clientes quando o Drex estiver funcionando”, explica Rodrigo Mulinari, diretor de tecnologia do BB.

De acordo com Mulinari, a ideia é que a experiência do usuário final não mude apesar da alteração na infraestrutura das operações. Isso significa que o cliente não precisará entender de blockchain ou tecnologia “cripto” para usar o Drex, mas sentirá os benefícios da mudança de trilho ao conseguir comprar um título público com liquidação instantânea, por exemplo. “Talvez a mudança com o Drex seja mais percebida em soluções que não existem no modelo atual.”

Desde o início do desenvolvimento do Drex, o BB tem sido pioneiro nos testes, realizando uma das primeiras transferências da moeda digital entre bancos ou ao completar a primeira transação com títulos públicos federais na plataforma do BC. Recentemente, o banco também foi o primeiro a testar a solução de privacidade Starlight, desenvolvida pela EY, em uma transação com o Itaú.

Para Souza, todo o esforço realizado no piloto do Drex se deve à visão de que há imensas oportunidades a se aproveitar em um ambiente regulado de rede de DLT. “Temos tanto um time de TI quanto membros de estratégia olhando de forma dedicada para a execução do piloto. O mais importante é que pensamos na arquitetura de negócios”, comenta.

Souza diz que a blockchain antigamente era tratada no banco como “tecnologia a ser adotada”, e hoje é vista como mais do que isso. “É uma tecnologia necessária. Não é mais ‘adote’, é uma ferramenta de prateleira, com inúmeras capacidades de transformar os serviços financeiros”, defende.

Itaú e BNDES subscrevem emissão da Via Brasil

Liane Thedim
Do Rio

A Itaú Asset e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) subscreveram, juntos, 98% de uma emissão de R$ 150 milhões em debêntures incentivadas da Via Brasil, operadora de concessões rodoviárias no Mato Grosso (MT), cuja controladora é a Conasa Infraestrutura. É a primeira operação no histórico da maior gestora privada do país coordenada exclusivamente pelo BNDES. A Itaú Asset tem hoje R$ 19 bilhões em fundos de debêntures incentivadas e mais de R$ 350 bilhões em fundos de crédito privado.

“Em agosto abrimos nosso primeiro fundo de infraestrutura, encerramos o ano com R$ 6 bilhões no segmento e, de lá pra cá, já chegamos a R$ 19 bilhões na família”, diz Fayga Czerniakowski Delbem, superintendente de crédito privado da Itaú Asset. “Esse crescimento nos permite ser player relevante no mercado e ancorar operações exclusivas como essa.”

Segundo Delbem, a operação começou a ser estruturada em fevereiro, é do tipo “project finance non recourse”, ou seja, conta apenas com as garantias do projeto, e também contou com a Finem, linha do BNDES de financiamento a indústria, comércio e serviços.

As debêntures, direcionadas a investidores profissionais, têm prazo de vencimento em 2043. A remuneração final é IPCA mais 8,07%, com amortização semestral e carência de pagamento até 2027. Do valor total da oferta, metade teve subscrição do BNDES, R$ 73 milhões da asset, e os R$ 2 milhões restantes com players do mercado.

Os recursos serão usados em obras de recuperação, melhoria e ampliação de um trecho de 233,2 km da MT 246 que liga os municípios de Tangará da Serra a Rosário do Oeste, no Mato Grosso, conectando a produção de grãos com as rotas de exportação.

Delbem diz que esse tipo de operação tende a ser comum entre as duas instituições daqui em diante, já que a asset tem tido atuação forte no crédito privado. “O ano tem surpreendido e está aquecido, mas estamos bastante seletivos em relação à remuneração e ao risco, porque quando o spread é muito baixo não faz sentido para nós”, diz. “Estamos cautelosamente otimistas.”

98%
da emissão de R$ 150 milhões ficou com asset e banco

Nuances do investimento em ‘real estate’

Palavra do gestor



Christian Solon de Mello

O mercado imobiliário é frequentemente visado por investidores buscando oportunidades de crescimento e retorno do capital aplicado. No entanto, cada região possui suas peculiaridades, e é essencial ter atenção a elas para tomar decisões prudentes e alinhadas aos objetivos. Um exemplo que merece destaque é Curitiba, que tem recebido atenção de participantes do mercado por conta da história recente de crescimento de preço, mas com peculiaridades únicas exigindo dos agentes de mercado um entendimento profundo de suas dinâmicas para obter sucesso.

Nos anos após a crise financeira de 2008, Curitiba testemunhou uma entrada significativa de incorporadoras paulistanas, atraídas pelo aumento do investimento estrangeiro direto no Brasil e pelo relativamente baixo custo de capital. Esse impacto resultou em um aumento expressivo na oferta de imóveis na cidade, com um pico em 2011, quando foram emitidos mais de 2 milhões de metros quadrados de alvarás. A título de comparação, isso equivale a aproximadamente quatro vezes o número médio do período pré-pandemia (2015-19).

A chegada desses novos participantes trouxe desafios à região. As novas entrantes, acostumadas com os preços praticados em outras capitais e focadas em atrair investidores interessados no crescimento do Valor Geral de Vendas (VGV) lançado, encontraram um mercado local com um público exigente e habituado a preços mais moderados. Como resultado, muitas delas se viram obrigadas a liquidar estoques a preços descontados, subestimando a demanda local e enfrentando dificuldades para se adaptar à realidade do mercado curitibano.

Os incorporadores locais, por sua vez, adotaram abordagem mais cautelosa, observando de perto o aumento dos preços dos terrenos e segurando os lançamentos durante esse período turbulento. Embora tenham sacrificado parte do crescimento, conseguiram proteger seus investidores de perdas significativas e preservar o valor para seus acionistas.

Desde 2015, a região voltou à “normalidade”. No entanto, o episódio destacou a importância da cautela e do entendimento profundo do mercado local para os investidores de “real estate”.

Tipologia e preço do produto desempenham papel crucial no sucesso do empreendimento, localização por si só não garante o sucesso de um empreendimento. Os investidores de outras regiões devem selecionar cuidadosamente seus parceiros e os tipos de projetos em que desejam investir, levando em consideração as nuances do mercado local.

Na capital paranaense, recentemente, como em outras capitais, produtos compactos passaram a representar uma parcela significativa dos novos lançamentos na cidade e, apesar de uma absorção impressionante com um tempo de escoamento de estoque de 12 meses, a oferta de estúdios hoje representa 30% dos lançamentos na região metropolitana (RM) de Curitiba. Já produtos com preço entre R$ 1 milhão e R$ 1,5 milhão, apesar do crescimento de preço por metro quadrado de 2021-23, têm hoje um período de escoamento de estoque de três anos, mostrando possível excesso de oferta e estagnação de preço desse tipo de produto na cidade.

Por sua vez, os produtos “super luxo” têm se mostrado extremamente resilientes, com excelente margens e ganho de preço. Por fim, o setor de loteamento da RM está extremamente aquecido, com crescimento de preço superior a 23% nos últimos dois anos por conta do aumento de investimento de indústrias internacionais. A região se recuperou muito dos tropeços do início da década passada e está posicionada para continuar crescendo.

Cabe também destacar o perfil da região onde Curitiba está inserida. O Sul tem ofertado excelentes oportunidades ao longo dos anos, sejam no setor industrial, imobiliário, turismo ou agro. Com a menor taxa de desemprego do país e se destacando com o maior crescimento de PIB per capita (a região está próxima do PIB per capita do Sudeste), o Sul pode ofertar uma excelente chance de bater o mercado em uma pluralidade de setores.

Os investidores imobiliários podem extrair valiosos aprendizados da história de Curitiba e de outras capitais do Sul. Ter cautela e atenção com regiões cujo número de novos entrantes é muito elevado, escolher cuidadosamente os projetos e compreender profundamente a dinâmica do mercado local são fundamentais, mesmo em períodos de crescimento econômico. A região Sul oferece excelentes oportunidades de retorno, mas acertar o produto é essencial para garantir taxas de retorno atrativas.

Christian Solon de Mello é cofundador e gestor da Life Capital Partners (LCP)
E-mail ri@lifecapitalpartners.com.br



Gastronomia Sócios do Spot estão 'À Mesa com o Valor' **6**

Futebol Derrota por 7x1 para a Alemanha faz dez anos **10**

GABRIEL REIS/VALOR

Gabriele Corrêa e as filhas Bela e Lara: "Todos os dias é aquela negociação e paciência" para tirá-las das telas

Celular é brincadeira de criança?

Comportamento Cresce preocupação com efeito da tecnologia sobre os mais jovens. Por *Danilo Thomaz*, para o Valor, de São Paulo

Uma negociação diária compõe a rotina da executiva de tecnologia Gabriele Corrêa, de 38 anos, e as duas filhas, de 6 e 4 anos. Por mais que a mãe e o pai estipulem um momento diário para o uso de telas diariamente, as garotas buscam romper o tempo acordado. "Sempre temos dificuldades e, antes de liberar, já começamos com os combinados: acordamos o tempo e acertamos que se tiver choro ou reclamação no outro dia não vai ter. Todos os dias é aquela negociação e paciência [para tirá-las das telas]."

Um artigo de 2020 da pediatra comportamental Jenny Radesky, em publicação da Academia Americana de Pediatria, mostrou que 121 crianças com idade entre três e cinco anos apresentaram uma utilização média diária de smartphones e tablets de aproximadamente 115,3 min/dia. À medida que as crianças cresciam, aumentava o tempo de utilização dos smartphones para jogar, ver vídeos e aprender online. Das crianças que possuem seus próprios smartphones ou tablets, 15% fazem uso diário médio de 4 horas.

A amostra da pesquisa foi formada por 126 usuários de Android (35 tablets, 91 smartphones) e 220 usuários de iOS (143 tablets, 77 smartphones). Trinta e cinco por cento das crianças pesquisadas possuíam aparelho próprio. Entre os aplicativos mais utilizados estavam o YouTube, o YouTube Kids e navegadores de internet, por exemplo.

No Brasil, o celular é o principal meio de acesso à internet. De acordo com o IBGE, 98,9% da população de dez anos ou mais que acessou a rede em 2022 optou pelo telefone móvel, um contingente de quase 160 milhões de pessoas.

A mais recente pesquisa TIC Kids Online, do Comitê Gestor da Internet no Brasil, mostrou que, em 2022, 92% da população com idade entre 9 e 17 anos era usuária de internet e que 54,8% das crianças e adolescentes com idade entre 9 e 13 anos tinha o celular como principal acesso à internet, um aumento de quase 6% em relação a 2021.

A questão do uso de telas interativas, como os tablets e smartphones e todos seus aplicativos de jogos, fotos e vídeos, tem atraído a atenção de profissionais da psicologia e da educação, preocupados com os danos que o uso excessivo da tecnologia com interação pode trazer às crianças que nasceram num mundo intensamente conectado.

Recentemente, o cirurgião-geral dos Estados Unidos, maior autoridade sanitária pública do país, Vivek Murthy, recomendou que as redes sociais passem a alertar os usuários de seus possíveis danos, como acontece com os cigarros. Conforme afirmou num artigo no "The New York Times", os "danos não são uma falha de força de vontade e parentalidade; são a consequência do desencadeamento de uma tecnologia poderosa sem medidas de segurança, transparência ou responsabilidade adequadas".

De acordo com o médico, uma coisa é as plataformas exporem os adultos à sua tecnologia projetada "para maximizar quanto tempo todos nós gastamos nelas". A outra "é fazer isso com uma criança, cujo controle de impulsos ainda está em desenvolvimento, cujo cérebro está em uma fase sensível de desenvolvimento".

O problema é o tema central do livro "A geração ansiosa: como a infância hiperconectada está causando uma epidemia de transtornos mentais", do psicólogo Jonathan Haidt, best-seller que agora é lançado no Brasil pela Companhia das Letras.

No livro, Haidt atribui aos aparelhos e ao uso da internet a causa para os problemas mentais da atual geração de crianças. Para o psicólogo, dois movimentos se imbricam com maior intensidade a partir do fim dos anos 1980.

Conforme afirma no livro, "adultos nos Estados Unidos, no Reino Unido e no Canadá começaram a temer cada vez mais que, se deixassem os filhos andar na rua sem supervisão, eles seriam alvo de sequestradores e predadores sexuais", fenômeno que se repete na América Latina, sobretudo nas capitais, em razão da violência urbana. "O ocaso do brincar não supervisionado ao ar livre coincidiu com a ascensão do computador pessoal como um meio mais convidativo para passar o tempo livre."

> "Devemos mudar o foco para formas de permitir o desenvolvimento saudável das crianças"
> *Sonia Livingstone*

Segundo ele, inicialmente, a transição entre uma infância baseada "no brincar para a infância baseada no celular" foi sem traumas. Crianças se viram seguras, até mais que pessoas adultas, naquele admirável mundo novo.

Entretanto, a partir dos anos 2010, observou-se um aumento superior a 150% nos casos de depressão entre crianças e adolescentes na faixa dos 12 a 17 anos, de acordo com a Pesquisa Nacional sobre Uso de Drogas e Saúde do governo americano.

Dados dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos, Centro Nacional de Prevenção e Controle de Lesões, citados por Haidt, mostram que, entre 2010 e 2020, a taxa de suicídio aumentou em 91% entre os meninos e 167% entre as meninas na faixa de 10 a 14 anos.

Dados semelhantes são encontrados em outros países com menor desigualdade e insegurança econômica que os Estados Unidos, como mostrado por Haidt. Países como Austrália, Canadá e Suécia têm apresentado taxas equivalentes de deterioração da saúde mental de crianças e dos adolescentes.

Embora o autor cite fatores como a insegurança econômica, Haidt atribui a substituição do "brincar" pelo "celular" como fator primordial para o quadro da saúde mental da atual geração.

Ele argumenta que os pais devem "adiar o acesso à internet 24 horas por dia, dando aos filhos apenas celu-

INÊS 249

EU&

“As telas são viciantes e de propósito, para manter as crianças online” *Susan Linn*

lares básicos (com aplicativos limitados e sem navegador de internet) até que a criança complete 14 anos e proibir o uso de redes sociais antes dos 16 anos. Ele defende também o banimento dos celulares nas escolas.

Apesar da repercussão do livro, há críticas à evidência de que os smartphones e os tablets sejam o principal fator para a deterioração da saúde mental de crianças e jovens, como mostrou recentemente um artigo da revista “Science” de autoria de seu editor-chefe, Herbert Holden Thorp.

Nele, Thorp afirma que “Haidt tem a capacidade de capturar o zeitgeist público e moldar o pensamento em torno de questões controversas”, apesar das críticas de “colegas que contestam se a ciência apoia as suas fortes afirmações”.

Para o editor, um dos principais problemas é que, enquanto suas ideias chegam a milhões de pessoas, “as críticas e os dados compensatórios aparecem sobretudo em revistas científicas”, como é o caso do artigo da psicóloga Candice L. Odgers, principal crítica de Haidt, publicado na revista “Nature”. Segundo Odgers, ao se atribuir às telas a causa da depressão e ansiedade entre crianças e adolescentes, corre-se o risco de se desviar a atenção para os problemas reais que levam ao quadro de doenças mentais.

A psicóloga Susan Linn, autora de “Quem educa nossas crianças? Como evitar que as novas gerações sejam vítimas do consumismo e exploradas pelo marketing das Big Techs”, recém-lançado no Brasil pela Autêntica, afirma que não há um uso saudável de aparelhos eletrônicos para crianças de até quatro anos. “Para outras há mais benefícios potenciais, é provável para crianças maiores fazerem atividades criativas online.”

Para Linn, o maior risco se concentra na exposição das crianças à publicidade e ao consumo numa fase da vida em que elas não têm meios para mediar as mensagens que recebem. “As telas são viciantes e de propósito, para manter as crianças online. Você está lidando com a publicidade desregulada e técnicas persuasivas que as empresas usam para nos manter online por um longo tempo”, afirma.

Linn acredita que as redes sociais deveriam ser regulamentadas, como forma de proteger as crianças da publicidade e até do uso de seus dados. Assim como Haidt, a psicóloga defende que as crianças brinquem “de verdade”, como forma de desenvolver habilidades como o controle emocional, só possível por meio da interação real em sociedade, e suas funções cognitivas, que regulam processos mentais de maior complexidade.

Entretanto, a psicóloga também reconhece que a vida dos pais não é fácil e que estes contam hoje com menos apoio para criar seus filhos — razão pela qual o celular, às vezes, substitui a chupeta e assistentes virtuais, os pais ou as babás, cada vez mais raras nas famílias de classe média.

“Não tem apoio social para os pais. Creches são caras. Precisamos de educação infantil universal, as escolas precisam ser melhor financiadas.”

A psicóloga social e professora da London School of Economics Sonia Livingstone, especialista na relação entre crianças e o mundo digital, afirma que há duas questões centrais para o problema. A primeira diz respeito ao que as crianças fazem enquanto estão utilizando os smartphones e tablets.

“Elas estão ativamente envolvidas com conteúdos ou interações benéficas? Ou estão a perder tempo ou, pior ainda, a receber conteúdos adversos empurrados contra elas pelos algoritmos de empresas extremamente lucrativas?”, questiona a especialista. Para Livingstone, o foco da discussão no tempo de tela desvia a questão desse problema central.

O segundo ponto trata do que as crianças poderiam fazer em vez de estar ao telefone. “O que esperamos é que as crianças se envolvam com o mundo, mediado ou não, de formas sobre as quais tenham alguma ação que beneficiem a elas e aos outros.”

Nesse aspecto, afirma que há, novamente, um desvio do foco da questão, que seria “o fato de que a sociedade não oferece opções benéficas suficientes para as crianças”. “Onde estão as atividades educativas, lúdicas ou divertidas para elas?”, afirma. “As crianças estão crescendo numa sociedade onde a educação, o trabalho, a amizade e o lazer são todos mediados eletronicamente. Sentem que este é o seu mundo, que o compreendem e que não existe outro mundo.”


JOHN RICH/DIVULGAÇÃO
Susan Linn diz que o maior risco se concentra na exposição das crianças à publicidade


MANGOTHEATER
“O que esperamos é que as crianças se envolvam com o mundo”, diz Sonia Livingstone

Para Livingstone, assim como para Linn, a questão passa não pela proibição do acesso à internet, conforme proposto por Haidt, mas pela regulação das empresas de tecnologia, que deveriam ser “proibidas de criar, hospedar ou promover conteúdo potencialmente prejudicial e torná-lo acessível às crianças”.

A professora da LSE afirma que a ideia de proibição confronta com a noção de sociedade, que deveria apoiar, proteger e encorajar as crianças.

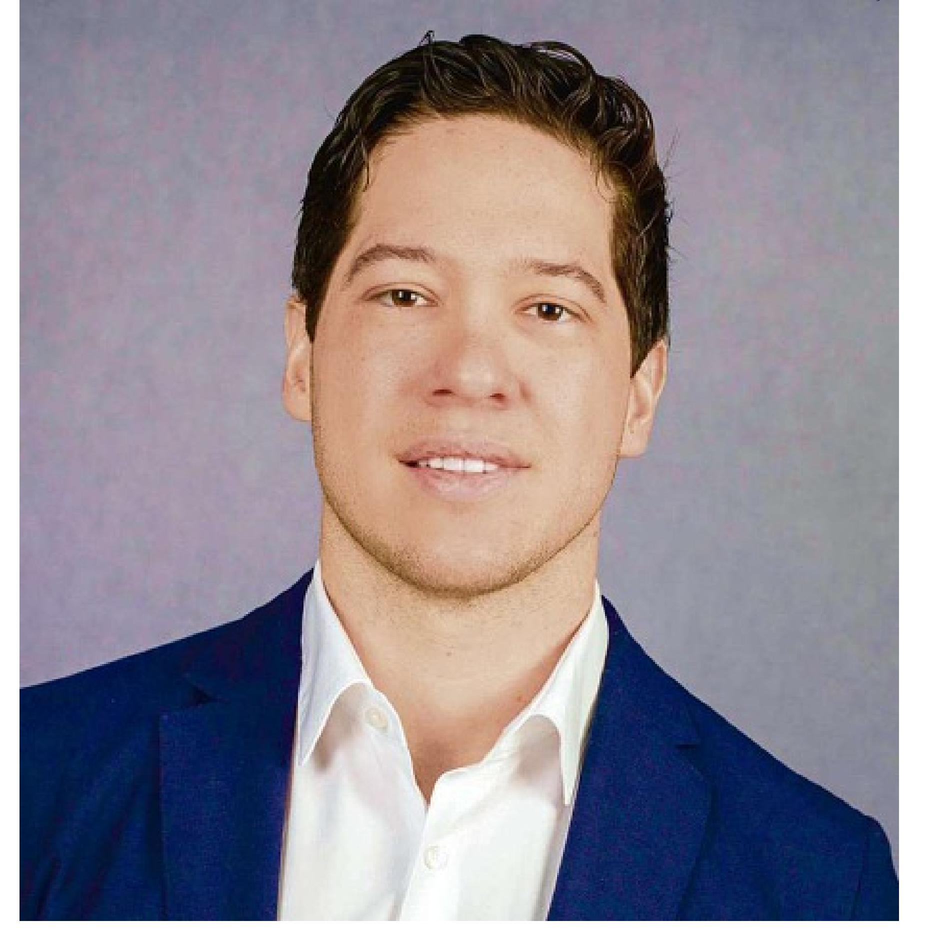
“Há poucas evidências de que proibir as crianças da tecnologia traga benefícios. Existem muitas evidências de que proporcionar atividades estimulantes, online ou offline, traz benefícios. Devemos mudar o foco para formas de permitir o desenvolvimento saudável das crianças. Há tanta coisa que podemos fazer, e esta conversa sobre proibições nos distrai.”

Embora haja controvérsias sobre a relação de causalidade entre a deterioração da saúde mental infantil e juvenil e o uso dos dispositivos eletrônicos, a “dependência tecnológica” é uma realidade dentro da psiquiatria e faz parte da mesma cesta de dependências comportamentais dos jogos de azar, por exemplo.

Ela se subdivide em duas categorias. A primeira está ligada ao uso generalizado de tecnologia. A segunda, ao uso específico de determinada ferramenta ou aplicativo, como o Instagram.

“A gente tem que ver alguns elementos centrais. O mais importante é a perda de controle”, afirma Rodrigo Menezes Machado, psiquiatra e coordenador do grupo de dependências tecnológicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Entretanto, a doença tem suas particularidades. Uma delas é a dificuldade em definir a fronteira entre a dependência e o alto uso da internet e de meios eletrônicos — mesmo porque, hoje, o trabalho e as relações sociais consomem boa parte do tempo dos jovens e adultos na internet.


DIVULGAÇÃO
“O mais importante é a perda de controle”, diz Rodrigo Menezes Machado

Outro ponto é que as tecnologias estão se tornando mais sedutoras e, assim, aditivas. “Elas incorporaram elementos do jogo de azar para persuadir o usuário a ficar conectado. Os jogos são mais sedutores e têm um potencial aditivo muito maior hoje”, afirma o psiquiatra.

De acordo com Machado, o uso que crianças fazem dos meios eletrônicos tem interferência na sua formação — piorando o desenvolvimento das habilidades sociais, comunicativas e de resolução de problemas. O uso que os pais fazem do celular e dos dispositivos também pode interferir no desenvolvimento da criança.

“O filho está brincando no parquinho e o pai está no celular [por exemplo]. Quando ele olha para o pai e ele está no celular, o filho sente que não está tendo uma troca de afeto. Isso interfere no vínculo que é estabelecido entre eles, na segurança que essa criança vai ter e em como ela vai se desenvolver a partir de então. É importante que o filho tenha essa validação dos pais”, diz Machado.

Entre o fim dos anos 2000 e o início dos anos 2010, formou-se um senso comum de que o livro didático logo faria companhia ao videocassete e à máquina de escrever no “museu universal do século XX”. As apostilas e afins seriam substituídas por tablets e computadores e as aulas, hiperconectadas.

Uma década depois, os livros didáticos podem dizer o mesmo que o economista Roberto Campos nos anos 1990: “As notícias de minha morte foram algo exageradas”. Dentro e fora do Brasil, há uma tendência à retomada do livro didático, da leitura em impressos e do trio lápis, caneta e papel. O exemplo de maior repercussão foi na Suécia, que abandonou o projeto de uma educação 100% digital, após uma piora no desempenho dos alunos, verificada em pesquisas entre 2016 e 2022.

“A tecnologia faz com que essa criança não tenha espaço de tempo para desenvolver outras competências que são necessárias. Os colégios que utilizam tecnologia, que liberam tecnologia, estão na contramão do que a ciência tem visto. A boa e velha curva tradicional de aprendizado, métodos de ensino tradicionais são os mais adequados”, afirma Machado, que reconhece, entretanto, que em determinados casos a tecnologia pode ser uma aliada.


DIVULGAÇÃO
“É muito difícil manter a atenção dos estudantes quando estão em posse do celular”, diz Jhonatan Almada

O mundo da educação foi de “um momento em que a gente achava que a tecnologia ia ser uma revolução” para uma “dúvida do uso desenfreado de tecnologia na educação”, segundo Jhonatan Almada, membro da rede de especialistas em política educativa IIPE-Unesco. Isso passa, diz, pelo uso do celular em sala, por exemplo. “O que a gente tem notado, e eu tenho interagido muito com professores, é que é muito difícil manter a atenção dos estudantes quando estão em posse do celular.”

O especialista afirma que a busca por soluções tem se dividido entre as mais drásticas, como na França, que tem proibido o uso de celular em sala, e soluções moderadas. “Na sala de aula o equipamento tem que estar desligado e guardado, longe da vista do estudante. O recomendável é que fique no armário, numa caixa em outro local.” Entretanto, ele não exclui per se a possibilidade de uso do celular em sala. “Se tiver um plano, se o uso do celular se fizer necessário.”

Se, no caso dos menores, o problema está no modo como o uso da tecnologia afeta o desenvolvimento de capacidades sociais e cognitivas, no caso dos adolescentes há a questão da exposição a redes e discursos de ódio e da possibilidade para práticas como o cyberbullying.

“Num ponto extremo, pode levar [a vítima] ao suicídio. Pode levar a eliminar um colega estudante, um professor de quem você passa a ter raiva.”

Os pediatras trazem outras questões, pouco abordadas. Trata-se do impacto do uso excessivo de tecnologia sobre a saúde física das crianças. De acordo com Becker, os efeitos se dividem em três grandes grupos. O primeiro é o sedentarismo.

“A recomendação é que a criança se movimente de forma intensa por mais de uma hora por dia, todos os dias. Se ela fica na tela, ela fica confinada. O sedentarismo dispara. Ela fica comendo salgadinho, biscoito, docinho. Prejudica sua saúde em vários aspectos. Fica fraca, sem musculatura, com a forma cardiovascular prejudicada.”

O segundo aspecto é o sono, fundamental para uma série de funções orgânicas, incluindo o crescimento. O terceiro aspecto é o da saúde ocular. O médico conta que, hoje, há um contingente crescente de crianças apresentando miopia. “As crianças ficam muito tempo com a visão perto [da tela] e estão deixando de ter contato com a luz do sol.” Isso, explica, levaria ao quadro de miopia.

O pediatra diferencia o atual cenário — de vídeos curtos, superficiais, que ao mesmo tempo relaxam, mas demandam mais e mais consumo para manter o descanso do cérebro — daquele verificado nos anos 1980 e 1990. Naquelas décadas, as crianças ficavam diante de telas maiores, assistindo a desenhos animados e jogando videogame.

“Os videogames exigem concentração, rapidez de raciocínio, tem uma série de aspectos positivos. O desenho animado não é uma coisa viciante com tecnologia embutida para viciar intensamente o cérebro. Era perfeitamente possível desligar e botar a criança para brincar. Hoje em dia tenta fazer uma criança no celular brincar. Vai gerar uma guerra, uma disputa de poder”, diz Becker. ■

Falas preciosas

Sociedade Sucesso do mercado de palestras no Brasil motiva personalidades de áreas diversas a vencer o medo do palco.

Por *Daniel Salles*, para o Valor, de São Paulo

Não é exagero dizer que Bernardinho é um palestrante que também trabalha como treinador de equipes de vôlei. "Se eu resolvesse me dedicar só às palestras, elas ocupariam, praticamente, todos os meus dias", afirma ele, que resolveu restringi-las a cinco vezes por mês. Para falar por no máximo uma hora em eventos presenciais fechados, sem venda de ingressos, ele cobra R$ 110 mil. O cachê não cobre custos com passagens aéreas, entre outras despesas do tipo, que devem ser pagas à parte. O formato online, que ele utilizou diversas vezes na pandemia, sai por R$ 85 mil.

Com as atenções voltadas atualmente para a Olimpíada de Paris — ele voltou a ser técnico da seleção brasileira de vôlei a partir de dezembro —, Bernardinho não aceitou nenhum convite para palestrar entre maio e agosto, quando os jogos terminam. "Minha dúvida é se ainda vão querer me ouvir se a seleção não for bem", brinca ele, que já realizou 12 palestras neste ano. Em 2023, foram 66.



DIVULGAÇÃO

"Se eu resolvesse me dedicar só às palestras, elas ocupariam, praticamente, todos os meus dias", diz Bernardinho

A primeira palestra que ele deu foi em 1990, no extinto Banco Nacional. "Falei sobre liderança muito mais sob o ponto de vista de um liderado, pensando nas pessoas que haviam me inspirado de alguma forma, do que como líder", lembra o carioca, que, na época, ainda estava dando os primeiros passos como treinador, na Itália.

Antes de se dirigir até a sede do banco, no centro do Rio de Janeiro, o futuro técnico da seleção passou no escritório do pai dele, o advogado Condorcet Rezende (1930-2022), no mesmo bairro. "Disse para ele por uns 15 minutos o que pretendia falar até ouvir: 'tá legal'", recorda o filho. "Meu pai me deu orientações muito mais relacionadas à oratória do que ao conteúdo."

Bernardinho se converteu em um dos palestrantes mais bem-sucedidos do país. Seu primeiro livro, "Transformando suor em ouro", é fruto disso — lançado em 2006, é um best-seller, vendeu quase 700 mil cópias. "Muitas das empresas que me contratam cresceram muito e querem continuar crescendo. E uma das perguntas que mais me fazem é esta: 'Como continuar no topo?'", diz. "E há companhias que estão enfrentando algum tipo de dificuldade ou que estão tentando reforçar a cultura corporativa, seja porque foram incorporadas ou porque incorporaram outra."

Economista formado pela PUC do Rio de Janeiro, ele diz que se debruça sobre questões do tipo rotineiramente. "São temas que estudo permanentemente", diz. "Mas o que proponho, em minhas palestras, é uma grande reflexão que possa gerar algum tipo de mudança. Não entendo de todas as áreas de uma empresa, mas entendo de pessoas e sei montar equipes de sucesso complementando capacidades diversas."

Habituado a palestrar para companhias como Anheuser-Busch InBev e Siemens, ele tem o hábito de se inteirar sobre o atual momento das empresas com os CEOs antes de subir no palco. "No fundo, estou corroborando uma mensagem que a liderança já deve ter dito milhares de vezes", afirma. "A diferença é que sou um cara que os funcionários assistem na televisão, sendo que alguns me admiram e outros, menos."

Ele foi uma espécie de precursor da onda de esportistas que decidiram apostar no mercado das palestras. Para quem planeja trilhar os mesmos passos que ele, dá o seguinte conselho: "Prepare-se. Não dá para contar sua história como se estivesse em uma mesa de bar. É preciso se estruturar para passar uma mensagem para a empresa que te contratou. Não gostaria que o crescimento do mercado de palestras fizesse com que a qualidade delas, em geral, caísse".

A agência responsável pela agenda de palestras do Bernardinho — e de vários outros esportistas como Tite, Fernanda Garay, Lucão e Verônica Hipólito — é a Amma. "Não dá para todo mundo virar palestrante", afirma Alessandra Menga, CEO e fundadora da empresa. "Se a pessoa não tem carisma e não sabe como contar sua história com verdade e entusiasmo, não funciona. Ajudamos atletas a virarem palestrantes, mas nem todos podem virar."

Em resumo, a Amma cuida da carreira e da imagem de personalidades do mundo esportivo, embora também represente nomes de outros meios, a exemplo da atriz Bianca Rinaldi e dos responsáveis pelo canal no YouTube Coisas de Nerd. Além de ajudar a transformar em palestrantes aqueles que não têm medo do palco — ou que estão dispostos a dar adeus ao receio, pelo menos —, a agência intermedeia contratos para campanhas e ações publicitárias. Também representa cinco agências internacionais responsáveis por nomes como Tom Brady e Boris Johnson, outro que enveredou pela seara das palestras.

Alessandra debutou no mundo do marketing esportivo ajudando a irmã, a ex-tenista Vanessa Menga, que conquistou uma medalha de ouro no torneio de duplas dos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg, no Canadá, em 1999. Ex-integrante da seleção brasileira de vôlei, com a qual faturou duas medalhas olímpicas, Maurício Lima foi o segundo atleta a entrar para o rol de agenciados da empresária — ambos seguem com ela.

Não demorou para ela ganhar fama no meio esportivo e cair nas graças de vários outros atletas, a exemplo de Bruninho, filho de Bernardinho. "No início, eu me limitava ao gerenciamento de imagem", recorda Alessandra. "Depois, me dei conta de que muitas marcas tinham dinheiro para investir em nomes do esporte, mas não sabiam como acessá-los".

Daí para ampliar a área de atuação da Amma foi um pulo. "Os atletas são heróis e fonte de inspiração para muita gente", diz ela, ao tentar explicar o enorme apelo dos atletas entre as empresas. "E não dá para falar em esporte sem falar em motivação, o que explica por que tantas companhias que querem se manter no topo optam por contratar esportistas renomados como palestrantes".

Ela conheceu Bernardinho por intermédio do filho dele. Conversa vai, conversa vem, conseguiu convencê-lo a entrar para o portfólio da Amma. "Ele já era um palestrante superprocurado quando começou a trabalhar conosco", diz. "Mas nós profissionalizamos esse lado dele e passamos a filtrar o que é e o que não é legal. Recebemos 15 pedidos para ele por dia". Alessandra conta que teria dito o seguinte para o treinador: "Você é o 'asset' mais importante da sua área. Não pode cobrar menos do que outros esportistas'".



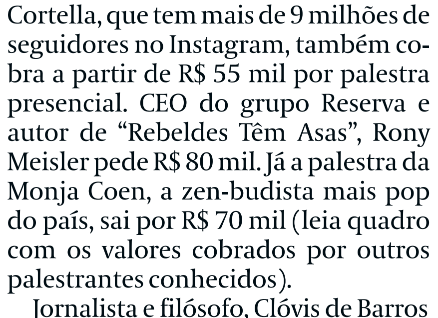
DIVULGAÇÃO

"Não dá para todo mundo virar palestrante", afirma Alessandra Menga

As palestras do técnico da seleção brasileira de vôlei — e o sucesso delas — servem de inspiração para personalidades das mais diversas áreas que querem faturar da mesma forma. Trata-se, afinal, de um mercado para lá de lucrativo e em alta.

O economista Ricardo Amorim cobra R$ 90 mil por palestra presencial de até 1h30 com direito a sessão de perguntas e respostas. Com transmissão online simultânea são R$ 20 mil a mais. Já a versão exclusivamente online, feita diretamente do estúdio dele, custa R$ 80 mil.

Mais popular nas redes sociais do que muitos influenciadores digitais e celebridades, o filósofo Mario Sergio Cortella, que tem mais de 9 milhões de seguidores no Instagram, também cobra a partir de R$ 55 mil por palestra presencial. CEO do grupo Reserva e autor de "Rebeldes Têm Asas", Rony Meisler pede R$ 80 mil. Já a palestra da Monja Coen, a zen-budista mais pop do país, sai por R$ 70 mil (leia quadro com os valores cobrados por outros palestrantes conhecidos).



Jornalista e filósofo, Clóvis de Barros Filho pede R$ 42 mil para palestrar presencialmente. Por razões de saúde — ele é imunossuprimido —, sessões de fotos ou de autógrafos antes ou após o evento estão vetadas. A vida que vale a pena ser vivida é o tema de sua palestra de maior sucesso, que, segundo ele, mais de 700 mil pessoas já assistiram presencialmente. Outros temas ofertados pelo filósofo: competição: desempenho, inveja e ciúme; excelência: o hábito de entregar o máximo; e o "mi mi mi" e a ética do estoicismo.

O mercado de palestras tem forte impacto do TED. Acrônimo de Technology, Entertainment and Design, surgiu como uma conferência sobre esses três assuntos em 1984. Foi fundado por dois designers, o americano Richard Saul Wurman e o inglês Harry Marks (1931-2019). Financeiramente falando, a edição número 1 foi um fracasso. Seis anos depois, a dupla voltou à carga e transformou o TED em um evento anual na Califórnia.

Para atrair pessoas com interesses diversos, o foco foi ampliado e o acesso deixou de ser limitado a convidados. Com a guinada, o evento passou a colocar cientistas, filósofos, músicos, líderes empresariais e religiosos sob os holofotes. Em 2001, a Sapling Foundation, uma organização sem fins lucrativos do empresário britânico Chris Anderson, arrematou o TED. Em 2006, surgiu o TED Talks, divisão de palestras que são disponibilizadas no YouTube e em formato de podcast.

Em 2009, o novo braço atingiu a marca de 100 milhões de visualizações, transformando palestrantes como a neurocientista americana Jill Bolte Taylor e o escritor inglês Sir Ken Robinson (1950-2020) em celebridades da internet. No mesmo ano, surgiu o TEDx, divisão criada para permitir a realização de eventos independentes mundo afora — são mais de 3.000 por ano, atualmente. Subir no palco de um deles costuma ajudar quem almeja surfar na onda das palestras.

O ecossistema TED ganhou fama, além de views, ao encorajar os palestrantes a falar por no máximo 18 minutos. "Esse modelo de conversa curta funciona pois exige a atenção do público apenas por um curto período de tempo", afirma a organização em seu site. "Na verdade, algumas das nossas melhores palestras TED duraram apenas 5 minutos". "Dentro da mente de um mestre procrastinador", o TED de maior sucesso no YouTube, é conduzido pelo escritor Tim Urban. Com pouco mais de 14 minutos de duração, o vídeo já teve mais de 55 milhões de visualizações.

Em uma sexta-feira abafada de abril, a reportagem acompanhou uma palestra do ex-jogador de vôlei Serginho Escadinha encomendada pelo Consórcio Tradição. É o ápice de uma convenção que a companhia organizou em um hotel na região de Alphaville, na Grande São Paulo. Com uma camiseta da empresa e uma bola de vôlei na mão, o bicampeão olímpico entra na sala do evento por volta das 16h30 e encontra cerca de 100 funcionários em clima de descontração.

À vontade com o microfone, Escadinha emenda uma piada atrás da outra enquanto resume os anos difíceis vividos até sua carreira como líbero deslanchar. "Tem alguém aqui do Paraná?", pergunta, enquanto o projetor exibe uma foto de Diamante do Norte, onde nasceu. "A cidade é só isso aqui", brinca em seguida, apontando para a imagem. "Lá vocês não vão vender nem um consórcio."

Quando já ganhou a plateia, conta que dormiu debaixo da arquibancada do ginásio Ponte Grande, em Guarulhos, de 1993 a 1996 — na época, atuava no time de vôlei da cidade e morava em Pirituba, na capital paulista. "Fiz isso porque o esporte estava me dando dois pratos de comida por dia", afirma, para associar a decisão, de maneira truncada, ao contratante de hoje. "Se eu tiver que vender consórcio para matar minha fome, eu vou vender. Ou vocês trabalham no Consórcio Tradição só porque têm um bom salário? A gente não sai de casa sem uma causa. E a minha era dar uma casa para a minha mãe."

Pouco antes da palestra, Escadinha disse o seguinte para a reportagem: "Sempre tive na cabeça que deveria passar um pouco da minha experiência para qualquer tipo de pessoa". Auxiliar técnico da seleção brasileira de vôlei desde abril, ele também é agenciado pela Amma. Suas palestras presenciais custam R$ 40 mil. No ano passado, ele palestrou 35 vezes. Em 2024, já foram 30 — e há sete meses pela frente. ■



DIVULGAÇÃO

"Sempre tive na cabeça que deveria passar um pouco da minha experiência para qualquer pessoa", diz Escadinha

INÊS 249

Mestre do folhetim

Memória Aguinaldo Silva, criador de sucessos como 'Roque Santeiro' e 'Vale Tudo', conta em livro como traçou seu próprio destino. Por *Guilherme Bryan*, para o Valor, de São Paulo

Logo nas primeiras páginas de seu livro de memórias, Aguinaldo Silva relata uma tragédia que marcou sua infância. Quando tinha por volta de 12 anos, sem saber, foi inscrito no concurso de Rainha da Primavera do Colégio Americano Batista, no Recife.

Além de vencer, levou uma surra dos colegas no banheiro. Pior, depois de conseguir fugir, ainda foi violentado sexualmente por um homem ao qual pediu ajuda.

"Você não passa por esses acontecimentos sem sofrer agravos", diz Aguinaldo ao **Valor**. "Eles ficam guardados no fundo de um baú que carrega pela vida inteira e sempre que me lembro são histórias desagradáveis. É como se eu estivesse revivendo a situação." Mas ele afirma que passar por elas foi o que o preparou para o que seria no futuro.

"Tive experiências muito precoces, que me fizeram mal psicologicamente, mas, profissionalmente, acabaram por me fazer bem, pois me deram experiência de vida para ser escritor, jornalista e novelista de televisão."

Foi como novelista que Aguinaldo Silva, que completou 81 anos em 7 de junho, tornou-se um nome conhecido do grande público. Ele é autor de alguns dos títulos de maior sucesso da TV brasileira, como "Roque Santeiro", "Vale Tudo", "Tieta", "Pedra Sobre Pedra", "A Indomada", "Fera Ferida" e "Senhora do Destino".

Aguinaldo, que nasceu na pequena cidade de Carpina, na zona da mata de Pernambuco, teve a ideia de escrever "Meu passado me perdoa" (Todavia, 400 págs., R$ 89,90) quando estava isolado em casa e ocioso, por causa da pandemia de covid-19, depois de ter saído da Globo, após o fim da telenovela "O Sétimo Guardião".

"Quando eu resolvi escrever o livro, decidi que não ia edulcorar nada. Ou seja, mesmo nos acontecimentos mais complicados e difíceis, em que não aparecia muito bem, eu seria o mais sincero possível e contar tudo", diz.

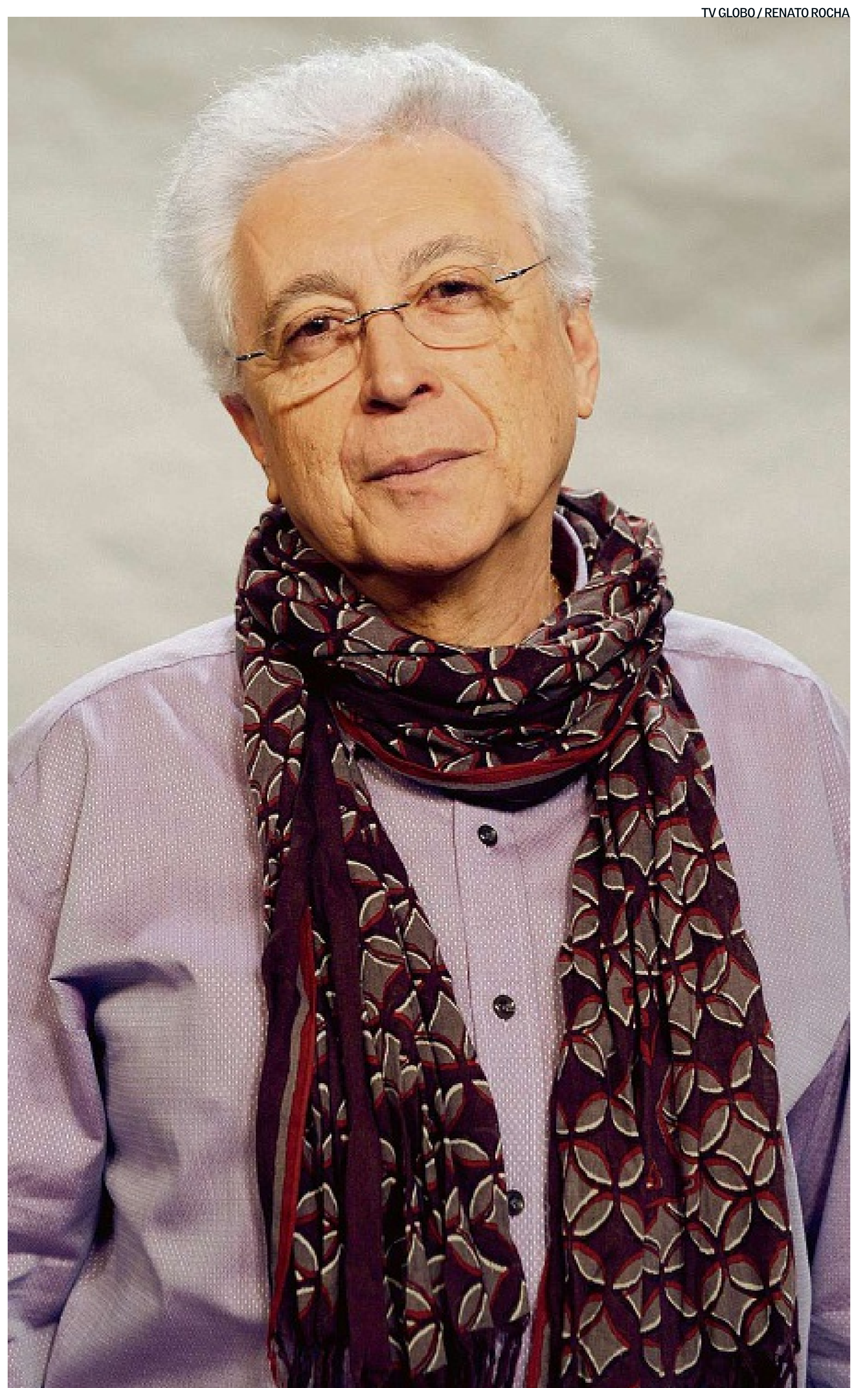
O livro é dividido em três partes. A primeira trata da infância e da adolescência. A segunda mostra a carreira como jornalista. E a terceira é voltada justamente para a etapa mais conhecida do grande público: a feitura das telenovelas.

"Quando eu resolvi dividir o livro nas três partes e comecei a escrever a respeito da minha infância e juventude, percebi que essas lembranças não me vinham de maneira realista. Eram quase flashes", afirma. "Ela é a mais elaborada do ponto de vista da literatura. É quase ficção, embora não seja".

A parte da infância traz as "arlequetes", jovens homossexuais com quem Aguinaldo Silva conviveu e que sempre tinham que fugir dos rapazes que desejavam lhes fazer todos os tipos de maldade. Muitos dos finais são extremamente trágicos.

"Quando comecei a lembrar dessas figuras tão poderosas da minha infância, pensei que não iria escrever sobre mim e como me sentia naquele universo, quando o meu entorno era riquíssimo. Daí resolvi escrever através de retratos", afirma.

TV GLOBO / RENATO ROCHA



"Quando eu resolvi escrever o livro, decidi que não ia edulcorar nada", diz Aguinaldo Silva

A segunda parte mostra, de modo muito mais objetivo, a história do Aguinaldo Silva jornalista, que começou ainda no Recife, mas ganhou grande relevância no Rio de Janeiro, quando se especializou em jornalismo policial, retratando a violência em locais como a Baixada Fluminense; foi preso pelo regime militar na Ilha das Flores; e editou o mais famoso jornal LGBTQIA+ do Brasil, o "Lampião da Esquina".

"O 'Lampião' foi uma experiência única, porque foi feito por 11 jornalistas. Acima de tudo, era um jornal de profissionais da imprensa altamente capacitados. E era muito bom de ler. Cada número era um acontecimento", diz. Nessa parte, também chama a atenção a reportagem que fez com Madame Satã, uma das personagens mais representativas da vida noturna e marginal da Lapa, no Rio de Janeiro da primeira metade do século XX.

A terceira parte é a que menos interessa ao escritor. "A razão é que eu estive sempre em casa com as coisas acontecendo sem a minha presença. A função do novelista de TV é ficar em casa, escrevendo, de preferência 18 horas por dia", conta, destacando que muito do que é contado ele não presenciou, mas apenas soube. "Então essa parte é quase uma reportagem a respeito dos bastidores da televisão feita por alguém que eventualmente esteve lá."

Nesse sentido, vale comparar o que é contado por Aguinaldo Silva com dois livros lançados recentemente de personagens muito marcantes e presentes na vida dele — "Gilberto Braga: O Balzac da Globo", de Artur Xexéo e Mauricio Stycer; e "Suzana Vieira: Senhora do meu destino", escrito pela própria atriz e por Mauro Alencar, e cujo título faz referência a uma das tramas mais conhecidas de Aguinaldo.

"Acho muito interessante que essas pessoas tenham suas histórias contadas, pois são figuras muito importantes da vida brasileira da segunda metade do século XX e do começo do século XXI. E, nesse caso, um livro acaba corroborando o outro e demonstrando que tudo aquilo é verdade."

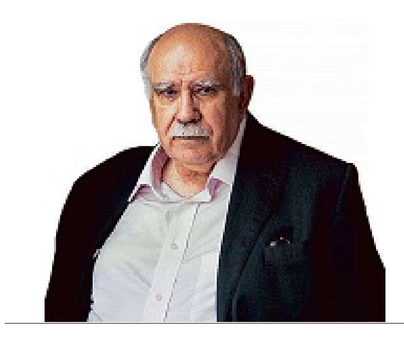
Atualmente, Aguinaldo Silva está preparando um novo romance e em conversas a respeito de uma próxima telenovela no Brasil, apesar de estar morando em Portugal. "Mas não consigo ficar mais de seis meses sem vir ao Brasil, porque é aqui que está o meu material de trabalho. Não vou escrever sobre os alfacinhas portugueses, mas sobre o pessoal da Lapa e de Copacabana", afirma.

"Como toda pessoa, eu cometi erros, fui algumas vezes bastante tresloucado e passei por situações muito complicadas, mas cheguei à conclusão que tive uma vida boa, pois produzi durante toda ela e ainda não terminei", diz.

"Se o meu livro tem uma mensagem, é a de que ninguém nasce com o destino traçado. O destino quem vai traçar é você e os acontecimentos em seu entorno. As pessoas podem perfeitamente sair do nada e, à custa de muito esforço e alguma sorte, encontrar seu lugar na vida". ■

Coluna Social

1924: A revolução inacabada



José de Souza Martins

Os revoltosos não tinham um projeto político. Queriam derrubar o presidente da República e livrar o exército da sujeição às oligarquias

Ainda hoje nos arredores da estação e dos quartéis da Força Pública (atual Polícia Militar), no bairro da Luz, em São Paulo, há marcas dos tiros de obuses disparados na manhã de 5 de julho de 1924 e nos dias seguintes. Na ilha da rua João Teodoro, uma antiga chaminé de usina termoelétrica tem as marcas dos disparos feitos pela Força Pública contra os quartéis a partir da esplanada do Carmo. A torre da igreja e o Liceu Coração de Jesus também têm suas marcas de tiros.

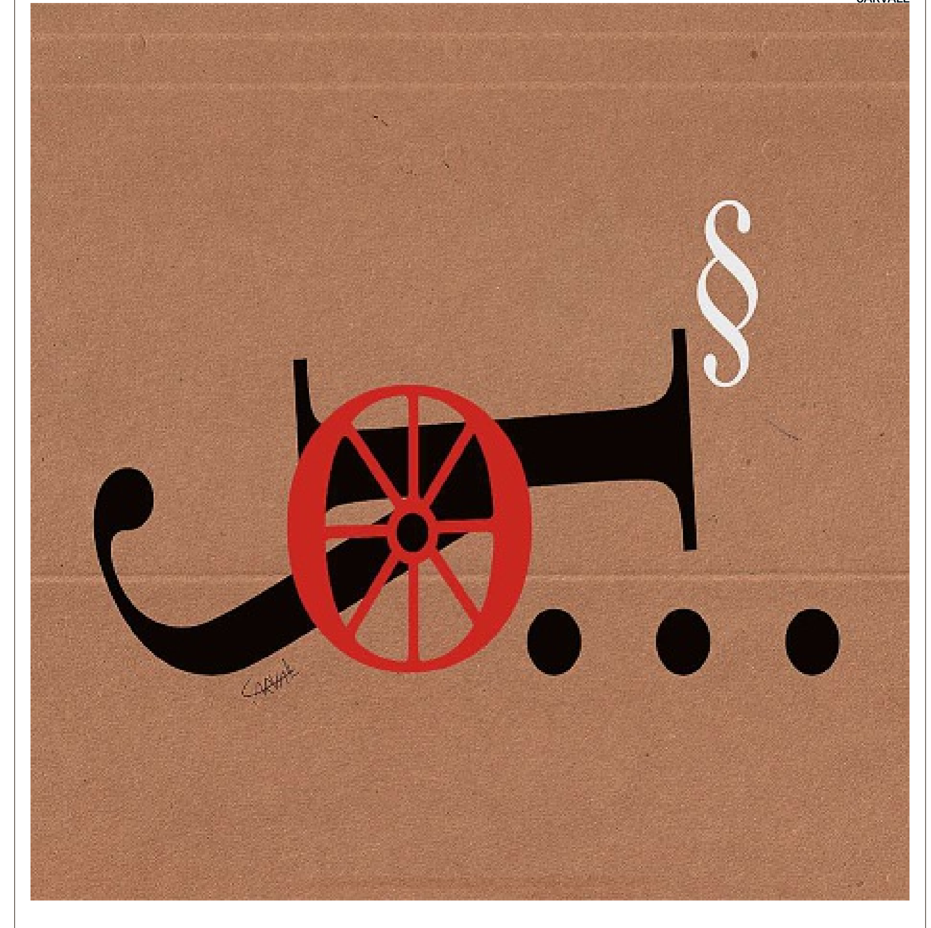
Tratava-se de uma insurreição de tenentes revoltosos do exército e de oficiais da Força Pública contra o governo de Artur Bernardes cuja deposição pretendiam. Do outro lado, o exército legalista e a força pública governista. Logo nas primeiras horas, os revoltosos prenderam o comandante da Força Pública e o general comandante da 2ª Região Militar, que acabara de chegar em casa, em traje de gala, do banquete e do baile do consulado americano, no Hotel Esplanada, para comemorar o aniversário da independência dos EUA.

Ao longo dos 23 dias da ocupação de São Paulo não foram poucas as pessoas que morreram surpreendidas dentro de casa em atividades do cotidiano. Ou nos porões das casas, na rua ou em abrigos, como as muitas pessoas que estavam refugiadas no Teatro Olympia, na av. Rangel Pestana, no Brás.

De um lado e de outro, o canhonaço atingiu apenas os bairros operários, não os bairros ricos. Muitas fábricas e depósitos foram destruídos pelos bombardeios e pelos incêndios. Cinco aviões do exército usavam uma base de Mogi das Cruzes para voos de observação, distribuir panfletos e bombardear a cidade.

Na Santa Casa, após a retirada das tropas revoltosas, uma coleção de fotografias numeradas de cadáveres mutilados de velhos, jovens e crianças esperava que parentes viessem identificar seus mortos. Em terrenos baldios dos bairros e fundos de quintal muitos mortos foram sepultados.

CARVALL



Era impossível cruzar trincheiras e frentes de batalha para fazer enterros. Só depois corpos foram exumados e levados para os cemitérios.

Quase metade dos 700 mil habitantes da cidade fugiu de trem para o interior. No inverno mais frio da cidade, um acampamento de refugiados foi organizado pela Cruz Vermelha na fazenda do Carmo, na zona leste.

Cozinhas móveis foram improvisadas na cidade para alimentar a população. Conventos, como o Mosteiro de São Bento, igrejas de vários bairros e escolas, como a Caetano de Campos, foram transformados em abrigos e refeitórios.

O governador Carlos de Campos, tutelado pelos militares legalistas, no dia 9, fugiu de São Paulo para a estação de Guaiaúna, na Penha, e ali instalou o governo numa composição da Central do Brasil. Nos momentos de perigo se deslocava para Mogi.

A população entrou em pânico. Houve saques tanto de grandes estabelecimentos quanto de residências, bancos e casas de comércio. Estava em vigor a lei marcial. O tenente João Cabanas prendeu e fuzilou saqueadores no centro da cidade.

Os saques revelaram fatos curiosos. Fotos de embalagens vazias, do saque da fábrica Duchen, mostram que o biscoito Champanhe era feito com o champanhe Veuve Clicquot.

Uma junta governativa espontânea foi organizada, liderada por Macedo Soares, presidente da Associação Comercial, em nome das classes conservadoras. Quando percebeu que precisava agregar-lhe outras categorias sociais, deu-se conta de que havia em São Paulo uma classe operária, que ele julgava ser constituída de comunistas, o que estava longe da realidade. Não sabia como encontrá-la nem como trazê-la à mesa de conversação. A São Paulo operosa era constituída de seres invisíveis.

A Revolução de 1924 não foi uma revolução paulista. Nem foi uma revolução de verdade. Os revoltosos não tinham um projeto político. Queriam derrubar o presidente da República, Artur Bernardes, e livrar o exército da sujeição às oligarquias.

A promoção de um oficial a general dependia da aprovação do Congresso, constituído de retrógrados representantes da dominação pessoal dos ricos e poderosos da roça. Os tenentes do movimento tenentista queriam libertar-se dessa tutela. Só indiretamente o país se libertaria dos efeitos colaterais do atraso.

Nos últimos dias da luta, o arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva foi a Guaiúna falar com o governador e os oficiais pelo cessar fogo e implorar ao governo em favor das vítimas. Mandaram que, pelo telefone, falasse com o ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, um general formado na experiência de Canudos e do Contestado, das degolas punitivas, o povo tratado como inimigo. A resposta foi de que a bela São Paulo era rica e poderia ser reconstruída. Sugeriu que a população abandonasse a cidade para não ser vitimada pelos bombardeios.

José de Souza Martins é sociólogo. Professor Emérito da Faculdade de Filosofia da USP. Professor da Cátedra Simón Bolívar, da Universidade de Cambridge, e fellow de Trinity Hall (1993-94). Pesquisador Emérito do CNPq. Membro da Academia Paulista de Letras. Entre outros livros, é autor de "Sociologia do desconhecimento - Ensaios sobre a incerteza do instante" (Editora Unesp, São Paulo, 2022). ■



GPS

Notas de um PT com voto conservador



Maria Cristina Fernandes

Prefeita de Contagem (MG), maior cidade governada pelos petistas, Marília Campos não entra em briga alheia nem fecha alianças pelo retrovisor e defende que partido abra mão de privilégios

Município da Região Metropolitana de Belo Horizonte e segundo maior do estado, com 668 mil habitantes, Contagem foi sede de vitórias históricas do PT iniciadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que lá ganhou lá duas vezes, sendo a primeira, em 2002, com 82% dos votos.

Nesses bons anos do PT no município, Marília Campos elegeu-se vereadora, duas vezes prefeita e três vezes deputada estadual. Psicóloga formada na UFMG e bancária desde os 18 anos, idade com a qual ajudou a fundar o PT em Uberlândia em 1982, Marília deixou a prefeitura em 2014, rumo à Assembleia Legislativa na disputa em que seus eleitores também deram o segundo mandato à ex-presidente Dilma Rousseff e colocaram Fernando Pimentel no Palácio da Liberdade.

A cidade, antigo entreposto fiscal da coroa portuguesa para contagem de escravos e cabeças de gado, sempre foi cultivada por Lula. Em visita à cidade, em junho, o presidente disse ter ouvido pela primeira vez a menção a Contagem em 1968, quando seus metalúrgicos lideraram, junto com os de Osasco, a primeira grande greve da ditadura.

Essa relação não impediu que o PT fosse varrido de Contagem na lufada antipetista que se seguiu ao impeachment de Dilma. Tanto o atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quanto Lula perderam lá em 2018 e 2022. A cidade aderiu a Jair Bolsonaro, que ganhou as duas eleições no município, bem como o governador Romeu Zema.

A virada de chave bolsonarista na cidade não impediu a volta de Marília Campos à prefeitura em 2020 para seu terceiro mandato, derrotando um empresário impulsionado pela ascensão da direita no estado, Felipe Saliba.

É bola cantada o mau desempenho do PT em outubro. Os 5.565 municípios brasileiros vão às urnas em meio ao fortalecimento da extrema direita em todo o mundo, de Jordan Bardella, na França, ao ex-presidente Donald Trump, que ficou mais perto de voltar à Casa Branca depois do desempenho paralisante do presidente Joe Biden no primeiro debate da campanha.

Eleição municipal não antecipa resultado das eleições gerais, vide o pífio desempenho do PT em 2020 que não impediu que Lula voltasse ao Planalto em 2022. É nos municípios, porém, que a direita ganha musculatura para as bancadas que exercem o poder de veto no Congresso Nacional.

O partido nunca foi capaz de ter uma presença municipal expressiva no país, mas chegou a eleger mais de 600 prefeitos em 2012, situando-se como a quinta legenda em número de municípios. O impeachment de Dilma e o fortalecimento das engrenagens entre as emendas parlamentares e as bases eleitorais do Centrão desde então ajudaram a minguar o número de prefeituras petistas. Em 2020, o PT ficou em 11º em número de prefeitos, tendo eleito apenas 183, menos até que o PTB, partido sem representação na Câmara dos Deputados.

Um deles foi Marília, que hoje é a prefeita da maior cidade governada pelo PT no país. A trajetória que percorreu desde seu retorno à prefeitura num estado sob a dominância conservadora que reelegeu Romeu Zema (Novo) no primeiro turno e deu vitória apertada para Lula em 2022 mostra que o PT, para reverter o declínio de sua presença nos municípios brasileiros, terá que mudar a cartilha, a começar pela capacidade de estabelecer pontes com o conservadorismo.

Depois de ganhar a eleição com 52% dos votos, Marília, em seis meses, tinha avançado para 70% de aprovação. Da aliança restrita, de apenas três partidos (PT, PCdoB e MDB), avançou para fazer a maioria na Câmara de Vereadores. De 21 cadeiras, apenas quatro são da oposição. Sua chapa à reeleição caminha para ser registrada com 16 partidos (PT, PCdoB, MDB, PV, PP, União, PDT, PSD, PMN, PSDB, PSB, Solidariedade, Rede, Psol, Cidadania, Republicanos).

Ao atrair a centro-direita, isolou o bolsonarismo na oposição. Terá por adversários dois aliados do ex-presidente, os deputados federais bolsonaristas Felipe Saliba (PRD), que derrotou em 2020, e Cabo Junio Amaral (PL). Aderiram à sua candidatura os grupos que derrotou ao chegar pela primeira vez à prefeitura e que voltaram ao poder municipal depois de sua retirada, o PSDB e o MDB de Newton Cardoso, que foi três vezes prefeito da cidade, e governador do estado. Define numa frase sua relação com esses partidos: "Não discuto o passado, arrumo o que o passado me deixou".

Aos 62 anos, casada, três filhos e um neto, Marília é uma releitura do Lula que chegou ao poder em 2002, mais do que aquele do terceiro mandato. Trafega pelo eleitorado conservador a uma distância regulamentar de pautas divisivas — "Não faço disputas que não são minhas, abraço questões políticas que impactam a cidade". Nem por isso deixa de ser atacada pelo bolsonarismo. Num dos últimos, um panfleto apócrifo a "acusou" de dar voz à umbanda.

Sua gestão tem embates com os conselhos tutelares, hoje dominados pela extrema direita, que quer tirar a guarda dos filhos de mães em situação vulnerável, por uso de drogas. Por outro lado, o Centro Materno Infantil da prefeitura faz abortos nos três casos previstos em lei (estupro, má-formação do feto e risco de vida da mãe), mas apenas até as 22 semanas.

Esta é a prática da maior parte das maternidades, uma vez que, para além das 22 semanas, exige-se uma assistolia. O procedimento, normatizado pela Organização Mundial de Saúde para evitar que o feto nasça vivo, é praticado em alguns centros, como as maternidades-escolas da UFBA e da UPE. Também era oferecido na maternidade municipal de Vila Nova Cachoeirinha até a suspensão do serviço pelo prefeito de São Paulo e candidato bolsonarista à reeleição, Ricardo Nunes.

No lugar do orçamento-participativo, prática iniciada por prefeituras petistas para interferir na alocação orçamentária, em Contagem foram fortalecidos os oito conselhos regionais da cidade. Essas instâncias, a exemplo dos conselhos tutelares, são formadas por conselheiros eleitos, mas sua atuação extrapola a vigilância sobre os direitos de crianças e adolescentes e invade as demais políticas municipais.

Em Contagem, os conselheiros, que não são remunerados, discutem a alocação do Orçamento que, no de 2024, é de R$ 33 milhões. A maioria deles é apartidária e recebe treinamento da UFMG para a tarefa. A iniciativa partiu da percepção de que tanto a Câmara de Vereadores quanto o orçamento-participativo só discutem obras, quando as expectativas da população em relação ao espaço urbano extrapolam a argamassa. Este foco está na mira de adversários que a acusam pela autarquia criada para cuidar de parques e praças.

A percepção converge com a ideia, já identificada pelo mapeamento das interações em redes sociais, de que é o combo de bem-estar, alimentação, exercícios físicos e mobilidade que atrai a atenção do eleitor. A polarização, pelo menos nas redes sociais, já deu o que tinha que dar. Quando invade a seara municipal, a polarização arrisca favorecer o bolsonarismo, como aconteceu, na largada da campanha paulistana, em que os cinco pré-candidatos da direita têm mais do que o dobro do que os dois da centro-esquerda.

Marília diz não abrir mão de iniciativas tradicionais de administrações petistas em torno, por exemplo, do combate ao racismo ou ao machismo, mas diz dar preferência a atividades de economia solidária com culinária de origem africana, por exemplo, ou a corridas de rua para mulheres, a seminários exclusivamente pautados por palestras. Mantém a parada LGBT na cidade pela tradição, mas não fez eventos comemorativos ao 31 de março. "Se engajasse, a prefeitura ressuscitaria a polarização", diz.

A economia do bem-estar pauta o varejo das políticas públicas em Contagem, no varejo, a prefeita não abre mão das obras. No evento com Lula anunciaram-se novos recursos, além do que já foi alocado pelo PAC Mobilidade, para obras viárias e de saneamento que tiram o trânsito do centro da cidade e fazem prevenção de enchentes.

A prefeita cobrou a inclusão de passageiros nos investimentos ferroviários, majoritariamente destinados a cargas, além da extensão do metrô de BH e uma solução para a dívida de Minas como encaminhada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), que Lula pretende lançar ao governo do estado em 2026. Ao contrário do PT mineiro, Marília não se opôs ao regime de recuperação fiscal do estado liderada pelo governador. A oposição a Zema, diz, pauta-se, frequentemente, pelo "quanto pior, melhor".

O discurso de Lula chamou a atenção de Marília por não ter mais mencionado Bolsonaro nem Curitiba, temas recorrentes na campanha, mas lhe preocupou a omissão do presidente sobre a presença, no palanque, do representante de Zema, o vice-governador, Mateus Simões (Novo). No final do evento, Simões disse à imprensa que o desalinhamento ideológico não deveria impedir trabalho conjunto, como o faz com a prefeita.

Marília mantém uma boa relação com o governador a despeito a tentativa de Zema da disputa contra a nova Lei do ICMS. Esta lei desconsidera a proporcionalidade da população na distribuição de recursos para a educação, que deixa cidades como Belo Horizonte e Contagem, respectivamente com R$ 2,97 e R$ 9,71 por aluno, enquanto grotões como Itambé do Mato Dentro, com 62 matrículas escolares, dispõe de R$ 5,5 mil por aluno.

Marília Campos teme, como muitos de seus correligionários, a surra que o PT pode tomar nas eleições municipais. Vê a campanha de Guilherme Boulos, em São Paulo, excessivamente focada no bolsonarismo e uma bancada de deputados que pouco se engaja na divulgação dos recursos federais alocados para os municípios. Já teve atritos com o PT mineiro, mas mantém boa relação com o PSD de Pacheco.

O contraponto, diz, também tem que ser estabelecido pelo exemplo. Protagonista do movimento pelo fim da aposentadoria especial dos parlamentares mineiros, insta seus correligionários a se engajar pelo fim de privilégios e verbas indenizatórias no Legislativo e nos demais Poderes. Não tem dúvida de que a iniciativa renderia mais ao PT do que a surrada polarização com o bolsonarismo.

Maria Cristina Fernandes, jornalista do Valor, escreve neste espaço quinzenalmente

E-mail: mcristina.fernandes@valor.com.br ■

NELSON PROVAZI



INÊS 249



À Mesa com o Valor
Lygia Lopes e Sergio Kalil

Sócios dos restaurantes Spot e Ritz relembram como fórmula iniciada há 30 anos tornou-se referência na gastronomia paulistana. Por *Maria da Paz Trefaut*, para o Valor, de São Paulo

Sem frescuras, mas já clássico

O restaurante Spot chega aos 30 anos tendo se tornado uma referência paulistana. Há quem vá para ver e ser visto, para pedir sempre o mesmo "penne com melão e presunto cru" ou para marcar encontros semanais com os amigos. Quando há manifestações na avenida Paulista e a saideira é lá, dá para saber pelas roupas e pelas bandeiras qual era o propósito. É um local marcado pela diversidade e ferveção, onde há de tudo e que atravessa gerações. "Minha mãe vai, eu vou, minha filha adora", diz Morena Leite, do Capim Santo.

Se você busca um restaurante de chef, com serviço formal, ambiente silencioso e trilha sonora de elevador, não vá. O Spot é ruidoso, os garçons são jovens, estudantes, e a maioria está carregando pratos e limpando mesas para pagar a faculdade.

"Fazemos comida gostosa daquele tipo que não enjoa. São Paulo é um lugar muito competente, onde tem muita gente fazendo coisa boa. Mas, quando a gente abriu, os restaurantes trabalhavam um cardápio mais tradicional. E nós chegamos sem toalha na mesa, sem frescura. Nossos garçons chamavam as pessoas de você. A maioria gostava, mas uma vez uma senhora veio reclamar comigo por ter sido tratada por você. Achou falta de respeito", lembra Sergio Kalil, um dos sócios.

Protegidos por um ombrelone, num dia de calor e céu azul, Kalil e Lygia Lopes aguardam sentados junto a uma mesa baixa, que reservaram para este "À Mesa com o Valor". Os dois são da mesma faixa etária: ela tem 63, ele, 61 anos. Atualmente, são eles que estão diante da operação de duas unidades do Spot e três do Ritz. A outra sócia, com quem tudo começou, Maria Helena Guimarães, se afastou na pandemia e decidiu parar de trabalhar.

"A gente almoça aqui quase todos os dias, então são vocês que vão escolher o cardápio de hoje", diz Kalil. Começamos com duas entradas: terrine de queijo de cabra com legumes, clássico da casa, e cogumelos à provençal para compartilhar, que chegam acompanhados por pão grelhado quentinho.

Kalil é mais falante, Lopes, aparentemente, mais reservada. Ele está vestido com jeans, camisa polo e top sider. Ela, de calça branca de sarja e com uma camisa florida em tons de vermelho, está de tênis.

Há 30 anos, quando abriram o restaurante na praça cercada por prédios, ao lado da Paulista, o gramado central estava meio abandonado e não havia nada interessante ao lado. Hoje, o endereço fervilha. No ano passado, a inauguração do Astor e da Trattoria Bráz, bem ao lado, transformaram a praça num destino onde São Paulo acontece no almoço dos escritórios e na boemia da noite — o que já acontecia em menor proporção apenas com o Spot.

O restaurante não é um daqueles projetos em que os amigos se reuniram para realizar um sonho. Os três sócios foram se conhecendo aos poucos e nenhum tinha experiência no ramo. A veterana, Maria Helena Guimarães, é a mãe de tudo. Ela começou a cozinhar quando morou em Londres com o marido, Arthur Guimarães, e seus almoços e jantares de domingo eram frequentados pelos amigos da Tropicália: Gilberto Gil, Caetano Veloso e Jorge Mautner.

O casal desembarcou na capital inglesa em 1967, quando os Beatles tinham acabado de lançar o álbum "Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band". Londres era o lugar da transgressão, da contracultura, do "é proibido proibir". "Foi uma época louca e de muita risada. Nossa casa era um entra e sai, uma espécie de embaixada cultural do Brasil, onde as pessoas se conheciam e se reencontravam", lembra ela, com uma gargalhada, numa conversa por telefone.

Em Londres, os dois trabalharam num restaurante "nada criativo, mas que acabou enchendo de brasileiros". O que haviam visto era mais importante. "A gente adorava um lugar chamado The Great American Disaster, que tinha um hambúrguer espetacular, onde o pessoal fazia fila na neve para esperar sua vez. Quando voltamos para o Brasil, a gente trouxe essa ideia de fazer hambúrguer na grelha e não na chapa, como se fazia aqui. Então, decidimos abrir o Sanduíche, na Oscar Freire, nos anos 80, uma lanchonete pequena, que deu super certo."



Cardápio

Spot, São Paulo*

Cogumelos à provençal	1	68
Terrine de queijo de cabra	1	68
Salada niçoise	1	70
Atum	1	96
Vegetais para acompanhamento	1	49
Bife à milanesa	1	68
Risoto de limão siciliano	1	45
Água sem gás	2	20
Coca-Cola	1	10
Café	2	20
Suflê de doce de leite	1	46
Total	-	**560**

* Cortesia

Em função dessa experiência, em 1981 veio o Ritz, com garçons que não eram garçons, com drinques modernos elaborados com receitas de gente famosa, como o dry martini do cineasta espanhol Luis Buñuel. Eles também passaram a servir vinho em taça, que ainda não era costume por aqui, e pratos simples como torta de frango com salada.

Maria Helena é autodidata na cozinha, nunca fez nenhum curso, trazia referências de viagens, desenvolvia receitas de várias famílias e assim foi indo. "O sucesso foi acontecendo, mas restaurante é uma coisa que pede atenção permanente. Você não pode perder o padrão", afirma.

Depois do Ritz, Maria Helena e o marido abriram o América, que se tornou uma rede de lanchonetes. Foi quando Kalil, que trabalhava no mercado financeiro e tinha tido uma breve passagem pelo restaurante L'Arnaque, outro clássico paulistano, se associou para cuidar da administração do Ritz. Foi ali que conheceu Lygia Lopes, que estava estudando odontologia e foi trabalhar como garçonete.

Ao ver que ela tinha sintonia com a cozinha, Maria Helena fez com que se aproximasse do projeto e se tornasse parceira. Apenas os três são sócios de todas unidades. Há composições diferentes de acionistas em cada caso.

Entre o fim dos anos 80 e início dos 90, Maria Helena teve que enfrentar dois episódios que abalaram sua vida de forma drástica e sobre os quais ainda não consegue falar sem chorar. Primeiro, perdeu o marido, sócio e companheiro, que teve uma doença e morreu de forma abrupta, aos 48 anos.

Depois, seu irmão, Aparício Basílio, personagem da sociedade paulistana, criador do perfume Rastro e diretor do Museu de Arte Moderna (MAM), foi assassinado brutalmente. O projeto do Spot foi sua saída para enfrentar a tristeza e mergulhar num trabalho novo.

O arquiteto de todas as casas é André Vainer, que trabalhou com Lina Bo Bardi na reforma e construção do Sesc Pompeia. Vainer criou uma linguagem para o grupo, com semelhanças entre todas as casas, como a porta giratória na entrada. "Com o tempo a gente vai aprendendo o que funciona e o que não funciona em restaurante. E o André percorreu esse caminho junto com a gente", diz Kalil.

O Spot nasceu em 1994, com o Plano Real, quando houve um boom na economia. Um ano antes lhes ofereceram o ponto, onde havia funcionado o restaurante Praça Paulista, que estava fechado.

"Estava tudo meio largado, abandonado, inclusive a praça", conta Kalil. "Mas a gente pensou que este lugar recuperado poderia ser um dos mais legais de São Paulo. Na época, vários amigos tentaram nos dissuadir dizendo que era uma maluquice ir para o outro lado da Paulista [contrário aos Jardins]: 'Ninguém vai ir pra lá. É loucura'."

Apesar dos conselhos pessimistas, eles resolveram arriscar e começaram a desenhar o projeto. "A gente queria manter algumas coisas da identidade do Ritz, como a despretensão, a informalidade dos garçons, mas queria algo diferente, outra pegada, outro cardápio, que fosse uma coisa leve, onde as pessoas de escritório viessem almoçar várias vezes por semana. Isso tá muito na nossa origem, acreditamos muito no almoço", diz Lopes.

> “A graça daqui é que tem gente que vem hiper-produzida e senta ao lado de quem está de moletom”
> *Sergio Kalil*

ANA PAULA PAIVA/VALOR



Lygia Lopes e Sergio Kalil estão à frente da operação dos dois restaurantes Spot e três Ritz

Kalil completa: “A gente tinha muitas dúvidas sobre o que poderia acontecer à noite. E pensamos que se o almoço fosse incrível, teríamos um tempo, um fôlego até a noite pegar. Importante lembrar que há 30 anos todos os grandes escritórios de advocacia e o mercado financeiro estavam aqui, antes de migrarem para a Faria Lima. Mas, benza Deus, não tivemos que esperar nem um mês e o Spot já estava bombando toda noite. Se tornou o lugar do momento, onde todo mundo vinha”.

Ter caído no agrado de todo tipo de público, para eles, é a chave da longevidade do Spot. “Tem o advogado rico e poderoso da Paulista, tem o artista, tem uma parcela grande da população gay, quando tem evento de moda, de arte, a noite sempre termina aqui com muitos estrangeiros”, diz Kalil.

“Mas você tem que estar sempre se reinventando, se atualizando, trazendo novidades no cardápio. Embora existam pratos que a gente não consegue tirar, porque os clientes reclamam. E se você for ver, nestes 30 anos várias pequenas mudanças aconteceram de forma orgânica, sem mudar nossa personalidade”, diz Lopes.

Para se atualizar com as novidades, os dois viajam com frequência para Nova York e Londres. “Você pega ideias aonde quer que vá. Pega em Paris, em Londres, mas Nova York é uma mistura de tudo. A única coisa ruim é que Nova York está muito cara, uma coisa absurda mesmo”, diz Kalil.

Vale lembrar que, apesar de toda essa frequência e visibilidade do Spot, a pandemia foi um momento muito difícil. Os restaurantes ficaram quatro meses fechados e no ano seguinte mais dois. Quando reabriram, às 22 horas não podia haver mais ninguém no salão. Foi da necessidade de distanciamento que surgiram as mesas externas do Spot, que hoje ocupam uma área importante junto ao gramado.

Outra mudança nesses 30 anos foi a criação do fumódromo na área externa. “Todo mundo achou que a lei antifumo, promulgada no tempo em que José Serra era governador, seria um desastre para a frequência dos restaurantes, mas não sentimos diferença”, lembra Kalil.

O que ele diz ser perceptível é a perda de poder aquisitivo da classe artística com as dificuldades originadas na pandemia. “Quase ninguém se recuperou ainda. Antigamente metade do nosso público era global, gente famosa que estava fazendo peças na cidade. Acho que o pessoal do meio cultural foi o que mais sofreu, e o sofrimento continua. Cerca de 30% do pessoal jovem que trabalha com gastronomia e hotelaria é composta por atores. Eles não conseguem papel em nada, sabia? Aí vão ser garçons.”

Com a vizinhança do pessoal da Cia Tradicional de Comércio, proprietária das marcas Bráz e Astor, entre outras, a praça ganhou mais vida. “O sucesso deles também nos ajuda. Porque eles trouxeram mais gente para cá e são supercompetentes. Nossos públicos são diferentes, mas falamos a mesma língua”, diz Kalil.

Quando fica livre uma mesa do terraço para almoço, nos mudamos para lá. Os dois já sabem o que vão pedir. Ela, uma salada niçoise pequena, que é preparada com uma posta alta de atum, mix de folhas, batata bolinha, ovos cozidos, minitomates e azeitonas pretas. A receita é dela e de Maria Helena. Ele pede o atum grelhado com legumes. Enquanto escolhemos os pratos, um grupo de empresários e advogados se aproxima da mesa, e Kalil os apresenta como clientes assíduos, que almoçam ali toda a semana.

Entre o público, naquele dia, há homens de terno, de bermuda, mulheres executivas e vestidas de forma informal. “Olha, acho que a graça daqui é que tem gente que vem depois de um casamento, hiperproduzida, e senta ao lado de quem está de moletom. Isso é muito gostoso. As pessoas se sentem à vontade, como se estivessem em casa.

ACERVO PESSOAL



Maria Helena Guimarães, Lygia Lopes e Sergio Kalil na comemoração dos 20 anos do Spot

ACERVO PESSOAL



O trio na comemoração dos 10 anos do Ritz

Eu brinco que a gente dá certo porque o público vem pela comida, pelo preço, pelo ambiente e pelo serviço. Tem clientes que ficam amigos dos garçons. Já fui em festas que tinha nossos garçons entre os convidados”, diz Kalil.

O valor médio no almoço é de R$ 140, e no jantar, R$ 180. No Ritz a média é 10% inferior: R$ 120. Entre os pratos mais pedidos, o Spot tem penne à oriental, penne com melão e presunto cru e o suflê de doce de leite com sorvete de doce de leite. No Ritz, a sensação é o bolinho de arroz — nove entre dez clientes escolhem — e o hambúrguer, que também fez história. Nas sobremesas, o suspiro com morango é campeão.

Uma das características do grupo é oferecer também uma porção pequena, que representa dois terços da inteira. Antes, isso se restringia a saladas, mas agora é possível em vários pratos: massa, sobremesa. O delivery representa 20% do faturamento das duas casas.

O futuro do Spot não está desenhado em nenhum projeto. Os convites para abrir no Rio ou em Brasília são frequentes. Mas eles acham que ainda cabe mais um Spot em São Paulo. Uma possibilidade é uma nova casa em Pinheiros ou Vila Madalena. Por enquanto há o Spot da Paulista e o do Shopping JK Iguatemi, com uma frequência bem diferente. O Ritz, que abriu na alameda Franca em 1981, se expandiu para os shoppings Iguatemi e Market Place.

Kalil é paulistano, descendente de libaneses. Os avós nasceram no Líbano e o pai tinha uma loja atacadista de brinquedos na 25 de Março, centro comercial da cidade. “Cresci na loja. Ele fazia a gente ficar quatro horas todo dia lá depois da escola.”

A família de Lopes nasceu na Bahia e o pai se mudou para São Paulo, onde conheceu a mãe, que era do interior do estado e sempre foi dona de casa. Eles moravam no Paraíso e o pai trabalhava como vendedor de equipamentos de refrigeração.

Na hora de pedir a sobremesa, eles recomendam o suflê de doce de leite que acompanha sorvete também de doce de leite e é ideal para colocar no centro da mesa e compartilhar. São mais de 16 horas e o restaurante já está vazio — é o melhor momento para a fotógrafa Ana Paula Paiva fazer um retrato dos dois no interior da casa, que estava lotada até então.

Eles falam, então, de como é a relação dos sócios. Um olha para o outro e começam a rir. “É boa, a gente joga a favor, não contra. Tanto que estamos juntos há mais de 30 anos. Às vezes um não concorda com o outro. Alguém tem que ceder e isso acontece. Só os idiotas não mudam de ideia, sempre acreditei nisso”, resume Kalil. ■

Cultura em meio ao verde

Exposição Fundação Maria Luiza e Oscar Americano celebra 50 anos com mostra e livro. Por *Maria da Paz Trefaut*, para o Valor, de São Paulo

Num parque de 75 mil m², na área mais nobre do bairro do Morumbi, fica a instituição cultural privada mais verde de São Paulo: a Fundação Maria Luisa e Oscar Americano. Por esse predicado, não é raro que esteja fechada alguns fins de semana durante o ano, quando é requisitada para casamentos e festas.

A fundação, que agora completa 50 anos, tem um acervo de arte pequeno e ela em si é um patrimônio, já que a residência foi projetada por Oswaldo Bratke (1907-1997), um dos principais nomes do modernismo paulista.

Bratke morava ali, no fim da década de 1930, na região conhecida como “Paineiras do Morumbi”, que tinha acesso difícil, era formada por chácaras e conhecida por ter uma área grande de eucaliptos. É ele quem convenceu o engenheiro Oscar Americano, de quem já era amigo, a comprar o terreno ao lado do seu para construir também uma casa e trocar o Jardim América por um bairro que estava nascendo. O projeto da casa foi entregue a Bratke, enquanto os jardins ficaram sob responsabilidade do paisagista Otavio Teixeira Mendes (1907-1988), o mesmo que projetou o Parque Ibirapuera.

Ao se encarregar dos jardins da residência, o paisagista, que já era conhecido, levou para lá espécies da Mata Atlântica que conhecia bem e optou por um caminho distinto da moda seguida pela elite paulista, que adornava seus jardins com vegetação estrangeira. Outro artista cujo trabalho se destaca no projeto é Livio Abramo (1903-1993), muito conhecido como gravurista, mas que fez na casa dois pisos com mosaico português que, pelos desenhos, ganharam o nome de “Foz do Rio Amazonas” e “Circo”.

“Tentei chamar atenção para todos esses personagens na exposição e no livro ‘Fundação Maria Luisa e Oscar Americano 50 anos’, que fizemos”, diz o curador Érico Vital Brazil. A exposição, que comemora a data e se estende até setembro, ocupa o mezanino e conta um pouco da história.

Outra preocupação levada em conta na seleção do material expositivo foi responder às principais curiosidades dos visitantes. “As pessoas sempre procuram saber quem foram Maria Luisa e Oscar Americano e querem conhecer um pouco da história da família. Isso nos levou a fazer um resgate histórico com árvore genealógica. Por outro lado, jogamos luz sobre o patrimônio arquitetônico e paisagístico e a forma como está preservada a casa, que é uma referência do modernismo.”

DIVULGAÇÃO



Maria Luiza e Oscar Americano em quadros na exposição que celebra os 50 anos da fundação

Maria Luisa era uma carioca da alta sociedade, que veio para São Paulo para casar-se com Americano. Era dona de casa, como a maioria das mulheres de sua classe social na época. Ele foi um dos pioneiros da engenharia pesada no Brasil. E, além de construir ali, foi estimulado por Bratke a comprar terras e a fazer um projeto de urbanização para o bairro. Sua construtora também participou de grandes obras públicas nacionais: o aeroporto do Galeão, o metrô do Rio de Janeiro, a Rodovia dos Imigrantes e a Rodovia Belém-Brasília, entre outras.

O casal viveu 20 anos na casa do Morumbi, que tem cerca de 1.500 m² de área construída e foi transformada em fundação em 1974, dois anos após a morte de Maria Luisa. A casa, que num primeiro momento teve todo o mobiliário projetado especialmente pelo ateliê Preto e Branco, que era o lugar celebrado pelos modernistas, sofreu uma mudança em seu interior nos anos 1960. A partir daí passou a haver uma mistura de estilos e a prevalência de mobiliário colonial, com peças de arte sacra e pratarias.

A fundação é conhecida por seu salão de chá, pelos concertos de domingo e por atividades literárias, que acontecem no auditório, no piso térreo. O acervo de obras de arte tem mais de 1.500 peças e nelas se destacam oito telas do holandês Frans Post (1612-1680), o primeiro europeu a pintar paisagens das Américas.

“Maria Luisa e Oscar não tinham perfil de colecionadores, eles seguiam um olhar comum aos empresários da época, que os levou a formar uma brasiliana”, afirma o curador.

Além do período Imperial, a arte do século XX também está representada com obras dos modernistas Portinari, Brecheret, Di Cavalcanti, Lasar Segall e Alberto Guignard. A próxima exposição será do pintor Francisco Rebolo (1902-1980), outro modernista contemporâneo dessa turma toda.

Alugar a casa para eventos de luxo e casamentos é uma forma de pagar seus custos, explica Vital Brazil. “Nossos custos são muito elevados, e esses aluguéis pontuais cobrem parte deles. Pena é que alguns desses eventos requerem uma parafernália enorme que impossibilita o funcionamento da fundação, às vezes por dois dias. Mas são importantes financeiramente, já que as séries musicais e os outros investimentos culturais fazem parte da missão da instituição e não visam lucros.” ■

INÊS 249

A nova paixão nacional dos argentinos

Bebidas Como a 'adoração' do país transformou seu gim em um dos mais premiados do mundo.
Por *Márcia Almeida*, de Buenos Aires

O gim está para o argentino assim como a cachaça está para o brasileiro. É um fato comprovado pela paixão de se fazer um destilado em seus alambiques e servir aos amigos no churrasco ("asado"). E uma coisa que se deve saber sobre os argentinos é que quando eles pretendem fazer algo, não somente se dedicam a esse projeto, mas se tornam quase fanáticos. E assim foi e é com o gim, que fazem desde o quintal de suas casas em pequenos destiladores comprados no eBay ou no Mercado Libre e até em destilarias equipadas com portentosos e reluzentes equipamentos de cobre e alumínio em bairros da capital federal, como Chacarita, ou mesmo em distritos industriais, como de Burzaco ou Tortuguitas, na província de Buenos Aires.

Como o futebol, o gim está se tornando uma paixão nacional, que já está colhendo frutos, no caso prêmios na terra do gim, o Reino Unido.

A moda do gim caseiro, artesanal, começou um pouco tímida, em meados dos anos 2010, em Buenos Aires, como conta Franco Moretti, dono dos gins Moretti (Buenos Aires, Capolare e Londron Dry) junto com o irmão Bruno. Com a pandemia, que confinou muita gente em casa, a confecção de pão de "massa madre" se tornou uma febre na Argentina, assim como a produção de gim caseiro, que acabou contaminando, principalmente, os portenhos.

"Muitos que começaram com a atividade já faziam cervejas artesanais e se aventuraram a fazer 'gim de garagem' ou 'gim de quincho'", diz Franco. Quincho é o espaço no quintal das casas argentinas reservado para o famoso "asado".

O Moretti Buenos Aires (o primeiro gim produzido pelos irmãos, classificado na categoria "Contemporâneo") é pré-pandêmico, uma vez que foi lançado pelo biólogo e professor de química Franco e o engenheiro Bruno no fim de 2016, após desistirem de entrar no mercado de cervejas artesanais, já bastante saturado nesse período. Mas a pandemia engendrou novas ideias ao negócio dos irmãos.

"Após o fim do confinamento — confinamento este que levou à suspensão das atividades nos salões de bares e restaurantes no período da pandemia —, voltar ao negócio quando o convívio social foi liberado se tornou uma tarefa complicada. Era difícil competir com os gins importados, que chegavam à Argentina a preços mais acessíveis que os gins caseiros", diz Franco.

Com isso, os Moretti tiveram que se reinventar para chamar a atenção do mercado. Continuaram a fazer o afamado gim Buenos Aires, que, em 2020, ganhou o prêmio de melhor gim do mundo na categoria Contemporâneo pelo World Gin Awards, mas resolveram agregar um novo produto ao portfólio: gim tônica pronto, cujo custo de produção é menor do que das garrafas de gim e, consequentemente, o preço acaba ficando mais baixo ao consumidor final (bares e restaurantes).

A ideia deu tão certo que, hoje, eles têm cerca de 600 clientes que compram para seus estabelecimentos o gim tônica Moretti. Além disso, inspirou um charmoso bar, localizado numa esquina do turístico calçadão do "Bairro Chino", e rendeu um novo prêmio para a galeria de troféus dos Moretti, o Icons of Gin — da revista britânica "Gin Magazine" —, pelo desenvolvimento do primeiro gim tônica "tirado" do mundo, em 2023.

A produção e venda de garrafas ou tonéis com drinques — "tragos", como se diz na Argentina — virou uma tendência no país. Mariano Olabarrieta, uma espécie de "Professor Pardal" do gim, transferiu a sua produção caseira no fundo do seu bar em Burzaco para um parque industrial, com direito a uma produção de 3 mil latas de "tragos" por hora.

Quando ele explica como será o funcionamento da fábrica que está montando com a ajuda de um investidor, a paixão pela bebida-mãe, o gim, se vê quase que condensada nas paredes do laboratório onde ele e sua equipe criam os gins e tragos.

A riqueza de detalhes desde a colheita do zimbro — o principal, mas longe de ser o único, ingrediente do gim —, que vem da Patagônia, até o processo de destilação e o acondicionamento da bebida em tonéis de alumínio, garrafas ou barricas — sim, na Argentina, tem gim que dorme em barricas de madeira de 6 a 12 meses, os chamados "maturados" — faz parte do discurso de todo produtor de gim que se preze e que, no país, já somam mais de 500, segundo Olabarrieta e Franco.

Ao ser indagado como é feito o gim Bosque Alta Montaña, outra bebida argentina premiada com o World Gin Awards em 2022 como o melhor gim do mundo na categoria "Contemporâneo", Juan Chereminiano fala tintim por tintim como é feito o destilado da marca fundada por ele e os amigos cervejeiros Facundo Imas Anania, Bruno Anania e Juan Nielsen.

"Nosso gim é feito com zimbro selvagem da Patagônia, semente de coentro, cravo, cardamomo, flor de laranjeira, limão siciliano, pomelo (toranja) e verbena."

Chereminiano não dá as quantidades de cada ingrediente botânico e nem diz se eles são macerados ou infusionados (os dois métodos mais usados na fabricação do aromático destilado), mas qualquer iniciante já pode pegar "emprestada" a receita.

Detalhar o processo e seus ingredientes faz parte da paixão (do "fanatismo") que o produtor argentino nutre pelo gim. Por exemplo, o Bosque tem três tipos: Nativo, Alta Montaña e Refugios. "O Bosque Nativo é um gim com 42% de álcool, de perfil cítrico, muito agradável, onde predominam o limão, o pomelo e a verbena. Bosque Alta Montaña é um Navy Strength, devido à sua graduação de 53% de álcool, com perfil floral, frutado, muito sedoso na boca, muito redondo. E o Bosque Refugios é a nossa linha de gim maturado que ficou 6 meses em barricas de carvalho francês. Apresenta um perfil muito macio, com aromas de madeira e baunilha", detalha Chereminiano.

Ele também explica que o zimbro, a alma de qualquer gim — segundo Mariano Olabarrieta a base, digamos, botânica do gim é zimbro, semente de coentro e raiz de angélica (ou de lírio) —, usado nos gins Bosque é colhido por fornecedores exclusivos em Lago Puelo, na Patagônia Argentina, onde há uma maior profusão desse simpático e delicado fruto negro e cuja origem é dividida, na literatura botânica, entre a América do Norte e a Noruega.

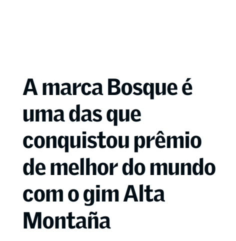
"Trabalhamos diretamente com os produtores, sem intermediários, com preço justo de mercado. Promover o desenvolvimento desses produtores, aliás, é um dos principais propósitos da nossa marca."

O empresário também reforça, como os colegas de vocação etílica, a importância dos prêmios para os destilados ainda recentes no mercado, como os argentinos. "Ganhar o World Gin Awards, que é como o Mundial do Gim, concorrendo com cerca de 900 rótulos de 50 países, mudou nosso patamar. Desde esse momento conseguimos abrir mais de 20 mercados no exterior."

Inclusive o brasileiro, onde o Bosque está aportando. "Já fechamos a distribuição com o Sam's Club e estamos em tratativas com o Pão de Açúcar e as plataformas de e-commerce Zé Delivery e BEES, da Ambev", revela Chereminiano, que prefere beber gim na versão "trago". "Gim tônica bem cheio de gelo ou um dry martíni são os meus favoritos." ■

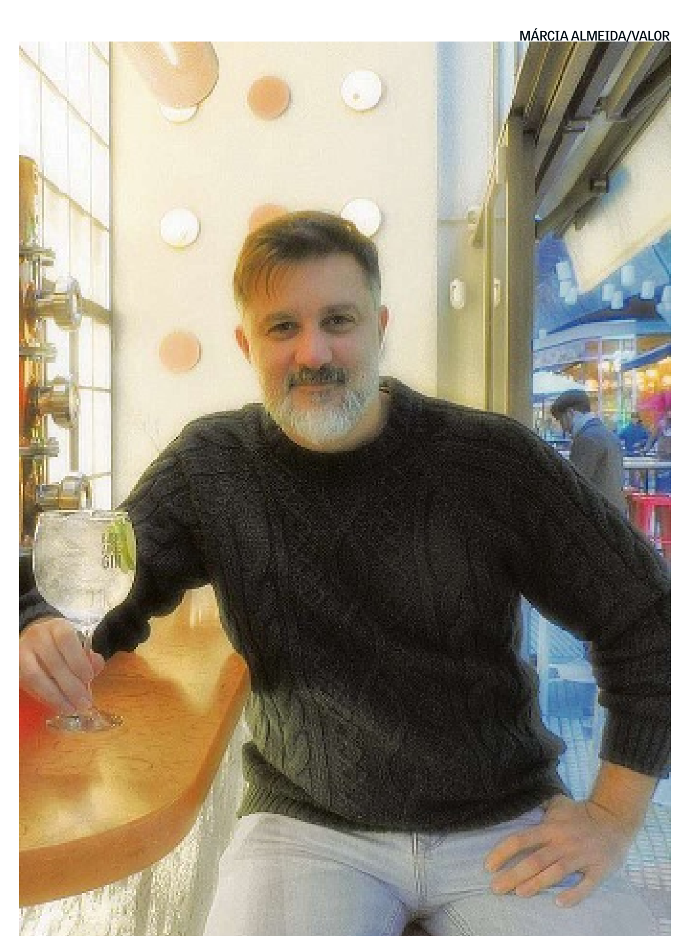
DIVULGAÇÃO





A marca Bosque é uma das que conquistou prêmio de melhor do mundo com o gim Alta Montaña

MÁRCIA ALMEIDA/VALOR



Franco Moretti no Bar Moretti, no Barrio Chino, em Buenos Aires

DIVULGAÇÃO



Colheita do zimbro em fazenda da Patagonia Argentina para a producao do gim Bosque

DIVULGAÇÃO



Destilador na fábrica em Chacarita da marca Moretti, cujo gim Buenos Aires ganhou prêmio de melhor do mundo em 2020

EU&

As redes dos artistas

Tecnologia Plataformas criam comunidades para que profissionais se ajudem. Por *Claudia Penteado*, para o Valor, do Rio

A busca de fortalecimento, desenvolvimento e sobretudo conhecimento e novas conexões vem estimulando a formação de comunidades no mundo das artes e da cultura.

Duas iniciativas foram lançadas recentemente no Brasil, para públicos distintos, mas com proposta e formato semelhantes: a Platore, uma plataforma aberta e gratuita criada por um grupo de atores para troca de informações sobre oportunidades profissionais; e a Transforma, plataforma paga lançada por profissionais do segmento audiovisual com o objetivo não só de conectar pessoas da área e reunir informações sobre editais e todo o imenso ecossistema ao seu redor, mas sobretudo ajudar no aprimoramento profissional, com a oferta de mentorias, cursos e masterclasses.

Idealizada pela atriz Nicole Cordery, a Platore é uma rede social que nasceu para se tornar uma verdadeira central de compartilhamento de oportunidades de trabalho, informações sobre audições e serviços secundários, promoção de conversas em fóruns. O acesso é gratuito a todos os atores que tenham DRT (registro profissional de artista). A intenção ostensiva é fortalecer a comunidade artística como um todo, às voltas com "uma crise muito latente", conforme descreve Cordery.

"O mercado não está gerando uma quantidade grande de oportunidades para atores profissionais. Temos cerca de 190 mil atores no mercado, enquanto ao longo de um ano entre mil e 2 mil notas fiscais foram emitidas por plataformas de streaming, por exemplo. Os editais são cada vez mais numerosos, mas contemplam cada vez menos gente, se você for pensar na proporção dos inscritos para os contemplados no teatro. Comecei a investigar e percebi que boa parte dos atores profissionais não vivem da profissão de ator, mas de planos B que vão desde fazer locução, como eu, até pintar paredes e dirigir Uber", diz Cordery.

A plataforma foi cedida gratuitamente pela Enablio, uma startup de educação que desenvolve plataformas e metodologias de ensino e atende principalmente a empresas.

Quando morou na França, Cordery costumava receber informações sobre audições via e-mail, assinando uma lista em que eram reunidas as oportunidades em Paris e imediações. No Brasil, ela nunca encontrou uma fonte que reunisse as oportunidades — o que é fruto, possivelmente, de um mercado em que as pessoas nunca foram muito unidas e coexistem em pequenas "bolhas".

A ideia da Platore não é somente publicar oportunidades de trabalho, mas também criá-las, a partir da troca de ideias. Já há mais de 500 pessoas cadastradas na plataforma.

"Pensei: e se a gente começar a criar novas formas de trabalhar e de monetizar? Então não há editais para contemplar todo mundo? OK. Como a Fernanda Montenegro fazia na época dela? Montava um espetáculo com dinheiro próprio e pegava a bilheteria. Então vamos nos organizar? O que podemos fazer conjuntamente, de forma refletida, e que nos remunere?", provoca.

A ideia é que os sindicatos de atores Brasil afora também se envolvam com a plataforma e participem das conversas, o que já vem ocorrendo com o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões de São Paulo (Sated). Sua vice-presidente, a atriz Gabrielle Araújo, diz que o sindicato está atento a iniciativas que mobilizem, unam, conectem e promovam a troca entre artistas.

Crescimento, acessibilidade e desenvolvimento do setor audiovisual estão no foco de outra plataforma digital lançada durante o Rio2C, a Transforma, que faz parte de um ecossistema denominado "Transformação Audiovisual" idealizado pela experiente dupla de produtores Dani Tolomei e Leo Edde.

Três categorias de valores de mensalidade dão direito a diferentes produtos e serviços como mentorias, masterclasses e cursos, mas uma versão gratuita permite o acesso a um feed que lembra uma rede social tradicional, onde as pessoas podem postar conteúdos — desde que relacionados ao tema.

A rede de networking entre profissionais promete ser um dos pontos fortes do projeto, segundo Tolomei, que é a CEO da plataforma. Ela diz que se inspirou na Stage32, uma plataforma global voltada para a indústria do entretenimento e que conta com mais de 1 milhão de usuários.

"A ideia é fazer pontes, conectar, ajudar as pessoas a criarem de fato uma rede de contatos profunda, com que se interessam, para que possam de fato se ajudar. As pessoas têm as mesmas dores no negócio: estruturar projetos, lidar com a complexidade dos editais, e assim por diante", observa a produtora.

Há iniciativas de comunidades de artistas com diferentes propostas e formatos mundo afora. Músicos do mundo inteiro podem, por exemplo, se conectar e estudar juntos no Tonic Music App, criado pelo violinista taiwanês-australiano Ray Chen. A troca e a conexão entre as pessoas é um valor maior do que a proposta de aprimoramento artístico dentro do projeto, costuma dizer o criador do projeto em depoimentos nas redes sociais.

Já a plataforma HitRecord, lançada pelo ator americano Joseph Gordon-Levitt, de filmes como "(500) Dias com Ela", permite que artistas de diferentes áreas do audiovisual colaborem em projetos criativos online. A Sofar Sounds é uma comunidade global de músicos e amantes da música que organiza shows intimistas em locais não tradicionais, conectando artistas a públicos novos e bastante engajados. ■

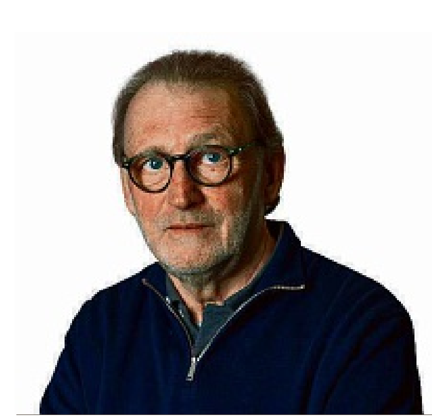
PHILLIP LAVRAS E ISADORA RELVAS/DIVULGAÇÃO



Nicole Cordery: "O que podemos fazer conjuntamente, de forma refletida, e que nos remunere?"

Vinho

Um sonhador com os pés no chão



Jorge Lucki

Matías Riccitelli elabora na Argentina vinhos que 'falam de terroir, de solos, de lugar e da interpretação desse lugar' e conquista prêmios

The Apple Doesn't Fall Far From The Tree é um nome algo insólito para um vinho, sobretudo em se tratando de vinho argentino. A opção, no entanto, corroborada pelo rótulo discreto desenhado com traços leves retratando uma árvore e a frase compondo a folhagem, não teve o intuito de atrair quem se deixa levar pela aparência externa da garrafa.

O que vale é o conteúdo — o vinho, logo em uma de suas primeiras safras, a 2014, ganhou o maior prêmio de sua categoria, Trophy, no Argentina Wine Awards (AWA) de 2016 — e o conceito atrás do nome, como explica Matías Riccitelli, seu mentor e dono da vinícola que o elabora: "Assim como uma maçã não cai longe da árvore, um vinho não pode ser elaborado sem uma história. Minha história reflete os ensinamentos de minha família e a paixão que caracteriza todos e cada um de nós".

Matías é filho de Jorge Riccitelli, enólogo premiado que foi diretor técnico da conhecida Bodegas Norton durante mais de duas décadas. Embora tenham uma relação muito próxima, Jorge garantia que não dava palpite no que o filho fazia; ficava de longe observando, orgulhoso, como pude notar quando nos encontramos durante a visita que fiz à vinícola de Matías numa das brechas do concurso da AWA, em 2014.

No dia seguinte, durante a premiação, em que nos sentamos coincidentemente lado a lado, ele não conseguiu conter a emoção, pulando feito uma criança com lágrimas nos olhos, ao ver o filho receber dois Trophys, o prêmio mais importante do concurso, coroando a noite que havia começado com duas medalhas de ouro — Matías repetiria o feito no mesmo certame dois anos depois, obtendo "ouro", o Trophy Regional com o ótimo semillon de vinhas velhas, opinião unânime entre os jurados, e um Trophy com o malbec The Apple Doesn't Fall Far From The Tree.

Em 2014, Matías, com 33 anos, já se destacava dentro da nova geração de profissionais que viria a mudar o cenário vitivinícola na Argentina. Em paralelo ao trabalho como enólogo ou consultor de vinícolas de médio e grande porte — àquela altura, era responsável pelos vinhos da prestigiada Fabre Montmayou —, ele desenvolvia, junto com a mulher, Gabriela, também enóloga, um trabalho mais autoral numa velha bodega alugada. Tendo acompanhado seus vinhos com particular interesse desde então, Riccitelli foi um dos nomes incontornáveis da seleta lista de produtores que elegi para revisitar com profundidade no meu roteiro por Mendoza, em 2019.

Vizinha ao Cheval des Andes, em Las Compuertas, uma das zonas mais altas e prestigiadas de Luján de Cuyo, de frente para um dos vinhedos que contorna a propriedade, com a Cordilheira mais ao fundo, a bodega já estava inteiramente restaurada: tudo "clean" e de bom gosto, com certas paredes coloridas e boa música tocando alguma playlist do momento, e, no que se refere às instalações técnicas, cubas de diversos tipos e tamanhos (nenhuma em inox e todas de pequeno volume para permitir vinificar parcelas separadamente) bem dispostas, dando a impressão de que o trabalho se desenvolvia em harmonia, num ambiente agradável com ótima energia.

No fundo, isso retratava o estilo do casal Riccitelli. Não fosse assim não conseguiriam dar conta de uma linha composta de 25 vinhos, que não se limitava a Luján de Cuyo, mas também (e sem dúvida) ao Valle do Uco e ao Vale do Rio Negro, na Patagônia, de onde sai, além de um bom malbec, um de seus melhores vinhos, caso do semillon, branco proveniente de um vinhedo plantado na década de 1960.

Se eu já achava extenso um portfólio de 25 rótulos, me surpreendi ao saber que hoje são 42, número que, risonho, Matías me contou na conversa exclusiva para o **Valor** que tivemos durante sua estadia em São Paulo, para participar da Feira Naturebas, realizada no fim de semana passado. Mesmo concordando que, embora a impecável qualidade de seus vinhos comprovasse que ele tinha tudo sob controle, perguntei por que tantos rótulos. A despeito de argumentar que exporta 70% da produção e nem todos são direcionados ao mesmo mercado — para o Brasil vêm 16, importados pela Berkmann —, na verdade, segundo ele, a razão principal é sua gana de elaborar vinhos que "falam de terroir, de solos, de lugar e da interpretação desse lugar". E, emendando, "a Argentina tem uma infinidade de lugares ainda para serem explorados". Tenho que concordar, Matías é um sonhador com os pés no chão.

Contando com 50 pessoas para ajudá-lo a tocar os 100 hectares de vinhedos (vinificados em duas bodegas, a original, em Las Compuertas, e outra próxima, fora uma na Patagônia compartilhada), a linha da vinícola se divide em três gamas: a Riccitelli, com uvas de Luján de Cuyo, onde manejam, entre outros vinhedos, 20 hectares de vinhas velhas (algumas arrendadas), que chegam a 100 anos de idade, e Valle de Uco, região na qual administram pequenas parcelas em altitudes que vão de 1.100 metros a 1.500 metros de altitude, utilizadas para compor vinhos tintos e brancos de terroir (nessa gama se inclui ainda o Riccitelli & Father, elaborado por Matías em conjunto com seu pai).

A segunda gama, a Old Vines From Patagônia, nove rótulos pelos quais Matías tem particular xodó (três estão no mercado brasileiro), ostenta o nome por ter origem em 20 hectares de vinhas velhas, situados em duas zonas tradicionais do Vale do Rio Negro, trecho norte da Patagônia argentina. Para chegar lá, ele pega um avião de Mendoza a Neuquén e anda mais 300 km de carro.

A terceira gama, mais recente, de 2019, denominada V.I.N.O., Viticultura Independiente Natural & Orgânica, nasce da necessidade de fazer vinhos com a mínima intervenção, princípio que, a rigor, Matías já trilhava, mas aqui segue de uma forma mais radical, resgatando métodos de elaboração antigos usando materiais nobres, como cubas de concreto, argila e toneis usados e foudres. As uvas provêm de vinhedos com cultivo orgânico e são vinificadas de forma espontânea com leveduras nativas, sendo engarrafadas sem filtração ou clarificação.

No que se refere a sulfitos, utilizam baixas quantidades nos rótulos This Is Not Another Lovely Wine (malbec e torrontés) e Invader (com castas meio esquecidas, caso da chenin blanc, garnacha e mesmo a semillon), reservando a linha Kung Fu para vinhos sem qualquer adição de compostos de enxofre. Não por acaso, foram estes os cinco vinhos apresentados na Feira Naturebas.

O senso diferenciado dos Riccitelli passa também pelo enoturismo. É talvez a única bodega com um restaurante em que não são servidos cortes tradicionais de carne argentina na grelha. Longe de ser uma refeição vegetariana, mas uma opção para quem vai fazer um roteiro em Mendoza e não aguenta mais comer churrasco todo dia.

DIVULGAÇÃO



Matías Riccitelli: "A Argentina tem uma infinidade de lugares ainda para serem explorados"

Jorge Lucki escreve neste espaço semanalmente

E-mail: Colaborador-jorge.lucki@valor.com.br ■

INÊS 249



AP

Uma década de luto

Esporte Dez anos após o 7x1 contra a Alemanha no Mineirão, futebol do Brasil ainda caminha a passos lentos. Por *Gílson Yoshioka*, para o Valor, de São Paulo

Por muito tempo, a derrota do Brasil para o Uruguai na final de 1950, no Maracanã, foi apontada por muitos como a mais dolorosa na história das Copas. No dia 8 de julho de 2014, a goleada da Alemanha por 7x1 na semifinal no Mineirão, no entanto, ganhou o posto de nosso maior trauma.

A data marcou um momento de transição: de uma geração de jogadores, como Júlio César e Fred, e treinadores (Felipão e Parreira) associada às conquistas das décadas anteriores para outra geração que, mesmo com a goleada, teve alguns remanescentes até o mundial de 2022.

Segundo o cronista Tostão, tricampeão mundial pelo Brasil em 1970, apesar da conquista do ouro inédito contra a Alemanha na Olimpíada em 2016 e do bicampeonato olímpico contra a Espanha em 2021, as marcas da derrota permanecem após uma década. "Continuam o luto e o fantasma dos 7x1, que só serão apagados após a conquista do campeonato mundial", afirma.

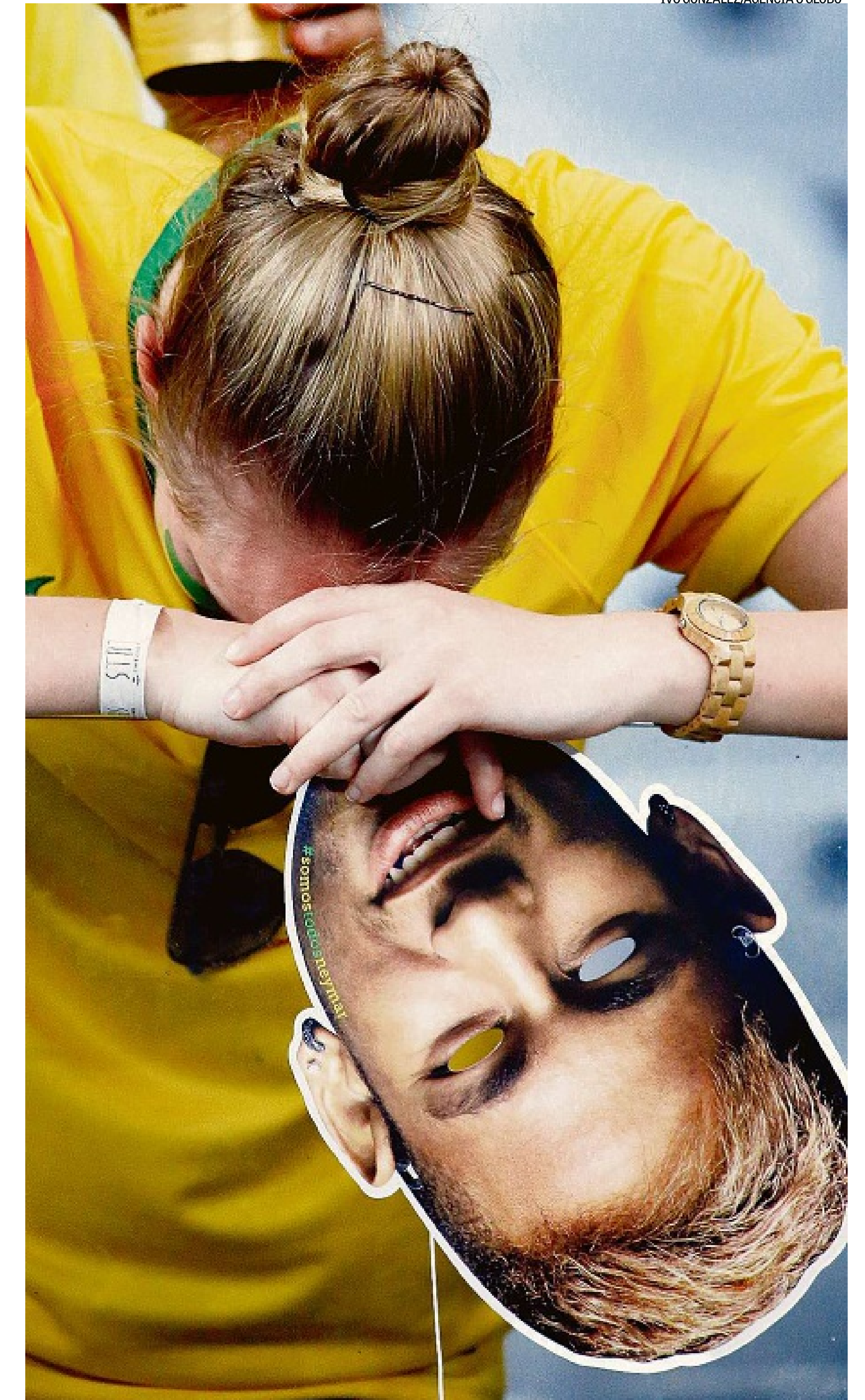
"Acostumamo-nos e nos acomodamos a problemas frequentes, crônicos no futebol, e nada é mudado: como o péssimo calendário, os gramados ruins, o excesso de faltas, o tumulto durante as partidas, os muitos erros dos árbitros, a demora do VAR para tomar decisões, o comportamento raivoso de alguns treinadores durante os jogos. Discute-se muito sobre tudo isso e nada é mudado. A tão esperada liga dos clubes nunca chega", diz.

Para o doutor em antropologia social Enrico Spaggiari, superar esse luto, em termos simbólicos, possivelmente vai exigir não só uma conquista, mas o advento de um novo período delas. "Trata-se de um luto que será revivido e reconstruído, de alguma forma, sempre que quisermos problematizar, criticar e reavaliar o futebol brasileiro, seja em momentos de derrota ou vitória. Derrotas tão marcantes acabam sendo incorporadas pelos novos discursos produzidos", analisa.

Os últimos dez anos foram tempos de esvaziamento da importância, credibilidade e do impacto social da CBF, diz Spaggiari. "A CBF tem colecionado polêmicas em diferentes frentes, [como nos casos de] corrupção e assédio, [além dos] fracassos em campo", afirma.

> "Nos acomodamos a problemas frequentes, crônicos no futebol, e nada é mudado"
> *Tostão*

IVO GONZALEZ/AGÊNCIA O GLOBO



Superar o luto vai exigir um período de conquistas, diz antropólogo Enrico Spaggiari

Para a jornalista e comentarista do SporTV Renata Mendonça, houve uma certa demora para o início das mudanças após o 7 a 1. Mendonça relembra o breve retorno de Dunga à seleção até a eliminação na fase de grupos na Copa América de 2016. "Era um treinador sem nenhuma experiência em clube. Nesse estágio do futebol mundial, ser jogador não te dá um diploma de treinador, não te garante uma qualidade de trabalho como treinador", diz.

O curso de formação de treinadores na CBF Academy é um dos pontos de evolução e pode contribuir para a renovação das novas gerações de treinadores, segundo Mendonça. "O Brasil passou muito tempo estacionado porque demorou para fazer o que todos os lugares do mundo começaram a fazer, que era ter opção de estudo. Nos últimos anos, até chegar o Tite, a seleção sempre recorria a antigos nomes [Parreira, Zagallo, Dunga e Felipão]", diz.

Segundo Mendonça, o ex-treinador da seleção contribuiu para o profissionalismo do cargo. "O Tite é o primeiro treinador a dar expediente na CBF. Todo dia ele estava lá assistindo a vídeos, monitorando jogadores, conversando com a sua comissão. O trabalho de treinador não pode ser mais só aquele de estar no campo na hora dos treinos e dos jogos", afirma.

Mendonça também vê uma nova postura a um tema que era considerado tabu: "Ainda tem um preconceito grande, não sei se a gente vai ver tão cedo um treinador estrangeiro assumindo a seleção, mas essa discussão já começou a acontecer", diz.

O jornalista britânico Tim Vickery, que se tornou um especialista em futebol do Brasil, vivendo no país há 30 anos, diz que nos dez anos desde o 7x1 houve uma reação, mas o processo foi, e continua, lento.

"A mudança no futebol doméstico



"O resultado é muito mais importante aqui do que na Inglaterra, na Europa" *Tim Vickery*

do Brasil é difícil, porque o técnico não tem segurança no emprego e não tem tempo para trabalhar, o calendário é insano, [e ainda há] as exigências da torcida", diz.

Para Vickery, o futebol brasileiro entrou em declínio quando o papel dos técnicos deixou de ter a mesma importância após a era mais vencedora. "O grande Zizinho, craque da Copa de 50, dizia que ele foi jogador em uma época de mente muito aberta, e havia várias revoluções em termos táticos", diz.

Com o sucesso em campo, o Brasil passou a acreditar que o talento bastaria para vencer as partidas, segundo Vickery. "O Brasil caiu na armadilha do sucesso. É fácil esquecer que o sucesso é um processo. Aí você começa a pensar que o sucesso é quase um direito de nascimento. Eu acho que o futebol brasileiro ficou preguiçoso mentalmente porque caiu nisso", afirma.

Vickery atribui ao fracasso da seleção no torneio mundial boa parte do distanciamento que se vê da torcida — ainda que reconheça outro elemento no fato de a maioria dos jogadores estar na Europa. "No Brasil, tudo é resultado. Então, com resultados decepcionantes, a grande maioria jogando fora, é muito difícil. A pressão só aumenta. O resultado é muito mais importante aqui do que, por exemplo, na América do Sul, na Inglaterra, na Europa", diz.

Apesar de todas as dificuldades dessa relação com a torcida, Vickery vê um ponto positivo: "Os atletas capazes de lidar com isso desenvolvem uma 'casca' muito forte. Não serve para todo mundo, claro, mas quem é capaz de conviver com isso fica muito, muito forte mentalmente".

Neymar, principal craque nos últimos anos, no entanto, esteve envolvido em muitas polêmicas tanto fora quanto dentro de campo. Vinícius Jr., que é um forte candidato hoje ao título de melhor jogador do mundo, foi alvo de xingamentos e ataques racistas sistemáticos recentemente.

De acordo com Spaggiari, a reação de Vinícius Jr. pode e deve ser considerada um exemplo de posicionamento firme e corajoso na luta conta o racismo, mas os tempos atuais, em que redes sociais têm papel tão importante na maneira como a informação é transmitida, demandam que a luta seja estendida a outras esferas.

Apesar da hegemonia de times brasileiros na Libertadores nos últimos cinco anos e do recorde de público em estádios (influenciado em grande medida pelo fim da pandemia), dentro de campo o futebol também, em aspectos técnicos e táticos, evolui lentamente. Não é por acaso que a presença de treinadores de outros países, antes rara, tenha se tornado tão mais comum.

"A contratação de técnicos portugueses e argentinos ajuda na melhoria do nosso futebol. Continuam os vícios ultrapassados na maneira de jogar, como deixar grandes espaços entre setores, não fazer uma boa marcação por pressão, jogar demais a bola na área para contar com a sorte, deixar vazios no meio de campo e outros detalhes", afirma Tostão.

MARCELO THEOBALD/EXTRA/AGÊNCIA O GLOBO



O 7 a 1 marcou um momento de transição de uma geração de atletas, como Júlio César, e treinadores

Segundo Tostão, embora o Manchester City e o Real Madrid, comandados por Pep Guardiola e Carlo Ancelotti, sejam os dois melhores times da atualidade, a Espanha e a Argentina são duas das raras equipes que seguem as mesmas estratégias de jogo dos dois técnicos.

Para Tostão, a Espanha é a única seleção que pressiona a maior parte do jogo, que tem mais o domínio da bola e espera o momento certo para acelerar em direção ao gol; com uma estratégia e um posicionamento tático parecido com o do time espanhol, o técnico argentino Scaloni tem a capacidade de fazer mudanças táticas de acordo com o momento do jogo.

Mas Tostão faz uma ressalva: "A importância dos treinadores é inquestionável, porém achar que tudo que acontece em uma partida é definido pelos técnicos, antes e durante os jogos, é uma visão equivocada e simplista e uma busca por heróis e vilões".

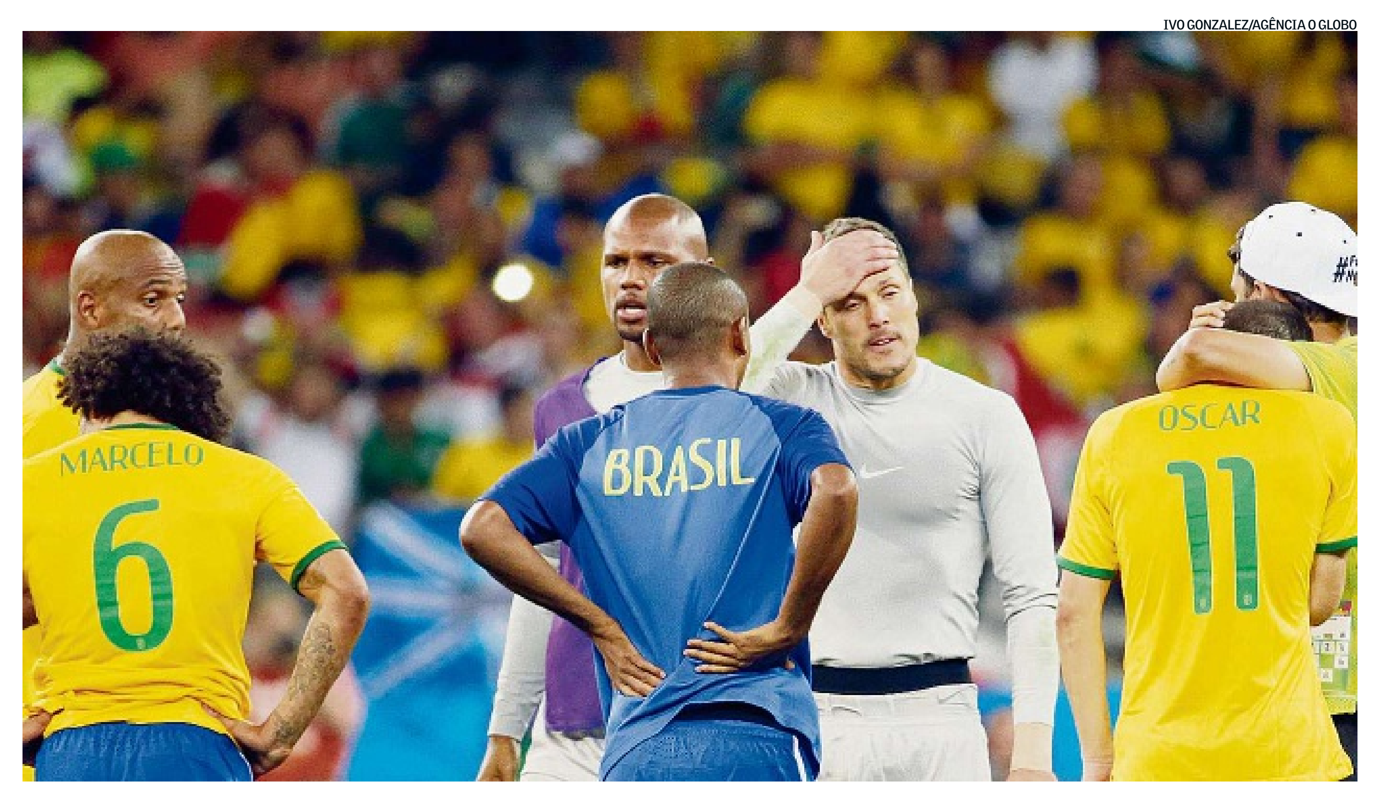
Ainda assim, ele acha que a troca de treinadores antes da Copa de 2014 foi equivocada. "Creio que Mano Menezes deveria ter continuado seu trabalho e sido o técnico da seleção na Copa", diz.

Com a contusão de Neymar, numa joelhada de Camilo Zúñiga, e a suspensão do capitão Thiago Silva pelo segundo cartão amarelo contra a Colômbia nas quartas-de-final, o time que enfrentou a Alemanha estava perdido em campo. "Enquanto o Brasil enchia o ataque de jogadores, deixando um enorme vazio no meio-campo, os alemães colocaram mais meio-campistas para ter o domínio da bola, do jogo, envolver o time brasileiro com troca de passes e fazer os sete gols", analisa Tostão.

Na Copa de 2018, Tite insistiu com o centroavante Gabriel Jesus, que não converteu nenhum gol, até a eliminação, entre outras convicções. Segundo Tostão, "contra a Bélgica, Tite demorou a perceber que o centroavante Lukaku se deslocava para a direita, acompanhado pelo zagueiro Miranda, deixando espaços pelo meio por onde o meio-campista De Bruyne avançava e fez um dos gols".

Já em 2022, para Tostão, o técnico errou ao não persistir com Vinícius Jr. contra a Croácia, porque, mesmo quando esteve apagado em algumas ocasiões no Real Madrid, o craque decidiu a partida no final. "Talvez falte a Tite e a vários outros treinadores apaixonados pela estratégia, pelo planejamento, a capacidade de, diante do

IVO GONZALEZ/AGÊNCIA O GLOBO



O 7 a 1, para Tostão, não foi por acaso: escancarou as nossas deficiências e o atraso na maneira de jogar futebol

David Luiz, capitão da seleção na semifinal entre Brasil e Alemanha

MARCELO THEOBALD/EXTRA/AGÊNCIA O GLOBO



inesperado, tomar rapidamente decisões diferentes que não foram ensaiadas. Isso é para pouquíssimos", diz.

De acordo com Tostão, mesmo após anos de experiência, profissionais de todas as áreas costumam cometer erros semelhantes. Os erros do técnico, portanto, não foram coincidência. "Tite deve sonhar até hoje com De Bruyne, da Bélgica, e com Modric, da Croácia, dois fatores decisivos e inesperados que foram importantes nas eliminações do Brasil nas duas últimas Copas do Mundo", afirma. Procurada, a assessoria de Tite não respondeu a pedidos para comentário.

Tostão acredita que o Brasil poderia aprender com um técnico estrangeiro. "Guardiola ou Ancelotti dariam uma enorme contribuição à seleção", diz. "Rinus Michel, Cruyff, Guardiola, Bielsa e vários outros ótimos treinadores espalhados pelo mundo compartilharam conhecimentos e transformaram a maneira de ver e de jogar, o que não significa que seja a única. A diversidade é fundamental em todas as atividades humanas."

Segundo Tim Vickery, não haveria motivos para polêmicas sobre o assunto porque os jogadores brasileiros já estão acostumados a jogar com técnicos estrangeiros no exterior. "Ancelotti tem flexibilidade e é capaz de construir um time de várias maneiras de acordo com os talentos disponíveis. Com certeza ele ia fazer a mesma coisa com a seleção brasileira. Ele tem a confiança de vários atletas que já jogaram com ele. E vamos ser sinceros: não tem um técnico brasileiro com um currículo que compete nem um pouquinho com o dele", diz.

A respeito dos "fora de série", Tostão afirma que "hoje, apesar dos excelentes jogadores na seleção, não temos esses craques nas laterais, no meio-campo e na posição de centroavante, em comparação com as melhores seleções do mundo".

"Essa é uma das razões de o Brasil não ter chegado à final das cinco últimas Copas do Mundo, de não ter há bastante tempo, desde Kaká, um jogador eleito como o melhor do mundo e de ter tido apenas um jogador, Vinícius Junior, na seleção mundial eleita pela Fifa do último ano."

Segundo Tostão, a falta do surgimento de novos talentos no meio-campo, "a alma e o cérebro de um time", deve-se à deficiente formação técnica nas categorias de base. "Valorizam demais os meias e atacantes dribladores, rápidos, que fazem gols, e esquecem dos meio-campistas, essenciais na formação de uma equipe. A estrutura individualista do futebol brasileiro é um reflexo do individualismo que impera na sociedade", diz.

Para Vickery, esses problemas no meio de campo começaram após o tetracampeonato em 1994. Com o sucesso dos volantes Dunga e Mauro Silva no mundial dos EUA, muitos seguiram o modelo da seleção de Parreira.

"Todo mundo embarcou nisso aí de dois jogadores protegendo e dois jogando. Aquela separação de funções no meio-campo", diz.

Vickery, no entanto, diz que os jogadores em outras equipes exercendo essa função não tinham a mesma qualidade da dupla. Assim, em vez de volantes, surgiram mais jogadores defensivos nesse setor. "Começaram a colocar mais zagueiros na frente dos zagueiros. Os jogadores fazendo essa função no futebol brasileiro viraram cães de guarda. Então, o jogo perdeu tudo, perdeu fluidez. E hoje em dia, eu acho que a gente está vendo outras maneiras de jogar", analisa.

Tostão diz que falta atenção às dificuldades emocionais dos atletas — "Há ainda um grande preconceito contra os psicólogos no futebol brasileiro" — e também o estímulo para que os jogadores sejam mais críticos, mais conscientes de suas virtudes e deficiências e mais inventivos.

Quanto à seleção atual, treinada por Dorival Júnior, Vickery diz: "Dorival vai ter que aprender o que é o futebol global, porque a carreira dele é toda no Brasil". Segundo Tostão, ainda é cedo para avaliar o trabalho do técnico.

"Acho ele uma pessoa correta, racional, equilibrada, com bons conhecimentos técnicos, mas receio que ele fique muito restrito a condutas habituais, repetitivas, restritas, acostumado apenas aos campeonatos nacionais e sul-americanos. Quase todos os jogadores da seleção atuam na Europa", diz.

O 7 a 1, para Tostão, não foi por acaso: escancarou as nossas deficiências e o atraso na maneira de jogar futebol. "Aprendemos com a goleada, mas ainda de uma maneira lenta, já que mesmo nas derrotas não perdemos a soberba de dizer que o Brasil é o país do futebol", analisa.

Alguma semelhança entre essa goleada e o jogo em que o Cruzeiro, então com um jovem de 19 anos chamado Tostão, colocou o Santos de Pelé na roda, impingindo-lhe um 6 a 2 na final da Taça Brasil de 1966? "Há uma diferença importante: o Cruzeiro goleou o melhor time do mundo, enquanto a Alemanha goleou uma seleção inferior a ela", diz. ■

INÊS 249

EU&

Vida longa e próspera

Saúde Biólogo investiga as possibilidades de aumentar a longevidade, em bom estado e além dos 100 anos. Por *Márcio Ferrari*, para o Valor, de São Paulo

MATHIAS SVOLD / DIVULGAÇÃO



"Animais nos trazem sugestões do que é possível e como chegar lá", diz Nicklas Brendborg

Quando ameaçadas, as pequenas águas-vivas Turritopsis regridem de sua forma adulta ao estado de pólipo e depois voltam a se desenvolver sem preservar nenhum sinal desse processo, que equivaleria a uma borboleta que volta a ser uma lagarta. Isso significa que a Turritopsis dá marcha à ré no tempo de vida. Vem daí o título "As águas-vivas envelhecem ao contrário", do biólogo molecular dinamarquês Nicklas Brendborg (tradução de Tiago Lyra, Rocco, 272 págs., R$ 69,90), finalista do prêmio da Royal Society para livros científicos em 2023.

Ao tratar do envelhecimento, em busca de uma possível fonte da juventude, o autor começa por observar o desenvolvimento de animais, muito além das águas-vivas. Entre exemplos surpreendentes está o tubarão-da-Groenlândia, um gigante de seis metros que, no caso de um espécime estudado por pesquisadores, chegou a 390 anos de vida e não dá sinais de que morrerá tão cedo.

Quanto aos humanos, escreve Brendborg, "envelhecemos exponencialmente; após a puberdade, nosso risco de morrer dobra mais ou menos a cada oito anos, e isso acontece à medida que nossa fisiologia vai aos poucos decaindo, tornando-nos cada vez mais frágeis".

Estamos ainda longe dos ratos-toupeira-pelados, que são imunes ao câncer. Como a longevidade dos tubarões-da-Groenlândia, os pequenos roedores levam a concluir que não existem "limites biológicos minimamente próximos à nossa atual expectativa de vida". Ou seja, teoricamente está a nosso alcance, talvez mais cedo do que imaginamos, comemorar aniversários na casa dos 100 ou mais.

O desafio é encontrar intervenções fisiológicas que garantam essa longevidade. Segundo Brendborg, os dados científicos mostram que o peso da hereditariedade é exíguo no processo de envelhecimento, mas seria possível encontrar no DNA genes vinculados à vida longa e, com isso, criar medicamentos que imitassem suas funções. Ainda são elucubrações, embora promissoras porque cortariam o mal pela raiz — ou seja, em vez de atacar uma doença de cada vez (câncer, Alzheimer, doenças cardíacas etc.), atacaria o fator central de todo envelhecimento.

Por enquanto, trata-se de concentrar esforços contra os radicais livres, moléculas altamente reativas que danificam outras ao se chocarem com elas. De acordo com Brendborg, nosso metabolismo "nos mantém vivos, mas também nos garante nosso envelhecimento e morte, já que produz os radicais livres", contra os quais atuam os antioxidantes.

Nada é tão simples, porém. Pesquisas mostram que os suplementos antioxidantes promovem a disseminação de determinados tipos de câncer. A queda de braço entre radicais livres e os antioxidantes leva ao princípio da hormese, fundamental quando se trata de envelhecimento. A palavra significa que certos benefícios à saúde dependem de um estresse ou sofrimento anterior, o que se verifica nos exercícios físicos e na dinâmica da longevidade.

No campo celular, o envelhecimento tem a ver com a autofagia, um mecanismo de "limpeza" que elimina moléculas ou componentes danificados. O processo falha na velhice, com o acúmulo de proteínas velhas e deterioradas. Mas já há experimentos com camundongos que aumentam a autofagia nas células, retardando o envelhecimento.

Outro mecanismo celular benéfico é o trabalho das mitocôndrias ao coletar a energia dos alimentos ingeridos por um determinado indivíduo, também um processo que se reduz com a idade. Novamente, os camundongos trazem a boa notícia: suplementos de uma substância chamada espermidina podem estimular a divisão das mitocôndrias. Talvez ainda mais promissoras sejam as intervenções nos telômeros, as extremidades dos cromossomos, um alicerce que determina o tempo de vida de nossas células.

A seguir, a entrevista concedida por e-mail por Brendborg.

Valor: *Muitos empecilhos à saúde já foram superados, e a longevidade do ser humano nunca foi tão extensa. Vai tornar-se comum viver mais do que 100 anos num futuro próximo?*

Nicklas Brendborg: Com certeza e provavelmente bastante além de 100.

Valor: *O sr. diz que o envelhecimento é muito mais do que podemos ver superficialmente. Qual é a verdadeira complexidade do processo e como ela dificulta a descoberta de meios para detê-lo?*

Brendborg: Quando envelhecemos, o funcionamento de todos os órgãos se deteriora e se torna menos eficiente. Mas pode ser difícil determinar se o declínio é isolado ou se o desgaste se espalha. Ou seja, nós tendemos a perder massa muscular e força durante o processo de envelhecimento, o que em geral leva as pessoas a se tornarem mais sedentárias. Por sua vez, isso pode prejudicar a saúde do cérebro, tanto por causa da queda no benefício provocado pelo aumento do fluxo sanguíneo quanto pelo fato de que as miocinas — substâncias segregadas pelo trabalho muscular — deixam de ter efeitos positivos no cérebro.

Valor: *O cérebro é o órgão central do envelhecimento?*

Brendborg: Quando se observa uma pessoa com funções cognitivas em queda, parte do declínio certamente deriva de processos cerebrais, mas o desempenho debilitado de outros órgãos, além dos efeitos no desgaste geral, também influi no cérebro. É importante ter isso em mente ao fazer intervenções.

Valor: *Quais são as principais falácias sobre o envelhecimento?*

Brendborg: Que é inevitável ou impossível de alterar. Temos índices de envelhecimento altamente diversos e, se nos debruçarmos sobre o reino animal, há aqueles que envelhecem rapidamente, lentamente, gradualmente, inversamente e até os que simplesmente não envelhecem.

Valor: *Quais são os fatores fundamentais do envelhecimento no corpo humano?*

Brendborg: A verdade é que não sabemos. No nível celular há fatores como a informação epigenética, telômeros, habilidade de fazer autofagia e outros que descrevo no livro. Mas qual deles tem mais importância é ainda uma questão em aberto e sem dúvida há outros fatores a serem descobertos.

Valor: *O sr. diz que a genética é superestimada como fator de envelhecimento. Por quê?*

Brendborg: A maioria dos estudos sobre a hereditariedade na duração da vida revela que seu papel é surpreendentemente pequeno. Nas pesquisas de larga escala, há maior correlação entre cônjuges do que entre irmãos de sexo oposto.

Valor: *Hipoteticamente, seria possível deter uma fonte de envelhecimento sem abrir caminho para outros males?*

Brendborg: Sim. Conhecemos vários animais organicamente complexos que vivem muito mais do que nós em estado de boa saúde.

Valor: *Como o estudo de animais que vivem mais do que os humanos pode ajudar a descobrir modos de estender nossas vidas?*

Brendborg: Os animais são uma fonte fundamental de inspiração para a biologia porque nos trazem sugestões do que é possível e como chegar lá. Se o tubarão-da- Groenlândia pode viver centenas de anos, isso significa que vidas muito mais longas do que as dos seres humanos não são impossíveis biologicamente. A partir daí, é uma questão de descobrir por que, e com isso usar essa informação para criar novos tratamentos para nós.

Valor: *É possível reprogramar células para reverter o processo de envelhecimento?*

Brendborg: Já há até cientistas trabalhando na transferência dos processos celulares para o organismo de animais.

Valor: *Por que a hormese é tão importante quando se trata do processo de envelhecimento?*

Brendborg: Pode ser intuitivo pensar que a desaceleração do envelhecimento signifique proteger o corpo de todo tipo de mal. Mas a biologia é complexa, e certos estímulos nocivos ou estressantes podem, indiretamente, melhorar a saúde. Tome-se o exemplo do exercício físico. Quando se faz uma corrida, o pulso aumenta, assim como o batimento cardíaco, e os músculos, ossos e pulmões são forçados. Eis por que não é sempre que sentimos prazer com os exercícios. No entanto, uma vez concluídos, o corpo percebe o desgaste como uma espécie de sinal de que precisa se recompor. Assim são ativados os processos para reparar os prejuízos e recuperar os tecidos. Isso significa que, depois de se restabelecer, a pessoa terá fortalecido os músculos, ossos, coração etc. Isto é, termina-se mais forte, mas é preciso um pouco de dano físico para chegar lá.

Valor: *Quais são as técnicas mais promissoras para deter ou reverter o envelhecimento?*

Brendborg: Atualmente, a otimização de três fatores: nutrição, exercício e sono. Outras intervenções podem ir de usar fio dental [porque a periodontite pode prejudicar o funcionamento do coração] até se tornar um doador de sangue [por reduzir a quantidade excessiva de ferro no organismo], evitar a solidão e ingerir suplementos.

Valor: *Métodos eficientes contra o envelhecimento ainda podem levar tempo para ser descobertos? Qual é sua estimativa?*

Brendborg: É bem provável que esses métodos possam ser testemunhados pela geração atual. Mas isso dependerá de muito trabalho e de pessoas talentosas que dediquem suas vidas a esse esforço. ■

Série retrata a origem do Comando Vermelho

TV 'O Jogo que Mudou a História' recria a cidade do Rio de Janeiro dos anos 1970. Por *Luciano Buarque de Holanda*, para o Valor, de São Paulo

DIVULGAÇÃO



"O Jogo que Mudou a História" se destaca por sua atmosfera tensa, seu realismo brutal

A história das facções criminosas no Rio de Janeiro e no resto do país teve início em meados de 1979, no Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande, Angra dos Reis. O "caldeirão do inferno", como também era chamado o antigo presídio, foi demolido em 1994.

Foi lá que surgiu a Falange Vermelha, mais tarde rebatizada de Comando Vermelho. Fruto do convívio diário entre presos comuns e combatentes políticos, a organização tinha como objetivo pôr um pouco de ordem no caos, uma vez que as autoridades não tinham a mesma intenção, numa época em que "direitos humanos" eram vistos como coisas de comunista.

O CV implantou um caixa interno para financiar as atividades do grupo, de planos de fuga e subornos a melhorias gerais no ambiente carcerário.

Sob o lema "Paz, Justiça e Liberdade", sua influência se estendeu para além dos limites da prisão: da cadeia, seus líderes interferiram nos assuntos de suas respectivas comunidades, encomendavam crimes e comandavam o narcotráfico Brasil afora. Logo, surgiriam outras facções, tanto aliadas ou rivais — entre elas o PCC.

Parceria do Globoplay com a divisão audiovisual da ONG AfroReggae, a minissérie "O Jogo que Mudou a História" recria essa história em dez episódios, tomando a liberdade de substituir personagens reais por fictícios.

O mesmo ocorre com certas localidades: as favelas fictícias de Padre Nosso, Parada Geral e Morro da Promessa tomam emprestado elementos das comunidades de Vigário Geral, Parada de Lucas e Morro do Juramento.

O recurso torna a narrativa mais flexível para melhor efeito dramático, mas, de uma forma ou outra, tudo se baseia na realidade.

O Jogo que Mudou a História
Brasil - 2024. Criador: José Júnior. Onde: Globoplay
★★★★☆

Jonathan Azevedo ("Ilha de Ferro") interpreta Gilsinho, espécie de Robin Hood do tráfico, adorado em sua comunidade, respeitado na Ilha Grande, não apenas por sua reputação no crime, mas também pelo seu traquejo social. Ele é inspirado no famoso Escadinha (1956-2004). Bukassa Kabengele ("Carandiru: O Filme") vive o articulado Mestre, baseado em William da Silva Lima (1942-2019), vulgo Professor, um dos fundadores do CV e autor do livro "400 x 1: Uma história do Comando Vermelho". Babu Santana ("Tim Maia") faz Hoffman, criado à semelhança de Bagulhão (1952-1992), que sugeriu o nome Falange Vermelha, notório pela selvageria de seus métodos de intimidação.

Rômulo Braga ("DNA do Crime") fica a cargo de Chico da Cavanha, versão livre do lendário Zé Bigode (1948-1981), que nos anos 1980 teve parte num tiroteio contra 400 policiais, o incidente que inspirou o título do livro de William da Silva Lima.

"400 x 1" já havia sido adaptado ao cinema em 2010, e o filme "Quase Dois Irmãos" (2009) abordou o mesmo tema. A série de José Júnior ("Arcanjo Renegado"), com direção geral de Heitor Dhalia ("Serra Pelada", "O Cheiro do Ralo"), entretanto, se destaca por sua atmosfera tensa, seu realismo brutal, capaz de chocar espectadores mais sensíveis.

Rodado em alguns presídios ativos e inativos, "O Jogo que Mudou a História" contém cenas de mutilações, estupro coletivo, muita violência explícita, em síntese, incluindo um jogo de futebol repulsivo fechando o primeiro episódio.

Com participação de moradores de comunidades e ex-presidiários, o elenco inclui Alli Willow ("Bacurau"), Raphael Logam ("Impuros"), Ravel Andrade ("Não Pare na Pista"), Otávio Muller ("Alemão"), Natália Lage ("O Homem do Ano") e Júlio Andrade ("Betinho - No Fio da Navalha"). ■

Uma nova vingança

Cinema Superprodução francesa adapta mais uma vez o clássico ‘O Conde de Monte Cristo’. Por *Elaine Guerini*, para o Valor, de Cannes

Mais de 20 filmes já recorreram ao imaginário de “O Conde de Monte Cristo” para reescrever nas telas um dos maiores clássicos da literatura sobre traição, vingança e redenção. Com tantas adaptações da obra-prima do francês Alexandre Dumas (1802-1870), desde títulos do cinema mudo até à superprodução hollywoodiana de 2002, como surpreender o espectador de hoje com a mesma trama — o homem injustiçado que volta disfarçado para se vingar dos inimigos 14 anos depois?

“O enredo de Dumas permite explorar algo genial no cinema, sobretudo quando Edmond Dantès cria um teatro e uma artificialidade em torno de si mesmo. Toda a sua arena é inventada. O conde não existe e nem o seu castelo”, diz Alexandre de La Patellière, de 53 anos, coautor e codiretor do novo “O Conde de Monte Cristo”, o filme francês mais caro do ano, orçado em € 43 milhões.

“O personagem é uma espécie de cineasta e de ator que encena a sua vida e a sua revanche, o que nos dá uma grande licença para reinventar o que quisermos”, diz La Patellière, parceiro de Matthieu Delaporte na empreitada.

Projetado fora de competição na 77ª edição do Festival de Cannes, “O Conde de Monte Cristo” dá ênfase à grandiosidade das paisagens, dos cenários e figurinos, como se quisesse fazê-la contrastar com a mesquinhez dos sentimentos humanos. Isso vale tanto para os colegas invejosos de Dantès, que armam um complô para que ele seja acusado de apoiar um exilado político (Napoleão Bonaparte), quanto para o protagonista. Cego pelo ódio e pelo desejo de desforra, Dantès perde a alma no processo.

“Revivemos aqui a extravagância do Technicolor”, afirma La Patellière, referindo-se à coloração explosiva do processo cinematográfico empregado em Hollywood até os anos 50. “Como Alfred Hitchcock fez em ‘Intriga Internacional’ [1959], com o avião que persegue Cary Grant voando pelo céu saturado de azul, queríamos que a vingança sombria de Dantès tomasse forma em um cenário sufocado pela cor”, diz o diretor, interessado em uma reinterpretação “moderna, palpitante e obscura” da obra de Dumas.



DIVULGAÇÃO

Pierre Niney encarna o injustiçado Edmond Dantès nesta nova adaptação do livro de Alexandre Dumas

Com o selo Pathé, uma das principais produtoras e distribuidoras da França, as aventuras e desventuras do jovem marinheiro levado injustamente à prisão confirma o poder inspirador da obra literária, publicada como folhetim de 1844 a 1846. Quando adaptada com esmero e criatividade nas telas, como é o caso aqui, mesmo que muitos já conheçam a história, “O Conde de Monte Cristo” continua seduzindo a plateia, principalmente nos dias atuais, quando Hollywood deixou de apostar no cinema mais clássico, deixando que as produções europeias explorem o filão.

Com a missão de resgatar o “cinema popular com qualidade”, o longa-metragem com três horas de duração foi colocado à prova no último fim de semana. Ainda sem data para estrear no Brasil, a superprodução chegou às telas francesas, em mais de 600 salas, quase o mesmo número de cópias de “Divertidamente 2”, com a qual a Disney-Pixar espera arrecadar mais de US$ 1 bilhão mundialmente. Lançado estrategicamente durante a Fête du Cinéma, quando o ingresso do cinema caiu para € 5 em toda a França, “O Conde de Monte Cristo” atraiu mais de 670 mil espectadores em três dias.

“Como o livro existirá para sempre, com filmes antes e depois do nosso, o importante foi buscar a versão mais pessoal possível”, diz Matthieu Delaporte, de 52 anos, acrescentando que não foi preciso avaliar as transposições cinematográficas anteriores para se distanciar delas.

As mais reconhecidas são as produções francesas realizadas por Robert Vernay, em 1943 e 1954, e os títulos hollywoodianos assinados por Rowland V. Lee, em 1934, e por Kevin Reynolds, em 2002 (com Jim Caviezel no papel principal). Houve ainda mais de 25 produções televisivas, realizadas em diversas partes do mundo, como a minissérie de quatro partes de 1998, com Gérard Depardieu como protagonista.

“Um romance como ‘O Conde de Monte Cristo’, de aproximadamente 1.400 páginas, renderia um roteiro de pelo menos 3 mil páginas. Como o roteirista precisa se conter em 300 páginas, é uma obrigação fazer escolhas, o que inevitavelmente garante adaptações com olhares distintos”, diz Delaporte, mais conhecido por ter assinado o roteiro de duas superproduções francesas recentes, também baseadas em Dumas.

Em parceria com La Patellière, ele escreveu “Os Três Mosqueteiros: D’Artagnan” e “Os Três Mosqueteiros: Milady”, clássicos de capa e espada que arrecadaram no ano passado US$ 35 milhões e US$ 21,7 milhões, respectivamente, ao redor do globo.

Para encarnar Dantès, que escapa da prisão e descobre um tesouro, ascendendo assim ao título de conde, Delaporte e La Patellière escolheram Pierre Niney, o que foi uma surpresa. Talvez o retrato frágil que o ator pintou do personagem-título de “Yves Saint Laurent”, em 2014, tenha ajudado a afastá-lo da imagem do herói, o que acabou funcionando em “O Conde de Monte Cristo”, onde o foco cai na psique obscura do protagonista.

“Tentei não deixar que Dantès, uma figura venerada na literatura francesa, pesasse sobre os meus ombros. Por vir do teatro, onde interpretamos muitos personagens clássicos, de Molière, Racine ou Corneille, isso me ajudou a dessacralizá-lo”, afirma Niney, de 35 anos, que se mostrou impecável na construção psicológica do protagonista.

“O arco do personagem é maravilhoso para um ator. Dantès perde a inocência ao ser traído, enfrentando o sofrimento físico e mental. Ele chega ao desespero e quase à loucura. Em um momento, pensa ser um Deus e, no outro, o Diabo. São muitas as questões profundas e filosóficas que envolvem Dantès: ele é um justiceiro ou um monstro?”, diz Niney.

O fato de Dantès-Monte Cristo se tornar um dos homens mais ricos do mundo, usando a sua fortuna para facilitar a missão de vingador, pode fazer com que o espectador o associe a Bruce Wayne-Batman. “Nós podemos pensar que o filme faz referências a Batman, mas é o contrário. Batman é herdeiro do Conde de Monte Cristo”, diz Niney, embora não exista prova disso.

Bob Kane (1915-1998), o criador de Batman, costumava dizer que o Homem-Morcego foi inspirado no projeto da máquina voadora de Leonardo da Vinci, o “ornitóptero”. “Basta voltar ao romance de Dumas para perceber de onde vem a ideia de um personagem soturno e trágico que lança mão de recursos próprios para bancar o justiceiro”, afirma o ator. ■

É Tudo Verdade

A reinvenção de Heloisa Teixeira



Amir Labaki

Intelectual eleita para a ABL no ano passado está no centro de vários projetos em andamento de filmes e séries documentais

Expandindo a fórmula célebre de Ezra Pound, alguns raros críticos também são “antenas” da experiência humana. Há mais de meio século um dos melhores exemplos por aqui é Heloisa Teixeira, até o ano passado conhecida como Heloisa Buarque de Hollanda.

Empossada há pouco mais de um ano na Academia Brasileira de Letras, às vésperas de completar 85 anos no fim deste mês, o antigo namoro de Heloisa com o cinema parece agora ter ficado firme. Ela está ao centro de vários projetos em andamento de filmes e séries documentais, retornando mesmo à cadeira de diretora que brevemente experimentou entre os anos 1970 e 1980 (“Xarabovalha”; “Dr. Alceu”).

Um deles foi lançado na abertura no Rio do É Tudo Verdade deste ano: “Um Filme para Beatrice”, de Helena Solberg, no qual Heloisa é uma das mais provocadoras entrevistadas pela cineasta sua contemporânea sobre a condição das mulheres hoje.

Exibido no Festival do Rio de 2023 e disponível já em streaming (Now/Claro), “Helô” é seu primeiro retrato fílmico exclusivo. Dirigido por seu filho Lula Buarque de Hollanda, experiente documentarista de filmes sobre Gilberto Gil e Pierre Verger, entre outros, tem a sabedoria de incorporar à narrativa essa dimensão familiar. Assume assim uma dimensão autorreflexiva essencial à vida e obra da retratada.

A própria Heloisa explicita o jogo, numa roda de conversa com a equipe do filme, da qual participam a roteirista Isabel de Luca, a coeditora Jordana Berg e Lula. Ela cobra maior presença em tela do diretor. “Ele está filmando a mãe dele. Ele está fazendo um filme sobre ele. É claro.”

É claro, é também isso, mas não principalmente assim. Explicitada essa dimensão autobiográfica, “Helô” é um documentário sobre Heloisa pelas lentes de Lula, contudo jamais hesita quanto ao foco essencial sobre sua protagonista.



DIVULGAÇÃO

Heloisa Teixeira e o filho Lula Buarque de Hollanda no documentário “Helô”

O filme alterna-se entre os registros do cotidiano dela, incluído o próprio processo de filmagem, e a reconstituição de sua trajetória, por meio de entrevistas e arquivos privados e públicos.

Eis a já desconfortável aluna da elite carioca do Colégio Sion, a formação em letras clássicas, o primeiro período acadêmico nos EUA. Eis a companheira de viagem da primavera cultural (Cinema Novo, Arena, Oficina e Opinião, tropicalismo) entre o golpe (1964) e o AI-5 (1968), a anfitriã da mítica festa de Réveillon que prenunciou no Rio a efervescência de 1968, a pioneira organizadora da antologia hoje clássica dos poetas da geração mimeógrafo ou marginal.

Eis a reflexão sobre as “patrulhas ideológicas” no Brasil da abertura na virada dos anos 1970 para os 80, a paixão pela arquitetura, o flerte efêmero com o cinema, o segundo período americano e o “aggiornamento” nos estudos de sociologia da cultura quanto as produções invisibilizadas (afros, indígenas, femininas, queer) e a terceira onda feminista.

Ei-la a partir dos anos 1990 libertando-se do incômodo perfil universitário tradicional, mergulhando na cultura urbana moderna das então “favelas”, no violento fim de século XX brasileiro, para fundar na UFRJ o laboratório da Universidade das Quebradas, e já nos anos 2000, reposicionando-se frente a “potência coletiva e horizontal” dos feminismos de uma nova geração.

A incessante autorreinvenção de Heloisa alcançou novo patamar simbólico há exatamente um ano ao rebatizar-se. Aposentou-se o velho nome, “Heloisa Buarque de Hollanda”, adotado do primeiro marido, e apresentou-se “Heloisa Teixeira”, a partir do sobrenome materno. “Uma nova mulher. Sem marido, sem pai”, define-se.

É como “meu último ato” que ela comenta sua eleição no ano passado como apenas a décima mulher a adentrar a Academia Brasileira de Letras (ABL). Oscila entre o irônico e o premonitório vê-la destacar entre seus escritos prediletos o ensaio “A roupa de Rachel: Um estudo sem importância”, sobre as peripécias para adaptar o figurino patriarcal do fardão da ABL à primeira mulher eleita, a escritora cearense Rachel de Queiroz (1910-2003), em 1977.

Indagada por Jordana Berg quanto a que filme faria sobre si mesma, Heloisa Teixeira adianta um valioso autorretrato da crítica quando vivida. “Eu faria um filme sobre os outros. Sobre quem eu escuto, digamos. É neto, é amigo, os quebradeiros. Mas não sobre o que eles pensam sobre mim. Eu faria eles por eles mesmos.” Formaria um belo díptico com o tão amoroso quanto arguto “Helô”.

Amir Labaki é diretor-fundador do É Tudo Verdade — Festival Internacional de Documentários.

E-mail: labaki@etudoverdade.com.br
Site do festival: www.etudoverdade.com.br ■

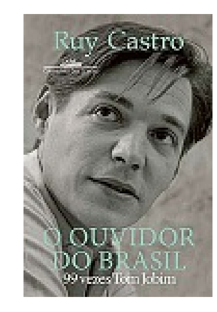
INÊS 249



LIVROS

O outro mundo de Tom Jobim

Crônicas de Ruy Castro se concentram em conversas de bastidores. Por *Eduardo Magossi*, de São Paulo



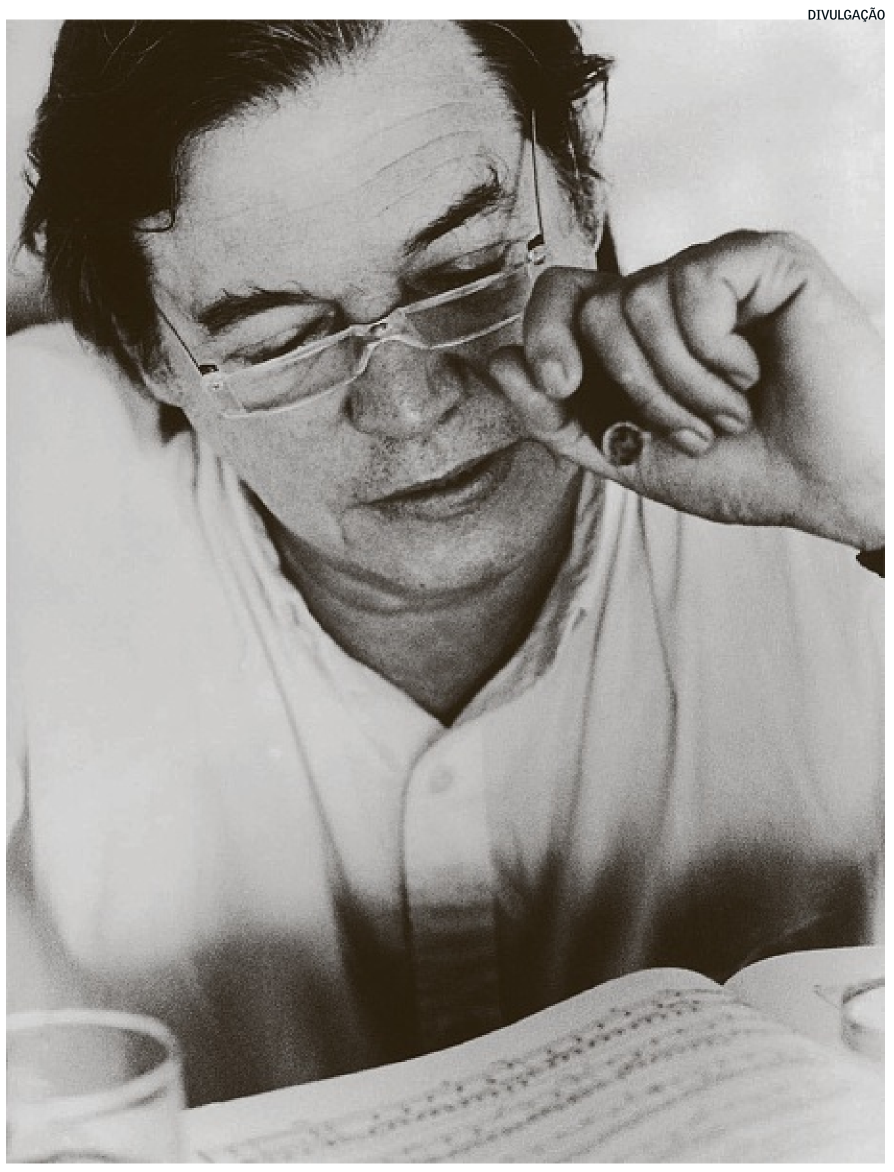
O ouvidor do Brasil
Ruy Castro
Companhia das Letras
232 págs., R$ 69,90

Em 1993, o músico e compositor Antonio Carlos Jobim (1927-1994) quase ocupou a cadeira que ficou vaga com a morte do jornalista Austregésilo de Athayde na Academia Brasileira de Letras (ABL). Animado com o convite, Jobim foi até a ABL e lançou sua candidatura. Porém, antes de ela se tornar pública, ao saber que o escritor Antonio Callado, amigo do músico, também iria concorrer à vaga, prontamente saiu da disputa, abrindo caminho para a vitória do intelectual.

"Callado tem preferência", teria dito o músico, que teria deixado para mais tarde sua candidatura, segundo crônica do jornalista Ruy Castro, umas das 99 que compõem o livro "O ouvidor do Brasil - 99 vezes Tom Jobim". Não deu tempo. Faleceu oito meses depois de uma complicação de uma cirurgia cardíaca, deixando uma obra imensa.

Focado em conversas de bastidores, fruto da convivência de Castro com o músico durante mais de 25 anos, a maioria das crônicas foi publicada originalmente no jornal "Folha de S.Paulo", entre 2003 e 2023. Elas revelam detalhes importantes na composição da personalidade do homem por trás do músico.

Acostumados à sua música, presente em praticamente todos os países do mundo, em todos os formatos, é instigante descobrir o outro mundo do músico. Por exemplo, em sua casa quase não havia livros sobre música, mas dicionários e obras de poesia, essenciais para burilar versos.


DIVULGAÇÃO

Tom Jobim: 'aquele que ouve, atento aos valores ambientais e culturais' do Brasil, segundo Castro

O título do livro já é um sinal do recorte feito por Castro. Ele considera Tom um "ouvidor do Brasil, aquele que ouve, atento aos valores ambientais e culturais, pronto para defendê-lo". Segundo o escritor, Tom era um "voluntário da pátria", principalmente na questão ambiental.

É surpreendente notar o número de canções que falam da natureza em sua obra: "Corcovado", "Chovendo na Roseira", "O Boto", "Wave", "Águas de Março", "Correnteza", "Passarim", só para citar algumas. "Toda minha obra é inspirada na Mata Atlântica. Os 5% ou 7% que sobraram dela", dizia ele, segundo o cronista.

Castro revela que Tom era um excelente piador, imitando a voz dos pássaros por meio de um pio, instrumento de sopro feito artesanalmente. Para cada pássaro, um pio. Vivia no meio do mato e sabia identificar grande variedade de pássaros e suas subespécies, até de urubus. Andando pelo Central Park, em Nova York, Tom, nas palavras do autor, "promovia uma congregação binacional entre os passarinhos americanos e brasileiros, identificando-os pelo canto e chamando-os por seus nomes em inglês e português".

Tom Jobim foi pioneiro em defender o meio ambiente no Brasil em um momento em que pouca gente sabia o significado da palavra ecologia. Em prosa fluente e que prende o leitor desde a primeira linha, Castro lembra que, nos anos 70, Tom era considerado "chato" pelos jornalistas da grande imprensa porque sempre voltava no tempo ambiental, e eles se recusavam a entrevistá-lo.

Uma das crônicas mais engraçadas é a em que Castro narra que João Gilberto quis subir pelas paredes quando Frank Sinatra convidou Tom para gravar um disco. E convidou Tom para tocar violão no disco, o instrumento de Gilberto!

Também é bem-humorada a história de que Tom tinha fixação por palavras iniciadas em "al". Tom dizia que elas revelavam a influência árabe na Península Ibérica e, consequentemente, no Brasil. E ia enumerando "alaúde, alazão, alcachofra, alcaçuz, álcool", quando alguém o interrompia: Al Capone. Tom apenas ria.

Ele não gostava de falar de política. Castro se recorda de Jobim falar de forma bem-humorada da então prefeita de São Paulo, Luiza Erundina. "Dizem que eu fiquei a cara dela", divertia-se.

Nos anos 70, comprou um sítio perto de Teresópolis onde conseguiu replantar metade da vegetação dizimada pelo desflorestamento. Cenário de canções como "Chovendo na Roseira", em que cita o "riachinho de água esperta", o sítio foi destruído pela enchente que arrasou a região em 2011, incluindo seu piano de parede.

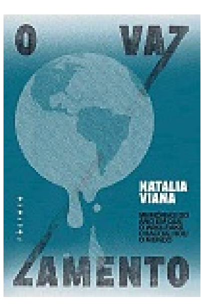
Nem todas as crônicas versam especialmente sobre Tom, mas ele sempre está presente de alguma forma. Em texto sobre os motivos da escassez de novos pianistas, Castro conta que Jobim tinha dois pianos de cauda em sua casa no Jardim Botânico, outro no seu apartamento em Nova York e outro no sítio, que foi destruído. Então se pergunta onde estariam os instrumentos de outros músicos, como o violão exclusivo Tárrega feito pela Di Giorgio para João Gilberto.

Castro revela que a frase "O Brasil não é para principiantes" foi cunhada por Tom a partir de um livro editado nos anos 60, chamado "Brasil para principiantes", que era um manual das vigarices que os brasileiros praticavam uns nos outros. Tom dizia: Num lugar onde traficantes cheiram, prostitutas gozam, o dinheiro é de cabeça para baixo, o país inteiro se equilibra naquela pontinha do Chuí e, para se manter no poder, políticos de esquerda se juntam aos de direita, e vice-versa, o Brasil pode ser para qualquer um, menos para principiantes.

O livro desmente alguns mitos, como o de que Dolores Duran teria ouvido Tom tocar uma melodia ao piano e, imediatamente, teria pego seu lápis de sobrancelha e escrito "Por causa de você" ali mesmo em um lenço de papel, o que o autor considera impossível.

Entre a revelação de qual era o epitáfio escolhido por Tom e onde fica sua árvore favorita, Castro conta que o músico tinha pavor de avião e só embarcava via aérea se fosse extremamente necessário. Tom foi escolhido para nomear o Aeroporto Internacional Tom Jobim-Galeão. "Ele iria odiar", sentencia o autor. ■

Lançamentos



O vazamento
Natalia Viana
Fósforo
344 págs., R$ 89,90

O vazamento em 2011 de arquivos confidenciais e militares dos EUA, que ficou conhecido como "Cablegate", teve novo episódio com a soltura do australiano Julian Assange, após acordo com o Departamento de Justiça americano. Assange fundou o WikiLeaks, responsável pelo vazamento. Neste livro, a jornalista Natalia Viana conta sua participação como a única brasileira do "Cablegate", responsável por elaborar e coordenar a divulgação dos telegramas das embaixadas americanas relativos ao Brasil. Suas memórias são um thriller que narra da incerteza e solidão dos dias pré-vazamento a uma longa viagem pelo Caribe para articular a segunda fase do projeto.



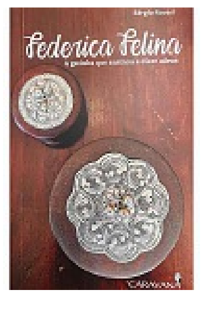
Quem vai te ouvir gritar
Vários. Curador: Jordan Peele
Trad.: Carolina Cândido e outros
Suma, 328 págs., R$ 84,90

Uma jovem mergulha nas profundezas da Terra em busca do demônio que matou seus pais. Dois passageiros fazem uma viagem de ônibus que os deixa presos em uma estrada no Alabama. Ali, grandes perturbações os aguardam. São duas das histórias de horror, baseadas na realidade brutal do racismo e da desigualdade social, que integram esta coletânea com curadoria de Jordan Peele (o diretor de "Corra!") e John Joseph Adams. Peele assina a introdução do livro, que reúne escritores como N. K. Jemisin, P. Djèlí Clark, Nnedi Okorafor e Nalo Hopkinson, numa obra que ressignifica os conceitos de horror e medo.



O livro africano sem título
Bunseki Fu-Kiau. Tradução: Tiganá Santana
Cobogó
208 págs., R$ 86,00

Um dos mais importantes acadêmicos e pesquisadores da cultura africana, Bunseki Fu-Kiau (nascido em 1934 em Manianga, antigo Zaire, atual República Democrática do Congo) apresenta os princípios da cosmologia dos Bantu-Kongo, grupo étnico locado nas margens do Oceano Atlântico na África Ocidental. O estudioso traz ensinamentos, princípios, provérbios e a concepção de mundo que constituem esse sistema de pensamento que tem a coletividade, a comunidade e a ancestralidade como marcas, uma tradição de grande importância na formação do Brasil. Este é o primeiro livro de Fu-Kiau publicado em português.

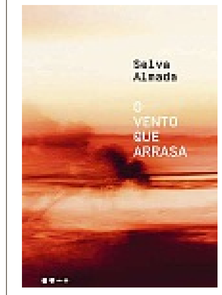


Federica Felina
Sérgio Roveri
Caravana
72 págs., R$ 60,00

O jornalista, dramaturgo e roteirista Sérgio Roveri já teve mais de 20 peças encenadas e escreveu biografias de artistas como Gianfrancesco Guarnieri. Aqui, fez ficção baseada na sua experiência real com a gatinha Lili, que adotou quando tinha três meses e perdeu para uma doença pouco depois de ela completar um ano. Narrado em primeira "gata", aborda a finitude sob o ponto de vista do animal. Mesmo sentindo que seu tempo está se esgotando, nada impede Lili de fazer novas amizades, assistir a séries de televisão jogada no sofá ou, mergulhada nos ombros do tutor, mergulhar no universo da literatura. ■

Vento de liberdade

Novela de Selva Almada tem um cenário único e discute religiosidade. Por *Márcio Ferrari*, para o Valor, de São Paulo



O vento que arrasa
Selva Almada
Trad.: Samuel Titan Jr.
Todavia
112 págs., R$ 69,90

Selva Almada lida com poucos elementos em "O vento que arrasa", novela que tem a simplicidade de certos clássicos. São quatro personagens e um cachorro. O cenário único é uma oficina mecânica, também posto de gasolina, ferro-velho e casa. A história se passa em um dia e meio na região argentina de Chaco, no meio do nada, em um dia abafado, com vento quente e céu muito azul, apesar da tempestade que se avizinha.

O reverendo Pearson chega à oficina na companhia da filha, Leni, com um carro enguiçado que um solícito desconhecido rebocou. Eles são recebidos pelo dono da oficina, Gringo Brauer, cujo ajudante, Tapioca, pode ou não ser seu filho. Leni e Tapioca têm a mesma idade, 16 anos. O reverendo passou a infância na região, e as lembranças são inevitáveis.

O pastor escolhe esperar o conserto do carro no local. Estabelecem-se relações de cuidadosa aproximação entre essas duas solitárias meias-famílias sem mães — elas só aparecem nas lembranças dos personagens.

Talvez possa se dizer que Jesus Cristo é um quinto personagem, de tanto estar presente nos discursos evangelizantes de Pearson. Insistindo em evocar a verdade absoluta, provoca a zombaria de Brauer, um homem durão, e da própria filha, jovem cheia de energia a quem o pai tenta dar uma formação fundamentalista.

Já o mecânico, em seu obscurantismo, estabeleceu três anos como período máximo de escolaridade para Tapioca, já que ele não precisaria mais do que isso para trabalhar na oficina e aprender sobre a natureza ao redor. De certa forma os dois jovens são vítimas do autoritarismo dos dois adultos.

Com o reverendo não vale a pena discutir. Ele se julga porta-voz de Jesus Cristo e portanto tem certeza de estar sempre certo na sua luta contra o Diabo. Sem se deixar esmorecer diante do ceticismo ao redor, o reverendo encontra em Tapioca uma "alma pura". Quer levá-lo para a vida religiosa e prepará-lo para receber Jesus. A autora explica: "Era essa sua missão na terra: esfregar a sujidade dos espíritos, torná-los puros e preenchê-los com a palavra de Deus".

Entretanto o reverendo Pearson tem seus momentos de dúvida e temor. A certa altura conclui que o Diabo está sempre à frente das forças do bem e que as palavras, por belas que possam ser, correm o risco de ser instrumentos do mal.

Uma luta surda se dá no interior do religioso, apesar da modorra reinante. Quanto a Brauer, é uma espécie de iluminista quando se trata de fé: "A religião, ele achava, era uma maneira de se livrar das responsabilidades de cada um. Escudar-se em Deus, ficar esperando que alguém salve a pátria, pôr a culpa no diabo pelas coisas ruins que qualquer um era capaz de fazer". Melhor é o trabalho, as engrenagens obedientes dos automóveis.

A relação entre Leni e Tapioca é mais fluida. Desapaixonadamente os dois se procuram em alguns momentos de ociosidade e às vezes compartilham o walkman da garota. Suas lembranças recaem de quando em quando em suas mães e nos momentos traumatizantes da separação — o pastor abandonou a esposa e a mãe de Tapioca deixou o menino chorando enquanto partia sozinha.

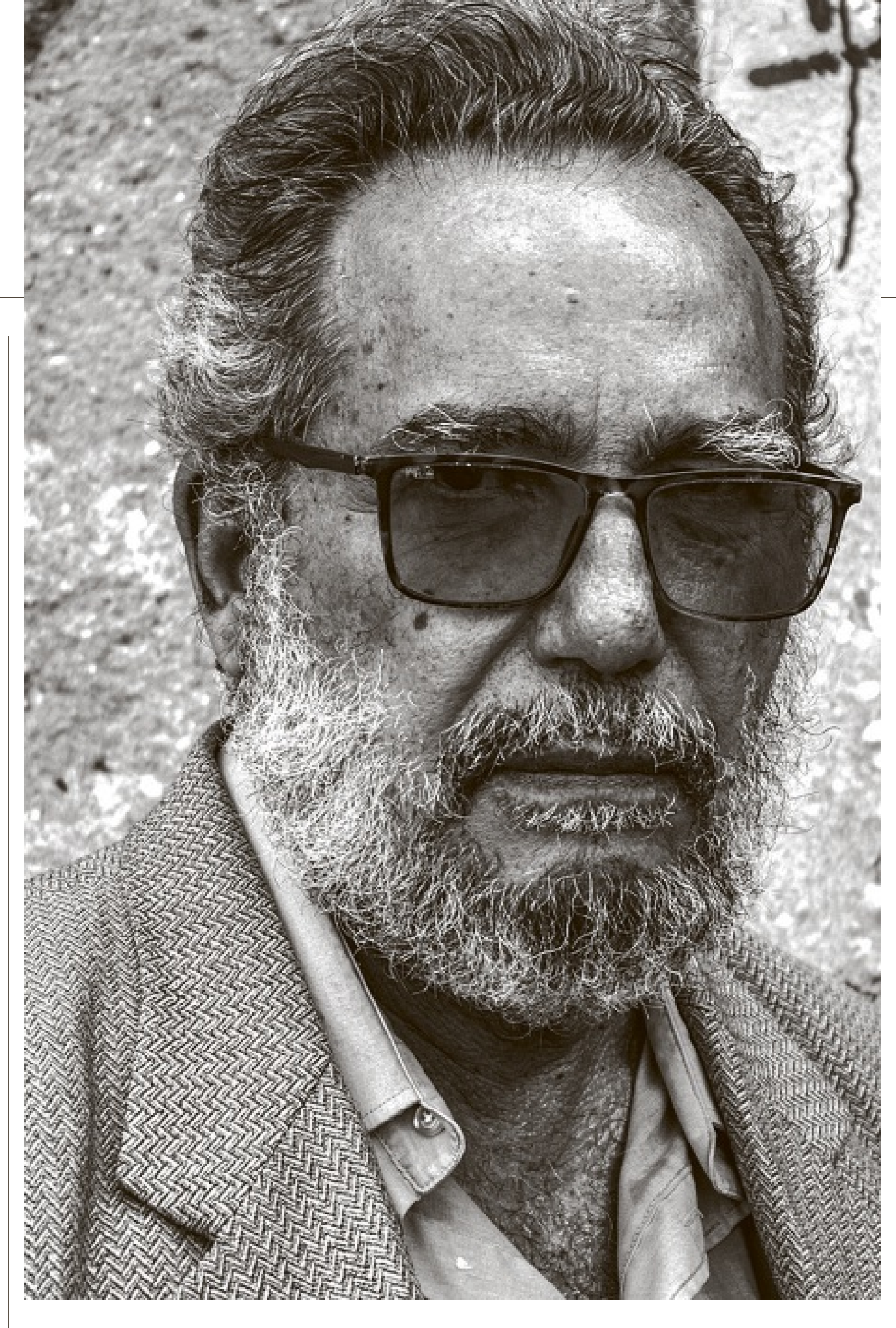
Leni é menos sentimental. Seu desejo é de fuga. "Um dia entraria num carro e iria para longe de tudo, para sempre. Para trás ficariam o pai, a Igreja, os hotéis. Talvez nem fosse procurar a mãe. Simplesmente tocaria o carro para a frente, seguindo a fita escura do asfalto, deixando, definitivamente, tudo para trás."

É de liberdade, afinal, que Selva Almada fala em "O vento que arrasa". Com um final brilhante, em que as emoções se precipitam tanto quanto a tempestade, foi a primeira narrativa longa da escritora argentina de 51 anos, lançado originalmente em 2012, depois de dois volumes de contos. Almada, que morou durante um período no Paraná, foi uma das finalistas do International Booker Prize pelo romance "Não é um rio", ao lado de Itamar Vieira Jr. por "Torto arado". É uma das várias vozes femininas da literatura latino-americana que merecidamente vêm atraindo atenção no Brasil.


VALE FIORINI/DIVULGAÇÃO

Selva Almada: atenção merecida

EU&


RAINER OLIVEIRA / DIVULGAÇÃO

Eliezer Moreira escreve numa linguagem própria e de notável sensualidade

Um romance de contornos quase épicos

Eliezer Moreira ficcionaliza personagens como Richard Francis Burton. Por *André Seffrin*, para o Valor, do Rio



Crônica da passagem do inglês
Eliezer Moreira
Cepe
244 págs., R$ 70,00

Um forte impulso memorialístico dá a tônica deste romance, por vários motivos, incomum. "Crônica da passagem do inglês" nos devolve alguns personagens do livro de estreia do autor, "A pasmaceira" (1990), que conquistou o primeiro lugar no Prêmio Graciliano Ramos da União Brasileira de Escritores.

As qualidades de "Crônica da passagem do inglês" podem ser observadas já naquele primeiro romance, o que contraria a máxima segundo a qual o êxito inicial de um escritor pode prejudicá-lo no futuro, e exemplos assim não faltam em nossa prosa de ficção. Dyonélio Machado (1895-1985), Breno Accioly (1921-1966) e Lya Luft (1938-2021), para lembrar apenas três autores emblemáticos e em ordem cronológica de nascimento, não mantiveram nos livros subsequentes o alto nível dos livros iniciais.

Mas é de supor que tenha sido o alto nível narrativo de "A pasmaceira" o motivo do longo silêncio protagonizado pelo escritor. Seu retorno ao gênero, 25 anos depois, confirmou enfim um dos nossos mais sólidos talentos de romancista: "Florência diante de Deus" (2015), "Ensaio para o adeus" (2018) e "Olhos bruxos" (2019). Este último, romance finalista do Jabuti em 2020, não levou o prêmio porque foi claramente atrapalhado pela hegemonia de uma grande editora, determinante nesses casos.

Apesar de tangenciar fatos da história do Brasil do século XIX, "Crônica da passagem do inglês" não é romance histórico, classificação que certamente o limitaria. Ao mesclar elementos do romance psicológico e de costumes, do romance poemático tanto quanto do romance regional, suas qualidades se mostram muito além desses aspectos até certo ponto superficiais.

Nele são narradas as poucas horas da vida de um cônsul que se envolveu amorosamente com Quirina Mahim, suposta neta de Luísa Mahim, mãe de Luís Gama, nosso grande poeta, e uma das líderes da Revolta dos Malês na Bahia de 1832. Em 1867, em sua extensa viagem pelo rio São Francisco, o tal cônsul passou pela pequena cidade de Januária, norte de Minas Gerais, e ali teria deixado um rastro de mistério.

A partir disso, desenvolve Eliezer Moreira uma trama de imprevisíveis consequências em que imaginação e história se misturam e em que o "cronômetro do destino" parece trabalhar numa "cega autonomia", indiferente ao tempo dos personagens, sejam eles inventados ou reais.

Sim, o inglês do romance é a figura por demais fascinante de Richard Francis Burton (1821-1890), que nunca se esgotou nos grandes filmes e livros que inspirou e ganha agora novos contornos neste belo romance brasileiro finamente cinematográfico e baseado na breve estadia do viajante naquele pequeno burgo mineiro.

Autor de, entre outros livros, "Viagens aos planaltos do Brasil", Burton ganhou nesta "Crônica da passagem do inglês", no entanto, foros de um personagem de ficção.

Como o são Quirina, Arcanjo, Ballard, Senna, Barba de Veneno, Agripina, Heleno, Mino e Clemente Finaflor, figuras, algumas, que ainda conservam, segundo o autor, seu nome de batismo real, embora sob a capa de ações totalmente imaginárias que incluem documentos e relatos perdidos, conversas miúdas entre amigos e conhecidos, duelo com armas de fogo à moda do século XIX, briga de galo, abate de porco, feitura de um sino, procura de metais preciosos, angústias várias, fumo, bebidas alcoólicas e demais extravios da humana condição.

Em três tempos narrativos, o romance parte de meados do século XIX até alcançar as desditas do XXI. Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, diria a essa altura o imenso poeta que acaba de completar 500 anos.

Pois as criaturas desta "Crônica da passagem do inglês" alcançam com naturalidade uma dimensão mítica, robustecida num enredo coleante, construído com extraordinário rigor.

É preciso muito fôlego para levantar com tanta felicidade e tato os pontos de fuga das decisões e frustrações dos personagens, em geral tratados neste romance com carinho e afeto em suas tumultuosas procuras e pulsões de morte. Uma história que cresce pelas frestas do que é sabido ou ignorado, no registro factual e sobretudo na invenção literária, que no livro é altaneira e soberana.

Nessa sua captura do inefável, flutuam epifania amorosa e corrosão do tempo. E assim, dentro desse fascinante arcabouço onírico, estamos diante de um romance de contornos quase épicos.

Mais: do ponto de vista do estilo, "Crônica da passagem do inglês" é todo escrito numa linguagem própria e de notável sensualidade, seja nos seus momentos mais poéticos como no enxadrezado de seus quadros de índole memorialística.

Nesse sentido, podemos aproximar Eliezer Moreira de outros enxadristas de sonhos e tormentos humanos, que são por exemplo Autran Dourado e Silvio Fiorani, narradores de amplos recursos hoje infelizmente relegados ao ostracismo (nosso país é pródigo nessas perversidades), linha igualmente explorada pelo sempre lembrado e contemporâneo Bernardo Carvalho, ficcionista de igual domínio técnico e que também está, como Eliezer Moreira, entre os melhores de nosso tempo.

Outros Escritos

Corpos não estranhos



Michel Laub

A poesia dos dicionários e as verdades de um romance

1.

"Por muito tempo a palavra 'fórceps' me intrigou, pois as pessoas a usavam para falar do meu nascimento", diz Ana Luiza, a narradora de "Essa coisa viva", de Maria Esther Maciel (Todavia, 128 págs.). Em dicionários, ela encontra usos que o termo tinha em latim e uma definição atual e incômoda: "Tenaz ou pinça cirúrgica para de um corpo extrair corpos estranhos".

Ana Luiza está falando de sua relação com a mãe, Matilde. Ao longo do romance, que é escrito como uma longa carta, variando entre a primeira pessoa e a segunda, há episódios de inveja, abandono, maus-tratos. Alguns trechos são abertos, especulativos: "Há sempre um limite (...) que não consigo ultrapassar quando penso em você e na nossa história". Outros são diretos, nomeando contas que nunca foram acertadas: "Durante anos e anos, você me acusou de ter murchado seus peitos e ter rasgado, quando bebê, todas as suas camisolas porque eu queria dormir dentro delas para ficar colada em você durante a noite".

Se o enredo contorna o lugar-comum do amor materno incondicional, só isso não bastaria para segurar o interesse de quem lê. Um dos feitos de Maria Esther é brincar com a ambivalência da linguagem, usando um tom documental — que cita dados e definições de aparência neutra — como antessala de uma abordagem mais afetiva e literariamente impactante. Assim, o que o Aurélio diz da palavra "dente" ["estrutura mineralizada (...) que realiza a mastigação e auxilia a articulação dos sons"] é mencionado numa cena em que a narradora é empurrada na piscina, quebra um dos incisivos e apanha da mãe para ficar quieta no dentista. Já um trecho que fala da história dos sapatos, citando etruscos, mulheres gregas, os tempos de Luís XV e as máquinas americanas de costura, ajuda a descrever o pai de Ana Luiza — sapateiro que, por fraqueza ou condescendência, tolerava os surtos e agressões de Matilde.

2.

Num poema célebre de Drummond, há um verso que fala de palavras em "estado de dicionário" e em "estado de poesia". Mas a fronteira entre as duas dimensões, o poeta sabia, é tão porosa quanto a fronteira entre gêneros literários. Um livro que (também) sobrepõe esses registros, e que é inclusive citado por Maria Esther entre as "Referências bibliográficas de Ana Luiza", lista que aparece ao final (ou como parte) de "Essa coisa viva", é "O partido das coisas" (Iluminuras, 190 págs., vários tradutores), do francês Francis Ponge.

Escrito em 1942, dentro do projeto que o autor tinha de "limpar a língua de sua sujeira", na definição do crítico Michel Peterson, "O partido..." é composto pelo que aparentam ser pequenos verbetes sobre objetos e seres — o cigarro, a laranja, o musgo, o "rum das filifolhas". Considerando apenas a antessala documental, o conjunto poderia ser lido como um tipo de enciclopédia, ou até de dicionário, porque muitas de suas definições nos fazem enxergar — e logo entender — o que são aquelas coisas no mundo físico. Há um caráter científico, que não destoaria do tom que se apresenta como objetivo no Aurélio ou no Houaiss, em passagens sobre a água ("é branca e brilhante, informe e fresca") e a ostra ("do tamanho de um seixo médio, tem uma aparência mais rugosa, uma cor menos coesa, lustrosamente esbranquiçada").


CRIS BIERRENBACH

Tudo se mistura, porém, no restante do texto — que é escrito em prosa, mas tem a síntese radical da poesia. Para Ponge, a borboleta é um "fósforo voejante" cuja "chama não é contagiosa". Um pedaço de carne é uma fábrica com "moinhos e lagares de sangue", cheia de "tubulações, altos-fornos, cubas — vizinhos de martelos-pilões, coxins de graxa". Entre os "prazeres da porta", por sua vez, algo que reis não têm a felicidade de experimentar, está a "ventura de empurrar no ventre pelo nó de porcelana um desses altos obstáculos de um cômodo", quando "por um instante o passo se detém, o olho se abre e o corpo inteiro se acomoda ao seu novo aposento."

3.

Enquanto na poesia (ou na prosa poética) o estado de dicionário consegue ser mudado na torção da frase, ou seja, com mudanças pequenas de ordem, acréscimos ou cortes de palavras, combinações de termos que criam harmonia e beleza, ou então ruído e incômodo, o romance tem menos margem para apelar à síntese — digo, a esse grau de síntese — e assim jogar com as fronteiras entre informação e literatura.

O procedimento para chegar a isso, portanto, acaba sendo feito num espaço maior — parágrafos, capítulos, sessões inteiras onde o que é didático precisa se encaixar organicamente no que é narrativo, sob pena de o texto cair num esquematismo raso, de digressões exibicionistas. Falar em limpeza ou sujeira, aqui, ganha outro sentido: na língua particular de "Essa coisa viva", a sintaxe controlada das passagens enciclopédicas funciona como subtexto, e por trás delas enxergamos a tentativa da narradora — que é acadêmica e afeita a classificações — de domesticar sentimentos, confissões que se constrange em fazer.

Em vez de mero recurso formalista, as relações entre o dito e o não dito — entre o que Ana Luiza quer e não quer que percebamos — dão verossimilhança à psicologia torturada da personagem. Mais para perto do desfecho, entre ruminações sobre a natureza do açafrão e seu amarelo característico ("cor que corresponde à sensação provocada na visão humana pela radiação monocromática, cujo comprimento de onda é da ordem de 577 a 597 nanômetros"), a narradora faz uma última revelação tenebrosa e pergunta: "Será que as pessoas teriam acreditado em mim se eu tivesse comentado com elas tais acontecimentos, tempos atrás?".

A resposta, que não será dada pela mãe (porque já morreu), e sim por nós que lemos, é afirmativa num sentido dúbio. Porque Maria Esther nos convenceu antes, usando os artifícios da forma literária, Ana Luiza nos convence agora, e isso passa a ser a verdade que importa: "Esse será, para sempre, o nosso segredo (...). Se ele se espalhar como uma história inventada (...), isso não quer dizer que estou mentindo para você (...). De paradoxos se faz a realidade. E, também, a ficção".

Michel Laub, jornalista e autor dos romances "Diário da Queda" (2011), "Solução de Dois Estados" (2020) e "Passeio com o gigante" (2024), escreve neste espaço quinzenalmente ■

INÊS 249



Na gangorra entre o concreto e o onírico

Janela Crítica 'A Flor do Buriti' destrincha três momentos de violência contra os indígenas krahô com lirismo. Por *Pedro Butcher*, para o Valor, do Rio

DIVULGAÇÃO



"A Flor do Buriti" transita entre o concreto e o imaginário, entre o banal e o histórico

Uma floresta à noite. Um boi. Duas crianças indígenas observam o boi, escondidas atrás de uma árvore. Uma delas tem uma flecha apontada para o animal, mas hesita em atacar o bicho: "Ele pode se irritar e avançar na gente". A outra pede que atire a flecha logo: "Ele é um invasor". O boi na floresta é uma presença estranha, sinal da proximidade de fazendeiros e prenúncio de um ataque brutal que a comunidade sofrerá alguns dias depois.

Construída com uma estranheza que mistura tensão e mistério sem qualquer artifício fora da cena (como música, por exemplo), a sequência descrita acima dá partida a "A Flor do Buriti" de forma hipnotizante. O filme marca a segunda colaboração da brasileira Renée Nader Messora e do português João Salaviza com o povo krahô, depois do belo "Chuva É Cantoria na Aldeia dos Mortos" (2018).

Tudo se desenvolverá a partir dessa imagem (o boi na floresta), ao mesmo tempo concreta e onírica, símbolo das muitas ameaças que rondam a população indígena. "A Flor do Buriti" vai destrinchar três momentos de violência contra os krahô, em tempos históricos diferentes.

A primeira ocorreu em 1940 e foi física e brutal. O boi foi o pretexto de um ataque perpetrado por fazendeiros que alegavam estar sendo roubados pelos indígenas.

O massacre foi tão violento (foram mais de 80 mortos, incluindo mulheres e crianças) que repercutiu nacionalmente e levou o governo Getúlio Vargas a delimitar as terras.

Mais de duas décadas depois, durante a ditadura militar, um outro tipo de violência, mais institucionalizada, se manifesta. O governo convoca os homens krahô (e de outros povos) a fazer parte da Guarda Nacional Indígena, cortando seus cabelos e transformando-os em soldados a serviço do exército.

Por fim, mais recentemente, o Projeto de Lei do "marco temporal" leva os krahô a participar de uma mobilização inédita, que reuniu vários povos indígenas em um longo protesto em Brasília.

"A Flor do Buriti" é um filme de forte base documental. Não por acaso, muitos materiais de arquivo e pesquisa são aproveitados (recortes de jornal, fotografias, trechos de filmes e reportagens jornalísticas, cartas e diários), dando base aos elementos factuais.

No entanto, não se trata de um documentário. O filme foge de uma aproximação etnográfica e aposta na ficção e no lirismo como únicas possibilidades de dar conta de sua substância. Os krahô são registrados em sua existência no que ela tem de concreto e de onírico, numa narrativa que borra delimitações temporais para trabalhar aspectos da memória e do imaginário.

A forma com que o massacre de 1940 é relatado talvez seja o melhor exemplo. Vamos conhecendo essa história aos poucos, a partir de uma menina com problemas de sono por conta de pesadelos que não consegue entender. Seu tio acredita que sua alma está entrando em contato com o passado.

Os sonhos da menina realizam essa conexão com o episódio de forma alusiva. É pela porta dos sonhos (ou melhor, pesadelos) que nós, espectadores, temos contato com a história, até chegarmos às palavras de Hyjnõ, que em 2009 foi testemunha dos depoimentos dos sobreviventes do massacre a um antropólogo, e agora faz esse relato aos mais jovens (e também a nós).

"A Flor do Buriti" dá a mesma importância à memória e aos fatos do passado e a diálogos aparentemente triviais, em diversas circunstâncias diferentes. Como, por exemplo, a conversa entre mãe e filha enquanto se banham em um rio, usando um sabonete de coco.

É uma situação visivelmente encenada, mas, ao mesmo tempo, espontânea, que passa das qualidades do sabão a um certo estado de consciência. A constante tensão entre a resistência e a assimilação à cultura dos kupê (homem branco) permeia algumas dessas conversas, sem que isso se torne uma informação simplista ou didática.

É a capacidade de transitar entre o concreto e o imaginário, entre o banal e o histórico, que traz a originalidade e o encanto de "A Flor do Buriti". Tanto "Chuva É Cantoria na Aldeia dos Mortos" quanto "A Flor do Buriti" foram selecionados para a mostra Um Certo Olhar do Festival de Cannes, e ambos saíram premiados: o primeiro com o Prêmio do Júri, o segundo com o prêmio de melhor "ensemble" (elenco). ■

A Flor do Buriti (Brasil/Portugal, 2023)
Dir.: Renée Nader Messora, João Salaviza
Dist.: Embaúba
★★★★☆

TRT-SP

8ª Turma condena banco a indenizar trabalhador vítima de homofobia


valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica

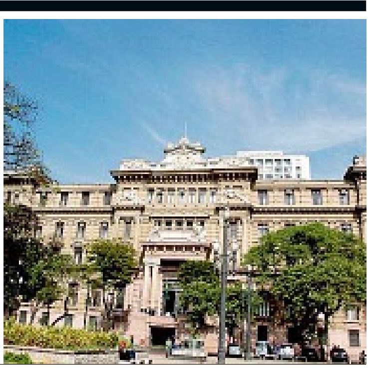
A reforma tributária no setor do agronegócio

E2

TJSP

Restabelecida guarda de porco e cabra de estimação

valor.globo.com/legislacao



Civil Decisão obriga o time a prever em plano já aprovado pagamento de dívida sem deságio

Fluminense consegue no TJPR alterar recuperação judicial do Paraná Clube

Marcela Villar
De São Paulo

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) determinou a criação de uma subclasse de credores na recuperação judicial do Paraná Clube, que buscou o Judiciário em 2022 para reestruturar passivo de mais de R$ 119 milhões. A decisão obriga o time de futebol a fazer um aditivo no plano já aprovado em assembleia para que dívidas reconhecidas pela Justiça Desportiva não sofram deságio. A decisão beneficia o Fluminense, a quem o Paraná Clube deve R$ 800 mil pelo não pagamento da transferência de um jogador.

Para o TJPR, essa dívida não deve ter o mesmo tratamento que as demais porque foi reconhecida pela Câmara Nacional de Resolução de Disputas (CNRD), órgão independente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) que julga conflitos entre clubes. Pelo regimento interno da CNRD, um débito confirmado por sentença não pode sofrer descontos — a não ser que a outra parte autorize.

No entendimento dos desembargadores, o regramento interno do setor deve se sobrepor à legislação de insolvência. A decisão evita que o time carioca — único com crédito reconhecido pela CNRD — seja pago com 50% de desconto, percentual previsto para os outros credores quirografários (sem garantia). O Paraná Clube vai recorrer da decisão.

O acórdão do TJPR divide a opinião de advogados. Enquanto alguns defendem ser preciso respeitar as regras da CNRD, outros entendem que seria abrir mais uma exceção dentre as muitas na Lei de Recuperações Judiciais e Falências (Lei nº 11.101/2005), como o privilégio de créditos trabalhistas e tributários. E que o Estado não poderia interferir no plano aprovado em assembleia.

Segundo especialistas, a jurisprudência admite a criação de classe com tratamento diferenciado, mas seria a primeira decisão desse tipo em uma recuperação de clube de futebol e da própria Justiça determinando a criação da subclasse — algo normalmente proposto pelos credores ou pelo devedor. A maioria dos times, como o Coritiba, Cruzeiro, Náutico, Sport e Santa Cruz, previu o pagamento especial já no plano de recuperação.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já permitiu a criação de subclasse, mas impôs certos parâmetros. Para a Corte, a segregação é possível desde que embasada em critérios objetivos especificados no plano. Também não poderia haver descontos que impliquem anulação de direitos de eventuais credores isolados ou minoritários (REsp 1634844).

No TJPR, o relator do caso, o desembargador Ruy Alves Henriques, da 17ª Câmara Cível, entendeu que seria preciso observar as particularidades do caso e respeitar a isonomia entre credores. Ele considerou que se for descumprido o regramento da CNRD, poderiam ser aplicadas sanções ao Paraná, expondo-o "ao risco de não poder desempenhar a própria atividade desportiva exercida". Dentre elas, a desfiliação e a proibição de atuar em atividade relacionada ao futebol, assim como a aplicação da cláusula "transfer ban", em que o clube ficaria proibido de transferir ou contratar jogadores para seu elenco por um período de seis meses a dois anos.

Para ele, a aplicação da penalidade "contraria a finalidade legalmente estabelecida para o instituto da recuperação empresarial, qual seja, a preservação da empresa". Por isso, embora não haja "margem regulamentar que permita à CNRD deixar de aplicar sanções se o pagamento for a menor do que o acordado, é possível reconhecer o pagamento parcelado, aliado à criação de subclasse no plano de recuperação judicial, para evitar ou suspender a aplicação de sanções ao clube devedor" (processo nº 0085203-06.2023.8.16.0000).

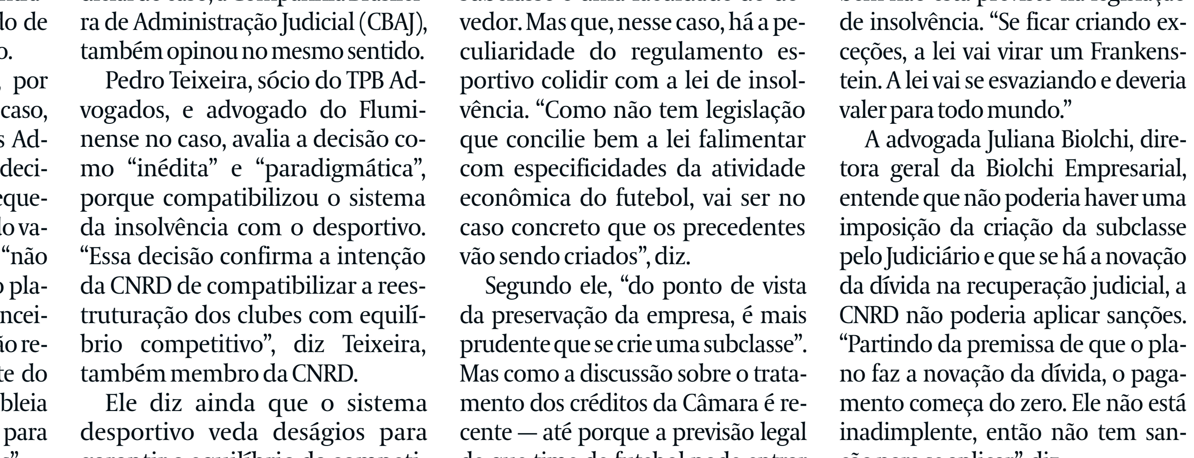
No processo, o Paraná acusa o Fluminense de tentar ferir o princípio da igualdade entre credores, obtendo privilégio dentre os demais. Afirma que não foram demonstradas ilegalidades no plano e que somente o time carioca se posicionou contrário, por não ter visto seu pedido de tratamento desigual ser acatado.

Ao **Valor**, o Paraná Clube, por meio de seus representantes no caso, do escritório Gomes de Mattos Advogados Associados, diz que a decisão do TJPR "representa um pequeno acréscimo de cerca de 0,2% do valor do passivo originário" e que "não prejudicará a boa execução" do plano. Mesmo que "o impacto financeiro seja diminuto", acrescenta, vão recorrer com base em precedente do STJ de que "a vontade da assembleia geral de credores é soberana para decidir sobre questões negociais".

O Ministério Público do Estado do Paraná opinou inicialmente que não seria ilegal criar uma subclasse, desde que seja embasada em critérios objetivos. Em segundo grau, porém, deu parecer afastando a necessidade da criação da subclasse, com o argumento de que o tribunal violaria a soberania da assembleia e adentraria no aspecto de viabilidade econômica do plano. O administrador judicial do caso, a Companhia Brasileira de Administração Judicial (CBAJ), também opinou no mesmo sentido.

DIVULGAÇÃO

Advogado Pedro Teixeira: decisão é inédita por compatibilizar sistema da insolvência com sistema desportivo



Pedro Teixeira, sócio do TPB Advogados, e advogado do Fluminense no caso, avalia a decisão como "inédita" e "paradigmática", porque compatibilizou o sistema da insolvência com o desportivo. "Essa decisão confirma a intenção da CNRD de compatibilizar a reestruturação dos clubes com equilíbrio competitivo", diz Teixeira, também membro da CNRD.

Ele diz ainda que o sistema desportivo veda deságios para garantir o equilíbrio da competição, evitando, por exemplo, que clubes e gestões mal intencionadas comprem jogadores e não honrem integralmente os pagamentos, o que pode desvirtuar o resultado de um campeonato.

Carlos Magno Faissal, sócio do NFCS Advogados e membro da Comissão de Estudos da Sociedade Anônima do Futebol (SAF) da OAB-RJ, afirma que a criação de subclasse é uma faculdade do devedor. Mas que, nesse caso, há a peculiaridade do regulamento esportivo colidir com a lei de insolvência. "Como não tem legislação que concilie bem a lei falimentar com especificidades da atividade econômica do futebol, vai ser no caso concreto que os precedentes vão sendo criados", diz.

Segundo ele, "do ponto de vista da preservação da empresa, é mais prudente que se crie uma subclasse". Mas como a discussão sobre o tratamento dos créditos da Câmara é recente — até porque a previsão legal de que time de futebol pode entrar em recuperação judicial veio com a Lei das SAFs, em 2021 —, o ideal seria pensar em uma regulamentação pela CNRD ou pelo Congresso.

O advogado Julio Mandel, do Mandel Advocacia, entende que a criação da subclasse, nesse caso, é injusta. "Deveria prevalecer a lei falimentar porque existe um interesse coletivo maior", diz. O privilégio dos créditos da CNRD, acrescenta, também não está previsto na legislação de insolvência. "Se ficar criando exceções, a lei vai virar um Frankenstein. A lei vai se esvaziando e deveria valer para todo mundo."

A advogada Juliana Biolchi, diretora geral da Biolchi Empresarial, entende que não poderia haver uma imposição da criação da subclasse pelo Judiciário e que se há a novação da dívida na recuperação judicial, a CNRD não poderia aplicar sanções. "Partindo da premissa de que o plano faz a novação da dívida, o pagamento começa do zero. Ele não está inadimplente, então não tem sanção para se aplicar", diz.

Procurada, a CBF não deu retorno até o fechamento da edição.

Turmas do TST são favoráveis a salário integral em cobertura de férias

Adriana Aguiar
De São Paulo

O funcionário contratado para substituir trabalhador afastado de licença ou de férias deve ganhar o salário integral da pessoa substituída, mesmo que tenha absorvido somente parte do trabalho. Esse tem sido o entendimento da maioria das turmas do Tribunal Superior do Trabalho (TST), segundo levantamento realizado pelo FAS Advogados.

O posicionamento surpreendeu advogados de empresas. Eles entendiam que, como havia apenas uma substituição parcial, não haveria necessidade de pagamento integral do salário.

A discussão é um desdobramento de um tema que já foi pacificado no TST. Em 2005, os ministros editaram a Súmula nº 159. O texto diz que "enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, inclusive nas férias, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído". Mas, acrescenta que se o cargo definitivo ficar vago, o empregado que passa a ocupá-lo não tem direito a salário igual ao do antecessor.

CELSO DONI/VALOR



"Tema passará a ser apontado pelas auditorias como passivo trabalhista"
Luiz E. Amaral

Para evitar esse custo maior, especialmente em substituições por férias ou licença, muitas empresas adotavam a prática de dividir as funções do funcionário afastado, para que fossem assumidas, parcialmente, por outros empregados.

"A ideia é que ninguém tivesse um acúmulo muito grande de funções no dia a dia. E assim evitar que uma determinada pessoa assumisse 100% das atividades do afastado, economizando assim o pagamento do salário substituição", diz o advogado Luiz Eduardo Amaral, sócio do FAS Advogados.

Porém, esses funcionários passaram a ir à Justiça e a discussão foi levada ao TST. Em decisão de 2023, a 7ª Turma foi unânime ao dar a um empregado de uma grande empresa o direito de receber diferenças salariais ao substituir as funções de dois funcionários de férias, mesmo que tenha dividido as atividades com outros empregados.

De acordo com o relator do caso, ministro Claudio Brandão, a Súmula nº 159, inciso I, do TST, "não determina que a substituição deve ser da totalidade das atividades do substituído". Na decisão, ele cita diversos precedentes no mesmo sentido, da 2ª à 8ª Turmas (processo nº 864-54.2020.5.09.0004).

A 3ª Turma também foi unânime, em decisão do ano de 2021, a favor de uma funcionária de um banco, que assumiu parte das atividades de dois gerentes em suas férias e folgas. De acordo com o relator, ministro Agra Belmonte, "o fato de a autora não ter assumido a integralidade das funções dos empregados substituídos não exclui o seu direito à remuneração correspondente ao cargo efetivamente exercido, no período da substituição" (processo nº 790-30.2013.5.09.0041).

Apenas a 6ª Turma do TST ainda entende que se as funções do trabalhador em licença ou férias são divididas entre vários empregados, o salário substituição não é devido. A decisão foi a favor de uma empresa de telefonia (processo nº 10113-74.2020.5.03.0140).

No acórdão, a relatora, ministra Kátia Magalhães, cita decisão já mais antiga, de 2012, proferida pela Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1), que negou também o pedido de salário substituição (processo nº 790-30.2013.5.09.0041).

Posteriormente, em 2015, em outro julgado, na SDI-1, os ministros, por maioria, determinaram o pagamento das diferenças salariais em virtude da substituição de um supervisor, durante o período de férias, de forma proporcional às atividades substituídas. (processo nº 66600-35.2008.5.03.0027). Apesar da decisão, a tendência nas turmas do TST tem sido em determinar o pagamento de salário integral.

De acordo com o advogado Luiz Eduardo Amaral, a substituição de empregados afastados ou licenciados é prática comum em todas as empresas. "Ao fazer um estudo para um cliente sobre o tema, fiquei surpreso ao ver que a maioria da turmas do TST têm dado o salário integral e não parcial, aos empregados que venham a assumir as funções daqueles que se afastaram", diz.

Diante disso, afirma, a sugestão é que as companhias verifiquem a prática atual adotada. "Caso não estejam pagando sequer a proporcionalidade, que passem a fazê-lo, pois esse tema passará a ser apontado pelas auditorias como passivo trabalhista", diz Amaral.

Para a advogada e professora da FGV Rio, Juliana Bracks, do escritório Bracks Advogados, a condição para o pagamento do salário de substituição deve depender de quais são as funções acumuladas. Ela entende que se um funcionário, na ausência de outro, desempenha apenas uma pequena função, que acrescenta a algo que ele já faz, dentro do seu horário de trabalho e sem lhe exigir horas extras, não seria devido o salário de substituição.

Mas, acrescenta Juliana, se a função que acumula é estratégica, além de suas responsabilidades, ainda que seja apenas mais uma função, seria devido o salário substituição. "Caso contrário, a empresa está ganhando em cima do trabalho do empregado".

Essa é a tônica já prevista no artigo 460 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), segundo a advogada. O dispositivo diz que "na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquela que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente ou do que for habitualmente pago para serviço semelhante". Nesse sentido, Juliana afirma concordar com as decisões do TST. "Não precisa assumir todas as funções para ter direito ao salário substituição."

A reforma tributária no setor do agronegócio

Opinião Jurídica

Florence Cronemberger Haret Drago

A reforma tributária se apresentou como uma mudança de tributação sobre o consumo, estimulando dentre outras coisas a alimentação básica e de qualidade e a inovação científica. No rol de seus objetivos estão o crescimento econômico de forma sustentável, gerando emprego e renda, a redução da carga sobre o setor produtivo e a defesa do meio ambiente; a simplificação de todo o processo de prestação de contas; etc.

Apesar do texto da reforma ter bastante enfoque e benefícios para o setor industrial, verifica-se que o setor do agronegócio foi um dos contemplados na redação final aprovada, tanto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 45/19 quanto da Emenda Constitucional (EC) nº 132/23 e, mais recentemente, do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024.

Vale dizer que o agronegócio sempre foi estigmatizado como "um setor com muitos benefícios fiscais". Para quem opera na área, sabe-se que os chamados "benefícios tributários" são e sempre foram ajustes fiscais objetivando viabilizar o tipo de negócio. Pelas inúmeras intempéries próprias da atividade rural e sua função social e econômica estratégica para o país, o setor exige um tratamento mais específico afim de viabilizar, em especial, fluxo de caixa e crédito para financiamentos diversos necessários ao custoso processo produtivo como melhoria de maquinário, de grãos, sementes ou sêmens, assim como implementação de maquinários que aumentem a produtividade.

Partindo desse pressuposto, verifica-se da EC 123/23 e do PLP 68/24 um sistema "reformado" que traz vários tipos de exceções e diferenciações para o setor tais como não incidência constitucional ou legalmente qualificadas; redução de alíquotas ou alíquotas zeradas (30, 60, 100); alíquotas e bases de cálculo específicas para o setor, podendo incidir inclusive sobre a receita/faturamento; regimes especiais/específicos com manutenção de crédito; crédito presumido de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)/Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS); regime opcional para ingresso no IBS/CBS para produtor; etc.

Para o IVA Dual (IBS/CBS), tem-se alguns avanços frutos de uma histórica briga judicial, tais como o cálculo do IVA por fora, marcando o fim do gross up sobre os produtos. Confere redução de 100% da alíquota a produtos hortícolas, frutas e ovos e produtos da cesta básica nacional (conforme listado no Anexo XVI do PLP 68/24). Reduz em 60% a alíquota de alimentos para consumo humano (conforme listado nos Anexos I e VIII do PLP 68/24) bem como produtos e insumos agropecuários, pesqueiros e florestais (conforme listado no Anexo X do PLP 68/24), deixando para uma nova lei complementar definir quais são, dando início a um emaranhado legislativo. Lembrando que, na forma do artigo 127 do PLP, a redução só vale se os produtos "estejam registrados como insumos agropecuários ou aquícolas no órgão competente do Ministério da Agricultura e Pecuária", outro potencial caminho de limitação prática à redução.

Da leitura dos produtos listados em cada anexo do PLP 68/24, depreendem-se alguns pontos que deixam a desejar e preocupam, especialmente quanto aos poucos NCMs que foram beneficiados. Para exemplificar o reduzido rol elencado para a alíquota de 60%, o Anexo X do PLP 68/24, que trata de insumos agropecuários reduzidos, não prevê nenhum produto do Capítulo 25 (corretivo de solo agrícola) ou do Capítulo 31 (fertilizantes), o que mostra que a redução para o agro é bem pontual e nem sempre atenderá os insumos efetivamente necessários e consumidos dentro da porteira, absorvendo os processos produtivos rurais ou agroindustriais originadores das commodities. Naquilo que a redução não se aplica e há efetivo uso no processo produtivo, o setor internalizará a conta ou repassará no preço, o que ensejará de qualquer forma aumento no custo dos produtos primários resultantes.

Por fim, verifica-se da não cumulatividade "plena" do IBS/CBS exemplos já presentes de limitações indicando que ela tende a não ter tanta plenitude assim na prática. Por exemplo, ela é excepcionada no texto atual do PLP quando prevê que as isenções (nível legal) ou as imunidades (nível constitucional) não geram crédito para compensação na operação seguinte e implica em anulação do crédito às operações anteriores. A exceção da regra de não creditamento pode ser prevista de forma expressa em lei complementar, o que gera nova necessidade de quórum qualificado de aprovação no Congresso Nacional e, logo, dificuldades políticas para obter qualquer mudança legislativa no sentido de garantir o crédito operacional.

Diante disso, até o momento, verifica-se para a bancada do agronegócio que a reforma olha pouco para esse importante setor produtivo, especialmente considerando suas nuances particulares. Oferece uma solução parcial para o equilíbrio da nova carga fiscal, redutora dos atuais benefícios ao setor e mediante um sistema legislativo engessado e complexo, especialmente no que toca a regulação do crédito, fator importantíssimo para regular a carga tributária total da operação e produtos finais. Assim, dentre outras coisas, é preciso acompanhar de perto o rol dos produtos dos Anexos X e XVI do PLP 68/24, afim de que não haja um aumento de carga num setor de produtos primários, cuja repercussão na cadeia tende a resultar em um final aumento efetivo de preços em produtos essenciais.

Florence Cronemberger Haret Drago é sócia da área fiscal do NHM Advogados, com pós-doutorado em Direito Econômico e Financeiro na USP

ZAMP S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 13.574.594/0001-96 - NIRE 35.300.393.180

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da ZAMP S.A. ("**Companhia**") convocados para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 26 de julho de 2024, às 14:00 horas ("**AGE**"), de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I e §3º e artigo 28, §§2º e 3º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), por meio da Plataforma Digital Ten Meetings ("**Plataforma Digital**"), para deliberarem sobre a seguinte matéria constante da ordem do dia: **1.** Aumento do capital social da Companhia no valor de, no mínimo, R$ 268.920.003,60 ("**Valor Mínimo do Aumento**"), mediante a emissão, para subscrição privada, de 78.631.580 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ("**Quantidade Mínima de Ações**") e, no máximo, R$ 450.000.002,16 ("**Valor Máximo do Aumento**"), mediante a emissão, para subscrição privada, de até 131.578.948 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ("**Quantidade Máxima de Ações**"), que conferirão os mesmos direitos atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo preço de emissão por ação de R$ 3,42 ("**Preço de Emissão**"), conforme disposto na Proposta da Administração para a AGE ("**Aumento de Capital**"). **Instruções Gerais: 1. Documentos à disposição dos acionistas**. Todos os documentos e informações relacionados à matéria referida acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no *website* da Companhia (https://ri.zamp.com.br/), bem como nos *websites* da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br), conforme previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e na Resolução CVM 81. **2. Participação dos acionistas na AGE**. Conforme permitido pela Lei das Sociedades por Ações e pela Resolução CVM 81, a AGE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81. **Não haverá possibilidade de comparecimento presencial ou de utilização de Boletim de Voto a Distância (BVD) para a AGE**. **3. Apresentação dos Documentos para Participação na AGE**. Poderão participar da AGE os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores. O acionista que desejar participar da AGE, deverá acessar *website* específico para a AGE no endereço https://assembleia.ten.com.br/794007289, e preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na AGE, conforme indicados no Manual para Participação na AGE, com antecedência mínima de 2 dias da realização da AGE (ou seja, **até o dia 24 de julho de 2024**). **A Companhia ressalta que não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81**. A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o endereço indicado acima. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação a distância na AGE, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital, constam do Manual para Participação na AGE, que pode ser acessado nos *websites* da Companhia (https://ri.zamp.com.br/), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

Barueri, 5 de julho de 2024.
Leonardo Armando Yamamoto - Presidente do Conselho de Administração

LET'S RENT A CAR S/A

CNPJ/MF nº 00.873.894/0001-24 - NIRE 35.300.456.319
Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de Junho de 2024

1. Data, Hora e Local: Em 11 de junho de 2024, às 10:00 horas, na sede social da companhia, localizada na Via de Acesso Engenheiro Ivo Najm, nº3800, Bloco I - 2º Distrito Industrial (Domingos Ferrari), Araraquara/SP, CEP: 14.808-159. **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do conselho de administração. **3. Composição da Mesa:** Patrícia Poubel Chieppe, Presidente e André Luiz Chieppe, Secretário. **4. Ordem do Dia: 1)** Autorizar a contratação de operações financeiras já aprovadas e previstas em orçamento, em favor de: **a) Águia Branca Logística Ltda.,** inscrita no CNP/MF sob o nº 02.199.383/0001-02; **b) Autoport Transportes e Logística Ltda.,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.677.731/0001-15; **c) VIX Transportes Dedicados Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.452.900/0001-44. **5. Deliberações: 1)** Autorizar a prestação de fiança ou aval em operação financeira já aprovada e prevista em orçamento em favor de: **I) Águia Branca Logística Ltda.,** inscrita no CNP/MF sob o nº 02.199.383/0001-02, em decorrência da seguinte contratação: **a)** Master de Derivativos, Contrato de 4131, Contrato de SWAP, CPG, no valor de R$32.700.000,00 (trinta e dois milhões e setecentos mil reais), para Capital de Giro para caixa. **II) Autoport Transportes e Logística Ltda.,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.677.731/0001-15, em decorrência da seguinte contratação: **a)** Master de Derivativos, Contrato de 4131, Contrato de SWAP, CPG, no valor de R$54.500.000,00 (cinquenta e quatro milhões e quinhentos mil reais), para Capital de Giro para caixa. Contratos celebrados junto ao BANCO CITIBANK S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av.Paulista, nº 1.111, 2º andar (Parte), inscrito no C.N.P.J. sob nº 33.479.023/0001-80. **III) VIX Transportes Dedicados Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.452.900/0001-44, em decorrência da seguinte contratação: **a)** Master de Derivativos, Contrato de 4131, Contrato de SWAP, CPG., no valor de R$21.800.000,00 (vinte e um milhões e oitocentos mil reais), para Capital de Giro para caixa. Contrato celebrado junto ao BANCO CITIBANK S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 1.111, 2º andar (Parte), inscrito no C.N.P.J. sob nº 33.479.023/0001-80. Ficam também ratificados todos os atos já realizados pela Companhia, autorizando-se os administradores a tomarem as medidas para regularização dos registros que se fizerem necessários. **6. Encerramento:** Nada mais havendo para tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata em livro próprio, que após lida e aprovada será por todos os presentes assinada. **7. Presenças e Assinaturas**: Patrícia Poubel Chieppe, Presidente e André Luiz Chieppe, Secretário. Presentes: Patrícia Poubel Chieppe, André Luiz Chieppe e Kaumer Chieppe. Confere com a original lavrada no livro de atas do conselho de administração da Companhia. Araraquara - SP, 11 de junho de 2024. **Patrícia Poubel Chieppe -** Presidente da Mesa; **André Luiz Chieppe -** Secretário da Mesa. JUCESP nº 252.517/24-6 em 24/06/2024.

BRK Ambiental Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.396.489/0001-20 – NIRE 35.300.489.748 – Companhia Aberta – Categoria A
Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária de 25 de julho de 2024, às 10:00 horas

Ficam convidados os Senhores Acionistas da BRK Ambiental Participações S.A. ("Companhia") a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada no dia 25 de julho de 2024, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital (videoconferência), considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia, localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 7º andar, Torre Corporativa B2 – Paineira, Setor B, Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.794-000, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Proposta da Administração da Companhia para incorporação, pela Companhia, da BRK Ambiental – Centro Norte Participações S.A. ("BRK CNP") e da BRK Ambiental – Rio das Ostras Participações S.A. ("BRK RDOP"), com a subsequente extinção da BRK CNP e da BRK RDOP, com o objetivo de redução dos custos gerais e administrativos (G&A) da Companhia. **Informações Gerais**: Poderão participar da Assembleia os Acionistas titulares de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas pela Companhia, que estiverem registradas em seu nome, no livro próprio, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização da Assembleia. Os Acionistas, para tomar parte e votar na Assembleia, deverão provar, mediante documentação original ou cópia (dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma) enviada por e-mail à Companhia, a sua qualidade como acionista, apresentando até o momento da abertura dos trabalhos da Assembleia, podendo comparecer por si, por seus representantes legais ou procuradores, munidos dos respectivos documentos comprobatórios. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, sendo assim, a participação do acionista na Assembleia somente poderá se dar por meio do acesso via sistema eletrônico para participação a distância ("Plataforma Digital"). Após a apresentação dos documentos mencionados acima, o Acionista receberá, por e-mail, o link para acessar a Plataforma Digital. Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (www.ri.brkambiental.com.br) e no site da CVM (www.gov.br/cvm/pt-br), as informações e documentos pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na Assembleia e à participação e votação pelos acionistas, incluindo este Edital e a Proposta da Administração. Os Acionistas interessados em sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone +55 (11) 3830-2000 ou via e-mail: riambiental@brkambiental.com.br. São Paulo/SP, 04 de julho de 2024. ***Luiz Ildefonso Simões Lopes –** Presidente do Conselho de Administração.*

ORE SECURITIZADORA S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.320.349/0001-90

DÉCIMA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 25ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 25ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a H. Commcor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Décima Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("10ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **25 de julho de 2024, às 15:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para operacaofatorore@fator.com.br, sendo que, haverá a possibilidade de participação à distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 10ª AGT, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da 10ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 10ª AGT tem como objetivo deliberar sobre **(i)** a declaração ou a não declaração de Vencimento Antecipado por descumprimento de obrigação pecuniária pela Devedora, em relação a falta de pagamento da remuneração dos meses de, outubro, novembro e dezembro de 2023, e janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho e julho de 2024; **(ii)** a não declaração de Vencimento Antecipado por descumprimento de obrigação pecuniária pela Devedora, em decorrência da não recomposição do Fundo de Liquidez; **(iii)** a não declaração de Vencimento Antecipado por descumprimento de obrigação pecuniária pela Devedora, referente a não recomposição do fluxo de Direitos Creditórios; e **(iv)** a autorização para que a Securitizadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realize todos os demais atos necessários para a implementação das deliberações desta 10ª AGT, incluindo, mas não se limitando, a celebração de eventuais aditamentos. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviadas acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contrato e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 10ª AGT, para os e-mails operacaofatorore@fator.com.br e fiduciario@commcor.com.br. A 10ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 14.4 do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos votos favoráveis dos Investidores que representem, a maioria dos CRI em Circulação presentes à 10ª AGT, nos termos da cláusula 14.8 do Termo de Securitização. São Paulo/SP, 05 de julho de 2024. Diretoria de Securitização

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

SETASC - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024/SETASC
PROCESSO Nº 0002576/2024

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania do Estado de Mato Grosso – SETASC-MT, por meio de seu pregoeiro oficial, designado pela Portaria nº 097/2023/SETASC, torna público, nos termos da Lei nº 14.1333 de 2021 e do Decreto Estadual 1.525/2023, que o pregão em epígrafe, que tem como objeto a **aquisição de 280.000 (duzentos e oitenta mil) cestas básicas e 100.000 (cem mil) cestas – kits especiais de natal**, teve a sua sessão de abertura prorrogada para a data do dia 16/07/2024 às 09h00min.

Propostas poderão ser enviadas até as 08h45min da data do dia da sessão.

Proposta já enviadas poderão ser mantidas e/ou alteradas até a data e horários limites já informados.

TELEFONES:
Informações sobre o pregão: (65) 94862-9666;
Suporte técnico ao SIAG: 0800-7222701 / (67) 3303-2730 / (67) 3303- 2702

SITE DA REALIZAÇÃO: http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/

***Todos os horários deste aviso são referentes ao horário de Cuiabá-MT (-1 hora de Brasília)**

Cuiabá-MT, 04 de julho de 2024.
Marcos Alexandre Pereira Stocco
Pregoeiro

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 14ª EMISSÃO (IF CRA021002YB) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 06 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 14ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 14ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 22 de setembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **25 de julho de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **06 de agosto de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 14ª Emissão – IF CRA021002YB), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 03 de julho de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

JLO BROOKLIN EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA.

CNPJ nº 12.436.890/0001-68
DECLARAÇÃO DE EXTRAVIO DE DOCUMENTOS

JLO Brooklin Empreendimento Imobiliário SPE Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 12.436.890/0001-68, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35224611541, com sede na Av. Dr. Cardoso de Melo, nº 1855, 6º andar, Vila Olímpia, CEP 04548-903, São Paulo/SP, neste ato representada por seu Administrador o Sr. Roberto Giarelli, declara para os devidos fins que em resposta ao B.A. 3.201.439/16-2, que as 2 vias do documento registrado com a Constituição da Sociedade, foram extraviadas, não sendo possível apresenta-los. São Paulo, 10/06/2024. **JLO Brooklin Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.**

GETNET ADQUIRÊNCIA E SERVIÇOS PARA MEIOS DE PAGAMENTO S.A. - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

CNPJ/MF nº. 10.440.482/0001-54 NIRE 35.300.567.064
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2024

I - Data, Hora e Local. 09 de abril de 2024, às 10h, na sede social da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. - Instituição de Pagamento ("Getnet" ou "Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, Bloco A, cj. 121, Cond. WTorre JK, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011. **II - Presença e Convocação.** Acionistas representando 100% do capital social da Companhia. **III - Composição da Mesa.** Presidente: Cassio Schmitt; e Secretária: Daniela Mussolini Llorca Sanchez. **IV - Publicações.** **(1)** Edital de convocação dispensado de publicação em razão da presença de 100% dos acionistas da Companhia; **(2)** Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31.12.2023, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras e parecer dos auditores independentes, publicados no jornal Valor Econômico, em edição do dia 08 de março de 2024 nas versões física e digital, conforme Anexo I à presente ata. **V - Ordem do Dia.** **(i)** tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório da Administração, do parecer dos auditores independentes; **(ii)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, com ratificação das distribuições de juros sobre capital próprio ("JCP") aprovadas, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 21 de março, 22 de junho e 21 de setembro de 2023; **(iii)** tomar conhecimento da renúncia do Sr. **Javier San Félix Garcia** ao cargo de Conselheiro da Companhia; **(iv)** eleger o Sr. **Franco Luigi Fasoli** como novo membro do Conselho de Administração; e **(v)** fixar a remuneração global da administração da Companhia para o exercício social de 2024. **VI - Deliberações.** Após as discussões relacionadas às matérias constantes da Ordem do Dia, as acionistas presentes deliberaram o seguinte: **(i)** Aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras, parecer dos auditores independentes; **(ii)** Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 838.642.440,58, a ser destinado, como segue: a) R$ 41.932.123,02, para a conta de Reserva Legal; b) R$ 355.215.000,00, referem-se às distribuições, ora ratificada, de Juros sob Capital Próprio, conforme deliberado em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 21 de março, 22 de junho e 21 de setembro de 2023; c) saldo de R$ 220.747.658,78 para a conta de Reserva de Equalização de Dividendos e R$ 220.747.658,78 para a conta de Reserva para Reforço de Capital, na forma do artigo 34, do Estatuto Social da Companhia. **(iii)** Tomar conhecimento do pedido de renúncia apresentada em 26/02/2024, pelo Conselheiro da Companhia, Sr. **Javier San Félix Garcia**, espanhol, casado, executivo financeiro, portador do passaporte espanhol nº XDC908996, nos termos da Carta de Renúncia arquivada na sede da Companhia. **(iv)** Aprovar a eleição de novo membro do Conselho de Administração para um mandato que vigorará até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2025, Sr. **Franco Luigi Fasoli**, brasileiro, solteiro, maior, administrador de empresa, titular da Cédula de Identidade R.G. n.º 252.152.40-2 SSP/SP e inscrito no CPF sob o n.º 251.608.448-05, para o cargo de Conselheiro. Fica consignado que, conforme declarações apresentadas e arquivadas na sede da Companhia, o novo membro do Conselho de Administração, ora eleito, declara (i) não estar incursos em qualquer crime que o impeça de exercer atividades mercantis, em especial aqueles mencionados nos parágrafos 1º e 2º do Artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) atende aos requisitos estabelecidos na Resolução BCB nº 81, de 25 de março de 2021; e (iii) somente tomará posse no cargo para o qual foi eleito após a homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil. **(v)** Fixar a remuneração global anual dos administradores no montante de até R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) para o exercício social de 2024, considerando que eventual excedente deste valor deverá ser objeto de nova deliberação pelos acionistas. **VII - Encerramento.** Não havendo mais nada a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada pelos membros da Mesa. Mesa: Cassio Schmitt - Presidente; Daniela Mussolini Llorca Sanchez, Secretária. Acionistas presentes: **Pagonxt Merchant Solutions, S.L. (Espanha) e Pagonxt, S.L. (Espanha)** - ambas por Daniela M L Sanchez, procuradora. Certifico que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo (SP), 09 de abril de 2024. **Daniela Mussolini Llorca Sanchez -** Secretária. JUCESP nº 216.506/24-4 em 05/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 478ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22B0945873) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 478ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 478ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 25 de fevereiro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de julho de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de agosto de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI das 478ª Série da 1ª Emissão - IF 22B0945873), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de julho de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

AVISO DE LICITAÇÃO

O Senac São Paulo comunica a realização da Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico.

CONCORRÊNCIA Nº 0038.2024.PE.0031

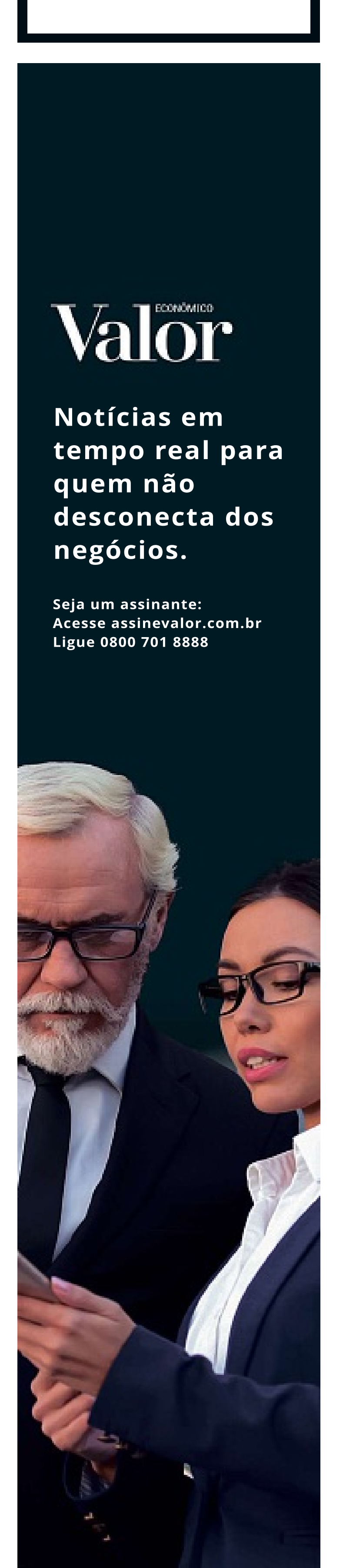
ABERTURA: 12 DE JULHO DE 2024, ÀS 10H

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÕES, CÓPIAS, ENCADERNAÇÕES E CONGÊNERES PARA SENAC RIO CLARO".

RETIRADA DO EDITAL: disponível para conhecimento público no site sp.senac.br/licitacoes

Informações adicionais: licitacao.gms@sp.senac.br Telefone: (11) 3236-2954

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



BANCO ALFA S.A.

CNPJ/MF nº 03.323.840/0001-83 - NIRE 35 3 0017275 2

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

DATA: 28 de março de 2024. **HORÁRIO:** 08h00min, Assembleia Geral Ordinária e, em seguida, Assembleia Geral Extraordinária. **LOCAL:** Sede social, Alameda Santos, nº 466, 4º andar, parte, São Paulo - SP. **PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social. Como convidado: Sr. Guilherme Zuppo Ventura Diaz, representante da auditoria externa independente, KPMG Auditores Independentes. **MESA:** Eduardo Pinto de Oliveira - Presidente. Felipe Barbosa da Silveira e Silva - Secretário. **ORDEM DO DIA EM (A) ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: 1.** examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras preparadas com base nos padrões contábeis exigidos pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP), o Relatório dos Auditores Independentes e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **2.** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e ratificar a distribuição de Juros Sobre o Capital Próprio relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; **3.** eleger a Diretoria; e **4.** fixar a verba máxima para remuneração da Diretoria período de maio/2024 a abril/2025, conforme proposta do Comitê de Remuneração, a qual incluirá a participação dos diretores nos lucros do exercício de 2023. **EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: (i)** tomar conhecimento e deliberar sobre o aumento do capital social; e **(ii)** deliberar sobre a Consolidação do Estatuto Social. **PUBLICAÇÕES:** Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas, Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023: Valor Econômico, edição de 09 de fevereiro de 2024. **LEITURA DE DOCUMENTOS:** todos os documentos citados no item 1 da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária e a Proposta da Diretoria foram lidos e colocados à disposição dos acionistas para consulta. **DELIBERAÇÕES TOMADAS EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram por unanimidade: **1.** aprovar as contas dos Administradores, incluindo o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras preparadas com base nos padrões contábeis exigidos pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP), o Relatório dos Auditores Independentes e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **2.** aprovar a destinação do lucro líquido do exercício no valor de R$22.785.695,97 (vinte e dois milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e noventa e cinco reais e noventa e sete centavos), já refletida nas Demonstrações Financeiras, da seguinte forma: **(i)** R$1.139.284,80 (um milhão, cento e trinta e nove mil, duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos) para a Reserva Legal; **(ii)** R$8.592.619,06 (oito milhões, quinhentos e noventa e dois mil, seiscentos e dezenove reais e seis centavos), a título de dividendos obrigatórios, já adiantados e pagos em 21.02.2024, na forma de Juros sobre Capital Próprio; e **(iii)** o saldo remanescente do lucro líquido, no valor de R$13.053.792,11 (treze milhões, cinquenta e três mil, setecentos e noventa e dois reais e onze centavos) para "Reservas Estatutárias", a saber: R$11.748.412,90 (onze milhões, setecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e doze reais e noventa centavos) para "Reserva para Aumento de Capital"; e R$1.305.379,21 (um milhão, trezentos e cinco mil, trezentos e setenta e nove reais e vinte e um centavos) para "Reserva Especial para Dividendos"; **3.** reeleger, para compor a Diretoria, com prazo de mandato de 1 (um) ano, estendendo-se até a posse dos novos membros que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que se realizar no ano de 2025, como Diretor Presidente, **MARCOS LIMA MONTEIRO**, brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF/MF nº 105.109.428-30, portador do RG nº 19.897.606-9-SSP-SP, com endereço comercial na Av. Paulista, nº 2.100, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-930; e como Diretores sem designação específica: **HUGO BOTELHO BITTENCOURT**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF nº 267.237.368-00, portador do RG nº 24.105.445-X; **EDUARDO PINTO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF nº 116.875.908-00, portador do RG nº 19.267.703-2-SSP-SP; **CAMILA DA SILVA ZAGO**, brasileira, divorciada, engenheira de empresas, inscrita no CPF nº 263.701.308-77, portadora do RG nº 26.659.557-1 SSP/SP; e **HUGO ANTÔNIO DE CAMPOS FERREIRA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF nº 176.082.638-30, portador do RG nº 31526901585770 - SSP-GO, todos com escritório na Alameda Santos, nº 466, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP, CEP 01418-000. Os Diretores eleitos preenchem as condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76, na Resolução nº 4.970/21 do Conselho Monetário Nacional e na Resolução CVM nº 80/2022, e não estão incursos em crime algum que vede a exploração de atividade empresarial, conforme Declaração de Desimpedimento arquivada na sede da Sociedade; e **4.** fixar em até R$716.399,35 (setecentos e dezesseis mil, trezentos e noventa e nove reais e trinta e cinco centavos) mensais, livres de imposto de renda na fonte, a verba máxima para remuneração da Diretoria, nos termos do Estatuto Social, a vigorar a partir do mês de maio próximo, verba essa que poderá ser reajustada com base na combinação dos índices IPC-A/IBGE e IGP-M/FGV, a qual abrangerá, inclusive, as verbas devidas aos diretores a título de remuneração variável equivalente a 13,68% do lucro líquido ajustado, relativo ao último exercício de 2023, a ser paga em abril de 2024. Caberá à Diretoria deliberar, em reunião, sobre a forma de distribuição dessa verba entre os seus membros, podendo ainda a Sociedade proporcionar aos seus administradores os benefícios já previstos e limitados na Política de Remuneração dos Administradores do Conglomerado Financeiro Alfa. **EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram por unanimidade: **(i)** aprovar o aumento do capital social em R$ 7.096.000,00 (sete milhões e noventa e seis mil reais), sem emissão de ações, mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta "Reservas de Lucros - Reserva para Aumento de Capital", para eliminar seu excesso e aprovar a correspondente reforma estatutária; e **(ii)** aprovar a consolidação do Estatuto Social, em razão de alterações aprovadas em assembleias gerais anteriores. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada foi assinada pelos presentes. **MESA:** Eduardo Pinto de Oliveira - Presidente da Mesa. Felipe Barbosa da Silveira e Silva - Secretário. **ACIONISTAS:** BANCO SAFRA S.A. Alberto Monteiro de Queiroz Netto. Marcos Lima Monteiro. CORUMBAL PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA. Valéria Fernandes da Silva. Eduardo Pinto de Oliveira. FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS. Antonio José Ambrozano Neto. Fabiano Siqueira de Oliveira. Esta até é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Eduardo Pinto de Oliveira - Presidente da Mesa. Felipe Barbosa da Silveira e Silva - Secretário. **CERTIDÃO:** JUCESP. Certifico o registro sob o nº 255.063/24-6 em 26 de junho de 2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **ANEXO I - ESTATUTO SOCIAL DO BANCO ALFA S.A. - TÍTULO I** - Da denominação, sede, prazo de duração e objeto social: **Art. 1º** - O **BANCO ALFA S.A.** é uma sociedade anônima regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Art. 2º** - O Banco tem sede na cidade, município e comarca de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, que é o seu foro. **§ Único** - Respeitadas as prescrições legais e regulamentares, a Diretoria da sociedade poderá instalar e suprimir dependências em qualquer lugar do país. **Art. 3º** - O prazo de duração do Banco é indeterminado. **Art. 4º** - O Banco tem por objeto a prática de todas as operações bancárias inerentes à carteira comercial. **TÍTULO II** - Do capital e das ações: **Art. 5º** - O capital social é de R$ 68.062.000,00 (sessenta e oito milhões, sessenta e dois mil reais) integralmente realizado e dividido em 25.380.650 (vinte e cinco milhões e trezentos e oitenta mil e seiscentos e cinquenta) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **TÍTULO III** - Da Assembleia Geral: **Art. 6º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social; e extraordinariamente, quando convocada pelo Diretor Presidente ou por 2 (dois) Diretores, ou nos casos legais. **§ Único** - Para participar da Assembleia Geral é necessária a condição de acionista até 8 (oito) dias antes da data da realização do respectivo conclave e o depósito do instrumento de procuração, na sede social, até 5 (cinco) dias também antes do mesmo evento, no caso de representação do acionista por mandatário. **Art. 7º** - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Presidente, ou na sua ausência por qualquer Diretor, o qual convidará 2 (dois) dos presentes para secretariarem os trabalhos. **Art. 8º** - A Assembleia Geral Ordinária fixará, anualmente, o montante global da remuneração da Diretoria, cabendo a esse mesmo órgão deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros. **TÍTULO IV** - Da Diretoria e suas atribuições: **Art. 9º** - O Banco será administrado por uma Diretoria constituída por, no mínimo, 2 (dois) membros e, no máximo, por 5 (cinco) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente e de 1 (um) a 4 (quatro) Diretores, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. **§ Único** - O prazo de mandato da Diretoria é de um ano, mas estender-se-á até a investidura dos novos membros eleitos. **Art. 10** - Caberá ao Diretor Presidente designar o seu substituto ou o substituto de qualquer outro membro da Diretoria, nos casos de impedimentos ou faltas; não o fazendo, caberá à própria Diretoria tal designação. **§ 1º** - No caso de vacância de cargo da Diretoria proceder-se-á da mesma forma estabelecida neste artigo, perdurando a substituição até o provimento definitivo do cargo pela primeira Assembleia Geral subsequente, servindo o substituto então eleito até o término do mandato do substituído. **§ 2º** - Considerar-se-á vago o cargo de Diretor que, sem causa justificada, deixar de exercer as suas funções por mais de 15 (quinze) dias consecutivos. **§ 3º** - As substituições previstas neste artigo, "caput", implicarão na acumulação de cargos, inclusive do direito de voto, mesmo o de qualidade, mas não na de honorários e demais vantagens do substituído. **Art. 11** - A Diretoria reunir-se-á por convocação do Diretor Presidente, com 5 (cinco) dias de antecedência, dispensando-se esse interregno quando participar da reunião a totalidade de seus membros. **§ 1º** - As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria dos membros desse órgão e, no caso de empate, o Diretor Presidente usará do voto de qualidade. **§ 2º** - Qualquer membro da Diretoria terá o direito de credenciar um de seus pares por carta, e-mail, telegrama ou fac-símile, a fim de representá-lo nas reuniões da Diretoria, seja para a formação de "quorum", seja para a votação, e, igualmente, são admitidos votos por carta, e-mail, telegrama ou fac-símile, quando recebidos, na sede social, até o momento da reunião. **Art. 12** - Compete à Diretoria: a) estabelecer as normas de condução dos negócios sociais; b) quando julgar oportuno, elaborar o Regimento Interno; c) nomear e dispensar correspondentes; d) apresentar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício à Assembleia Geral, depois de submetidos ao parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento. **Art. 13** - A Diretoria é investida de todos os poderes necessários à realização dos fins sociais; e dependerá de prévia autorização da Assembleia Geral para a prática dos seguintes atos: transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos nos termos do Artigo 851 do Código Civil Brasileiro, adquirir, onerar e alienar não só bens imóveis, como, também, participações acionárias. **Art. 14** - Observado o disposto no artigo seguinte, cada membro da Diretoria é investido de todos os poderes para representar o Banco e praticar os atos necessários ao seu funcionamento regular, ressalvado competir, privativamente: a) ao Diretor Presidente: a.1. cumprir e fazer cumprir o estatuto social, assim como as resoluções das Assembleias Gerais e da Diretoria; a.2. representar o Banco, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimento pessoal, sendo a ele facultado designar e constituir procurador especial para estas duas últimas hipóteses; a.3. instalar e presidir as Assembleias Gerais; a.4. presidir as reuniões da Diretoria, usando do voto de qualidade quando houver empate nas deliberações; a.5. dirigir e superintender todos os negócios e operações do Banco; a.6. nomear, demitir, promover, contratar, suspender e licenciar funcionários, em geral, fixando-lhes os vencimentos; b) a cada um dos Diretores: b.1. dirigir os serviços e/ou dependências da sociedade que lhe forem designados pela Diretoria e pelo Diretor Presidente; b.2. realizar qualquer operação atinente aos fins sociais, nos limites e condições estabelecidos pela Diretoria; b.3. desincumbir-se das atribuições que lhe forem cometidas, especificamente, pela Diretoria e/ou pelo Diretor Presidente. **Art. 15** - Nos atos de representação em Assembleias Gerais de acionistas ou debenturistas de outras empresas, o Banco será representado singularmente pelo Diretor Presidente, ou por 2 (dois) Diretores conjuntamente; nos demais casos, e nos limites dos poderes a que se refere o Art. 13 (treze) deste estatuto, o Banco considerar-se-á obrigado quando representado: a) conjuntamente, por 2 (dois) Diretores; b) conjuntamente, por um Diretor e um procurador, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem; c) conjuntamente, por 2 (dois) procuradores, quando assim for designado nos respectivos instrumentos de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que neles se contiverem; d) singularmente, por um procurador, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem. **§ 1º** - Nos atos de constituição de procuradores, o Banco somente será representado: a) pelo Diretor Presidente, conjuntamente com outro Diretor, quando o mandato for outorgado para a prática de qualquer dos atos a que se refere o Art. 13 (treze) deste estatuto; b) conjuntamente, por 2 (dois) Diretores, quando o mandato for outorgado para a prática dos atos ordinários de representação do Banco. **§ 2º** - Salvo quando para fins judiciais, todos os demais mandatos outorgados pelo Banco terão prazo de vigência até 31 de maio do ano seguinte ao da outorga, se menor prazo não for estabelecido, o qual deverá constar sempre do respectivo instrumento de mandato. **§ 3º** - Compete privativamente ao Diretor Presidente, sempre em conjunto com outro Diretor, a prática dos seguintes atos: transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, adquirir, onerar e alienar não só bens imóveis, como também participações acionárias, observado o disposto no Art. 13 (treze) deste estatuto. **TÍTULO V** - Do Conselho Fiscal: **Art. 16** - O Conselho Fiscal é órgão não permanente, que só será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, na conformidade legal. **Art. 17** - Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número; e a sua remuneração será fixada pela Assembleia Geral que o eleger. **§ 1º** - O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que a lei lhe confere. **§ 2º** - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, nos seus impedimentos ou faltas, ou em caso de vaga, pelos respectivos suplentes. **TÍTULO VI** - Das demonstrações financeiras e da destinação do lucro líquido: **Art. 18** - O exercício social coincide com o ano civil, terminando, portanto, em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras; e do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. **§ Único** - Será levantado balanço semestral em 30 de junho de cada ano. **Art. 19** - Juntamente com as Demonstrações Financeiras, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações, obedecendo à seguinte ordem de dedução, na forma da lei: **a)** 5% (cinco por cento) para a Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; **b)** as importâncias que, legalmente, puderem ser destinadas à Reserva para Contingências; **c)** a quota necessária ao pagamento de um dividendo que represente, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido anual ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes, nos termos da lei e deste Estatuto e, quando for o caso, das resoluções da Assembleia Geral. Por conta dessa distribuição, será declarado um dividendo quando do levantamento do balanço do primeiro semestre de cada exercício social. Tais dividendos poderão ser pagos ou creditados aos acionistas sob a forma de juros sobre capital próprio, até o limite previsto em lei; as eventuais importâncias assim desembolsadas serão imputadas, a juízo da Assembleia Geral, ao valor dos dividendos obrigatórios previstos em lei e neste Estatuto. **§ 1º** - O saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, for deliberado pela Assembleia Geral, até 90% (noventa por cento) à Reserva para Aumento de Capital, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais, até atingir o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social; e **b)** o remanescente à Reserva Especial para Dividendos, com o fim de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. **§ 2º** - Como previsto no artigo 197, e seus parágrafos, da Lei de Sociedades por Ações, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos deste Estatuto ou do artigo 202 da mesma lei, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta da Diretoria, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **§ 3º** - As reservas provenientes de lucros auferidos e lucros suspensos, inclusive a reserva legal, não poderão ultrapassar o capital social; atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. **§ 4º** - A Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria uma participação nos lucros, na forma e limites legais. **§ 5º** - A distribuição de dividendos e bonificações obedecerá aos prazos fixados em lei. **Art. 20** - Os balanços serão obrigatoriamente auditados por auditores independentes, registrados na Comissão de Valores Mobiliários." **TÍTULO VII** - Da liquidação da sociedade: **Art. 21** - A sociedade entrará em liquidação nos casos legais.

NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ: 27.853.497/0001-47 - NIRE: 3330032370-8

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2024

1. DATA/HORÁRIO/LOCAL: No dia 27 de junho de 2024, às 9:00 horas, na sede da companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 78, Sala 101, Flamengo, CEP 22210-904 ("Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Convocação dispensada, de acordo com o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada de tempos em tempos ("Lei das Sociedades Anônimas"), tendo em vista a presença de único acionista da Companhia, que representa a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas da Companhia. **3. PRESIDENTE E SECRETÁRIO:** Os trabalhos foram presididos e secretariados pelos Sr. Fabiano Uchoas Ribeiro e Rozilene Garcia, respectivamente. **4. ORDEM DO DIA.** Examinar, discutir e votar a: (i) distribuição de dividendos a partir das reservas de lucros; (ii) distribuição de Juros sobre Capital Próprio; e (iii) Aprovação, nos termos do artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações, da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Companhia, no valor total de R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Debêntures"), a serem distribuídas através de oferta pública de distribuição, sob o rito de registro automático de distribuição, exclusivamente para investidores profissionais, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), a Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160") e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação ("Emissão" e "Oferta", respectivamente), assim como seus termos e condições e autorização à Diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, inclusive a Escritura de Emissão (conforme abaixo definido), o Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido) e seus eventuais aditamentos, e todos os demais documentos da Oferta, bem como ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia em relação à Emissão e à Oferta. **5. DELIBERAÇÕES:** Após analisar e discutir os assuntos da ordem do dia, a acionista única **Neoenergia Transmissão S.A.** resolveu, sem quaisquer restrições: (i) **APROVAR**, a distribuição de dividendos a partir das reservas de lucros, sem atualização monetária, para pagamento até 31/12/2024, no valor de R$ 30.763.154,00 (trinta milhões, setecentos e sessenta e três mil, cento e cinquenta e quatro reais), condicionados a anuência de credores, se aplicável; (ii) **APROVAR**, a distribuição de Juros sobre Capital Próprio, com data base em 30/06/2024, no valor de R$ R$ 2.342.000,00 (Dois milhões e trezentos e quarenta e dois mil reais), sem atualização monetária, para pagamento até 31/12/2024, condicionados a anuência de credores, se aplicável; (iii) **APROVAR**, nos termos do artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações, da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Companhia, no valor total de R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Debêntures"), a serem distribuídas através de oferta pública de distribuição, sob o rito de registro automático de distribuição, exclusivamente para investidores profissionais, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160") e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação ("Emissão" e "Oferta", respectivamente), assim como seus termos e condições; e (2) **autorizar** a Diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, inclusive a Escritura de Emissão (conforme abaixo definido) e seus eventuais aditamentos, e todos os demais documentos da Oferta, bem como ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia em relação à Emissão e à Oferta. Fica aprovada, pela Acionista, a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais as quais serão detalhadas e reguladas por meio do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A.*" ("Escritura de Emissão") a ser celebrado entre a Emissora e a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, sociedade limitada inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures ("Agente Fiduciário"): (a) Destinação de Recursos. Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados para composição de capital de giro da Emissora ("Destinação de Recursos"). (b) Séries. A Emissão será realizada em série única. (c) Número da Emissão. A Emissão objeto da Escritura de Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora. (d) Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão"). (e) Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 80.000 (oitenta mil) Debêntures. (f) Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. (g) Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). (h) Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela prevista na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"). (i) Data de Início da Rentabilidade. Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a data da primeira integralização das Debêntures ("Data de Início da Rentabilidade"). (j) Prazo e Data de Vencimento. Observado o disposto na Escritura de Emissão, o vencimento final das Debêntures ocorrerá no prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo, portanto, na data estipulada na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido) da totalidade das Debêntures ou de Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido), nos termos da Escritura de Emissão. (k) Amortização do Principal. Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado ou de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão e na legislação aplicável, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma única data, qual seja, na Data de Vencimento. (l) Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures não será atualizado monetariamente. (m) Remuneração. Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido na Escritura de Emissão), calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* (sobretaxa) de 1,10% (um inteiro e dez centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures), desde a Data de Início da Rentabilidade, ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures (conforme definido abaixo) imediatamente anterior (inclusive) até a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures em questão, data de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido) ou na data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, o que ocorrer primeiro (exclusive). O cálculo da Remuneração, conforme o caso, obedecerá à fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão. (n) Pagamento da Remuneração Emissão. O pagamento efetivo da Remuneração das Debêntures será feito: (i) conforme datas estipuladas na Escritura de Emissão; (ii) na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado; e/ou (iii) na data em que ocorrer o resgate antecipado das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). O pagamento da Remuneração das Debêntures será feito pela Emissora aos Debenturistas, de acordo com as normas e procedimentos da B3. (o) Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na B3. (p) Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures e do disposto na Escritura de Emissão, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os valores em atraso ficarão sujeitos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, (i) à multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios"). (q) *Classificação de Risco*. Não será contratada agência de classificação de risco para atribuição de *rating* às Debêntures. (r) Repactuação Programada. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. (s) Desmembramento. Não será admitido o desmembramento, nos termos do artigo 59, inciso IX, da Lei das Sociedades por Ações. (t) Preço de Subscrição e Forma de Integralização. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição, conforme informada no anúncio de início de distribuição, a ser divulgado nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160, durante o período de distribuição das Debêntures previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160, sendo que as Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos estabelecidos pela B3. Na primeira data de integralização as Debêntures serão integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à primeira data de integralização, a integralização deverá considerar o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização. A exclusivo critério do Coordenador Líder, as Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição delas, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures em cada data de integralização. (u) Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. (v) Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, desde que a Emissora declare ao Agente Fiduciário estar adimplente com suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão, realizar o resgate antecipado da totalidade (mas não parcialmente) das Debêntures, a qualquer momento ("Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures"), mediante (i) o pagamento do valor de resgate antecipado das Debêntures, indicado como "VR" na fórmula descrita na Escritura de Emissão ("Valor de Resgate Antecipado das Debêntures "), e (ii) acrescido de prêmio equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures, incidente sobre o Valor de Resgate Antecipado das Debêntures, a ser apurado de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão, sem prejuízo de Encargos Moratórios, se houver. O Resgate Antecipado Facultativo será operacionalizado conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão. (w) Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures. A Emissora poderá, a qualquer momento, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independente da vontade dos Debenturistas, desde que a Emissora declare ao Agente Fiduciário estar adimplente com suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão por meio de comunicação a ser enviada nos termos da Cláusula de Comunicações da Escritura de Emissão, realizar a amortização extraordinária das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures, os Debenturistas farão jus ao recebimento de: (i) parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e demais encargos aplicáveis devidos e não pagos até a Data Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures ("Valor da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures"), (ii) acrescido de prêmio equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures, incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures ("Prêmio de Amortização Extraordinária das Debêntures"), calculado de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão. A Amortização Extraordinária Facultativa será operacionalizada conforme termos e condições a seres previstos na Escritura de Emissão. (x) *Oferta de Resgate Antecipado Emissão*. A Emissora poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo e da legislação aplicável, incluindo, mas não se limitando, a Lei das Sociedades por Ações. Os valores a serem pagos aos Debenturistas no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescidos: (i) da Remuneração das Debêntures, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Início da Rentabilidade (inclusive) ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do resgate (exclusive); e (ii) de eventual prêmio de resgate antecipado, a exclusivo critério da Emissora, que não poderá ser negativo. A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão. (y) Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, na Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 77") e na regulamentação aplicável da CVM, a qualquer momento, adquirir Debêntures no mercado secundário: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures ("Aquisição Facultativa"). (z) *Vencimento Antecipado*. Observado o disposto na Escritura, o Agente Fiduciário deverá considerar o vencimento antecipado, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ou da realização de Assembleia Geral de Debenturistas, de todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão e exigir, o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro *rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, na ocorrência das hipóteses previstas na Escritura de Emissão (cada uma, um "Evento de Vencimento Antecipado"). (aa) *Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Debêntures*. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, na qualidade de responsável pela escrituração das Debêntures, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures. (bb) *Procedimento de Distribuição*. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, exclusivamente para Investidores Profissionais, nos termos da Lei de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com a intermediação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade do Valor Total da Emissão, nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 1ª (primeira) Emissão da Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A.*", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"). (cc) *Depósito para Distribuição Primária, Negociação Secundária e Custódia Eletrônica*. As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação, observado o disposto na Escritura de Emissão, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. (dd) Público-alvo. A Oferta terá como público-alvo exclusivamente Investidores Profissionais. (ee) *Conversibilidade*. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. (ff) *Banco Liquidante e Escriturador*. O banco liquidante da Emissão ("Banco Liquidante") e o escriturador das Debêntures ("Escriturador", sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder ao Banco Liquidante e o Escriturador) é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, situado na Vila Yara, no Município e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n° 60.746.948/0001-12. (gg) *Demais características*. As demais características das Debêntures, da Emissão e da Oferta serão descritas na Escritura de Emissão e nos demais documentos pertinentes à Oferta e à Emissão. Foi aprovada, pela da Acionista, a autorização para a Diretoria da Companhia para (a) negociar os termos e condições finais de todos os documentos relacionados à Emissão e à Oferta e seus eventuais aditamentos, incluindo obrigações da Companhia, eventos de inadimplemento a serem previstos na Escritura de Emissão, condições de resgate antecipado e oferta de resgate, se aplicável, e vencimento antecipado das Debêntures e declarações a serem prestadas, bem como celebrar todos os documentos e aditamentos e praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando à Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, declarações a serem prestadas e cartas de manifestação à B3 e, se for o caso, à CVM e à ANBIMA; (b) praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações mencionadas nos itens da presente ata, mas não se limitando à celebração de todos os documentos e aditamentos necessários e indispensáveis à realização da Emissão e da Oferta; e (c) contratar os prestadores de serviços relativos à Emissão e à Oferta, incluindo o Agente Fiduciário, os assessores jurídicos, o Coordenador da Oferta, o Banco Liquidante e Escriturador entre outros, podendo para tanto negociar e assinar os respectivos contratos e as declarações que se fizerem necessárias, sendo ratificado todos os atos já praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia em relação à Emissão e à Oferta, em consonância com as deliberações acima. **6. ENCERRAMENTO:** Esgotada a ordem do dia, a ata foi lida, aprovada e assinada, sendo encerrada a Assembleia de Acionistas, da qual se lavrou esta ata em formato de sumário que foi assinada por todos os presentes. **7. ASSINATURAS**: Presidente: Fabiano Uchoas Ribeiro; Secretário: Rozilene Marques Garcia; Acionista: Neoenergia Transmissão S.A. Rio de Janeiro, 27 de junho de 2024. **Presidente -** Fabiano Uchoas Ribeiro, **Secretária -** Rozilene Garcia. **Neoenergia Transmissão S.A.** Fabiano Uchoas Ribeiro, Fabricio Duque Estrada Meyer Chagas. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Empresa: Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A.. Certifico o arquivamento em 03/07/2024, sob o nº 00006324465. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

BANCO ABC BRASIL S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ/MF nº 28.195.667/0001-06

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Na forma do disposto no artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária do Banco ABC Brasil S.A., como segue: **DATA E HORÁRIO:** 29 de julho de 2024, às 12h. **LOCAL:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital via sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, conforme abaixo detalhado. **ORDEM DO DIA:** Examinar proposta do Conselho de Administração para: a) Aumentar o capital social da Companhia mediante capitalização parcial do saldo da "Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos", sem modificação do número de ações, em conformidade com o art. 169, § 1º da Lei nº 6.404/76; b) Reforma parcial do Estatuto Social com o objetivo de: (i) alterar o "caput" do art. 7º do Estatuto Social para atualizar o valor do capital social da Companhia, face a capitalização parcial do saldo da "Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos"; e (ii) alterar o parágrafo 8º do art. 7º do Estatuto Social para elevar o valor do capital autorizado da Companhia; c) Ratificar os atos já praticados pela Companhia relacionados às deliberações acima. **DISPOSIÇÕES GERAIS:** (i) Os acionistas detentores de ações preferenciais não possuem direito a voto nas matérias a serem deliberadas na Assembleia, mas poderão participar de forma digital, observadas as orientações dos itens (ii) a (vi) abaixo. (ii) Nos termos do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, somente poderão tomar parte e votar na Assembleia os acionistas cujas ações estejam inscritas em seu nome em até 3 (três) dias antes da data de realização da Assembleia Geral, mediante comprovante expedido pela instituição custodiante (Itaú Unibanco S.A.). (iii) Os acionistas poderão ser representados na Assembleia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, observado que os acionistas pessoas jurídicas poderão, ainda, ser representados conforme seus atos constitutivos, devendo o mandato ser depositado na sede da Companhia. (iv) Nos termos do artigo 28, II, da Resolução CVM nº 81/22, a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, podendo os acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, desde que depositem os documentos necessários para verificação da representação na sede da companhia em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. (v) Não será disponibilizado Boletim de Voto a Distância, visto que a Assembleia Geral Extraordinária, ora convocada, não se enquadra nas hipóteses elencadas pelo Art. 26, §1º da Resolução CVM nº 81/22. (vi) Orientações adicionais para participação por meio do sistema eletrônico serão disponibilizadas no site http://ri.abcbrasil.com.br. Os documentos referentes às matérias que serão deliberadas em Assembleia, bem como as informações exigidas pela regulamentação vigente, estão à disposição dos acionistas na Sede da Companhia e disponibilizados no site http://ri.abcbrasil.com.br e nos sites da CVM e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

São Paulo, 5 de julho de 2024

ANIS CHACUR NETO

Vice-Presidente do Conselho de Administração

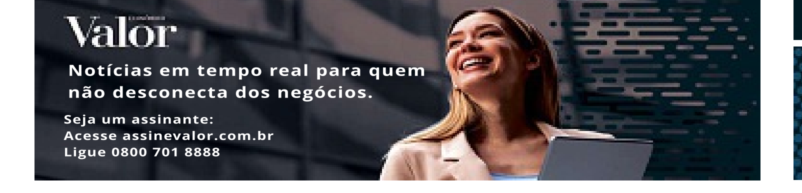


COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90076/2024**, referente ao processo nº **024.00098558/2024-15**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FONOTERAPIA E PSICOTERAPIA, PARA ATENDIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 23/07/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 05/07/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.



GETNET ADQUIRÊNCIA E SERVIÇOS PARA MEIOS DE PAGAMENTO S.A. - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

CNPJ nº 10.440.482/0001-54 - NIRE 35.300.567.064

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATA, HORA E LOCAL: 21.09.2023, às 10h, na sede social da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. – Instituição de Pagamento ("Getnet" ou "Companhia"), localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 2041, Bloco A, Edifício WTORRE JK (Sede Santander) – 12º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP. **MESA:** Presidente: Sr. Cassio Schmitt; e Secretária: Sra. Daniela Mussolini Llorca Sanchez. **PRESENÇA:** Presente os representantes do acionista detentor da totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a sua publicação, nos termos do §4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **ABERTURA:** Foi aprovada a proposta de lavratura da presente ata em forma de sumário. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre **(1)** a **RETIFICAÇÃO** do valor da redução do capital social deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 31/07/2023, valor este, indicado no "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. – Instituição de Pagamento com versões de parcelas do seu patrimônio para a PagoNxt Merchant Soluções Tecnológicas Brasil Ltda.", celebrado em 31 de julho de 2023, entre a Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. – Instituição de Pagamento e a PagoNxt Merchant Soluções Tecnológicas Brasil Ltda., ("Protocolo") **(2)** a **RATIFICAÇÃO** de todas as demais condições da deliberação da Assembléia Geral Extraordinária do dia 31.07.2023 e **(3) CONSOLIDAR** o Estatuto Social da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Após exame das matérias constantes da Ordem do dia, os representantes do único Acionista, sem quaisquer restrição ou ressalva, deliberou: **(1) RETIFICAR,** a redução do capital social da Companhia no valor de R$ **39.270.180,00** (trinta e nove milhões, duzentos e setenta mil, cento e oitenta reais), passando **de** R$ 1.422.496.239,74 (um bilhão, quatrocentos e vinte e dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, duzentos e trinta e nove reais e setenta e quatro centavos) **para** R$ 1.383.226.059,74 (um bilhão, trezentos e oitenta e três milhões, duzentos e vinte e seis mil, cinquenta e nove reais e setenta e quatro centavos), nos termos do Protocolo, conforme valor da parcela de ativos na data-base de 31 de março de 2023 atualizado até a data da Assembleia Geral Extraordinária de 31.07.2023. Assim, o caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a viger com a seguinte redação: "**Artigo 5º.** O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado é de R$ 1.383.226.059,74 (um bilhão, trezentos e oitenta e três milhões, duzentos e vinte e seis mil, cinquenta e nove reais e setenta e quatro centavos), dividido em 1.815.188.486 (um bilhão, oitocentos e quinze milhões, cento e oitenta e oito mil e quatrocentas e oitenta e seis) **ações, sendo** 924.951.619 (novecentos e vinte e quatro milhões, novecentos e cinquenta e um mil e seiscentas e dezenove) ações ordinárias e 890.236.867 (oitocentos e noventa milhões, duzentos e trinta e seis mil e oitocentas e sessenta e sete) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal". **(2) RATIFICAR** todas as demais condições da deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 31/07/2023; e, **(3) APROVAR**, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, devido as alterações acima, e que passa a viger com a redação conforme Anexo I à presente ata. Fica a diretoria da Companhia autorizada a praticar todos os atos para o cumprimento do ora deliberado. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, dos quais se lavrou esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Mesa: Presidente: Sr. Cassio Schmitt e Secretária: Sra. Daniela Mussolini Llorca Sanchez. Acionista: **PagoNxt Merchant Solutions, S.L**. – Francis Balansin Neumann - Procurador. *Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.* Daniela Mussolini Llorca Sanchez **-** Secretária da Mesa. JUCESP nº 103.765/24-4 em 13/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

LWSA S/A

CNPJ nº 02.351.877/0001-52 - NIRE nº 35.300.349.482

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2024

Data, Hora, Local: 03.06.2024, às 08h, na sede social, Rua Itapaiúna, nº 2.434, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade dos Membros. **Mesa:** Ricardo Gora - Presidente, Rafael Chamas Alves - Secretário. **Deliberações Aprovadas:** (a) encerramento do Programa de Recompra de Ações criado por este Conselho em 29.03.2023; (b) criação de um novo Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia, nos termos dos artigos 9º e 20, inciso xi, do Estatuto Social, artigo 30, §1º, "b", da Lei das S.A. e da Resolução CVM nº 77 ("Programa de Recompra"), de acordo com as características contidas no Anexo I, elaborado nos termos do Anexo G à Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022; (c) no âmbito de outros assuntos de interesse geral da Companhia e sua Administração, exceto se decorrente de exigência legal e/ou regulatória, dispensa das publicações do "Anexo I". Ainda, os membros do Conselho de Administração autorizam a Diretoria e a administração a adotarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários à realização do Programa de Recompra, observados os preceitos normativos aplicáveis. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 03.06.2024. Membros do Conselho de Administração: Ricardo Gora; Gilberto Mautner; Andrea Gora Cohen; Claudio Gora; Flavio Benicio Jansen Ferreira; Carlos Elder Maciel de Aquino; Luiz Otavio Ribeiro; e, Manuela Vaz Artigas. JUCESP nº 225.764/24-6 em 21.06.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ORE SECURITIZADORA S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.320.349/0001-90

OITAVA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 28ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 28ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a H. Commcor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Oitava Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("8ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **26 de julho de 2024, às 15:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para operacoes@fator.com.br, sendo que, haverá a possibilidade de participação à distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 8ª AGT, e este for considerado válido, não precisarão acessar o link para participação digital da 8ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 8ª AGT tem como objetivo deliberar sobre: (i) a declaração ou a não declaração de Vencimento Antecipado por descumprimento de obrigação pecuniária pela Devedora, em relação a falta de pagamento da remuneração dos meses de abril, maio, junho e julho de 2024; (ii) a declaração ou a não declaração de Vencimento Antecipado por descumprimento de obrigação pecuniária pela Devedora, em relação a falta de pagamento da amortização referente ao mês de junho de 2024; (iii) a não declaração de Vencimento Antecipado por descumprimento de obrigação pecuniária pela Devedora, em relação a não recomposição do Fundo de Liquidez; (iv) a não declaração de Vencimento Antecipado por descumprimento de obrigação pecuniária pela Devedora, em relação a não recomposição do Fluxo de Direitos Creditórios; e (v) a autorização para que a Securitizadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realize todos os demais atos necessários para a implementação das deliberações desta 8ª AGT, incluindo, mas não se limitando, a celebração de todos os documentos necessários. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contrato ou estatuto sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 8ª AGT, para os e-mails operacoes@fator.com.br e fiduciario@commcor.com.br. A 8ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 14.4 do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos votos favoráveis dos Investidores que representem, a maioria dos CRI em Circulação presentes na 8ª AGT, nos termos da cláusula 14.8 do Termo de Securitização. São Paulo/SP, 05 de julho de 2024. Diretora de Securitização

INÊS 249

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 276ª, 277ª E 278ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 20C1055672/20C1055632/ 20C1055633) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 13 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 276ª, 277ª e 278ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 276ª, 277ª e 278ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 30 de março de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de julho de 2024, às 11:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **13 de agosto de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 276ª, 277ª e 278ª Séries da 1ª Emissão – (IF 20C1055672/ 20C1055632/ 20C1055633), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 310ª, 326ª, 327ª E 328ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21C0710497/ 21C0710683/ 21C0710827/ 21C0710881) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 310ª, 326ª, 327ª e 328ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 310ª, 326ª, 327ª e 328ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 09 de março de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de julho de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de agosto de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI das 310ª, 326ª, 327ª e 328ª Séries da 1ª Emissão - IF 21C0710497/ 21C0710683/ 21C0710827/ 21C0710881), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 11ª E 12ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF CRA017008SS / CRA017008SR) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 12 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 11ª e 12ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 11ª e 12ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 28 de novembro de 2017, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **02 de agosto de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **12 de agosto de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRA das 11ª e 12ª Séries da 1ª Emissão - IF CRA017008SS / CRA017008SR), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 03 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 325ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21C0483517) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 325ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 325ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 09 de março de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de julho de 2024, às 11:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 325ª Série da 1ª Emissão – (IF 21C0483517), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 234ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19J0280488) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 13 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 234ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 234ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 10 de outubro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de julho de 2024, às 11:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **13 de agosto de 2024, às 14:50 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 234ª Série da 1ª Emissão – (IF 19J0280488), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 463ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22C1235206) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 06 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 463ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 463ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 08 de abril de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **26 de julho de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **06 de agosto de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI 463ª Série da 1ª Emissão – IF 22C1235206), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 03 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 12ª EMISSÃO (IF CRA020003KA / CRA020003KB) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 06 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Série da 12ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 12ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 19 de outubro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **26 de julho de 2024, às 11:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **06 de agosto de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª e 2ª Séries da 12ª Emissão – IF CRA020003KA / CRA020003KB), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 129ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 15L0652383) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 13 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 129ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 129ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 18 de dezembro de 2015, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de julho de 2024, às 11:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **13 de agosto de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 129ª Série da 1ª Emissão – (IF 15L0652383), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

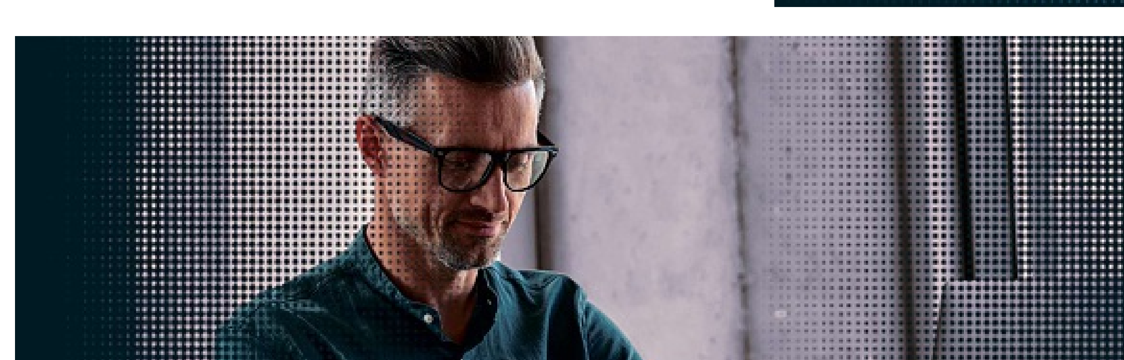
OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 18ª EMISSÃO (IF CRA021005LY) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 06 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 18ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 18ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 22 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **26 de julho de 2024, às 11:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **06 de agosto de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 18ª Emissão – IF CRA021005LY), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores





OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 132ª E 543ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 15L0648443 / 15L0790908) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 132ª e 543ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 132ª e 543ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 18 de dezembro de 2015., ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **26 de julho de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de agosto de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI 132ª e 543ª Séries da 1ª Emissão - IF 15L0648443 / 15L0790908), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 03 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 154ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 18I0295213) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 154ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 154ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 15 de outubro de 2018, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de julho de 2024, às 11:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de agosto de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 154ª Série da 1ª Emissão – (IF 18I0295213), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 219ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19J0133907) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 13 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 219ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 219ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 20 de setembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de julho de 2024, às 11:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **13 de agosto de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 219ª Série da 1ª Emissão – (IF 19J0133907), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 10ª EMISSÃO (IF 22F1025725) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 13 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 10ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 10ª Emissão da Opea Securitizadora S.A.*", celebrado em 24 de junho de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de julho de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **13 de agosto de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 10ª Emissão – IF 22F1025725), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 9ª EMISSÃO (IF 22F1025672) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 13 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 9ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 9ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 24 de junho de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de julho de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **13 de agosto de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 9ª Emissão – IF 22F1025672), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 106ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 12F0023442) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 15 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 106ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 106ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 21 de junho de 2012, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **25 de julho de 2024, às 11:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **15 de agosto de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 106ª Série da 1ª Emissão – (IF 12F0023442), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 03 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 131ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 15L0648916) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 13 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 18 de dezembro de 2015, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de julho de 2024, às 11:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **13 de agosto de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 131ª Série da 1ª Emissão – (IF 15L0648916), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 6ª E 7ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF CRA017001P5 / CRA017001P6) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 12 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 6ª e 7ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 6ª e 7ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 12 de abril de 2017, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **02 de agosto de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **12 de agosto de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRA das 6ª e 7ª Séries da 1ª Emissão - IF CRA017001P5 / CRA017001P6), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 03 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF n.º 16.590.234/0001-76 - NIRE 31.300.025.91-8 | Código CVM n.º 02234-9

Versão resumida do EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 2024

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. ("**Companhia**"), vem pela presente convocar a Assembleia Geral Extraordinária ("**Assembleia**"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 31 de julho de 2024, às 10h, de forma exclusivamente digital (não havendo possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** a fixação do número de membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, cuja eficácia é condicionada à verificação (ou renúncia, conforme o caso) das condições suspensivas ("**Condições Suspensivas**") previstas no Protocolo e Justificação de Incorporação do Grupo de Moda SOMA S.A. ("**Grupo SOMA**") pela Companhia ("**Protocolo e Justificação**"), celebrado pelas administrações da Companhia e do Grupo SOMA, em 18 de maio de 2024, e aprovado em assembleia geral extraordinária da Companha realizada em 18 de junho de 2024; **(ii)** a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, cuja eficácia é condicionada à verificação (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Suspensivas; **(iii)** a caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração da Companhia, cuja eficácia é condicionada à verificação (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Suspensivas; **(iv)** o novo valor da remuneração global anual dos administradores referente ao exercício social de 2024; e **(v)** a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores, incluindo a declaração da verificação das Condições Suspensivas e da eficácia das deliberações da Assembleia. Para participação na Assembleia, o acionista deverá enviar solicitação de cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail **ri@arezzo.com.br**, a qual deverá ser recebida pela Companhia até **29.07.2024** ("**Cadastro"**). A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail para envio das informações para participação, e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, descritos na versão da íntegra deste Edital e na Proposta da Administração da Companhia para a Assembleia. Validada a condição de acionista e a regularidade dos documentos pela Companhia para participação na Assembleia, a Companhia enviará *link* contendo o formulário de cadastramento e, uma vez que o Cadastro seja realizado, confirmado e validado pela Companhia, o acionista receberá, até 24 horas antes da Assembleia, as informações para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail **ri@arezzo.com.br**, com até, no máximo, 2 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso na forma e prazos previstos acima. Será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma para participação da Assembleia por sistema eletrônico, não se responsabilizando a Companhia por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Conforme o §1º do art. 141 da Lei das S.A. e na RCVM 81, é facultado aos acionistas titulares, individual ou conjuntamente, de ações representativas de, no mínimo, 5% do capital social com direito a voto requerer, por meio de notificação escrita entregue à Companhia até 48 horas antes da Assembleia, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do conselho de administração. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas no *site* da Companhia (**https://ri.arezzoco.com.br/**), da CVM (**http://www.gov.br/cvm**) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (**http://www.b3.com.br**), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso por sistema eletrônico. Ressalta-se que a presente publicação se trata de informação resumida que não deve ser considerada isoladamente para a tomada de decisão. A versão integral desde Edital está disponível nas páginas eletrônicas dos jornais "Hoje em Dia" e "Valor Econômico (São Paulo)" (https://www.hojeemdia.com.br/publicidadelegal/editais e https://valor.globo.com/valor-ri/, respectivamente), da Companhia (https://ri.arezzoco.com.br/), da CVM (http://www.gov.br/cvm) e da B3 (http://www.b3.com.br). Belo Horizonte, 3 de julho de 2024. **José Ernesto Beni Bologna** - Presidente do Conselho de Administração.

Valor ECONÔMICO
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

INÊS 249

BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.

Sociedade Anônima de Capital Aberto

CNPJ/MF nº 60.770.336/0001-65 - NIRE 35 3 0005322 2

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

DATA: 28 de março de 2024. **HORÁRIO:** 09h30min, Assembleia Geral Ordinária e, em seguida, Assembleia Geral Extraordinária. **LOCAL:** Sede social, Alameda Santos, nº 466 - 14º andar, São Paulo - SP. **PRESENÇA:** 1) acionistas titulares de ações ordinárias representando mais de dois terços do capital social com direito de voto; 2) administradores do Banco Alfa de Investimento S.A. ("Sociedade"); e Sr. Guilherme Zuppo Ventura Diaz, representante da KPMG Auditores Independentes. **MESA:** Alberto Monteiro de Queiroz Netto - Presidente. Felipe Barbosa da Silveira e Silva - Secretário. **ORDEM DO DIA (A) EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: 1)** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras (BRGAAP e IFRS), o Relatório dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, todos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023; **2)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e ratificar as distribuições de juros sobre o capital próprio relativos ao 1º e 2º semestres de 2023; **3)** eleger os membros do Conselho de Administração, efetivos e suplentes, nos termos do Artigo 13 do Estatuto Social; **4)** fixar a verba máxima destinada à remuneração dos Administradores e dos membros do Comitê de Auditoria para o período de maio/2024 a abril/2025, conforme proposta do Comitê de Remuneração; e **5)** se assim deliberado, instalar o Conselho Fiscal, eleger seus membros efetivos e suplentes e fixar suas respectivas remunerações; e **(B) ORDEM DO DIA EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social, em razão de alterações aprovadas em Assembleias Gerais anteriores. **PUBLICAÇÕES: 1)** Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas, Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023: Valor Econômico, edição de 09 de fevereiro de 2024; e **2)** Editais de Convocação: Valor Econômico, edição de 27 de fevereiro de 2024, página E20; edição de 28 de fevereiro de 2024, página E2; e edição de 29 de fevereiro de 2024, página E2, bem como no site do mesmo jornal. **LEITURA DE DOCUMENTOS:** todos os documentos citados acima, incluindo as Publicações, a Proposta da Diretoria e os pareceres favoráveis do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foram colocados à disposição dos acionistas. Destacou-se ainda que, além das publicações em jornal antes referidas, foi efetuada a publicação tempestiva, por meio dos sítios da Comissão de Valores Mobiliários e do Conglomerado Alfa na Internet, da Proposta da Administração e dos mapas sintéticos de votação a distância, exigidos pelas Resoluções CVM nºs 80 e 81, conforme alterada. O Presidente da Mesa leu o mapa sintético de votação à distância consolidado, deixando-o à disposição para análise dos presentes. **DELIBERAÇÕES TOMADAS EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia e com a concordância da dispensa da presença dos membros do Conselho Fiscal, os acionistas deliberaram por unanimidade e sem ressalvas: **1.** aprovar as contas dos administradores e aprovar as Demonstrações Financeiras (BRGAAP e IFRS) da Sociedade, incluindo o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023; **2.** aprovar a destinação do lucro líquido do exercício de R$15.855.558,17 (quinze milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e dezessete centavos), já refletida nas Demonstrações Financeiras, sendo: (i) R$1.549.519,95 (um milhão, quinhentos e quarenta e nove mil, quinhentos e dezenove reais e noventa e cinco centavos) para a Reserva Legal; e (ii) R$14.306.038,22 (quatorze milhões, trezentos e seis mil, trinta e oito reais e vinte e dois centavos) como parte do pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios. Adicionalmente, foram distribuídos R$8.680.395,32 (oito milhões, seiscentos e oitenta mil, trezentos e noventa e cinco reais e trinta e dois centavos), também a título de dividendos mínimos obrigatórios, e com base em reservas constituídas anteriormente, a fim de complementar os dividendos mínimos obrigatórios devidos em cumprimento ao disposto no Estatuto Social, todos adiantados e pagos em 03.10.2023 e 21.02.2024, na forma de Juros sobre Capital Próprio; **3.** destituir, a partir desta data, os Srs. **MARCO AURÉLIO NETO ARNES**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, economista, inscrito no CPF nº 128.145.968-55, portador do RG nº 22.618.528-X-SSP-SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP; e **FÁBIO ALBERTO AMOROSINO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF nº 073.874.508-11, portador do RG nº 12.854.760-1-SSP-SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, ocupantes dos cargos de membros Suplentes do Conselho de Administração. **3.1** aprovar a eleição dos seguintes membros para compor o Conselho de Administração, com mandato até a posse dos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária de 2026: **(i) ISAAC SELIM SUTTON**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº 047.010.738-30, portador do RG nº 7.386.118-2, com endereço comercial na Av. Angelica, nº 2.510, 9º andar, São Paulo - SP, CEP 01228-200, para o cargo de membro Efetivo do Conselho de Administração; e **(ii) ENRICA MORPURGO**, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF nº 091.905.178-22, portadora do RG nº 17.128.995-X SSP-SP, com endereço comercial na Av. Paulista, nº 2.100, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-930; e **EDSON MARINELLI**, brasileiro, casado, bancário, inscrito no CPF nº 098.303.407-91, portador do RG nº 2.024.411-7, com endereço comercial na Alameda Santos, nº 466, Cerqueira César, São Paulo - SP, CEP 01418-000, para os cargos de membros Suplentes do Conselho de Administração. **3.2** os membros do Conselho de Administração ora eleitos preenchem as condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76, na Resolução nº 4.970/21 do Conselho Monetário Nacional e na Resolução CVM nº 80/2022, e não estão incursos em crime algum que vede a exploração de atividade empresarial, conforme Declaração de Desimpedimento arquivada na sede da Sociedade. **3.3** em consequência das deliberações acima, o Conselho de Administração ficará assim constituído: o Sr. **ALBERTO MONTEIRO DE QUEIROZ NETTO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF nº 843.603.807-04, portador do RG nº 075785808 IFP/RJ, com endereço comercial na Av. Paulista, nº 2.100, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-930, como Presidente do Conselho de Administração; e os Srs. **MARCOS LIMA MONTEIRO**, brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF nº 105.109.428-30, portador do RG nº 19.897.606-9-SSP-SP, com endereço comercial na Alameda Santos, nº 466, Cerqueira César, São Paulo - SP, CEP 01418-000; **MARCELO JOSÉ ALVES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF nº 046.318.838-12, portador do RG nº 8.399.374-5-SSP-SP, com endereço comercial na Av. Paulista, nº 2.100, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-930; **EDUARDO PINTO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF nº 116.875.908-00, portador do RG nº 19.267.703-2 - SSP-SP, com endereço comercial na Alameda Santos, nº 466, Cerqueira César, São Paulo - SP, CEP 01418-000; e **ISAAC SELIM SUTTON**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº 047.010.738-30, portador do RG nº 7.386.118-2, com endereço comercial na Av. Angelica, nº 2.510, 9º andar, São Paulo - SP, CEP 01228-200, como membros Efetivos do Conselho de Administração; e os Srs. **CARLOS DOS SANTOS**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.308.088-5 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 021.432.897-15, com endereço comercial na Alameda Santos, nº 466, Cerqueira César, São Paulo - SP, CEP 01418-000; **CLÁUDIO BONUCCELLI**, brasileiro, casado, hoteleiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.616.770-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 048.077.468-47 com endereço comercial na Alameda Santos, nº 466, Cerqueira César, São Paulo - SP, CEP 01418-000; **ENRICA MORPURGO**, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF nº 091.905.178-22, portadora do RG nº 17.128.995-X SSP-SP, com endereço comercial na Av. Paulista, nº 2.100, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-930; e **EDSON MARINELLI**, brasileiro, casado, bancário, inscrito no CPF nº 098.303.407-91, portador do RG nº 2.024.411-7, com endereço comercial na Alameda Santos, nº 466, Cerqueira César, São Paulo - SP, CEP 01418-000, como membros Suplentes do Conselho de Administração. **4.** fixar (i) em até R$1.142.765,67 (um milhão, cento e quarenta e dois mil, setecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e sete centavos), livre do imposto de renda na fonte, a média mensal da verba máxima para remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria, nos termos do Estatuto Social e de acordo com a proposta do Comitê de Remuneração, a qual abrangerá, inclusive, as verbas devidas aos diretores a título de remuneração variável equivalente a 0,22% do lucro líquido ajustado, relativo ao último exercício de 2023, a ser paga em abril de 2024, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a forma de distribuição dessa verba entre os seus membros e os da Diretoria, podendo ainda a Sociedade proporcionar aos seus administradores os benefícios já previstos e limitados na Política de Remuneração dos Administradores, aprovada pelo Conselho de Administração; e (ii) em até R$59.509,91 (cinquenta e nove mil, quinhentos e nove reais e noventa e um centavos) a remuneração semestral de cada um dos integrantes do Comitê de Auditoria, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a periodicidade dos pagamentos. Essas verbas vigorarão a partir de maio de 2024, inclusive, e poderão ser reajustadas com base na combinação dos índices IPC-A/IBGE e IGP-M/FGV ou de outros que venham a substituí-los. **5.** deliberaram, por fim, pela não instalação do Conselho Fiscal. **DELIBERAÇÃO TOMADA EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** após análise e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram por unanimidade, consolidar o Estatuto Social, a fim de refletir as alterações aprovadas em assembleias gerais anteriores. O Estatuto Social passa a vigorar com a redação constante do Anexo I à presente ata. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, esta ata foi lavrada, lida e achada conforme, e assinada por todos os presentes. **MESA:** Alberto Monteiro de Queiroz Netto - Presidente da Mesa. Felipe Barbosa da Silveira e Silva - Secretário. **OS ACIONISTAS: BAI PARTICIPAÇÕES S.A.** Eduardo Pinto de Oliveira. Fabiano Siqueira de Oliveira. **CORUMBAL PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA.** Valéria Fernandes da Silva. Eduardo Pinto de Oliveira. **BANCO SAFRA S.A.** Alberto Monteiro de Queiroz Netto - Diretor Presidente. Marcos Lima Monteiro - Diretor Executivo. Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. **Alberto Monteiro de Queiroz Netto** - Presidente da Mesa. **Felipe Barbosa da Silveira e Silva** - Secretário. **CERTIDÃO:** JUCESP Certifico o registro sob o nº 253.175/24-0 em 25 de junho de 2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **ANEXO I - ESTATUTO SOCIAL DO BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A. - TÍTULO I -** Da denominação, sede, prazo de duração e objeto social: **Art. 1º - O BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.** é uma sociedade Anônima regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Art. 2º -** O Banco tem sede na cidade, município e comarca de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, que é o seu foro. **§ Único -** Por proposta da Diretoria, depois de aprovada pelo Conselho de Administração, poderão ser instaladas ou suprimidas dependências em qualquer parte do território nacional, ou no Exterior. **Art. 3º -** O prazo de duração do Banco é indeterminado. **Art. 4º -** O Banco tem por objeto a prática de todas as operações permitidas à sociedade da espécie pelas disposições legais e regulamentares que então vigorarem, inclusive as atividades de administração de carteira de valores mobiliários, consultoria de valores mobiliários e operações de câmbio, mas excetuadas outras que dependam de autorização especial, ou que estejam sob a disciplina de leis especiais. **TÍTULO II -** Do capital e das ações: **Art. 5º -** O capital social é de R$ 820.925.000,00 (oitocentos e vinte milhões, novecentos e vinte e cinco mil reais), dividido em 88.600.584 (oitenta e oito milhões, seiscentos mil e quinhentas e oitenta e quatro) ações escriturais, sem valor nominal, das quais 53.482.129 (cinquenta e três milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil e cento e vinte e nove) ordinárias e 35.118.455 (trinta e cinco milhões, cento e dezoito mil e quatrocentos e cinquenta e cinco) preferenciais, inconversíveis em ordinárias. **§ 1º -** Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **§ 2º -** As ações preferenciais não terão direito de voto nas deliberações da Assembleia Geral; são inconversíveis em outro tipo de ações com direito a voto e às ações dessa natureza não se aplicará o disposto no parágrafo primeiro do artigo 111 da Lei de Sociedades por Ações. **§ 3º -** As ações preferenciais terão prioridade na percepção do dividendo anual de 6% (seis por cento) sobre o valor da parte do capital que representem pago com preferência sobre quaisquer dividendo às ações ordinárias. **§ 4º -** As ações preferenciais terão direito ao recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, §1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações). **Art. 6º -** Todas as ações serão escriturais, permanecendo em conta de depósito em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei de Sociedades por Ações. **§ Único -** A instituição administradora das contas de depósito das ações da companhia é o Banco Santander (Brasil) S.A. (observado o disposto no inciso XII do Artigo 19), que poderá, observados os limites estabelecidos pelo Parágrafo 3º do Artigo 35 acima referido, na qualidade de depositária, cobrar do acionista o custo do serviço de transferência de ações escriturais. **Art. 7º -** Poderão ser suspensos: a) os serviços de transferência de ações, para atender a determinações da Assembleia Geral, não podendo essa suspensão exceder a 90 (noventa) dias intercalados durante o ano, nem mais de 15 (quinze) dias consecutivos. b) transitoriamente, na forma da letra anterior, a transferência de ações; mas neste caso será obrigatória, com 15 (quinze) dias de antecedência, a comunicação desse fato às Bolsas de Valores onde os seus títulos sejam negociados, aceitando-se o registro das transferências que forem apresentadas com data anterior. **Art. 8º -** Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social. **TÍTULO III -** Da Assembleia Geral: **Art. 9º -** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes à terminação do exercício social; e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou nos casos legais. **§ Único -** Para participar da Assembleia Geral é necessário a condição de acionista até 8 (oito) dias antes da data da realização do respectivo conclave e o depósito do instrumento da procuração, na sede social, até 5 (cinco) dias também antes do mesmo evento, no caso de representação do acionista por mandatário. **Art. 10 -** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Diretor Presidente, se não tiver ocorrido a designação de que trata o § 2º do Art. 15 (quinze) deste estatuto. O Presidente da Mesa convidará 2 (dois) dos presentes para secretariarem os trabalhos. **TÍTULO IV -** Da administração: **Art. 11 -** São órgãos de administração do Banco: a) o Conselho de Administração; b) a Diretoria. **Art. 12 -** O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação do Banco privativa dos Diretores. **Art. 13 -** O prazo de gestão do Conselho de Administração é de 3 (três) anos e o da Diretoria é de 1 (um) ano, estendendo-se até a investidura dos novos membros eleitos. É admitida a reeleição. **Art. 14 -** A Assembleia Geral fixará, anualmente, o montante global da remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria, cabendo ao primeiro desses órgãos deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros e os da Diretoria. **SEÇÃO I - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Art. 15 -** O Conselho de Administração será composto de, no mínimo 3 (três), e no máximo 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, um dos quais o mesmo conclave designará como Presidente desse órgão; e quando for o caso, em tais eleições será obedecido o disposto nos parágrafos 4º ao 8º do artigo 141 da Lei de Sociedades por Ações, com as alterações e acréscimos introduzidos pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001."; **§ 1º -** Caberá ao Presidente do Conselho de Administração: **a)** representar o Conselho de Administração perante terceiros; **b)** convocar as Assembleias Gerais; **c)** instalar e presidir as Assembleias Gerais; **d)** sugerir ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios sociais a ser transmitida à Diretoria; **e)** preparar todos os elementos necessários à prática dos atos de competência do Conselho de Administração; **f)** usar do voto de qualidade no caso de empate nas deliberações do mesmo Conselho; **g)** manter o Conselho de Administração informado sobre a gestão dos Diretores. **§ 2º -** O Presidente do Conselho de Administração terá a faculdade de designar um dos membros deste órgão para representar o Conselho de Administração perante terceiros, bem como para convocar, instalar e presidir as Assembleias Gerais. **Art. 16 -** Os membros do Conselho de Administração serão substituídos, nos seus eventuais impedimentos, ou faltas, pelos respectivos suplentes, que estarão também investidos do direito de voto, mesmo o de qualidade, mas sem os honorários e demais vantagens do substituído. **§ 1º -** Ocorrendo vaga no Conselho de Administração o respectivo suplente assumirá e servirá até o término do mandato do sucedido. Se a vacância tiver ocorrido a respeito do Presidente do mesmo Conselho, este órgão designará seu Presidente. **§ 2º -** Considerar-se-á vago o cargo de membro do Conselho de Administração que, sem causa justificada, deixar de participar, consecutivamente, de mais de 2 (duas) de suas reuniões. **Art. 17 -** O Conselho de Administração reunir-se-á por convocação do seu Presidente, ou da Diretoria, com 5 (cinco) dias de antecedência, dispensando-se esse interregno quando participar da reunião a totalidade de seus membros. **§ 1º -** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria dos membros desse órgão, e, no caso de empate, o seu Presidente usará do voto de qualidade. **§ 2º -** Qualquer membro do Conselho de Administração terá o direito de credenciar um de seus pares por carta, telegrama ou fac-símile, a fim de representá-lo nas reuniões do Conselho de Administração, seja para a formação de "quorum", seja para a votação; e, igualmente, são admitidos votos por carta, telegrama ou fac-símile, quando recebidos, na sede social, até o momento da reunião. **Art. 18 -** Compete ao Conselho de Administração: **I** - fixar a orientação geral dos negócios do Banco; **II** - eleger e destituir os Diretores; **III** - fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis do Banco; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e quaisquer outros atos; **IV** - manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; **V** - escolher e destituir os auditores independentes; **VI** - autorizar a Diretoria a estabelecer ou encerrar agências em todo o país, ou no exterior; **VII** - emitir parecer sobre quaisquer propostas ou recomendações da Diretoria à Assembleia Geral; **VIII** - deliberar sobre a distribuição das participações atribuídas aos seus membros e aos membros da Diretoria pela Assembleia Geral; **IX** - autorizar a aquisição de ações de emissão do Banco, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e posterior alienação; **X** - resolver os casos extraordinários; **XI** - eleger e destituir os integrantes do Comitê de Auditoria. **XII** - no interesse da Sociedade, alterar a instituição depositária das ações de sua emissão, ad referendum da assembleia geral que se realizar em seguida. **§ Único -** Compete, ainda, ao Conselho de Administração autorizar a Diretoria a praticar os seguintes atos: hipotecar, empenhar, caucionar, renunciar, desistir, firmar compromisso nos termos do Artigo 851 do Código Civil Brasileiro, adquirir, onerar e alienar não só bens imóveis, como, também, participações acionárias. **SEÇÃO II - DA DIRETORIA: Art. 19 -** O Banco será administrado por uma Diretoria constituída de 3 (três) membros, no mínimo, até 11 (onze) membros, no máximo, sendo, um Diretor Presidente, até 2 (dois) Diretores Gerais e até 8 (oito) Diretores, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração. **§ Único -** Caberá a cada um dos Diretores Gerais colaborar com o Diretor Presidente na condução dos negócios sociais. **Art. 20 -** Caberá ao Diretor Presidente designar o seu substituto ou o substituto de qualquer outro membro da Diretoria, nos casos de impedimentos ou faltas, não o fazendo caberá à própria Diretoria tal designação. **§ 1º -** No caso de vacância de cargo da Diretoria deverá este convocar o Conselho de Administração para deliberar sobre o provimento do cargo vago. **§ 2º -** Considerar-se-á vago o cargo de Diretor que, sem causa justificada, deixar de exercer as suas funções por mais de 15 (quinze) dias consecutivos. **§ 3º -** As substituições previstas neste artigo implicarão na acumulação de cargos, inclusive o direito de voto, mesmo de qualidade, mas não na dos honorários e demais vantagens do substituído. **Art. 21 -** A Diretoria reunir-se-á por convocação do Diretor Presidente, com 5 (cinco) dias de antecedência, dispensando-se esse interregno quando participar da reunião a totalidade de seus membros. **§ 1º -** As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria dos membros desse órgão, e, no caso de empate, o Diretor Presidente usará do voto de qualidade. **§ 2º -** Qualquer membro da Diretoria terá o direito de credenciar um de seus pares por carta, telegrama ou fac-símile, a fim de representá-lo nas reuniões da Diretoria, seja para a formação de "quorum", seja para a votação; e, igualmente, são admitidos votos por carta, telegrama ou fac-símile, quando recebidos, na sede social, até o momento da reunião. **Art. 22 -** Compete à Diretoria: **a)** estabelecer as normas de condução dos negócios sociais, conforme a orientação geral do Conselho de Administração; **b)** quando julgar oportuno, elaborar o Regimento Interno; **c)** nomear e dispensar correspondentes; **d)** elaborar e apresentar o relatório da administração e as demonstrações financeiras de cada exercício à Assembleia Geral, depois de submetidos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, se em funcionamento. **Art. 23 -** A Diretoria é investida de todos os poderes necessários à realização dos fins sociais; e quando previamente autorizada pelo Conselho de Administração poderá praticar, também, os atos previstos no § Único do Art. 18 (dezoito) deste estatuto. **Art. 24 -** Observado o disposto no artigo seguinte, cada um dos membros da Diretoria é investido de poderes individuais para a prática de todos os atos necessários ao seu funcionamento regular, ressalvado competir, privativamente: **I** - ao Diretor Presidente: **a)** cumprir e fazer cumprir os estatutos sociais, assim como as resoluções das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração e da Diretoria; **b)** representar o Banco, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimento pessoal, sendo a ele facultado designar e constituir procurador especial para estas duas últimas hipóteses; **c)** instalar e presidir as Assembleias Gerais dos acionistas, na hipótese de que trata o Art. 10 (dez) deste estatuto; **d)** presidir as reuniões da Diretoria, usando do voto de qualidade quando houver empate nas deliberações; **e)** dirigir e superintender todos os negócios e operações do Banco; **f)** nomear, demitir, promover, contratar, suspender e licenciar funcionários, em geral, fixando-lhes os vencimentos. **II** - a cada um dos Diretores: **a)** dirigir os serviços e/ou agências do Banco que lhe forem designados pela Diretoria e pelo Diretor Presidente; **b)** realizar quaisquer operações atinentes aos fins sociais, nos limites e condições estabelecidos pela Diretoria; **c)** desincumbir-se das atribuições que lhe forem cometidas, especificamente, pela Diretoria e pelo Diretor Presidente. **Art. 25 -** Nos atos de representação em Assembleias Gerais de acionistas ou de debenturistas de outras empresas, o Banco será obrigatoriamente representado pelo Diretor Presidente, o qual poderá designar um de seus pares para substituí-lo em tais atos. Nos demais casos e nos limites dos poderes a que se refere o Art. 23 (vinte e três) deste estatuto, o Banco considerar-se-á obrigado quando representado: **a)** conjuntamente, por 2 (dois) Diretores; **b)** conjuntamente, por um Diretor e um procurador, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem; **c)** conjuntamente, por 2 (dois) procuradores, quando assim for designado nos respectivos instrumentos de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que neles se contiverem; **d)** singularmente, por um procurador, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem. **§ 1º -** Os documentos relativos ao giro normal dos negócios do Banco poderão ser assinados por funcionários designados pela Diretoria, que fará constar essa nomeação de circulares ou no "Livro de Assinaturas Autorizadas", especificando-se os limites de emprego de tais firmas. **§ 2º -** Nos atos de constituição de procuradores o Banco poderá ser representado: **a)** pelo Diretor Presidente, conjuntamente com outro Diretor, quando o mandato for outorgado para a prática de qualquer dos atos a que se refere o § Único, do Art. 18 (dezoito) deste estatuto; **b)** conjuntamente, por 2 (dois) Diretores, quando o mandato for outorgado para a prática de atos ordinários de representação do Banco. **TÍTULO V -** Do Conselho Fiscal: **Art. 26 -** O Conselho Fiscal é órgão não permanente, que só será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, na conformidade legal. **Art. 27 -** Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros, no mínimo e 5 (cinco) membros no máximo e suplentes em igual número; a sua remuneração será fixada pela Assembleia Geral que o eleger. **§ 1º -** O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que a lei lhe conferir. **§ 2º -** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos nos seus impedimentos, ou faltas, ou em caso de vaga, pelos respectivos suplentes. **TÍTULO VI -** Do Comitê de Auditoria: **Art. 28 -** O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário constituído de acordo com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil. **Art. 29 -** O Comitê de Auditoria será composto de 3 (três) integrantes, nomeados e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, com mandato de até 5 (cinco) anos e que se estenderá até a posse dos novos membros eleitos. **§ 1º -** A remuneração dos integrantes do Comitê de Auditoria será fixada pela Assembleia Geral Ordinária. **§ 2º -** Pelo menos um dos integrantes do Comitê de Auditoria deve possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria que o qualifiquem para a função. **Art. 30 -** O Comitê de Auditoria terá entre suas atribuições: **a)** estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco, formalizadas por escrito e colocadas à disposição de seus acionistas; **b)** recomendar às administrações do Banco e das demais instituições do Conglomerado Financeiro Alfa, doravante simplesmente designadas "Instituições", a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário; **c)** revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e pareceres dos auditores independentes, do Banco e das Instituições; **d)** avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao Banco e às Instituições, além de regulamentos e códigos internos; **e)** avaliar o cumprimento, pelas administrações do Banco e das Instituições, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos; **f)** estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao Banco e às Instituições, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; **g)** recomendar, às Diretorias do Banco e das Instituições, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; **h)** reunir-se, no mínimo trimestralmente, com as Diretorias do Banco e das Instituições, e com as respectivas auditorias independentes e auditorias internas para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; **i)** verificar, por ocasião das reuniões previstas na letra anterior, o cumprimento de suas recomendações pelas Diretorias do Banco e das Instituições; **j)** reunir-se com o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, se houver, do Banco e das Instituições, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; **k)** outras atribuições que vierem a ser determinadas pelo Banco Central do Brasil. **Art. 31 -** O Comitê de Auditoria deverá reportar-se diretamente ao Conselho de Administração do Banco. **Seção II -** Do Comitê de Remuneração: **Art. 32 -** O Comitê de Remuneração é um órgão constituído de acordo com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil. **Art. 33 -** O Comitê de Remuneração será composto por 03 (três) integrantes com mandato de até 05 (cinco) anos, nomeados e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, ao qual deverão se reportar. **§ 1º -** Os nomeados poderão exercer simultaneamente outras funções no Conglomerado Financeiro Alfa, inclusive remuneradas, com ou sem vínculo empregatício, desde que não sejam incompatíveis com as atividades de membro desse Comitê. Pelo menos um dos nomeados não poderá ser administrador das instituições do Conglomerado. Os demais poderão ser integrantes tanto do próprio Conselho de Administração quanto da Diretoria. **§ 2º -** Os membros do Comitê de Remuneração que, direta ou indiretamente, exercerem simultaneamente outra atividade remunerada no Conglomerado Financeiro Alfa, não farão jus a remuneração adicional. A remuneração devida aos demais membros será determinada anualmente pelo Conselho de Administração. **§ 3º -** Caberá ao Comitê de Remuneração, entre outras atribuições: I - elaborar a política de remuneração de administradores do Banco e das demais instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, propondo ao Conselho de Administração a forma de remuneração; II - supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores; III - revisar anualmente a política de remuneração dos administradores, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; IV - propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetida às assembleias gerais das instituições, na forma do art. 152 da Lei nº 6.404, de 1976; V - avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração dos administradores; VI - analisar a política de remuneração de administradores em relação às práticas de mercado, especialmente de instituições do Sistema Financeiro Nacional e no exterior; e VII - zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a filosofia do Banco, com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada das instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa e com o disposto na regulamentação aplicável. **TÍTULO VII -** Das demonstrações financeiras: **Art. 34 -** O exercício social coincide com o ano civil, terminando, portanto, em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras, e o resultado do exercício terá deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para Imposto sobre a Renda. **§ Único -** Será levantado balanço semestral em 30 de junho de cada ano. **Artigo 35 -** Juntamente com as demonstrações financeiras, os órgãos de administração do Banco apresentarão à Assembleia Geral proposta de destinação do lucro líquido, obedecendo à seguinte ordem, na forma da lei: a) 5% (cinco por cento) para a Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; b) valores que, legalmente, poderão ser destinados à Reserva para Contingências; c) valor necessário ao pagamento de um dividendo que represente, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedade por Ações. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes, segundo os termos da lei e deste estatuto, e, quando for o caso, as resoluções da Assembleia Geral. **§ 1º -** o saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, for deliberado pela Assembleia Geral, inclusive a seguinte: a) até 90% (noventa por cento) à Reserva para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais, até atingir o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social; b) o remanescente à Reserva Especial para Dividendos com o fim de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. **§ 2º -** Como previsto no artigo 197 e seus parágrafos da Lei de Sociedades por Ações, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos deste estatuto ou do artigo 202 da mesma lei, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **§ 3º -** As reservas provenientes de lucros auferidos e lucros suspensos, inclusive a reserva legal, não poderão ultrapassar o capital social, atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. **§ 4º -** A Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e à Diretoria uma participação nos lucros nos casos, forma e limites legais. **§ 5º -** A distribuição de dividendos e bonificações obedecerá aos prazos fixados em lei, observado o disposto no artigo 8 (oito) deste estatuto. Nos termos do artigo 204 da Lei de Sociedades por Ações, poderão ainda ser declarados dividendos intermediários com base no balanço do primeiro semestre de cada exercício social, a título de antecipação do dividendo anual, por deliberação do Conselho de Administração. **Art. 36 -** Os balanços serão obrigatoriamente auditados por auditores independentes, registrados na Comissão de Valores Mobiliários. Tais auditores serão escolhidos e/ou destituídos pelo Conselho de Administração, observado, quando for o caso, o disposto no parágrafo 2º do artigo 142 da Lei de Sociedades por Ações. **Art. 37 -** Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, poderá o Banco pagar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, até o limite estabelecido pelo artigo 9º da Lei nº. 9.249, de 26 de dezembro de 1995; e, na forma do parágrafo 7º desse mesmo artigo, as eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor dos dividendos obrigatórios previstos em lei e neste estatuto. **TÍTULO VIII -** Da liquidação: **Art. 38 -** O Banco entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deva funcionar durante o período da liquidação.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 452ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21L1281680) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 15 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 452ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 452ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 17 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de julho de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **15 de agosto de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI das 452ª Série da 1ª Emissão - IF 21L1281680), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 469ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22A0226257) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 15 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 469ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 469ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 07 de janeiro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de julho de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **15 de agosto de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI das 469ª Série da 1ª Emissão - IF 22A0226257), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 477ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22B0939885) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 30 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 14 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 477ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 477ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 25 de fevereiro de 2022., ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **30 de julho de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **14 de agosto de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 477ª Série da 1ª Emissão – (IF 22B0939885), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

LWSA S/A

CNPJ nº 02.3S1.877/0001-52 - NIRE nº 35.300.349.482

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRACÃO REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2024

Data. Hora, Local: 17.05.2024, às 09h, na sede social, na Rua Itapaiúna, nº 2.434, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade dos Membros. **Mesa:** Ricardo Gora - Presidente, Rafael Chamas Alves - Secretário. **Deliberacões Aprovadas:** (1) aceitação do expresso aos pedidos de renúncias de **Simony Fernanda Santos de Oliveira Morais,** brasileira, casada, RG 34.751.868-0 SSP/SP, CPF/ME 310.059.418-58, residente em São Paulo/SP, aos cargos de: Diretora de Gente e Gestão Corporativa, (re)eleita no âmbito da Reunião do Conselho de Administração de 01.12.2023, registro JUCESP em 27.12.2023, sob o nº 486.548/23-5; (2) Aos cargos de Membro e Coordenadora do Comitê de ESG, eleita no âmbito da Reunião do Conselho de Administração de 19.12.2023 e registro JUCESP em 07.02.2024, sob o nº 61.212/24-6; (3) Aos cargos de Membro e Coordenadora do Comitê de Recursos Humanos, (4) e o cargo de Membro do Comitê de Ética e Conduta, (re)eleita no âmbito da Reunião do Conselho de Administração em 04.05.2023 e registro JUCESP em 25.05.2023, sob o nº 214.744/23-1; (5) ficam os membros do Conselho de Administração e da Diretoria (bem como demais representantes legais devidamente constituídos) autorizados a assinarem todos os documentos principais e acessórios, bem como a praticarem todos os demais atos necessários às consecuções das deliberações aprovadas nesta reunião. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 17.05.2024. Membros do Conselho de Administração: Ricardo Gora; Gilberto Mautner; Andrea Gora Cohen; Claudio Gora; Flavio Benício Jansen Ferreira; Carlos Elder Maciel de Aquino; Luiz Otavio Ribeiro; e, Manuela Vaz Artigas. JUCESP nº 252.056/24-3 em 21.06.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

LWSA S/A - CNPJ/MF nº 02.351.877/0001-52 - NIRE nº 35.300.349.482

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2024

Data. Hora, Local: 09.05.2024, às 09h, na sede social, Rua Itapaiúna, nº 2.434, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade dos Membros. **Mesa:** Ricardo Gora - Presidente, Rafael Chamas Alves - Secretário. **Deliberações Aprovadas:** (i) Demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas desta Companhia e das demais empresas de seu mesmo grupo econômico, bem como das notas explicativas correspondentes então contempladas na minuta do respectivo relatório dos auditores externos independentes (KPMG Auditores Independentes, CNPJ/ME nº 57.755.217/0001-29 - "KPMG") ora relacionadas com o auditado período dos primeiros 03 meses deste corrente ano e findos em 31.03.2024 ("1º ITR/24"); (ii) autorização para os membros da Diretoria desta Companhia divulgarem oportunamente o 1º ITR/24. (iii) ficam os membros do Conselho de Administração e da Diretoria autorizados a assinarem todos os documentos, bem como a praticarem todos os demais atos necessários às consecuções das deliberações ora aprovadas; e, ainda, ratificados todos os correlatos atos então praticados pela Administração desta Companhia nos estritos termos supra. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, SP, 09.05.2024. Membros do Conselho de Administração: Ricardo Gora; Gilberto Mautner; Andrea Gora Cohen; Claudio Gora; Flavio Benício Jansen Ferreira; Carlos Elder Maciel de Aquino; Luiz Otavio Ribeiro e Manuela Vaz Artigas. JUCESP nº 252.142/24-0 em 21.06.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

COMUNICADO

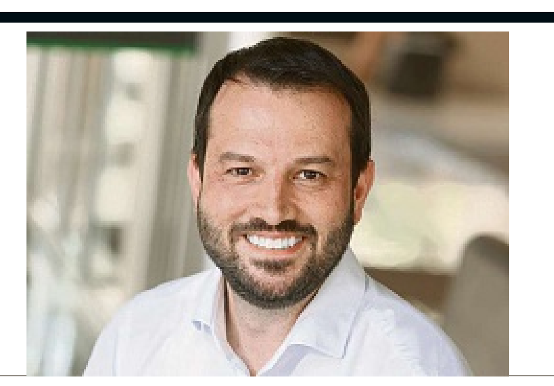
SEI: 387.00001713/2024-51 – PG 10.49.003 – Licitação nº 003/2024 – Contratação de empresa para execução de obras e serviços complementares para conclusão de empreendimento composto de 224 unidades habitacionais e demais serviços, denominado São Vicente "S" Parque Bitaru II, no município de São Vicente/SP.

A CDHU faz saber que devido à necessidade de revisão do Anexo 13 – Projetos e Memoriais Descritivos, a licitação acima está suspensa "SINE DIE".

CDHU | Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação | SP SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

INÊS 249

Lucro
"Quem mais ajuda a cooperativa a gerar sobras é quem vai ter mais retorno", diz Englert Barbosa F2



Campo
Diversificação dilui riscos e boas práticas beneficiam cooperados F4

Ranking
Tecnologia faz Brasil avançar entre as maiores organizações do mundo F6

Casa própria
Cooperativas de habitação e de crédito trazem competição ao mercado F8

Valor F
Sexta-feira, 5 de julho de 2024

Especial
Cooperativismo

Todos juntos

Cenário Agentes de desenvolvimento regional, cooperativas escalam com "sobras" crescentes e ampliam mercado com melhor gestão e tecnologia

Lilian Caramel
Para o Valor, de São Paulo

O cooperativismo brasileiro vem experimentando um boom, com aumento no número de cooperados, empregados, valor dos ativos e distribuição das "sobras" (lucros). No ano passado, o setor cresceu cerca de 10%, contra alta de 2,9% do PIB. Segundo dados mais recentes da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), as movimentações financeiras chegaram a R$ 655,5 bilhões em 2022. A OCB espera que o setor movimente R$ 1 trilhão em três anos. "O bom momento tem a ver com o agronegócio, mas não só. Recentemente, o ramo de crédito está puxando a ascensão", diz Luís Miguel dos Santos, professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL), no Paraná, que coordena um grupo de estudos sobre cooperativas. "Temos boas notícias vindo da agricultura familiar, que está se organizando no Nordeste, em Estados como Ceará e Bahia, esticando as fronteiras do movimento para além do Sul".

A superintendente da OCB, Tânia Zanella, comemora a fase do movimento. "Acredito que, neste mês, estamos batendo 21 milhões de cooperados", afirma, citando avanços em governança e em inovação. "Nas grandes cooperativas agrícolas, a separação das funções do conselho de administração e da diretoria executiva aconteceu e está dando mais rapidez à operação. Isso já é realidade na saúde e no crédito, e agora está ocorrendo cada vez mais no ramo agrícola para que ele possa acompanhar o dinamismo do mercado de commodities", diz.

> "Teremos uma ampliação da capacidade produtiva, o que nos dará segurança"
> *Mario Dykstra*

A OCB estima que as cooperativas distribuíram quase R$ 40 bilhões em sobras para os cooperados em 2023, 5% acima do registrado no ano anterior.

Setores regulados, saúde e crédito estão sendo cobrados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelo Banco Central (BC) a melhorar seus processos, o que, segundo Zanella, acaba influenciando os demais ramos a fazer o mesmo, aprimorando a gestão. "A regulação está subindo a régua", acrescenta.

Comparado com países que são referências globais no campo, porém, os números brasileiros ainda são tímidos. Na França e na Itália, a parcela da população envolvida com o cooperativismo gira em torno de 40%. No Brasil, a fatia fica em 10%, abaixo da média mundial, que é de 12%. Além disso, o faturamento das cooperativas em relação ao PIB é maior nestes países. Na Nova Zelândia, por exemplo, chega a 20%.

O pesquisador Chrystian Biscaro, também da UEL, defende que um dos caminhos para alavancar o movimento envolve compras institucionais. "Políticas públicas de preferência a produtos e serviços de cooperativa, inclusive daquelas comprometidas com a sustentabilidade, ajudariam. Assim, o governo incentiva o crescimento orgânico do setor", defende. Os estudiosos pontuam que outra tarefa importante seria atualizar a legislação. A lei que regulamenta o segmento, de 1971, exige no mínimo 20 membros para abertura de uma cooperativa. Nos países de referência, bastam duas ou três pessoas, em média.

Líder em faturamento, as maiores cooperativas agrícolas estão concentradas no Paraná, onde respondem por 60% da produção. A Frísia, a mais antiga do Estado, foi fundada por famílias holandesas que vieram ao Brasil trabalhar nas ferrovias da inglesa Brazil Railway Company, em 1911. Hoje, é uma gigante que extrapolou os limites da agropecuária para atuar nas áreas de logística, combustíveis, meio ambiente e soluções digitais. Há oito anos, abriu sua primeira unidade no Matopiba (confluência de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e, em 2022, a segunda, marcando presença na nova fronteira do agronegócio.

Neste ano, obteve financiamento de R$ 40 milhões do BNDES para aumentar e modernizar três armazéns de grãos. A deficiência de silos no país afeta a cadeia de grãos. "Teremos uma ampliação da capacidade produtiva, o que nos dará segurança e previsibilidade. Além disso, quando produzimos mais, há reflexo para o consumidor final, que tem acesso a uma gama maior de produtos", diz Mario Dykstra, superintendente. Com 1.084 cooperados, a Frísia atingiu receita bruta de R$ 6 bilhões em 2023, resultado que Dykstra atribui à fidelidade dos membros.

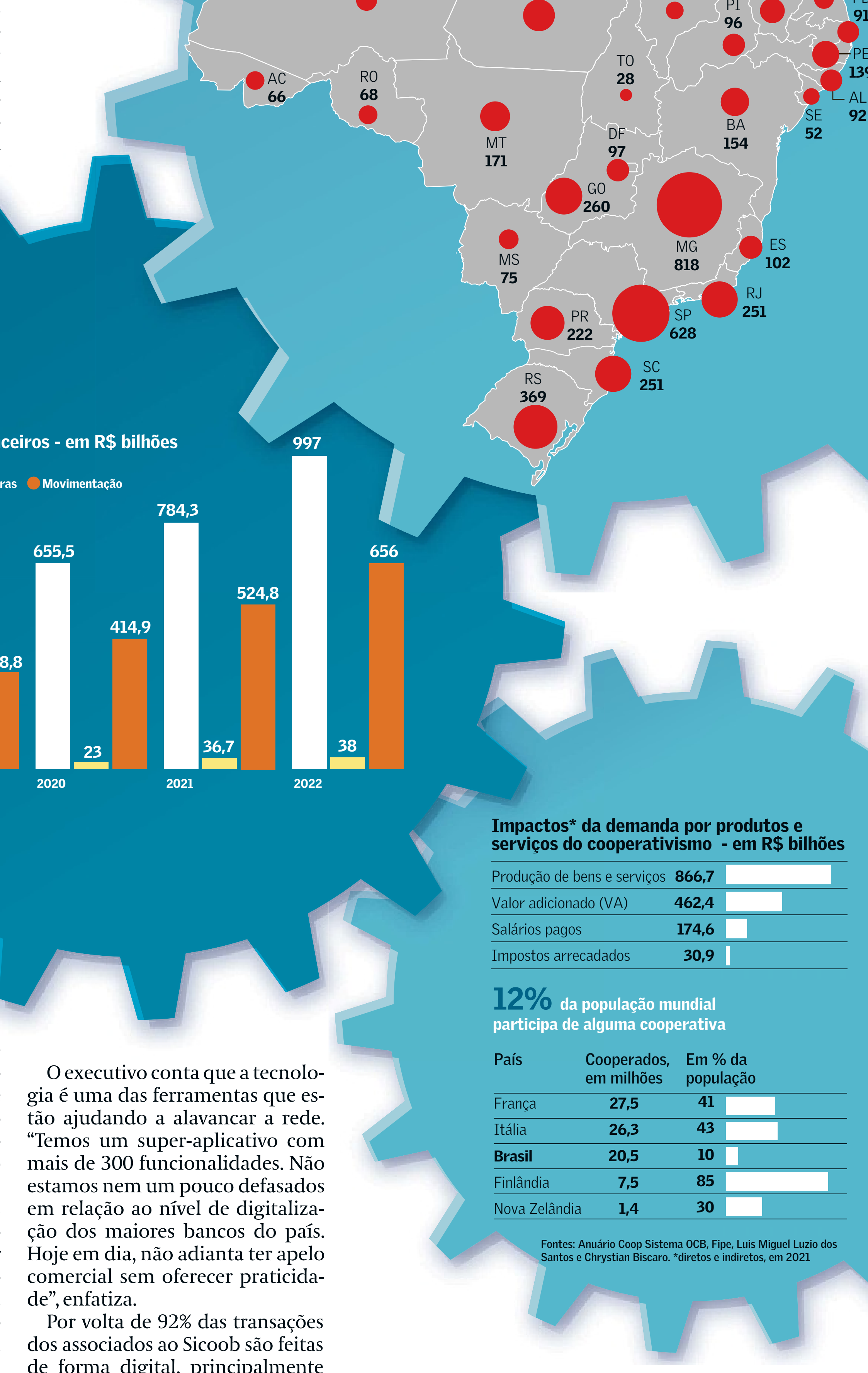
Dono da maior rede de atendimento bancário do país, o Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil (Sicoob) encabeça o ramo financeiro com 331 cooperativas e 4.600 agências espalhadas por todos os Estados. Marco Almada, diretor-presidente da organização, confirma que os ventos estão soprando a favor. "Estamos vindo de três anos de escalada muito forte. O ritmo de crescimento anual composto é da ordem de 20%. Acho que estamos no meio do caminho, avançando rumo ao teto do cooperativismo de crédito", opina Almada. Para ele, 20% de share do mercado é a fatia máxima que o ramo pode abocanhar no Brasil, conforme ocorreu nos países referência.

O executivo conta que a tecnologia é uma das ferramentas que estão ajudando a alavancar a rede. "Temos um super-aplicativo com mais de 300 funcionalidades. Não estamos nem um pouco defasados em relação ao nível de digitalização dos maiores bancos do país. Hoje em dia, não adianta ter apelo comercial sem oferecer praticidade", enfatiza.

Por volta de 92% das transações dos associados ao Sicoob são feitas de forma digital, principalmente transferências de recursos. A menor parte, realizada nas agências físicas, envolve operações de alto valor agregado, como tomada de crédito. O Sicoob possui, ainda, um app para participação nas assembleias de modo on-line.

No campo da infraestrutura, a geração e distribuição de energia renovável para autoconsumo é a razão de ser de dezenas de cooperativas expandindo-se pelo país. Em Maturéia, na Paraíba, o desejo da comunidade de viabilizar um modelo alternativo à geração para o mercado livre resultou na fundação da Bem Viver, em 2021. Instalada na zona rural, com apoio da organização católica Misereor, da Alemanha, a usina de placas solares da associação possui 22 membros.

"Não queremos apenas economizar na conta de luz. Nosso modelo justo é a saída para a crise do clima e queremos que a energia produzida aqui fique aqui, no nosso território", enfatiza José de Anchieta, um dos idealizadores do projeto. Os cooperados, que assumiram o compromisso de doar placas para aumentar a geração e ajudar agricultores camponeses, estão prestes a inaugurar uma nova miniusina em Várzea, também na Paraíba. A energia solar da Bem Viver II irá beneficiar assentados da reforma agrária.



Impactos* da demanda por produtos e serviços do cooperativismo - em R$ bilhões

Produção de bens e serviços	866,7
Valor adicionado (VA)	462,4
Salários pagos	174,6
Impostos arrecadados	30,9

País	Cooperados, em milhões	Em % da população
França	27,5	41
Itália	26,3	43
Brasil	20,5	10
Finlândia	7,5	85
Nova Zelândia	1,4	30

Fontes: Anuário Coop Sistema OCB, Fipe, Luis Miguel Luzio dos Santos e Chrystian Biscaro. *diretos e indiretos, em 2021

INÊS 249

Balanço Crescimento que chegou a taxas de 90% em 2019 sofre freada abrupta nos últimos dois anos

‘Lucro’ cai com commodities mais baratas

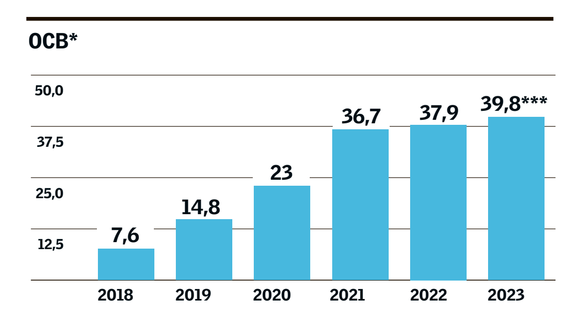
William Salasar
Para o Valor, de São Paulo

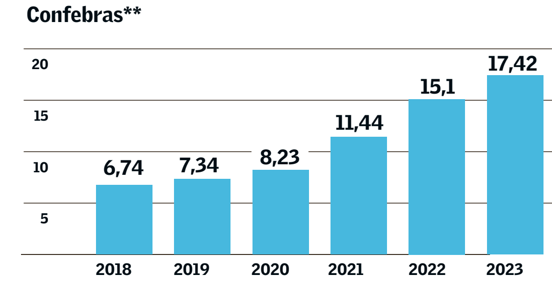
O crescimento exponencial das sobras operacionais das cooperativas do início da década já dá sinais de esgotamento. A tendência afeta mais as 1.185 organizações agrícolas, que respondem por cerca de 65% do sistema cooperativo, e um pouco menos as de crédito, que ainda mantiveram a taxa de dois dígitos em 2023.

Dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) revelam uma freada abrupta no crescimento das sobras ou resultados nos últimos dois anos. Após taxas na casa dos 90% em 2019 e acima de 50% em 2020 e 2021, a projeção para 2023 é de cerca de R$ 40 bilhões, apenas 5% acima dos R$ 36,7 bilhões de 2022 (que já havia sido de 3,3% sobre 2021). E isso apesar do avanço de grandes cooperativas, como os 22% da Cocam, desempenho atribuído à diversificação das atividades, que vão de óleo de soja e milho a ração, de têxteis a madeira, passando pela venda de máquinas e equipamentos.

Para o presidente da OCB, Marcio Lopes Freitas, a explicação para a redução das taxas de crescimento é, basicamente, o fim do megaciclo das commodities a partir de 2023. “Este ano, não estamos com essa fartura toda. Tem crescimento, mas o nível médio de sobras vai ser um pouquinho mais inibido. Não teremos o mesmo nível de sobras do ano passado. Não dá para falar em cooperativa com 20%, 25% de crescimento. O movimento geral diminuiu”, explica ele.

Mais recursos
Distribuição do resultados das cooperativas - em R$ Bilhões





Fontes: OCB e Confebras. *Organização das Cooperativas Brasileiras. **Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito. ***Estimativa

> “O nível médio de sobras vai ser um pouquinho mais inibido”
> *Marcio Freitas*

O quadro é parecido no âmbito da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), segundo o superintendente Robson Mafioletti: “Estamos em trajetória de crescimento, mas em patamar bem inferior aos anos anteriores, pois os preços caíram bastante, tanto dos insumos como dos produtos dos cooperados. Na pandemia, com todo o mundo em casa comendo mais, estávamos crescendo a taxas bem significativas, mas não era o normal”. Em 2020, no começo da covid-19, as sobras das cooperativas paranaenses cresceram quase 48%, para R$ 5,6 bilhões, e saltaram 46,4% no ano seguinte (R$ 8,2 bilhões). Finda a crise, em 2022, as sobras cresceram 12,2%. A projeção para 2023 é de uma queda de 10,9%, para R$ 8,5 bilhões.

As 799 cooperativas de crédito apresentam um quadro similar desde 2019 até 2022, período em que a taxa de crescimento disparou de 8,9% para 32% em 2020 e 39% em 2021, refluindo para 15% no ano passado. Luiz Lesse Moura Santos, vice-presidente da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (Confebras), destaca o crescimento orgânico do segmento. Em 2019, as cooperativas representavam 3% do sistema financeiro nacional; em 2023, o percentual mais que dobrou, para 7%. “E continua crescendo a taxas de quase 30% ao ano”, frisa Santos, salientando a presença das organizações em mais de 9 mil pontos do país, sendo as únicas com agências físicas em 885 localidades.

Também colaboram juros e tarifas inferiores à média do praticado pelos bancos convencionais e a facilidade de adesão às cooperativas, de modo que, segundo Telma Galletti, superintendente da Confebras, o total de cooperados do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) aumentou de 17 milhões em 2022, para mais de 19 milhões em, 2023, entre pessoas físicas (cerca de 80%) e jurídicas — com um detalhe significativo: “As mulheres são maioria entre os cooperados do cooperativismo financeiro. Em todo o Brasil, são 8,78 milhões de cooperadas, que representam 56,2% da base de pessoas físicas”, ressalta Galletti.

Para Alexandre Englert Barbosa, diretor executivo de sustentabilidade, administração e finanças do Sicredi, a distribuição das sobras (R$ 6,9 bilhões em 2023) constitui, em si, um atrativo a mais. “Os associados que mais trabalharam com a cooperativa, tomaram crédito, e pagaram seu crédito, usaram cartões, fizeram consórcio, usaram os produtos e serviços, são os que terão maior retorno das sobras. Quem mais ajuda a cooperativa a gerar sobras é exatamente quem vai ter mais retorno, e não aquele que tem mais capital investido. Somos, de fato, uma sociedade de pessoas e não uma sociedade de capital”, afirma o diretor.

Segundo ele, a distribuição das sobras é o maior diferencial do cooperativismo. “A participação do cooperado na assembleia anual é o momento que mais simboliza o cooperativismo, por ser onde se decide o que fazer com os resultados”, diz Barbosa. A assembleia do Sicredi deste ano reuniu o recorde de mais de 1 milhão de associados (que, no entanto, são 8 milhões) graças ao uso de meios eletrônicos, tendência no setor para coibir o esvaziamento das reuniões, apontado em uma pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria (“Análise do Processo de Destinação de Sobras”). Segundo esse estudo, a tendência é os cooperados preferirem ficar com sua parte das sobras, após a retenção de 15% como determina a legislação pertinente.

No entanto, não é raro diretorias e conselhos de administração recomendarem, e os associados acatarem, ampliar esse percentual para fortalecer o patrimônio e incrementar os investimentos. No caso das entidades de crédito, alargar a base é vital para sua expansão, pois o Banco Central ordena que o capital delas corresponda a 13% (nos bancos convencionais é 11%) do total de empréstimos.

“Defendo muito usar a inteligência artificial, usar os equipamentos de comunicação e termos assembleias mais virtuais, mas que garantam a participação e a condição do cooperado, e defendo também muita pesquisa para a cooperativa se manter muito ligada ao cooperado. A cabeça (a diretoria) não pode ficar longe do corpo (os cooperados)”, diz o presidente da OCB.

Crédito tem fôlego para manter ritmo e avançar até 20% ao ano

Roseli Loturco
Para o Valor, de São Paulo

Com uma taxa de crescimento anual de 20% nos últimos dez anos, as cooperativas de crédito veem espaço para manter esse ritmo em 2024 e 2025, independentemente dos indicadores macroeconômicos. Na contramão dos bancos tradicionais, que fecham postos de atendimento físico, as cooperativas abriram 1.010 agências de 2020 para cá e já somam mais de 9 mil unidades. Elas já estão em 55% do território nacional; e, em mais de 330 cidades, as cooperativas são a única instituição financeira presencialmente instaladas.

Para especialistas, ainda há muito a se explorar nesse modelo de negócios, cujo público preferencialmente é composto por micros, pequenos e médios empresários, produtores rurais e pessoas físicas de cidades distantes e que primam por atendimento presencial.

“Se fizer um sobrevoo no sistema de crédito nacional para ver a atuação do conjunto [das instituições financeiras], daria para ver lacunas [de atendimento], como no crédito a pequenos produtores rurais. É difícil fazer análise digital. Precisa ver a propriedade e verificar o que precisam localmente”, afirma Marco Aurélio Almada, diretor-presidente do Sicoob, uma das duas maiores cooperativas do segmento, para quem o segredo do negócio é ter um olhar voltado para as comunidades locais. Com mais de 8 milhões de cooperados, o Sicoob está presente em todos os Estados e no Distrito Federal e oferece, além de crédito, todos os serviços financeiros de um banco — até a adquirência — e conta com 4,6 mil pontos de atendimento.

Almada destaca ainda o financiamento das micro, pequenas e médias empresas, onde o executivo vê dificuldade de atuação dos bancos, pois nem sempre essas empresas têm todos os atributos exigidos por eles. “Já a cooperativa, por estar no território, consegue enxergar as lacunas de maneira mais orgânica do que o incumbente”, afirma. Ele lembra que, apesar do cooperativismo representar só 7% do total das transações de crédito do país, concentra 20% da carteira de micro e pequenas empresas e 22% do agronegócio e de pessoa física. (desconsiderando o crédito habitacional e o consignado).

23%
é a alta na carteira de crédito do Sicoob


Michelon: “Na pandemia, enquanto o sistema financeiro cresceu 5%, o cooperativismo avançou entre 35% e 40%”

A carteira de crédito da instituição cresceu 23% no ano passado, para R$ 169 bilhões, sem considerar a cédula de produtor rural (CPR). Já o seu total de ativos atingiu R$ 298,4 bilhões, avanço de 25% sobre 2022. O Sicoob é uma das quatro cooperativas de crédito, entre mais de 830 existentes no país, se destacam pelo tamanho de suas atividades, ao lado do Sicredi — ambas são as maiores — e seguidas por Cresol e Unicred.

“Na época da pandemia, enquanto o sistema financeiro cresceu 5%, o cooperativismo avançou entre 35% e 40% na concessão de crédito. É na hora em que ele [o cooperado] mais precisa que estamos ali presentes”, diz Adriano Michelon, vice-presidente da Cresol. “São esses fatores que fazem com que a gente cresça acima da média do sistema financeiro há mais de 10 anos. A essência da proximidade e da sensibilidade, com a necessidade de ter alguém para conversar”, diz.

Também com cerca de 8 milhões de associados e avanço de 23,2% no total de ativos em 2023, para R$ 324,5 bilhões, o Sicredi avalia que uma das forças de seu negócio é o relacionamento. “A outra é a proximidade com os donos, que são os associados. Buscamos o que é melhor para o associado, o que faz sentido para ele e para a cooperativa. O objetivo maior é o social”, diz Alexandre Englert Barbosa, diretor-executivo de sustentabilidade, administração e finanças. “Vamos além dos serviços financeiros. Geramos renda, educação financeira e trabalhamos inclusive na formação nas escolas”.

Segunda maior instituição na concessão de crédito rural — mas com atuação forte também entre MPMEs —, atrás apenas do Banco do Brasil, e com ritmo de crescimento de 20% ao ano nos últimos 10 anos, o Sicredi registrou avanço de 23% nos empréstimos de janeiro a abril de 2024, ante o mesmo período de 2023, batendo em R$ 222 bilhões, considerando as transações com CPR. “Projetamos continuar neste ritmo até dezembro de 2024”, afirma Barbosa.

O crescimento dessas instituições se reflete nas comunidades onde estão. Uma pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da Universidade de São Paulo (USP), apontou que a presença de cooperativas impulsiona o PIB per capita de municípios menores em 5,6% e o empreendedorismo, em 15,7%. O levantamento realizado em 2019 comparou dados de 1.642 municípios que tiveram ou não abertura de cooperativas ao longo de 15 anos.

“Outra variável foi o emprego formal, cujo índice por habitante nos municípios com novas cooperativas de crédito aumentou 6,2%, no período analisado”, diz Alison Pablo de Oliveira, economista e pesquisador da Fipe e responsável pelo estudo. Segundo ele, o trabalho deve ganhar nova versão com dados atualizados nos próximos meses. “A atualização da pesquisa irá mostrar o salto que o cooperativismo de crédito deu de 2019 para cá, que, no período, aumentou em cinco vezes”, afirma Oliveira.

> “A cooperativa consegue enxergar lacunas de maneira mais orgânica”
> *Marco Almada*

Unicred pretende se tornar ‘corretora light’

De São Paulo

De olho em um negócio que deve esbarrar nos R$ 670 bilhões este ano, a Unicred aguarda a aprovação do Banco Central (BC) para se tornar uma DTVM — ou corretora participante de negociação perante a B3 —, em parceria com o BTG Pactual. O modelo, que o mercado batiza de “corretoras light”, será usado pela primeira vez no cooperativismo. A organização já tem R$ 19 bilhões em produtos de captação como o Recibo de Depósito Cooperativo (RDC), que parece com um CDB, entre outros.

A DTVM oferece mais produtos de investimentos ao cooperado, como fundos diversificados, Tesouro Direto e home broker, diz Patrícia Palomo, diretora executiva da DTVM Unicred. “São produtos de diferentes gestores. Fazemos a seleção para adequar ao nosso público cooperado. Não é mar aberto. É um ambiente onde ele confia e já se relaciona”, afirma.

Com foco nas áreas da saúde e da alta renda, a Unicred atende a clínicas, hospitais, laboratórios, médicos e fisioterapeutas e transaciona, além do crédito, seguros, consórcios e um programa de fidelidade exclusivo — o Único —, atrelado ao cartão de crédito. Segundo Palomo, a cooperativa trabalha ainda com serviços de maior valor agregado, como planejamento sucessório e tributário.

“O cooperativismo financeiro está só engatinhando”, diz Palomo, que vê espaço para crescimento. Em abril, os ativos da Unicred estavam em R$ 28,3 bilhões, avanço de 18,6% em 12 meses. Na parte de distribuição de produtos, a instituição ultrapassou R$ 1,5 bilhão sob custódia e tem mais de 8 mil cooperados. A meta é em dois anos alcançar R$ 4 bilhões sob custódia e 30 mil associados. (RL)

> “Fazemos a seleção para adequar ao nosso público cooperado”
> *Patrícia Palomo*

Ações focadas em questões locais mudam comunidades

Allan Ravagnani
Para o Valor, de São Paulo

A proximidade com a comunidade local possibilita que cooperativas de crédito ofereçam produtos financeiros específicos para a necessidade de cada região, além de promover educação financeira. Estudos realizados pelo Sistema OCB e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) revelaram que municípios com cooperativas de crédito têm aumento médio de R$ 5,1 mil no PIB per capita, além de maior abertura de estabelecimentos comerciais e 28,4 empregos formais, a cada 10 mil habitantes, acima daqueles sem essas instituições.

A ação de um cooperado da Unicred em Fortaleza transformou uma pequena indústria química, de materiais concentrados de limpeza, em uma escola para treinamento de empregadas domésticas. “A indústria começou a treinar essas funcionárias para que fossem revendedoras e garotas-propaganda dos produtos”, conta Adalberto Veiga, presidente da Unicred.

A partir daí, as domésticas passaram a ter aulas de planejamento financeiro, controle de estoque e fluxo de caixa para continuarem a operação.

A CredCrea, com operação na região Sul, apoia a Associação Beneficente Novo Alvorecer, que desde 1995 oferece aulas de música para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social em Florianópolis. Duas orquestras com jovens já foram formadas. O projeto já transformou a vida de muitos deles, como Renan S. Adão, que começou aos 6 anos e hoje cursa música na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). “O Novo Alvorecer foi uma salvação na minha vida,” conta ele. "Quando eu era pequeno, havia muitas coisas erradas que podiam me influenciar. Hoje, quero continuar na música e dar aulas para retribuir o que recebi".

Cledir Magri, presidente da Cresol, diz que a atuação comunitária é um braço inseparável do cooperativismo. Entre os projetos promovidos pela entidade estão a "Mesadinha Espertinha" e o "Juventude Cooperativista", que ensinam educação financeira e cooperativista nas escolas.

Cooperativas do Sistema Unimed apoiam desenvolvimento social

Além de impulsionar a interiorização da medicina, modelo de negócio cooperativista promove melhorias significativas nas cidades em que está presente

© ÉLCIO PARAÍSO/ DIVULGAÇÃO



Alunas do curso de balé da Escola de Artes Instituto Unimed-BH se apresentam em evento

A presença de cooperativas nos municípios brasileiros dinamiza a economia local e estimula o desenvolvimento social das comunidades, transformando diferentes indicadores. É o que mostra um estudo de impacto conduzido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) em conjunto com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

No setor de saúde, as cooperativas médicas contribuem, diretamente, para interiorizar o acesso à assistência de qualidade. Em quase 60 anos de atuação, o Sistema Unimed está presente em 92% dos municípios brasileiros. São mais de 20,5 milhões de pessoas cobertas por planos de saúde e odontológicos, dos quais 74% em cidades do interior. Com sua base local, as cooperativas fixam médicos mesmo nos menores centros, viabilizam as redes de prestadores locais, abrem novos serviços, aportam tecnologias e movimentam toda a cadeia de serviços.

"Nossas cooperativas têm como princípio o envolvimento no dia a dia das comunidades, por isso fomentam a responsabilidade social e são comprometidas com o bem-estar da população, promovendo o desenvolvimento econômico, com a geração de emprego e renda, e iniciativas sociais", afirma Omar Abujamra Junior, presidente da Unimed do Brasil.

O Sistema Unimed está entre as cinco maiores cooperativas do mundo, segundo a 12ª edição do World Cooperative Monitor (WCM) 2023, da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que leva em conta o impacto econômico e social das cooperativas para fazer o ranqueamento. A marca foi classificada na quarta posição entre as 300 maiores cooperativas em volume de negócios/PIB per capita, considerando todos os ramos econômicos. Já entre as cooperativas de saúde, educação e assistência social, a Unimed é líder global.

Ao mesmo tempo que mira a democratização do acesso à saúde, o modelo cooperativista proporciona também remuneração e condições de trabalho adequadas aos profissionais e a participação ativa na vida das comunidades. "Temos uma capilaridade única no setor. Nossas cooperativas foram constituídas conforme as demandas de cada localidade, por isso oferecem serviços alinhados à realidade da população, dando às pessoas acesso a cuidados médicos de qualidade em suas próprias regiões", explica Abujamra Junior.



© DIVULGAÇÃO

> "O cooperativismo é um poderoso instrumento para a construção de uma sociedade mais equitativa e sustentável, na qual o cuidado com a saúde e o planeta caminham juntos para que as pessoas possam viver mais e melhor"
>
> **OMAR ABUJAMRA JUNIOR,** presidente da Unimed do Brasil

A FORÇA DO SOCIAL

Segundo prévia do Balanço Social Unimed, em 2023, 202 cooperativas destinaram R$ 85 milhões a ações socioambientais, que beneficiaram 9,5 mil instituições e alcançaram mais de 23 milhões de pessoas (dados não auditados). Entre 2020 e 2022, período da pandemia de Covid-19, o Sistema Unimed já havia investido R$ 232 milhões em projetos nas comunidades.

Uma das ações mais importantes neste ano está sendo capitaneada pelo Instituto Unimed/RS em apoio à população atingida pela tragédia climática no estado. Com a campanha RS em Emergência — que contou com a adesão do Sistema Unimed e de empresas parceiras —, a organização tem oferecido auxílio tanto aos colaboradores das cooperativas afetados pelas enchentes quanto às comunidades.

O Sistema Unimed gaúcho arrecadou e distribuiu mais de 173 mil litros de água mineral, 7 toneladas de alimentos, além de medicamentos, agasalhos, colchões, cobertores, kits de higiene pessoal e produtos de limpeza. As cooperativas locais disponibilizaram a toda a população teleassistência em saúde, garantindo mais de 2 mil atendimentos adultos, pediátricos e psicológicos gratuitos apenas no primeiro mês. Também foram promovidas palestras on-line sobre prevenção a doenças comuns após enchentes e saúde mental.

Em todo o país, o Sistema Unimed conta com 15 instituições dedicadas à responsabilidade socioambiental. O trabalho desenvolvido na capital mineira está entre os maiores programas de fomento à cultura do país por meio de pessoas físicas — os médicos cooperados e colaboradores. Em 2023, o Instituto Unimed-BH comemorou 20 anos e destinou R$ 20 milhões em incentivo fiscal a projetos socioculturais, além dos Fundos do Idoso e da Criança e do Adolescente. As ações alcançaram mais de 2 milhões de pessoas e geraram 20 mil postos de trabalho diretos e indiretos em 13 cidades da região metropolitana de Belo Horizonte.

"Nosso modelo não apenas qualifica e amplia a cobertura geográfica da assistência médica, como também permite que os recursos gerados sejam reinvestidos na própria comunidade, melhorando continuamente a infraestrutura, as condições de trabalho dos médicos e a qualidade dos serviços. Esse é um movimento transformador", destaca Abujamra Junior. O médico reforça que o modelo cooperativista contribui para reduzir as desigualdades regionais no acesso à saúde, complementando os serviços prestados pelo SUS e colaborando para um sistema de saúde mais resiliente e eficiente diante dos desafios no setor.

© CENTRAL DE SERVIÇOS/RS/DIVULGAÇÃO



Ação coordenada pelo Instituto Unimed/RS com a Central de Serviços/RS fez doações de medicamentos chegarem rapidamente a quem precisava

SISTEMA UNIMED NO BRASIL

20,5 MILHÕES de pessoas atendidas em planos de saúde e odontológicos (10% da população brasileira)

R$ 85 MILHÕES investidos em ações voltadas para as comunidades em 2023 (dados não auditados)

340 COOPERATIVAS presentes em 9 de cada 10 municípios do país (5.147 no total)

MAIS DE 118 MIL médicos cooperados e 147 mil colaboradores diretos

30 MIL serviços de saúde parceiros: maior rede assistencial privada do país

R$ 87 BILHÕES repassados em 2023 aos médicos cooperados e à rede assistencial (18% a mais que em 2022)

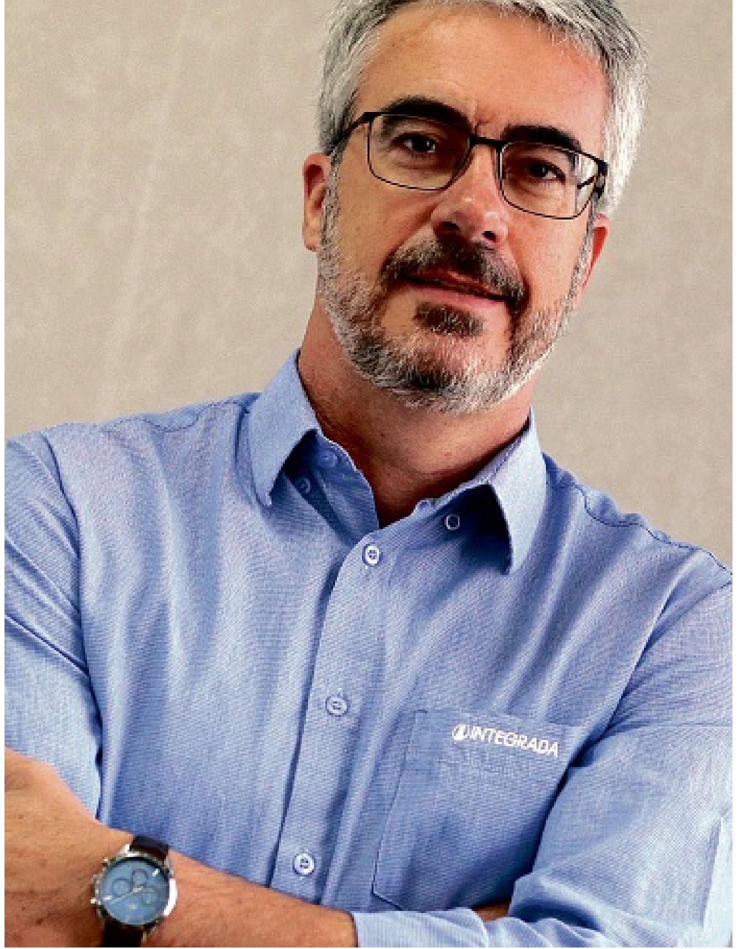
REDE PRÓPRIA COM 163 HOSPITAIS E HOSPITAIS-DIA, 86 unidades de urgência e emergência, 509 clínicas, 42 centros de diagnósticos, 68 laboratórios e 96 serviços de terapias especiais

PRODUZIDO POR  GLAB.GLOBO.COM

INÊS 249

Campo Diversificação de portfólio das organizações ajuda a diluir riscos, enquanto boas práticas melhoram resultado do cooperado

Agro lida com clima e adota medidas contra perdas


DIVULGAÇÃO
Polizel, da Integrada: redução de estoques, contas a receber e despesas

Lauro Veiga Filho
Para o Valor, de Goiânia

Um sistema democrático de tomada de decisões, lastreadas em planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo, flexibilidade na operação e diversificação de investimentos tornaram as cooperativas um modelo de negócios "vencedor de adversidades", resume João José Prieto, coordenador do ramo agro da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). A sequência recente de eventos climáticos extremos, com estiagem mais prolongada nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste e secas seguidas por enchentes no Sul do país, torna o cenário para este ano bastante incerto, diante da quebra das safras de soja e de milho e de perspectivas de menor faturamento. Mas, numa visão de prazo mais longo, Prieto se firma na capacidade de gestão de crises acumulada pelo setor cooperativo.

A interação entre as áreas de gestão e de governança, com membros eleitos pelos cooperados, permite antever cenários mais difíceis e endereçar soluções mais eficientes, avalia. Um portfólio diversificado, da produção ao processamento final de grãos, carnes e leite, afirma, dilui riscos inerentes à atividade rural, gera riquezas em todos os elos da cadeia e agrega valor. A capilaridade do sistema, na mesma linha, reforça a capacidade das cooperativas agropecuárias de difundir conhecimento e boas práticas, ao mesmo tempo em que permite maior escala na compra de insumos e na venda da produção assegura aos cooperados maior poder de negociação, aponta ele.

> Biogás a partir de resíduos do milho gera economia mensal de cerca de R$ 100 mil

A despeito dos desafios colocados à frente, as principais cooperativas anunciaram ou já estão investindo em novos projetos, especialmente nos segmentos de armazenagem e agroindústria, considerados prioritários pelo setor e estratégicos para a continuidade do negócio. Neste ano, devem ser aplicados R$ 18 bilhões na instalação de armazéns e indústrias para processamento de grãos, proteínas animais, biocombustíveis e fibras.

Às voltas com problemas climáticos nas regiões atendidas e com a safra de inverno do milho ainda em andamento, a Cocamar Cooperativa Agroindustrial, sediada em Maringá (PR), ainda não tem previsão para as receitas neste ano. Em 2023, o faturamento havia crescido 17%, para R$ 3 bilhões, segundo Leandro Cezar Teixeira, engenheiro agrônomo e superintendente de relação com o cooperado.

As adversidades no clima levaram a Cocamar a desenvolver um trabalho de manejo dos solos em parceria com instituições como a Embrapa. Profissionais que trabalham na orientação dos cooperados recebem treinamento para oferecer assistência técnica. Entre outros programas prioritários, segundo Teixeira, todas as unidades da cooperativa adotam o uso de braquiária na cobertura do solo, como forma de proteção contra insolação excessiva e chuvas mais intensas. A gramínea é cultivada de forma solteira ou em consórcio com o milho no inverno. A cooperativa tem utilizado drones para a "sobressemeadura", realizada em torno de 20 dias antes da colheita da soja, agilizando seu desenvolvimento, descreve o agrônomo.

Ainda de acordo com Teixeira, a concessionária Cocamar Máquinas/John Deere, que atua no Paraná, desenvolve um trabalho de agricultura de precisão com foco em conservação do solo e em ganhos de produtividade de forma sustentável. "Uma das bandeiras da Cocamar é o programa de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), já adotado em cerca de 200 mil hectares nas regiões de influência da cooperativa", diz ele.

No setor pecuário, a cooperativa adota um programa de remuneração diferenciada aos criadores que adotam protocolos específicos de qualidade da carne.

Desde o ano passado, a Cocamar investe na ampliação de sua capacidade estática de armazenamento de grãos de 2,2 milhões para 2,5 milhões de toneladas, num incremento próximo a 14%, como parte da estratégia para consolidação de sua presença em novas regiões nos Estados onde atua, incluindo Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Em fase de estudos, a indústria de esmagamento de soja de Maringá poderá ser ampliada no âmbito de um programa de cooperação com as cooperativas Integrada e Cocari.

A Integrada Cooperativa Agroindustrial, segundo seu superintendente geral, Haroldo Polizel, trabalha com a perspectiva de redução do faturamento neste ano, depois de ter registrado um aumento acumulado de 42% nos dois anos anteriores. Mas já tem adotado medidas para minimizar a queda no faturamento, provocada por perdas na produção ocasionadas por problemas climáticos e pela retração nos preços agrícolas, e preservar seus resultados. Entre outras ações, afirma Polizel, a Integrada decidiu reduzir estoques, contas a receber e também despesas, implantando uma gestão financeira "rigorosa, com controle de custos e alocação eficiente de recursos", além de ter revisado processos internos com base em uma avaliação do ambiente externo, num período considerado por ele como especialmente desafiador.

De toda forma, mesmo diante da frustração na safra esperada, a cooperativa sediada em Londrina (PR) mantém um investimento anual médio de R$ 200 milhões na expansão da capacidade de armazenagem, recepção e secagem de grãos e estuda investir na ampliação de suas plantas industriais. A partir de 2020, num processo progressivo, foram implantadas 29 usinas solares, com geração atual de 530 megawatts/hora por mês, o que permitiu uma economia de R$ 3,5 milhões na conta de energia.

Em Andirá, no Paraná, a Integrada investiu em um projeto inovador na Unidade Industrial de Milho, para transformação de resíduos do grão em biogás. O combustível produzido no processo, integralmente sustentável, conforme Polizel, permitiu reduzir o consumo de lenha em 30%, gerando uma economia mensal de cerca de R$ 100 mil.

Organizações alavancam a economia do interior

Erikson Rezende
Para o Valor, de Bela Vista do Paraíso (PR)


DIVULGAÇÃO
Sede da Copacol em Cafelândia (PR), município que se prepara para receber trabalhadores de outras cooperativas

O cooperativismo agropecuário tem sido importante para a criação de oportunidades de trabalho e incremento financeiro em parte dos municípios do interior do país. Um exemplo disso é Cafelândia, no oeste do Paraná, onde a economia local gira em torno da Copacol, que emprega 7.100 pessoas. Dos 8,7 mil associados que atuam na produção de aves, suínos, grãos, peixes e leite, 1,1 mil são cafelandenses.

Em São Gabriel do Oeste, no norte de Mato Grosso do Sul, boa parte dos 30 mil habitantes também tem algum tipo de ligação com o sistema cooperativista, seja como associado ou empregado de uma das cooperativas da cidade. Além da Cooperativa Agropecuária de São Gabriel do Oeste (Cooasgo), fundada há 31 anos, outras foram se instalando no município —, como a Coamo, de Campo Mourão (PR), a Lar, de Medianeira (PR), e a Aurora Coop, de Chapecó (SC) —, devido ao potencial produtivo da região. "O cooperativismo fomentou a economia e o crescimento da nossa cidade. Com isso, conquistamos altos índices de desenvolvimento humano e rural", diz o prefeito da cidade, Jeferson Luiz Tomazoni (PSDB).

A cidade terá mais 950 vagas de trabalho, a partir de janeiro, com a ampliação do frigorífico da Aurora, que está investindo R$ 350 milhões em obras e equipamentos. A unidade praticamente dobrará a capacidade, passando a abater cerca 5 mil cabeças por dia. "Toda economia da região será impactada, porque além das novas contratações, a criação de suínos será incrementada para atender a demanda da unidade", afirma Neivor Canton, presidente da Aurora, que tem 14 cooperativas afiliadas e no ano passado teve uma receita bruta de R$ 21,7 bilhões.

Segundo Tomazoni, o município está preparado para receber famílias de outras regiões interessadas em trabalhar no frigorífico. "A infraestrutura de educação e saúde foi incrementada para atender esse possível aumento na demanda. A cidade toda tem saneamento básico e pavimentação urbana", ressalta o prefeito.

A Cocamar, com unidades em 90 municípios de cinco Estados, segue o processo de expansão. Entre os investimentos está a construção da maior unidade de recebimento de grãos fora da sede (Maringá). A nova estrutura deve entrar em operação no fim do ano em Água Boa (MT), no Vale do Araguaia, e terá capacidade para armazenar 160 mil toneladas. "Identificamos que cerca de 40 cooperados têm propriedades por lá. Decidimos fazer esse investimento para levar desenvolvimento técnico e logístico, e atrair novos associados", explica o superintendente de relação com o cooperado da organização, Leandro Cezar Teixeira.

Segundo o presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), José Roberto Ricken, as 62 cooperativas agropecuárias paranaenses são as responsáveis pelo crescimento industrial do interior do Estado. "Hoje temos 143 agroindústrias, que estão transformando metade da produção recebida pelo sistema cooperativo", diz.

O cooperativismo agropecuário também se tornou o principal meio de difusão de novas tecnologias digitais no campo. O uso de drones, robôs e de programas informatizados, que melhoram os processos produtivos, chegam às pequenas e médias propriedades por meio das cooperativas. "Esse é um dos motivos que têm feito os jovens permanecerem no campo, promovendo uma renovação no agro", diz Marcos Fava Neves, doutor em agronegócios e professor da Faculdade de Administração da Universidade de São Paulo (USP) em Ribeirão Preto e criador da Harven Agribusiness School.

Para o presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas de Santa Catarina (Ocesc), Vanir Zanatta, o sistema ainda oferece promoção social. "As cooperativas desenvolvem projetos educativos, esportivos e sociais, que influenciam diretamente nas cidades em que estão inseridas".

Há seis anos, 25 produtores de hortaliças, legumes, cheiro verde e frutas fundaram a Cooperativa de Agricultura Familiar de Serra Pelada (Cooasp), em Curionópolis, no sudeste do Pará. No começo, queriam organizar o processo produtivo e a relação com o comércio, para se livrarem dos atravessadores. Deu certo. Agora, além de vender 2,5 toneladas por semana para a merenda escolar da rede pública de ensino, abastecer refeitórios de uma siderúrgica e atender comerciantes locais, a cooperativa montou uma agroindústria, que está iniciando as atividades.

"Vamos produzir cerca de 6 toneladas por mês de polpa de frutas, doces e legumes descascados, embalados a vácuo. Com isso, teremos um faturamento de R$ 100 mil a mais por mês", comemora o presidente da Cooasp, Ramom de Oliveira. Segundo ele, a motivação vem dos bons resultados, principalmente ao ver o impacto social e econômico na vida dos cooperados e na comunidade. "Seis famílias alcançaram renda suficiente para o seu sustento e não dependem mais dos programas sociais do governo federal. Isso faz com a gente queira seguir em frente".

> "O cooperativismo fomentou o crescimento da nossa cidade"
> *Luiz Tomazoni*

Necessidade de mais mão de obra favorece a contratação de imigrantes

De Goiânia

A contratação de imigrantes no Brasil cresceu praticamente 30% no ano passado, para quase 223,1 mil, segundo o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). Mais da metade (129,3 mil) delas foram na região Sul, e parte dessas contratações foi realizada por cooperativas agropecuárias.

Os números da Aurora Coop, central de cooperativas com sede em Chapecó (SC) e terceiro maior grupo no setor de proteína animal no país, mostram que pelo menos 22% de seus 46 mil empregados são imigrantes, com predominância de haitianos, senegaleses e, mais recentemente, venezuelanos. Imigrantes são quase 10 mil trabalhadores do quadro de funcionários da central, que processa aves, suínos e leite produzidos por 14 cooperativas associadas.

Apesar do número, a Aurora não tem uma política específica para imigrantes, diz Nelson Paulo Rossi, gestor corporativo de recursos humanos, mas tem contratado pessoal de outros países com a preocupação de inserir o imigrante na área industrial da cooperativa. "Buscamos sempre profissionais, independente da nacionalidade, que possam atender às necessidades de recursos humanos em nossa operação. Analisamos o seu perfil e vemos se são pessoas que podem atuar dentro da indústria", afirma. A cooperativa oferece preparação e treinamento para os contratados, especialmente no caso de um imigrante.

> **22%**
> **do quadro da Aurora é de imigrantes**

De acordo com Rossi, a cooperativa já havia identificado uma primeira leva de imigrantes no início da década passada, quando começaram a chegar os primeiros haitianos, fugindo de um país devastado por conflitos armados, movimentos insurgentes e um terremoto que havia deixado 300 mil mortos e alguns milhões de desabrigados em 2010. "Houve um grande crescimento da imigração, que passou a incluir também senegaleses, até por volta de 2016 ou 2017. Nos últimos cinco anos, intensificou-se a chegada de venezuelanos, num movimento que ganhou maior consistência em todo o Sul brasileiro", complementa.

A maior procura de imigrantes pelo Sul, sugere Rossi, pode ser explicada pela demanda por mão de obra em uma região que tem registrado taxas de desemprego inferiores à média brasileira. "Isso faz com que a própria migração se desloque para onde há demanda", acrescenta. A taxa de desocupação naquela região fechou o primeiro trimestre deste ano em 4,9%, ante um desemprego na faixa de 7,9% observado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o país como um todo.

Com mais de 2 mil empregados, a Integrada Cooperativa Agroindustrial, com matriz em Londrina (PR) e atuação nos setores de soja, milho, trigo, café e laranja, entre outras culturas, mantém em seu quadro trabalhadores estrangeiros, incluindo dois venezuelanos, um haitiano e um cubano. "O processo de recrutamento e seleção segue o mesmo padrão das demais contratações. Valorizamos cada um segundo suas contribuições, experiências e disponibilidade em aprender", diz Haroldo Polizel, superintendente geral da cooperativa.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), afirma João José Prieto, coordenador do ramo agro do Sistema OCB, ainda não gera estatísticas sobre o emprego de imigrantes no setor. "Mas o tema é bastante pertinente e vamos verificar a possibilidade de incluir questões nesse sentido em nossas pesquisas futuras", antecipa.

Ranking Em um ano, número passou de 9 para 12, segundo o World Cooperative Monitor 2023; presença reflete investimento em tecnologias, afirma especialista

Cresce a participação brasileira entre as 300 maiores do mundo

Emilio Sant'Anna
Para o Valor, de São Paulo

A participação nacional cresceu entre as 300 maiores cooperativas do mundo, segundo o relatório do World Cooperative Monitor 2023. Agora são 12 no levantamento, feito com base no volume de negócios relativos a 2021, contra nove anteriormente. Além das três novas que ingressaram na lista, oito das que já estavam no ano anterior melhoraram suas posições. Apesar de cair do 31º lugar para o 34º, o Sistema Unimed, de saúde, segue a brasileira melhor posicionada.

Na sequência, a Copersucar, em 43º, uma das maiores exportadoras de açúcar e etanol do Brasil. Entre as primeiras, duas cooperativas de crédito se destacam: Sicoob (124ª posição) e Sicredi (130ª), com um patrimônio líquido de R$ 38,9 bilhões.

A presença das brasileiras no ranking reflete o nível de desenvolvimento e capacidade de investimento em tecnologias que o setor atingiu, diz o pesquisador e coordenador do curso de cooperativas da FGV Educação Executiva, Marcello Romani Dias. Para essas organizações da área de crédito ou do agronegócio, digitalização, inteligência artificial e agricultura de precisão já são realidade. "Na agricultura 4.0, por exemplo, uma parte da das pioneiras no uso dessa tecnologia são empresas multinacionais tradicionais, e outra parte são algumas dessas cooperativas".

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), há no país 4.693 cooperativas em mais de 1.400 municípios, com 20,5 milhões de associados. A movimentação financeira do setor cresceu 25% em 2022 (último dado disponível), para R$ 655,8 bilhões. Já os ativos totais atingiram 996,7 bilhões, alta de 27% sobre 2021.

Para Dias, no entanto, há ainda uma grande diferença entre as organizações nas diferentes áreas. "Nas cooperativas do agro há um abismo entre as mais modestas e as gigantes que estão no ranking internacional. A força econômica vai estar diretamente relacionada a essa capacidade de investir em tecnologia e digitalização", diz ele.

Apesar do bom desempenho das brasileiras, que reflete a expansão do cooperativismo no país, o Brasil ainda está longe dos líderes do ranking: Estados Unidos, França, Alemanha, Japão, Holanda e Itália. O francês Groupe Crédit Agricole ocupa o topo, seguida pelas alemãs Rewe Group e Cooperative Financial Network Germany. O volume de negócios das 300 maiores cooperativas ultrapassou os U$ 2,4 trilhões, alta de quase U$ 300 bilhões em relação ao ano anterior. A maioria das listadas opera no setor agrícola, de seguros, e comércio atacadista e varejista.

Entre as nacionais, os setores que tiveram maior crescimento por volume de negócios foram agronegócio e crédito. A Comigo (Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano) foi a que mais se destacou, subindo 117 posições, para o 155º lugar. O número de cooperativas ligadas ao agronegócio no levantamento passou de seis para nove.

Separadas por poucas posições, Sicredi e Sicoob, do setor financeiro, tiveram crescimentos semelhantes e já se consolidaram no World Cooperative Monitor. Segundo Dias, esse resultado vem, em parte, de lacunas deixadas pelos bancos tradicionais.

O professor da FGV afirma que há alguns aspectos que atrapalham a maior competitividade do cooperativismo no Brasil, como a questão tributária e o excesso de burocracia. "É preciso ter produtos e serviços que sejam competitivos não apenas aqui, mas que alcancem este nível lá fora. São elementos que atrapalham o empreendedorismo no Brasil como um todo."

Ranking

Brasil tem 12 entre as 300 maiores cooperativas do mundo

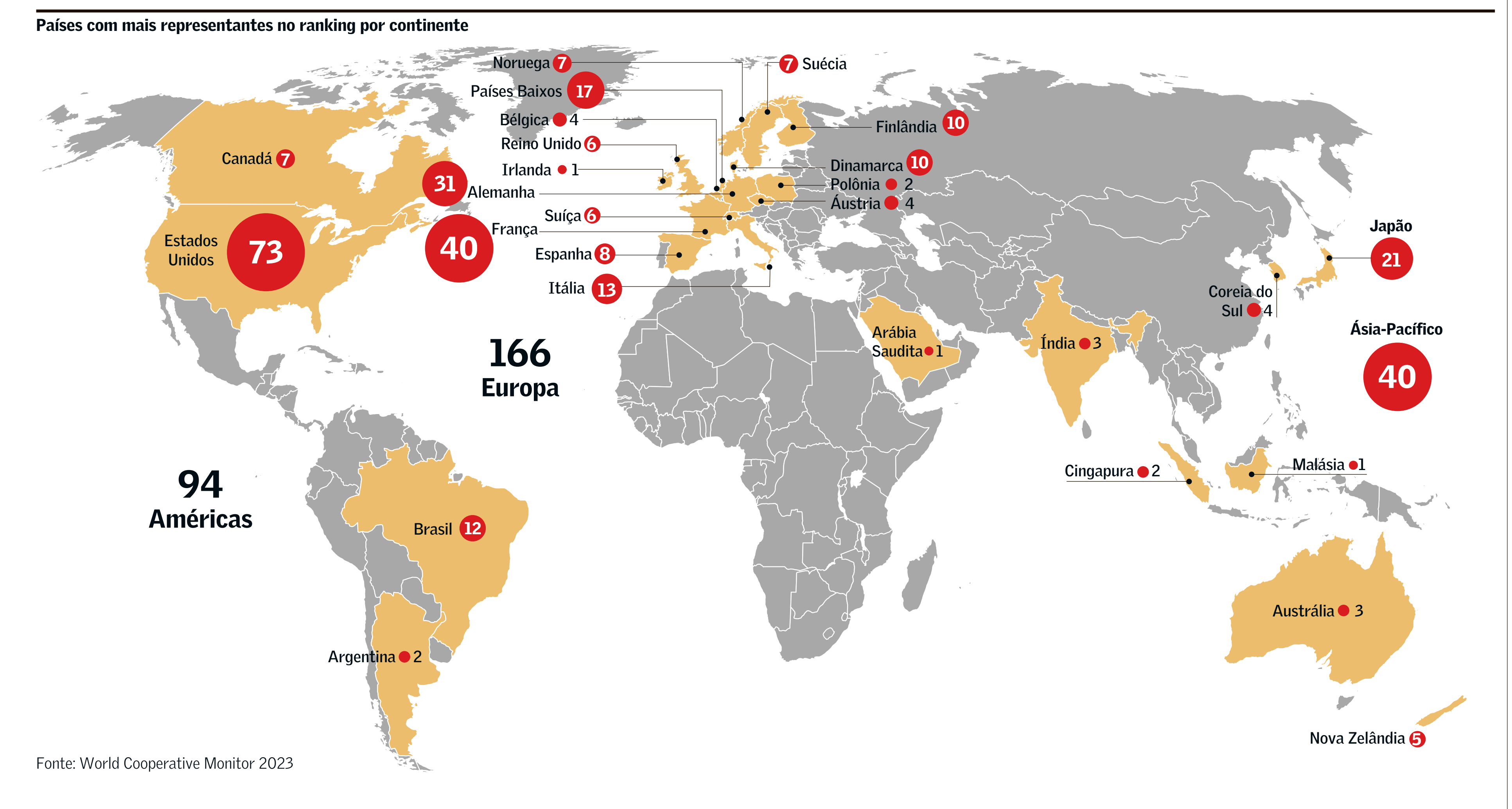
Top 10 por volume de negócios

		País	Setor	Volume de negócios - US$ bilhões
1º	Groupe Crédit Agricole	França	Financeiro	117,01
2º	REWE Group	Alemanha	Comércio	82,03
3º	Groupe BPCE	França	Financeiro	64,06
4º	Nonghyup (National Agricultural Cooperative Federation - NACF)	Coreia do Sul	Agricultura	61,17
5º	ACDLEC Leclerc	França	Comércio	60,56
6º	Cooperative Financial Network Germany - BVR	Alemanha	Financeiro	59,82
7º	Talanx Group	Alemanha	Seguros	53,82
8º	Edeka Zentrale	Alemanha	Comércio	51,97
9º	Groupe Crédit Mutuel	França	Financeiro	49,36
10º	Nippon Life	Japão	Seguros	49,07

Cooperativas brasileiras no ranking

Posição	Cooperativa	Volume de negócios - US$ bilhões
34º	Sistema Unimed	15,6
43º	Coopersucar	13,88
121º	Coamo	4,40
124º	Sicoob	4,15
130º	Sicredi	3,96
142º	Cooperativa Central Aurora de Alimentos	3,61
	C. Vale	3,49
154º	Cooperativa Agroindustrial LAR	3,23
155º	Comigo (Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano)	3,23
245º	Cocamar (Cooperativa Agroindustrial de Maringá)	1,68
278º	Coopercitrus	1,43
284º	Copacol	1,38

Países com mais representantes no ranking por continente



Fonte: World Cooperative Monitor 2023

Apps dão visibilidade para autônomos cooperados

Domingos Zaparolli
Para o Valor, de São Paulo

O cooperativismo de plataforma, organização do trabalho sob demanda contratado por meio de aplicativos, começa a ganhar corpo no Brasil. O hub internacional Platform Cooperativism Consortium registra 638 iniciativas em 53 países. No Brasil, identifica sete projetos, mas nem todos operantes. "É preciso capital para organizar uma cooperativa e desenvolver uma plataforma. Não é tarefa fácil para trabalhadores autônomos", diz Victor Barcellos, especialista em economia digital cooperativa do Data Privacy Brasil. "Para aqueles que conseguem superar os obstáculos organizacionais e financeiros, é uma boa alternativa à precariedade do trabalho que ocorre sem vínculos e proteção social".

A Señoritas Courier surgiu em 2017 como um coletivo de entregadoras mulheres e pessoas LGBT+ que usam bicicletas para coleta e entrega de encomendas em São Paulo. A cooperativa teve início em março, com nove integrantes; agora está prestes a chegar a 13 cooperadas. A organização tem dois clientes fixos para quem presta serviços de logística reversa e clientes avulsos, para quem realiza trabalhos de transporte de documentos, serviços em cartórios e correios e ações de cicloturismo.

"Buscamos clientes dispostos a pagar um valor justo pelo trabalho", diz Aline Os, fundadora do Señoritas Courier. "Isso exclui delivery de alimentação." Segundo ela, uma plataforma tradicional de delivery paga de R$ 2 a R$ 6 por hora ao ciclista. O Señoritas trabalha com encomendas que geram para o biker de R$ 20 a R$ 22 por hora, após os descontos previdenciários.

A formalização da cooperativa e a construção de uma plataforma digital só foi possível com apoio de terceiros. O primeiro aporte foi social PretaHub, de R$ 32 mil. Já a plataforma tecnológica usada foi desenvolvida gratuitamente pelo núcleo de tecnologia do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), com apoio voluntário de um pesquisador da Unicamp. Por meio do MTST, o grupo também conseguiu R$ 50 mil do governo do País Basco. E a SanFran Jr., empresa júnior da Faculdade de Direito da USP, desenvolveu o estatuto da cooperativa.

Cada participante entra com R$ 1.000 de contraparte, valor que pode ser pago com trabalho. "Não é fácil convencer um trabalhador informal, em situação de vulnerabilidade, a fazer sua contribuição", diz Os. "O convencimento só ocorre quando há conscientização que a formalização do trabalho e a negociação coletiva é vantajosa."

No Señoritas Courier, as bikers ficam com 70% do faturamento; os outros 30% são para impostos, contabilidade, fundo para emergências e despesas administrativas. Nos três primeiros meses de existência, a cooperativa faturou em média R$ 10 mil mensais.

A Cooperativa dos Catadores Autônomos Socioambientais (CoopCasa), formalizada há um mês, reúne sete catadores no coletivo Reciclaki, na região central de São Paulo. "Um catador individual não emite nota fiscal e não consegue vender os itens coletados para a indústria de reciclagem. Depende de um atravessador", diz o idealizador do projeto, Lucas Assumpção. "A venda direta, com nota, aumenta em 60% nosso ganho."

A CoopCasa negocia com a Prefeitura de São Paulo a concessão de um espaço público para uma central de reciclagem, para beneficiamento do material recolhido e melhoria das condições de negociação com a indústria. Outra vantagem da formalização é acessar financiamento de bancos públicos para veículos e equipamentos, que permitem aumentar a capacidade de coleta e processamento.

Os cooperados da CoopCasa utilizam o aplicativo Cataki, criado pela ONG Pimp My Carroça, com o objetivo de conectar catadores com geradores de resíduos recicláveis, sejam eles indivíduos ou instituições, e compradores. "Não intermediamos a negociação entre as partes, mas realizamos ações para valorizar o trabalho do catador e promover a prática de preços justos", diz Patrícia Rosa, coordenadora do Cataki.

A Coolaborativa, que reúne 90 garçons em Belo Horizonte (MG), surgiu da iniciativa de sete empreendedores para organizar a oferta de mão-de-obra avulsa para atender a demanda de bares, restaurantes e bufês nos dias de maior movimento. "O garçom freelancer não tem proteção social, tem baixo poder de negociação e nenhuma capacidade de realizar treinamentos para aperfeiçoar sua performance", diz Ricardo Santos, um dos idealizadores da cooperativa.

A plataforma entrou em operação em maio e adota um sistema de gamificação. Quanto mais o garçom passa por treinamentos e melhora sua performance, maior é seu score e o poder de negociação. A Coolaborativa agora vai agregar outros profissionais do setor.

Saúde quer parcerias e expansão dos serviços

Genilson Cezar
Para o Valor, de São Paulo

Gestão eficiente, aprimoramento de custos e controle de despesas são estratégias das cooperativas médicas para garantir sustentabilidade financeira em meio a um cenário desafiador e adverso na área de saúde, dizem executivos. "A intenção é diversificar as fontes econômicas de receitas através de parcerias, expansão de serviços e interconexão com cooperativas de outros segmentos", afirma Sérgio Lages Murta, diretor-presidente da Federação Nacional das Cooperativas Médicas (Fencom), que representa organizações de Minas Gerais, Maceió, e Rio Grande do Sul.

A Unimed Brasil, o maior grupo de cooperativas médicas do país, aposta em modelos de coordenação do cuidado e qualificação da assistência para promover gestão eficiente e melhorar qualidade do atendimento. O sistema é formado por 340 cooperativas e empresas, que atendem a 20,5 milhões de pessoas em planos de saúde e odontológicos que obtiveram em 2023 R$ 110,2 bilhões em receitas.

"A coordenação da saúde, que integra cuidados em diferentes níveis de complexidade, permite o acompanhamento contínuo e personalizado do paciente, possibilitando intervenções preventivas e evitando redundâncias de procedimentos e desperdícios", afirma o presidente da Unimed Brasil, Omar Abujamra Junior. Segundo ele, isso resulta em diagnósticos precoces, tratamentos mais eficazes, promovendo mais saúde para os clientes e custos menores em longo prazo. "Adotar esses modelos também permite um cuidado mais humanizado e acessível, com foco na prevenção e na promoção da saúde, melhorando a qualidade de vida dos beneficiários".

A Unimed Brasil está ampliando e qualificando a rede de assistência, inclusive a própria, composta por 163 hospitais e hospitais-dia, 86 unidades de urgência e emergência, 509 clínicas, 42 centros de diagnósticos, 68 laboratórios e 96 serviços de terapias especiais, entre outros. Para 2024, está prevista a abertura de três novos hospitais.

Com cerca de 1,5 mil cooperados e uma rede que abrange mais de 60 cidades do interior paulista, a Unidonto Campinas, uma das maiores operadoras de saúde bucal do país, celebra o atendimento a mais de 500 mil pessoas, destaca Vladimir Borin, presidente do grupo. A meta para 2024 é crescer 15%, para 550 mil beneficiários.

De modo geral, as cooperativas de saúde cresceram 32%, nos últimos cinco anos até 2022, segundo o anuário da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Hoje, atendem a cerca de 10% da população e estão em mais de 90% dos municípios. Mas para garantir assistência com qualidade, segundo os executivos, é fundamental que haja segurança jurídica e econômico-financeira tanto para as cooperativas quanto para quem contrata seus serviços de saúde.

"O fortalecimento das cooperativas deve estar na pauta das políticas públicas de saúde para atender as demandas da população", defende Abujamra. No entanto, segundo ele, a reforma tributária que tramita no Congresso é danosa ao setor. "Empresas não poderão aproveitar o crédito tributário gerado por despesas com o pagamento de planos de saúde dos seus colaboradores para deduzir impostos devidos, além de tratar os planos contratados como bens e serviços de uso e consumo, o que gera uma nova exigência de pagamento de tributos", diz ele.

Já a Fencom apoia o sistema OCB em prol da regulamentação da reforma tributária, segundo Murta. "Especificamente em relação às cooperativas médicas, o que se espera é que, diferentemente do que ocorre hoje, os profissionais não sejam desestimulados a se congregarem em cooperativas em razão da tributação", afirma. "Não se buscam privilégios, mas apenas a justa e adequada tributação".

INÊS 249

Construção Crédito imobiliário ganha fôlego, mas oferta ainda é tímida entre instituições

Imóvel fica até 30% mais barato com cooperativa habitacional



DIVULGAÇÃO

Samuel Rese, do sistema Ailos: "O mercado [imobiliário] tem crescido este ano e as cooperativas têm capacidade para absorver boa parte dessa alta"

Carlos Vasconcellos
Para o Valor, do Rio de Janeiro

O cooperativismo tem ajudado o setor de construção civil a viabilizar projetos nos mais diferentes segmentos e permitido que milhares de pessoas realizem o sonho da casa própria. Criada em 2007, em Goiânia, por servidores públicos estaduais, a Cooperacinco já entregou 1.160 residências e conta com outras 433 em construção e 824 em lançamento. Adonídeo Vieira Júnior, diretor da organização, afirma que o mercado imobiliário está aquecido na capital goiana, e o modelo associativo permite reduzir custos. "Especialmente agora, quando o Índice Nacional dos Custos da Construção [INCC] está abaixo da inflação do setor", diz.

O diretor explica que, para cada novo projeto, uma nova cooperativa é criada, com CNPJ próprio. "Isso ajuda a mitigar riscos de construção e de inadimplência dos empreendimentos", diz.

O cooperativismo também é uma alternativa para atender o segmento de baixa renda. "Queremos que todos tenham acesso à moradia digna", afirma Roberto do Nascimento, consultor técnico da cooperativa Baalbek. Atuando desde 2008 na Baixada Santista (SP), a instituição conta com 7,5 mil associados e já beneficiou 950 famílias. Os imóveis são adquiridos pelo preço de custo, o que representa uma redução de 30% em relação ao valor de mercado, explica Nascimento.

O consultor acrescenta que a Baalbek opera junto a um público que hoje não é atendido pelo mercado ou pelo Estado. Para garantir o sucesso da operação, a instituição conta com recursos para mitigar os riscos. "Vinte por cento das parcelas destinadas para a compra de uma casa vão para o fundo de contingência, que nos protege dos riscos de inadimplência e construção", explica Nascimento. "As sobras não utilizadas da contingência são devolvidas aos associados". Ele aposta no crescimento das cooperativas habitacionais. "Há muita demanda reprimida", avalia.

> [Cooperativas] podem reduzir a burocracia e trazer mais competição"
> *Martina Zajakoff*

O setor imobiliário também busca no cooperativismo uma alternativa para a concessão de crédito. Mas a oferta ainda é tímida. Segundo especialistas, isso ocorre porque geralmente as operações com imóveis têm alto valor e prazos de duração mais longos. Por isso, a maior parte dos financiamentos imobiliários no setor, hoje, é feita por meio de centrais que reúnem várias instituições associativas, e que portanto possuem mais capacidade de captação.

É o caso do Sicredi, que conta uma carteira de R$ 2,5 bilhões em financiamento imobiliário (SFH e SFI), alta de 19% nos últimos 12 meses, com foco no cliente pessoa física de áreas urbanas, em especial nas regiões Sul e Centro-Oeste. Segundo Sairon Monticelli Lima, gerente de produtos de crédito doa organização, há um grande potencial de crescimento no crédito imobiliário em geral, e isso também se aplica às cooperativas. "O Sicredi tem um share of wallet [participação dentro da carteira] de 4%, o que demonstra um grande potencial de crescimento ainda dentro da nossa base", diz.

Sairon explica que o mercado tem passado por uma fase de esgotamento de fontes baratas, especialmente a poupança e o FGTS, o que tem levado o mercado a buscar alternativas de funding complementares que tragam novas alavancas ao setor. "Esse movimento pode beneficiar o setor, especialmente as cooperativas de crédito que operam fortemente com o agronegócio e direcionam a captação em poupança para o crédito rural, com fontes mais acessíveis, que têm potencial de alavancar negócios", avalia o gerente.

Já o sistema Ailos, que reúne 13 cooperativas na região Sul do país e em São Paulo, onde começou a operar recentemente, teve um crescimento de 57% na carteira de empréstimos imobiliários entre 2022 e 2023. "Temos um volume de aproximadamente R$ 400 milhões em créditos imobiliários concedidos e queremos dobrar esse número até o final do ano", diz o economista Samuel Rese, especialista em crédito imobiliário da organização.

Rese avalia ser possível aproveitar o aquecimento do mercado imobiliário para atingir esse objetivo. "O mercado tem crescido este ano e as cooperativas têm capacidade para absorver boa parte dessa alta", afirma. Ele observa que as cooperativas que operam no segmento também podem se beneficiar das mudanças na legislação de garantias de imóveis, que pode tornar as taxas de juros mais competitivas.

O novo marco das garantias imobiliárias foi promulgado em outubro do ano passado, mas ainda aguarda regulamentação. Pelas novas regras, será possível usar o mesmo imóvel como garantia em mais de uma operação de crédito, com prioridade de recuperação da garantia para o credor mais antigo. "Ainda não está claro como será a gestão de risco e a execução dessas garantias, mas estamos esperando a regulação para começar a experimentar esse novo modelo no segundo semestre", continua Rese.

Para Martina Zajakoff, sócia especializada em direito imobiliário do escritório Machado Meyer, a entrada das cooperativas no segmento é positiva. "Elas podem reduzir a burocracia e trazer mais competição ao mercado", avalia. A advogada observa ainda que, do ponto de vista do comprador, o modelo de financiamento pela cooperativa é similar ao de um consórcio. "A diferença é que, na cooperativa, o comprador é um sócio da instituição", afirma.

> **7,5 mil**
> **associados na Baalbek**

Zajakoff explica ainda que o financiamento de imóveis por meio de cooperativas é sujeito às mesmas leis que regem o crédito imobiliário, como a proibição de juros abusivos e a proteção do cooperado pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). "É sempre importante avaliar o patrimônio e a carteira de crédito das cooperativas, avaliar bem a qualidade desse crédito, para fechar o negócio com segurança", conclui.

Consumo concorre com grandes redes varejistas

Domingos Zaparolli
Para o Valor, de São Paulo

São poucas, não chegam a sete, as cooperativas de consumo de bens de varejo que apresentam dinamismo e expansão de suas atividades. Elas contrastam com um cenário nacional de estagnação. De acordo com a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), são 160 as cooperativas que trabalham nos ramos de supermercados, farmácias, postos de gasolina, vestuário, combustíveis, veículos e equipamentos. Juntas, reúnem por volta de 1,85 milhão de cooperados.

"São números estabilizados, que não crescem de forma significativa há anos", diz Marcio Valle, representante nacional do varejo na OCB. Na maioria, são pequenas cooperativas que surgem para gerar benefícios para funcionários de empresas, autarquias e instituições públicas, que juntos têm maior poder de compra, mas nem sempre contam com estrutura e administração profissional.

Cooperativas de varejo eram comuns até os anos 1970, quando do mais de 2.400 organizações atuavam no país. Os tempos mudaram. O comércio hoje é dominado por grandes varejistas, com elevada escala comercial. Cooperativas de consumo também perderam atração a partir de 1997, quando passaram a ter o mesmo tratamento tributário das demais varejistas.

"Para sobreviver, uma cooperativa de consumo tem que ser tão eficiente e competitiva quanto uma rede varejista tradicional", diz Pedro Mattos, CEO da Coop, a maior cooperativa de consumo do país. A Coop foi fundada em 1954, em Santo André (SP), quando a cidade carecia da oferta adequada de bens e serviços. Atualmente, conta com mais de 1 milhão de cooperados ativos, 33 supermercados, um atacarejo e 70 drogarias na região do Grande ABC e no interior paulista, além de uma plataforma de vendas online. Em 2023 obteve uma receita de R$ 2,66 bilhões.

Em 2024 a Coop planeja uma nova unidade em Diadema (SP), com supermercado e drogaria, com um investimento de R$ 10 milhões. Para 2025 os planos são inaugurar mais dois supermercados e dez drogarias. Hoje, 85% das vendas são para os cooperados. "Nós conhecemos os hábitos de consumo de nossos clientes e isso nos permite planejar melhor as compras e as ofertas", diz Mattos.

O cliente de uma cooperativa é, na maioria das vezes, também um sócio, o que cria um vínculo maior com a varejista. Como a cooperativa não visa lucro, as sobras operacionais são repartidas anualmente entre os cooperados de forma proporcional às compras do período, uma espécie de cashback — que, no caso da Coop, é em média de 1% do total dos gastos no ano, segundo Mattos.

Para ser um cooperado, o interessado faz uma subscrição de capital de R$ 100, valor que pode ser descontado do cashback anual. O cooperado passa a ter direito a voto nas assembleias cooperativas e acesso a mercadorias com preços exclusivos nas lojas. "Nossa captação de cooperados ocorre entre clientes não cooperados, que se interessam pelos descontos", diz Mattos. Em média, a Coop registra 100 mil novos associados por ano.

> **85%**
> **das vendas da Coop são para cooperados**

Com 350 mil cooperados e um faturamento de R$ 1,5 bilhão em 2023, a Cooper é uma das principais varejistas da região de Blumenau (SC), onde conta com 20 unidades entre supermercados e farmácias em nove cidades. "Somos fortes na região e despertamos o interesse das indústrias, que querem estar presente em nossa carteira de compras", diz Osnildo Maçaneiro, presidente executivo da cooperativa.

Hoje uma instituição independente e aberta a toda a comunidade local, a Cooper foi fundada em 1944 para atender funcionários da Companhia Hering, vinculo que permaneceu até o início dos anos 1990. O novo associado só tem que pagar uma subscrição de R$ 50, valor que pode ser debitado na repartição de sobras de fim de ano. Em troca, conta com descontos e acesso a uma série de cursos culinários e palestras de saúde.

Entre 2024 e 2025, a Cooper projeta quatro novas unidades em Santa Catarina: duas em Blumenau, uma em Jaguaré do Sul e outra em Joinville. "As novas lojas são a fonte de geração de novos cooperados", diz Maçaneiro. A projeção para 2024 é de uma receita de R$ 1,8 bilhão.

Grupo quer atender demanda de cervejarias



DIVULGAÇÃO

Produtores de lúpulo do Estado de São Paulo se organizam para formar uma cooperativa para atender melhor as demandas do mercado, tanto das cervejarias artesanais quanto dos grandes grupos. "Como produtor, não tenho dúvidas de que conseguiremos produzir de duas a três safras por ano, com excelentes resultados de qualidade. Porém, um de nossos maiores desafios é atender ao volume demandado pelo mercado cervejeiro", afirma o Murilo Ricci, de Aguaí (SP). Segundo o governo estadual, há 27 produtores de lúpulo em São Paulo. São 24,4 mil hectares, com produção anual de 14,5 toneladas. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo fez parceria com um grupo empresarial para desenvolver o lúpulo no Estado, com um ecossistema de pesquisa, desenvolvimento e transferência de conhecimento para reduzir a dependência externa da planta.

Programas financiam organizações

De Maringá (PR)

Cooperativas da agricultura familiar terão R$ 55 milhões para apoio a gestão como parte do plano Coopera Mais Brasil, do governo federal. O crédito deverá beneficiar 700 famílias, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), que coordena o programa.

O projeto contempla estruturação e modernização a gestão dos empreendimentos familiares, estímulo à agroindustrialização e impulso a práticas de comércio justo e solidário, além de arranjos produtivos locais. Entre outras ações estão crédito facilitado, acesso aos fundos garantidores e assistência técnica.

O ministério destaca as cooperativas como "agentes-chave na integração de informações e serviços essenciais para os agricultores familiares".

O governo paulista, por sua vez, incluiu as cooperativas entre as entidades que podem tomar crédito da Desenvolve SP para projetos de inovação. A inclusão vale para as linhas Finep Inovacred, Finep Inovacred 4.0 e Finep Inovacred Expresso, que oferecem financiamento de até R$ 15 milhões e taxas de juros de 4,24% a 5,58% mais a TR ao ano, com prazos de até oito anos para pagamento e carência de até dois.

Em maio, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) contemplou cooperativas do Paraná, além de produtores rurais e empresas, com crédito para expansão, modernização e fortalecimento da atividade produtiva. O desembolso total foi de R$ 235 milhões.

Já no Nordeste, foi assinado em junho o primeiro contrato de uma cooperativa da agricultura familiar — a Cooperativa Agroindustrial de Pintadas (Cooap), na Bahia — com uma empresa de biodiesel como parte do programa Selo Biocombustível Social. O projeto prevê incentivos tributários a usinas de biodiesel que adquirirem matéria-prima da agricultura familiar e fomentarem a atividade.

Segundo o governo da Bahia, o projeto envolve, na primeira fase, 80 famílias produtoras de caprinos, que esperam um aumento de 50% na renda média mensal e aportes de R$ 300 mil em assistência técnica fornecida pela indústria parceira. Na segunda fase o projeto será ampliado para mais cinco cooperativas, envolvendo pelo menos 280 famílias de agricultores familiares.

Resíduos Entidades defendem medidas para elevar a renda dos coletores de material, como remuneração por serviço ambiental

Queda no preço do papel prejudica a reciclagem

Lúcia Helena de Camargo
Para o Valor, de São Paulo

No período mais crítico da pandemia, em 2021, era raro encontrar caixas de papelão nas calçadas. Para os catadores, foi o ápice de preços do papel nos últimos anos; até R$ 2 o quilo. O valor se mantinha alto em razão da demanda das indústrias para a produção de embalagens, necessárias ao intenso fluxo de entregas, já que grande parte da população ficava em casa. Desde 2022, entretanto, os preços despencaram.

"No início deste ano, o preço do papelão estava dramático [R$ 0,15/kg] e hoje estão pagando R$ 0,40, em média", afirma Anderson Nassif, diretor da Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (Ancat), que reúne 467 organizações de catadores e aos quais distribuiu R$ 415 milhões entre 2017 a 2023, oriundos da venda de 661 mil toneladas de material.

A causa apontada pelo mercado para a queda no valor das aparas de papel é o uso crescente pela indústria da matéria-prima virgem, mais barata em razão da grande produção de celulose nacional. A ligeira recuperação no valor, por outro lado, está ligada às enchentes no Rio Grande do Sul, que obrigaram os sucateiros gaúchos a interromper a coleta de material.

Representantes da indústria papeleira alegam não ter dados sobre a quantidade de papel produzido a partir de celulose virgem ou reciclada. José Carlos da Fonseca Jr., presidente-executivo da Associação Brasileira de Embalagens em Papel (Empapel) e diretor de relações internacionais da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), associação que representa o setor de florestas plantadas para a produção de papel, informa que em 2022 foram coletadas 5,2 milhões de toneladas de aparas, alcançando o índice de reciclagem de 69,9%. "A composição do preço da apara de papel é um fenômeno de mercado e certos produtos exigem 100% de matéria-prima virgem", diz.

Fabio Mortara, presidente da ONG Two Sides, ligada aos produtores de papel, destaca que no Brasil e em toda a América Latina, a fibra virgem de celulose é obtida exclusivamente a partir de árvores cultivadas para essa finalidade. "Trata-se, portanto, de matéria-prima de origem totalmente renovável", afirma.

O papelão é responsável por 50% do volume nas usinas de recicláveis. Assim, a oscilação de preço afeta a renda de cooperados e associados. "Lutamos para manter o rendimento médio em pelo menos um salário mínimo, mas a conjuntura não ajuda", diz Nassif, que estima em 1 milhão o contingente de catadores de recicláveis no país. "A conta não fecha apenas com a venda de materiais. Os trabalhadores da reciclagem precisam ser remunerados pelo serviço ambiental que prestam, ao coletar os materiais das ruas", defende.

R$ 0,40
é o preço atual do quilo do papelão

Patricia Rosa, coordenadora do Cataki, aponta esse como o desafio crucial reciclagem. A ONG surgida em 2012 como uma iniciativa para dar mais visibilidade aos catadores se transformou em um aplicativo que conecta geradores de resíduos a coletadores e recicladoras e acaba de firmar parceria com a Green-Mining, para que os cadastrados possam vender recicláveis por preços acima do mercado nas Estações Preço de Fábrica.

"Noventa por cento de tudo que é reciclado no Brasil passa pelas mãos dos catadores", afirma Rosa. "Para render R$ 5, valor pago pelo quilo [de alumínio], é preciso juntar 62 latas, o que pode levar um dia inteiro".

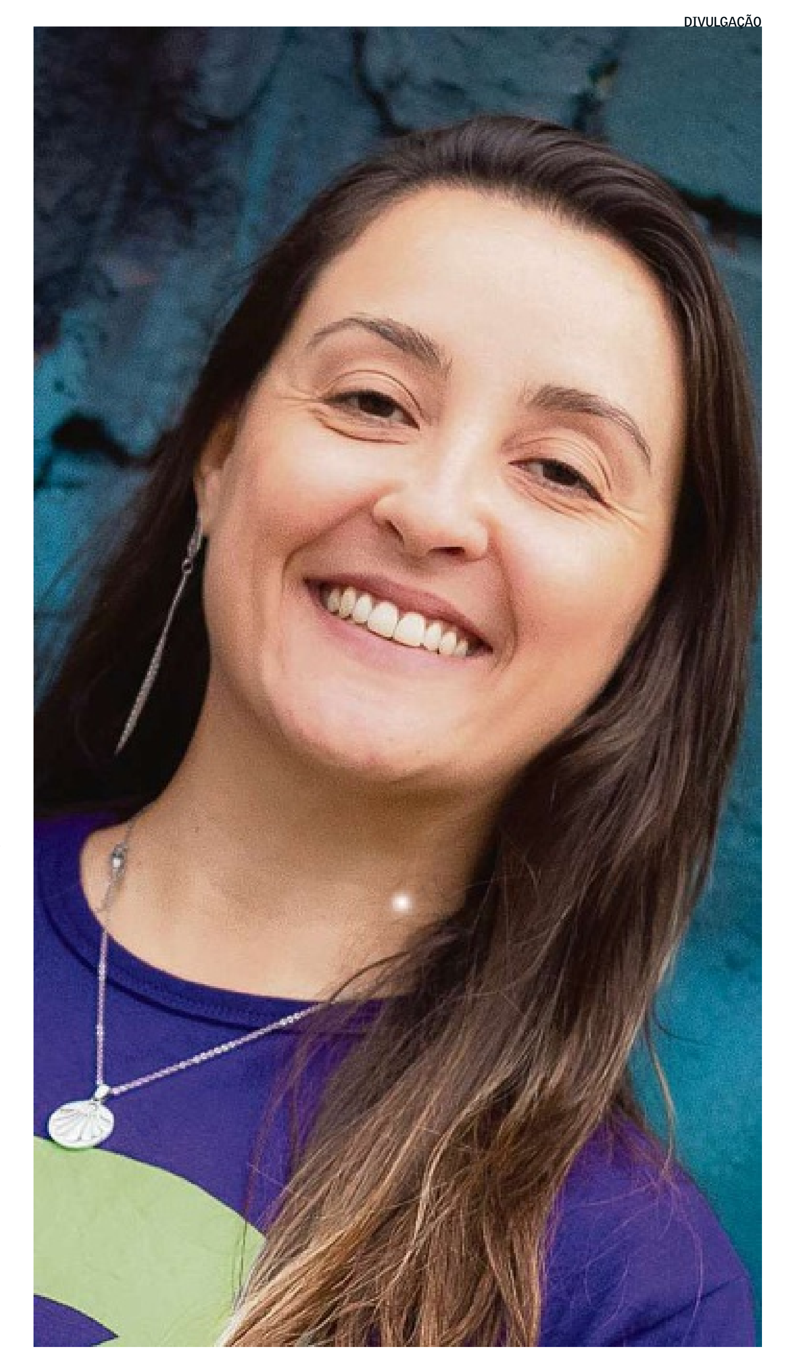
Rosa defende que, se as empresas cumprissem a logística reversa (LR), seria possível melhorar a renda mensal média dos trabalhadores da reciclagem, que segundo ela é de R$ 500 a R$ 800. Entre as iniciativas nesse caminho está o programa Mãos Pro Futuro, que exibe o índice de 31,6% de embalagens pós-consumo encaminhados para a reciclagem no último ano, superando em quase 10 pontos percentuais a meta da Política Nacional de Resíduos Sólidos, de 22% de recuperação. O programa é coordenado pela Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec), em parceria com a Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados (Abimapi) e a Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Higiene, Limpeza e Saneantes (Abipla).

"São nossas parceiras grandes indústrias de cosméticos, como Natura e O Boticário, que assumem os custos da LR de ponta a ponta", diz Fábio Brasiliano, diretor de desenvolvimento sustentável da Abihpec. O volume alcançado em 2023 foi de 166 mil toneladas de materiais recicláveis, sendo 41% plásticos, seguidos por papéis (35%), vidros (16%) e metais (8%).

O programa já encaminhou para a LR cerca de 1 milhão de toneladas de resíduos, envolvendo 200 organizações de catadores e 5.727 profissionais da reciclagem de todo o Brasil, sendo que 56% são mulheres. "A renda média mensal dos catadores dentro do nosso programa foi de R$ 1.515 em 2023", diz Brasiliano. O valor é quase 15% acima do salário mínimo da época.

Outra reivindicação do setor é por mudanças tributárias, com diminuição dos impostos sobre materiais que entram na cadeia da reciclagem, já tributados originalmente na produção. "Se a carga de impostos diminuir, já teremos um fôlego", afirma Wilson Santos Pereira, presidente da Cooper Vira Lata. "Para melhorar a renda dos cooperados é preciso ganhar escala, padronizar materiais, manter grandes galpões para armazenamento e, entre outras coisas, saber negociar com a indústria, que quer sempre comprar pelo mínimo possível", diz. "Outro grande desafio é achar modos de atender aos catadores avulsos. Como vamos trazê-los para a formalidade, pagá-los via Pix, se eles não têm casa, conta bancária, celular?".

DIVULGAÇÃO



Noventa por cento de tudo que é reciclado no Brasil passa pelas mãos dos catadores"
Patricia Rosa

Volume financeiro mais que dobra no segmento de transporte

Allan Ravagnani
Para o Valor, de São Paulo

O número de cooperativas de transporte no país caiu de 1.093, em 2019, para 886 em 2022, conforme o último levantamento do anuário Coop. Movimento normal, segundo o analista técnico e institucional da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Tiago Barros de Freitas; algumas deixaram de existir, enquanto outras foram fortalecidas. Os dados corroboram. O volume financeiro delas mais do que dobrou no período, para R$ 9,6 bilhões.

Para Freitas, o importante é o eficiência e gestão para atrair profissionais. "As cooperativas precisam estar preparadas para oferecer mais competitividade e segurança, por isso que são cada vez mais profissionalizadas", diz. Não há espaço, afirma, para as que não se atualizam, citando o boom do e-commerce na pandemia. "Muitas não estavam preparadas, já outras se adaptaram muito rápido e estão 100% focadas nesse segmento".

DIVULGAÇÃO



Etiane Clavijo: investimentos em ESG

Esse meio de organização, segundo a OCB, oferece mais segurança, amplia a competitividade e reduz o custo operacional. "O óleo diesel pode ser de 50% até 70% do custo do transportador, sem contar pneus, seguros", completa Freitas, citando ainda benefícios ao cooperado como gestão de fretes, contabilidade concentrada, manutenção e certidões para produtos perigosos, entre outros.

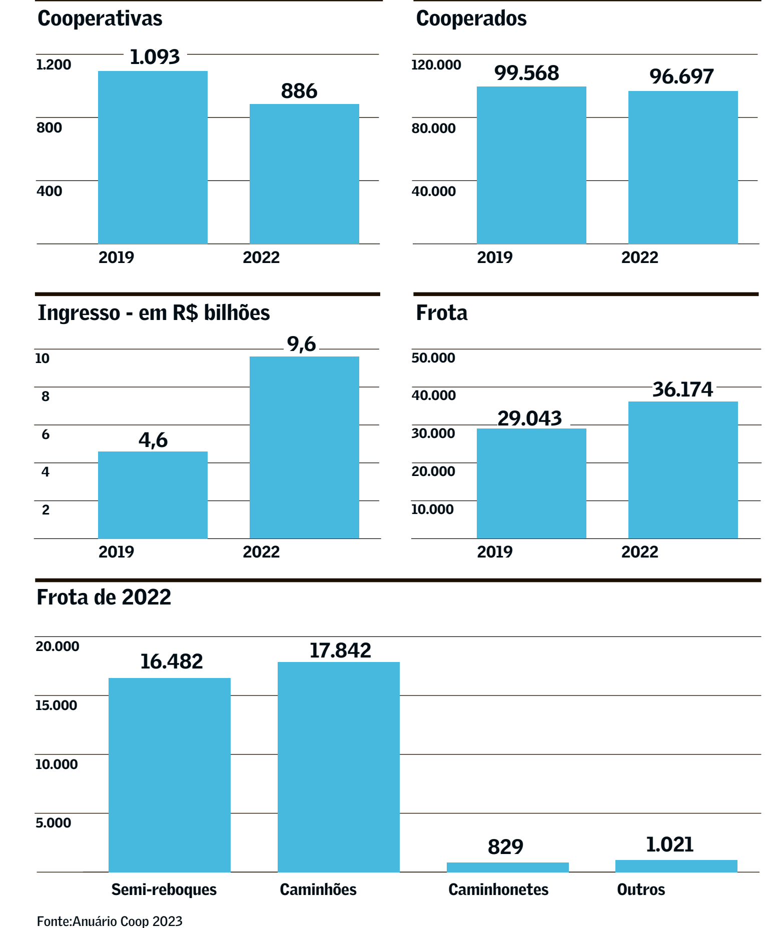
A maior parte das organizações de transporte de cargas está nas regiões Sul e Sudeste, diante do maior aquecimento da economia nesses locais. Mas há um avanço para os cinturões do agronegócio, diz o presidente da Korsa Riscos e Seguros, James Theodoro. As cooperativas de transporte de passageiros estão mais distribuídas, com grande participação também na região Nordeste, devido àquelas que operam com turismo.

Elias Assencio, presidente da Coorptrans — cargas leves, entregas e fretamento —, aponta aumento no número de cooperados após a pandemia. "De menos de 100, aumentamos para 200 cooperados", afirma, ressaltando a melhora diante do e-commerce e do aprimoramento tecnológico.

A Cooperlíquidos (transportes de produtos químicos) também vive aumento no número de cooperados, veículos, clientes e faturamento, segundo a presidente, Etiane Clavijo. "Nossa expectativa é um crescimento ainda maior por conta dos investimentos em ESG, que contribuem para nosso processo de maturação para termos todos os requisitos de atendimento a novos clientes qualificados".

A Coopmetro, de carga projeta crescer 10% ao ano no número de cooperados — são 5 mil hoje — pelos próximos cinco anos. "A estabilidade e os benefícios oferecidos pelas cooperativas continuam sendo atraentes", diz o diretor Evaldo Moreira de Matos.

Transporte
Resultado financeiro mais que dobra em três anos



Meio ambiente Castanha, óleos e frutas ganham valor em mercados que dependem da conservação

Comercialização coletiva impulsiona bioeconomia e comunidades isoladas

Sérgio Adeodato
Para o Valor, de São Paulo

Em regiões sob pressão do desmatamento, a bioeconomia valoriza a floresta em pé e estimula o crescimento de modelos de gestão comunitária para acesso a mercados, com melhoria das condições de vida para a população local. Em Nova Califórnia (RO), a Cooperativa Agropecuária e Florestal do Projeto Reca — sigla de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado — rompeu barreiras. Fez o lugar sair da precariedade e falta de amparo, e hoje é referência como oásis produtivo na Amazônia.

"É uma comprovação de que o uso sustentável da biodiversidade agrega recursos financeiros", afirma Hamilton Condack, presidente da cooperativa, com produção em agroflorestas a 360 km de Porto Velho, na divisa de Rondônia, Acre, Amazonas e Bolívia. São 189 cooperados, cujas atividades impactam 1,5 mil famílias e geram receita total de cerca de R$ 10 milhões ao ano.

O portfólio tem polpa de frutas, palmito pupunha, castanha-do-brasil, sementes, geleias, licores — e, principalmente, manteiga de cupuaçu e óleo de andiroba e castanha, vendidos à indústria de cosméticos. "Como modelo de bioeconomia, chegamos a receber 1,5 mil visitas por ano do país e exterior", diz Condack, ao lembrar a contribuição da parceria com a Natura, iniciada em 2001.

Nessa relação, além do fornecimento de bioinsumos, há ganhos no mercado climático pelo desmatamento evitado, em área de 2,6 mil hectares. No projeto, a Natura repassou até agora R$ 7,6 milhões à Reca: metade destinada a um fundo coletivo e outra metade distribuída para as famílias, de acordo com a área em que opera. "Na Amazônia, é necessária uma lógica de suprimentos diferente da convencional, com respeito à diversidade cultural, em uma política de ganha-ganha", diz Mauro Costa, gerente sênior de suprimentos da Natura. A companhia se relaciona com 51 organizações fornecedoras no Brasil (44 na Amazônia), envolvendo 106 cadeias produtivas. "É uma relação comercial direta, sem intermediários", afirma.

Junto a políticas de preços justos, dizem analistas, as cooperativas da bioeconomia demandam flexibilidade de prazos que respeitem as realidades locais e pagamento diferenciado, com adiantamento de recursos. Inovações são estratégicas, como no caso dos indígenas caiapó, no Pará. "Queremos visibilidade para fechar melhores negócios", diz Bekuwa Caiapó, liderança da Cooba'y, cooperativa que integra o marketplace da Plataforma Digital da Floresta, lançada pelo Instituto Certi Amazônia. A novidade utiliza inteligência artificial para viabilizar transações com insumos da bioeconomia.

Tecnologias atraem novas gerações em Lábrea (AM), onde produtores beneficiam óleos vegetais e manteiga de tucumã e murumuru, com matéria-prima extraída em seis terras indígenas e comunidades ribeirinhas. Em projeto inédito na Aspacs, a associação local, resíduos da castanha são transformados em fibras, comercializadas para produção de bioplástico em indústria de Manaus. O biomaterial comporá embalagens e peças de computadores e outros eletrônicos. Com apoio do Idesam para investimento no maquinário, a inovação cria valor para o que era descartado na floresta, aumentando em 40% os ganhos com a castanha, comemora o indígena Rogério Apurinã, diretor da organização.

Na Cooperativa dos Povos da Calha Norte do Pará (Coopflora), em Oriximiná (PA), o desafio é livrar-se dos "regatões" — atravessadores que ditam os preços para escoar a produção extrativista. Na comercialização em rede, com rastreabilidade e histórias de vida e conservação ambiental por trás dos produtos, os preços melhoraram. "Os regatões tiveram que acompanhar", conta Dayana Silva, presidente da cooperativa, com 96 membros. Copaíba e pimenta indígena assissi são carros-chefes, além da castanha-do-brasil, vendida à Wickbold.

O apoio para a nova realidade veio da rede Origens Brasil, que aproxima produtores de áreas protegidas na Amazônia a empresas com políticas de comércio justo. "O cooperativismo e a comercialização conjunta são as melhores formas de acessar mercados de longo prazo e fortalecer negócios na competição com modelos predatórios", diz Luiz Brasi, gerente da iniciativa no Imaflora.

A Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavan), em Juruena (MT), beneficia castanha extraída em assentamento rural e áreas indígenas, com qualidade para exportação. São 100 toneladas por ano enviadas para a Europa. "Um percentual a mais da comercialização no exterior reverte para os produtores na entressafra, quando não há renda", informa Johann Scheider, consultor da cooperativa, que ajuda a conservar cerca de 1 milhão de ha de floresta.

No Cerrado, a polpa congelada de frutas nativas e os óleos vegetais, como do buriti, lideram um variado cardápio na cooperativa Grande Sertão, abrangendo 40 municípios. "São fonte de renda alternativa ao carvão, obtido pelo desmatamento", enfatiza José Fábio Soares, coordenador técnico da organização, sediada em Montes Claros (MG). Grande parte da receita provém do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do governo federal.

"Essas organizações estão na base da economia nos territórios, contribuem para a renda chegar na ponta e são essenciais à conservação ambiental", reforça Pedro Frizo, líder do núcleo de negócios comunitários da Conexsus. A ONG mapeou mais de mil cooperativas e associações de agricultura familiar e extrativistas no país. "Elas precisam de relações e parcerias mais diversas e perenes", avalia o economista.

ALEXANDRE NOGUEIRA/NATURA



Secagem do cupuaçu na Reca, cooperativa que vende produção de frutos beneficiados para a indústria

Manejo busca preços justos para o pirarucu

De São Paulo

O pirarucu, maior peixe de água doce do planeta, quase foi extinto pela captura predatória na Amazônia. A organização comunitária evitou o pior; a união entre os conhecimentos tradicional e o científico viabilizou a prática do manejo sustentável da espécie, hoje principal fonte de renda em diversas regiões do bioma. Em Carauari (AM), no médio-Juruá, a associação local de produtores, a Asproc, escoa o produto para consumo da carne em grandes centros urbanos, com o desafio da complexidade de beneficiamento e logística.

Além de estruturas flutuantes de apoio para tratamento inicial do peixe e barcos com câmara fria, um frigorífico com selo de inspeção sanitária está sendo instalado em Carauari. "Queremos uma central de distribuição em Manaus e de lá chegar a outras capitais, com qualidade e melhores preços", diz Manoel Cruz, diretor da Asproc. Com produção estimada em 445 toneladas neste ano, o pirarucu representa 40% da receita da organização — um total de R$ 10 milhões ao ano, vindos também da venda de borracha, açaí e óleos vegetais.

A região do médio-Juruá, a sete dias de barco de Manaus, se diferencia pelo histórico da organização comunitária, herdada do movimento eclesial de base em defesa de direitos nas décadas de 1970 e 1980. Além de fóruns como o Memorial Chico Mendes e o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), há associações e cooperativas que operam no território de reservas extrativistas e indígenas. "Buscamos maior valorização dos produtos pelo contexto social e ambiental", ressalta Cruz.

A organização tem parcerias com ONGs e empresas em projetos de melhorias socioprodutivas, como as apoiadas pelo Fundo JBS, com aporte de R$ 4 milhões em três anos, e pelo Fundo Vale, de R$ 6 milhões. O BNDES analisa aporte de R$ 38 milhões para estruturar a logística e consolidar as principais cadeias produtivas da região.

"Cooperativa é um modelo adequado ao uso sustentável dos recursos naturais, com maior capilaridade de impacto, se estiver engajada nas instâncias de governança dos territórios", diz Fernando Campos, gerente de finanças de conservação e clima da Sitawe, também atuante no médio-Juruá. Estudo da instituição recomenda incluir nos preços do pirarucu custos hoje não contabilizados nas planilhas, como a vigilância contra a pesca predatória.

Enquanto a política de preços mínimos do governo federal estabelece R$ 9,33 por quilo do pirarucu, o custo de produção é estimado pelo estudo em R$ 11,53 por quilo. O preço justo seria R$ 21 por quilo, considerando valores sociais e ambientais em torno da cadeia produtiva. "Falta percepção do mercado de que o modo de vida sustentável deveria ser remunerado", aponta Campos. *(SA)*

40%
da renda da Asproc vem do pirarucu